

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**CONTRIBUIÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

MARIA NAZARÉ DO NASCIMENTO GUIMARÃES

SÃO CARLOS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**CONTRIBUIÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**MARIA NAZARÉ DO NASCIMENTO
GUIMARÃES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação – Área de concentração em Processos de Ensino e Aprendizagem.

Orientador: Profa. Dra. Regina Maria S. Puccinelli Tancredi

SÃO CARLOS

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

G963cp

Guimarães, Maria Nazaré do Nascimento.

Contribuições de uma política pública de avaliação institucional para a Universidade Federal do Amapá / Maria Nazaré do Nascimento Guimarães. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
206 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Avaliação institucional. 2. Ensino superior. 3. Políticas públicas. 4. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Brasil). I. Título.

CDD: 371.26 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Regina Maria Simões Puccinelli Tancredi

Profª. Drª. Rosa Maria Moraes Anunciato Oliveira

Profª. Drª. Maria da Graça Nicoletti Mizukami

Profª. Drª. Patrícia Cristina Albieri de Almeida

Prof. Dr. Marcos Tarciso Masetto

Regina Maria Simões Puccinelli Tancredi
Anunciato
Maria da Graça Nicoletti Mizukami
Patrícia Cristina Albieri de Almeida
Marcos Tarciso Masetto

DEDICATÓRIA

À meus avós **SABINO e ANA** (in memoriam),
pelas lições de vida, mesmo tendo sido excluídos da escola,
não hesitaram em acreditar que ela seria a esperança de um
mundo melhor para seus descendentes.

À minha mãe **HELENA**,
pela perseverança e amor
dedicado a mim, em sua grande maioria renunciando a si mesma.

Aos **TRÊS** pelo exemplo de amor, carinho e dedicação,
sem vocês eu não teria ousado chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A DEUS

Serei sempre grata por tudo que me destes,
pela vida, pela saúde, inteligência, pelo tormento que pude superar,
pela dificuldade que soube vencer, pelos degraus que ousei subir.

A cada etapa contei com a tua benção e procurando a força que me dirigia encontrei em Ti,

SENHOR, senti a tua presença. Foi sob a tua vigilância que busquei o incentivo para
prosseguir.

OBRIGADO SENHOR, por me permitir mais esta VITÓRIA.

Para que eu conseguisse chegar até aqui, percorri um longo caminho em busca da formação profissional, portanto não poderia deixar de mencionar “**os teóricos**” que com seus estudos deixaram um legado que me possibilitaram vivenciar momentos de estudos e reflexões sobre a temática “avaliação da educação superior” objeto desta tese. Mas para que isto acontecesse, necessitei da orientação de diversos professores que deram o direcionamento em busca do conhecimento acadêmico e profissional aos quais neste momento escolhi um para cada fase que antecedeu aos estudos de

Doutorado,

que aproveito para nomear e agradecer.

À Profa. **RUTH DE ALMEIDA BEZERRA** (in memoriam), que em tempos de Magistério me apresentou com seu dinamismo a arte de ensinar. Em suas aulas de “Didática” decidi que seria professora desta disciplina.

À Profa. **MARIA ALVES DE SÁ** no curso de Pedagogia, pelo seu jeito tranquilo de ensinar, até hoje exala competência, suas aulas suscitaram o desejo de continuar investindo na formação continuada.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Prof^ª. Dra. **REGINA MARIA SIMÕES PUCCINELLI TANCREDI**,

Você esteve comigo em momentos importantes de minha formação: Desde o período do MESTRADO, na banca de seleção no momento da Entrevista, em sala de aula como Docente e em várias reuniões de orientação para a construção deste trabalho. OBRIGADA, por aceitar o desafio de me orientar pela segunda vez.

Você não foi “apenas” uma ORIENTADORA.

Foi FIRME no momento que tinha que ser,

AMIGA nos momentos difíceis com os problemas de saúde que enfrentei.

COMPREENSIVA com o processo individualizado de produção do conhecimento.

COMPETENTE no ofício de “ORIENTAR”.

Agradeço a DEUS por ter me proporcionado desfrutar deste convívio de aprendizado com

você, pelo seu comprometimento, disponibilidade, paciência e auxílio nos momentos de dúvidas e angústias.

VOCÊ foi a principal luz na construção deste trabalho.

Serei eternamente grata por tudo.

Às Professoras, Dra.

MARIA DA GRAÇA NICOLETTI MIZUKAMI (UFSCar) e

ROSA MARIA ANUNCIATO DE OLIVEIRA (UFSCar),

pelas críticas, sugestões e orientações dadas, visando a melhoria desse trabalho no exame de qualificação, as duas, à Dra. **PATRICIA CRISTINA ALBIERI DE ALMEIDA (F.C.C e**

MACKENZIE), e ao Dr. MARCOS TARCISO MASETTO (PUC/ SP e MACKENZIE)

pela participação como examinadores titulares da tese e pelas valiosas contribuições sugeridas à sua versão final.

Às Professoras do curso de **DOUTORADO,**

pelos momentos de discussão, reflexão e aprendizado proporcionados em sala de aula.

Aos colegas da turma de **DOUTORADO,**

pelo companheirismo, em especial à **MARILCE e SUELY** por todo apoio no momento de doença enfrentado.

À Família **NASCIMENTO GUIMARÃES**, vocês são o meu porto seguro.

À **NONATO**,

companheiro inseparável pelo amor compreensão
e apoio neste percurso de construção do conhecimento.

À **NÁDIA, PATRICK e NAYARA**,

meus filhos queridos pelas inúmeras ausências vividas em função dos compromissos
assumidos durante toda a minha formação,
que visualizem essas atitudes como exemplo de vida e ato de amor.

À **SOPHIA e CAIKE**, meus netos

amados, o sorriso iluminado de vocês me faz acreditar em um mundo melhor para as novas
gerações que representam.

À **JERSÉ, JESUÉ, AMIEL e JORGE**,

meus irmãos pelo incentivo e apoio em minhas realizações profissionais.

À **MADALENA**,

minha prima querida (a irmã que eu gostaria de ter tido) pelo apoio espiritual e o carinho
demonstrado a mim durante toda a minha vida.

Aos **AMIGOS**

À **ODÉLIA BASTOS**, para chegar aqui necessitei bastante de sua ajuda. Antes de ingressar no Doutorado já contava com seu apoio. Quando decidi que me candidataria a uma vaga no curso, por conta de compromissos profissionais deixei para postar a documentação no último dia. Adoeci dois dias antes do término do prazo, e você foi mais que amiga, foi me visitar e decidi ir aos correios fazê-lo por mim. Naquele momento você foi meu ANJO DA GUARDA. Obrigada pela grande amizade e apoio, sempre que necessito.

À Família **FAILACHE VERAS**, com o apoio de vocês senti-me fortalecida, obrigada pela acolhida e amizade, vocês são a minha família em São Carlos.

À **GESTINE TRINDADE, MEIRE CORDEIRO e HEULÁLIA RAFANTE**, pelo convívio em tempos de doutorado, com vocês vivi momentos de alegria que me ajudaram vencer a solidão, mesmo residindo em regiões distantes desejo preservar nossa amizade.

Àqueles que não foram citados, mas que torceram por mim.

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

À Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela segunda oportunidade de vivenciar minha formação continuada.

À Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar pela atenção dispensada.

À INSTITUIÇÃO onde se desenvolveu a pesquisa, em especial aos Professores e Técnicos que se dispuseram colaborar com este trabalho. Para este segmento, em nome de todos que participaram da coleta de dados escolhi para agradecer **à MARILYN DE AZEVEDO COSTA TRINDADE CARVALHO DOS SANTOS**, pela grande contribuição na fase e coleta e em todas as vezes que necessitei, fui prontamente atendida. Obrigada de coração. Nota **DEZ** para você.

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP), pela licença remunerada concedida para os estudos, em especial ao colegiado de **PEDAGOGIA**.

À COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES), pelo apoio financeiro parcial na forma de bolsa do tipo **PRODOUTORAL**.

MEU ENDEREÇO

Meu endereço é bem fácil
é ali no meio do mundo
onde está meu coração, meus livros
meu violão

meu alimento fecundo
A casa por onde eu paro
qualquer carteiro conhece
é feita de sonho e linha

que brilha quando anoitece
Na minha casa se tece
mesura na luz do dia
pra afugentar quebranto

na hora da fantasia
É fácil meu endereço
vá lá quando o sol se por
na esquina do rio mais belo
com a linha do Equador

Zé Miguel

Composição: Zé Miguel e Fernando Canto

RESUMO

GUIMARÃES, M. N. N. Contribuições de uma política pública de avaliação institucional para a Universidade Federal do Amapá. São Carlos-SP: PPGE/UFSCar, 2012. 297 p. (Tese de Doutorado em Educação).

Este estudo insere-se no campo da avaliação da educação superior, especificamente em um dos processos avaliativos implementados pelo Ministério da Educação no Brasil, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Refere-se a uma pesquisa realizada em uma instituição pública de ensino superior no município de Macapá-AP e teve como objetivo investigar como está ocorrendo o processo de implementação de uma política pública de avaliação institucional na Universidade Federal do Amapá nos cursos de licenciatura sob a ótica dos professores e membros da Comissão Própria de Avaliação. Constitui-se como referencial teórico do presente estudo autores como, Dias Sobrinho (2000-2010) Polidori e Barreyro (2006-2009), Sordi (2002-2011), dentre outros de relevância no campo da avaliação da educação superior. O estudo de natureza qualitativa constitui-se de um estudo de caso, por tratar-se de uma investigação envolvendo uma única instituição e um programa específico de avaliação, e teve como fonte de coleta de dados a análise documental, as entrevistas semi-estruturadas com os membros da CPA e com os professores a realização de grupos focais. A pesquisa mostrou que os professores dos quatro cursos de Licenciatura e os membros da CPA compreendem que a instituição vem vivenciando um processo gradativo de mudanças no que tange às concepções e direcionamentos da política pública, reconhecem sua importância, da mesma forma que desejam participar do processo avaliativo e que os resultados sirvam de base para a elaboração de políticas institucionais para a IES investigada.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Ensino Superior; Políticas Públicas; SINAES.

ABSTRACT

GUIMARÃES, M. N. N. **Contribuições de uma política pública de avaliação institucional para a Universidade Federal do Amapá.** São Carlos-SP: PPGE/UFSCar, 2012. 297 p. (Doctoral Thesis in Education)

This study is part of the evaluation of higher education field, specifically in one of the evaluative processes implemented by the Ministry of Education in Brazil, the National Higher Education Evaluation System (SINAES in Portuguese). It refers to a survey conducted in a public institution of higher education in the municipality of Macapá-AP and aimed to investigate how it is been the implementation process of a public policy of institutional assessment at the Federal University of Amapá in Teaching degree courses under the perspective of teachers and members of the Assessment Committee. It is constituted as the theoretical framework of this study authors such as, Dias Sobrinho (2000-2010) Polidori and Barreyro (2006-2009), Sordi (2002-2011), among others of relevance in the field of higher education assessment. The study of qualitative nature is constituted of a case study, because it is a research involving a single institution and a specific evaluation program, and had as a source of data collection to document analysis, the semi - structured interviews with CPA members, and with teachers, conducting focal groups. The research has shown that teachers of the four Teaching degree courses and CPA members understand that the institution it is been experiencing a gradual process of change in relation to the conceptions and directions of public policy, recognizes its importance, the same way they want to participate in the evaluation process and that the results could serve as a basis for the development of institutional policies for the IES investigated.

Key-words: Institutional Assessment; Higher Education; Public Policy; SINAES.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1. Fortaleza de São José de Macapá.....	30
Foto 2. Vista aérea da Fortaleza de São José de Macapá e orla da cidade.....	31
Foto 3. Igreja de São José.....	32
Foto 4. Monumento Marco Zero.....	33
Foto 5. Equinócio da Primavera no Marco Zero do Equador.....	34
Foto 6. Retrato da Festa de São Tiago. Cavaleiro com o traje típico	36
Foto 7. Baile de máscaras na Festa de São Tiago.....	38
Foto 8. A dança do Marabaixo.....	39
Foto 9. A pedra do Guindaste.....	40
Foto 10. Fenômeno da Pororoca.....	41
Foto 11. Prédio da Reitoria da UNIFAP.....	41
Foto 12 Vista aérea da UNIFAP.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias em que os dados foram organizados.....	94
Quadro 2: Importância da avaliação para a CPA	105
Quadro 3: Opiniões dos membros da CPA sobre a participação dos professores no processo de avaliação.....	112
Quadro 4: Informações sobre como os professores de Geografia souberam da avaliação.....	119
Quadro 5: Opiniões dos professores de Geografia sobre o processo de avaliação.....	122
Quadro 6: Influência do processo de auto avaliação no currículo e na prática dos professores.....	123
Quadro 7: Associação entre avaliação e a prática docente.....	124
Quadro 8: Informações sobre como os professores de História souberam da política.....	125
Quadro 9: Propostas dos professores de História para a avaliação institucional da UNIFAP.....	129
Quadro 10: Críticas ao ENADE.....	131
Quadro 11: Informações sobre como os professores de Pedagogia souberam da política.....	133
Quadro 12: Parte do formulário usado pela CPA para avaliação dos docentes.....	140
Quadro 13: Repercussões sobre a política na visão dos professores de Pedagogia.....	142
Quadro 14: Avaliação no ensino superior: literatura e professores	155
Quadro 15: Algumas características nas vozes dos professores	169
Quadro 16: Outras vozes dos professores	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. Demonstrativo de professores segundo os cursos	102
TABELA 02. Idade dos professores participantes.....	103
TABELA 03. Experiência no Magistério dos professores participantes.....	104
TABELA 04. Visão dos membros da CPA sobre as dificuldades	110
TABELA 05. Propostas da CPA.....	116
TABELA 06. Visão dos professores de Pedagogia sobre a proposta de avaliação.....	135
TABELA 07. Sugestões dos professores de Pedagogia para o futuro.....	143
TABELA 08. Visão dos professores do colegiado de Letras sobre a política.....	147
TABELA 09. Informações dos professores de Letras sobre o início do processo.....	148
TABELA 10. Sugestões dos professores do colegiado de Letras.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESC- Associação Brasileira de Escolas Católicas
ABRUEM- Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais
ACG- Avaliação dos Cursos de Graduação
ANDIFES- Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANUP - Associação Nacional das Universidades Particulares
AVALIES- Avaliação das Instituições de Educação Superior
BASA- Banco da Amazônia
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA- Comissão Especial de Avaliação
CNE- Conselho Nacional de Educação
COEG- Coordenadoria de Ensino de Graduação
CONAES- Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONAUB- Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras
CPA-Comissão Própria de Avaliação
CPC-Conceito Preliminar de Curso
CONSU- Conselho Superior
DERCA- Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DES- Diretoria de Ensino Superior
DINFO- Departamento de Informática
DINTER- Doutorado Interinstitucional
DPG- Departamento de Pós- Graduação
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio
ENC- Exame Nacional de Cursos
FHC-Fernando Henrique Cardoso
GERES- Grupo de Estudos para a Reforma do Ensino Superior
GEPES- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino Superior
IES- Instituições de Ensino Superior
IEPA- Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá
IDEB- Índice de Desempenho da Educação Básica

IGC- Índice Geral dos Cursos

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPHAN- Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

M.M.A- Ministério do Meio Ambiente

MEC- Ministério da Educação

MINTER- Mestrado Interinstitucional

NAEA- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NEM- Núcleo de Educação de Macapá

QSE- Questionário Socioeconômico

PAIUB- Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PARFOR- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PARU- Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEAC- Pró- Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias

PROFMAT- Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional

PROGRAD- Pró- Reitoria de Graduação

PROPPEGP- Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação

RU- Restaurante Universitário

SAEB- Sistema de Avaliação do Ensino Básico

SEED- Secretaria de Educação à Distância

SESU- Secretaria de Ensino Superior

SETUR- Secretaria de Turismo

SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UAB- Universidade Aberta do Brasil

UFC- Universidade Federal do Ceará

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFMS-Universidade Federal de Santa Maria
UFRS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PUCRS- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UMAP- Universidade da Terceira Idade
UNB- Universidade de Brasília
UNICAMP-Universidade de Campinas
UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFAP- Universidade Federal do Amapá
UFPA- Universidade Federal do Pará
UFU- Universidade Federal de Uberlândia
UNIREDE- Universidade Virtual Pública do Brasil
UFSCar- Universidade Federal de São Carlos
UPV- Unifap Pré- Vestibular

SUMÁRIO

RESUMO	12
ABSTRACT	17
LISTA DE FOTOGRAFIAS	18
LISTA DE QUADROS	19
LISTA DE TABELAS	16
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
1 INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	28
CAPÍTULO 2	48
2.1 Políticas Públicas, o redirecionamento do papel do Estado e as Reformas Educativas .	48
2.2 A trajetória da avaliação nas políticas educacionais brasileiras – uma breve retrospectiva para situar a problemática investigada.....	50
2.3 A redefinição do papel do Estado e as políticas públicas de avaliação.....	53
2.4 Políticas de Avaliação para o Ensino Superior.....	55
CAPÍTULO 3	85
3.1 Procedimentos de coleta de dados:.....	88
3.2 Etapas do desenvolvimento da pesquisa.....	95
3.3 O grupo participante da pesquisa	101
CAPÍTULO 4	105
4.1 As vozes dos membros da CPA.....	105
4.2 O Posicionamento dos professores do Colegiado de Geografia.....	118
4.3 O Posicionamento dos professores do Colegiado de História.....	125
4.4 O Posicionamento dos membros do Colegiado de Pedagogia	133
4.5 O Posicionamento dos membros do Colegiado de Letras:	146
4.6 As vozes dos professores.....	155
CAPÍTULO 5	175
REFERÊNCIAS	184
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:	193
APÊNDICES	196
ANEXOS	202

1 INTRODUÇÃO

A temática “avaliação” sempre foi algo que me inquietou, pois fui vítima da ação que era exercida pelo professor e do poder que a ele era atribuído, para julgar e classificar “fortes e fracos”. Quando aluna do ensino fundamental tinha muita dificuldade de aprender matemática, pois não conseguia decorar a tabuada, e a metodologia utilizada na época era assim: quem conseguia responder corretamente as questões tinha direito de bater no aluno que não conseguia responder. Por conta desta dificuldade apanhei de palmatória.

Em relação à avaliação da aprendizagem esta angústia continuou quando iniciei a carreira de docente atuando nas séries iniciais, por entender que a avaliação é um elemento integrante da ação pedagógica, um ponto de retomada para novas ações, embora, nem sempre conseguisse colocar essa ideia em prática. Meus colegas professores tinham um entendimento diferente do meu. Para eles, a avaliação servia apenas para determinar a aprovação ou reprovação dos alunos, ou seja, existia o momento de “dar aula” e outro momento, o de “aplicar a prova”. Não podia questionar a técnica especialista em Supervisão Escolar que orientava os professores de 1ª a 4ª Séries, pois faltava teorização para embasar meus argumentos.

Esta teorização necessária só foi possível iniciar a partir do Curso de Graduação em Pedagogia, complementada com o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, quando fui estudar autores que discutem a temática tais como Luckesi (1978), Gatti (1981), Saul (1985), Patto (1987) dentre outros.

A partir desses autores passei a compreender que minhas angústias e incertezas tinham fundamentos e decidi aprofundar os estudos no Mestrado em Educação, que defendi em 2001 na Universidade Federal de São Carlos, (São Carlos- S.P) com a temática: **Práticas Pedagógicas em Época de Progressão Continuada: Um olhar sobre a Avaliação**. A pesquisa revelou que os professores incorporam o discurso oficial em suas falas sobre as mudanças e até desejam mudar, mas na prática continuam utilizando a mesma metodologia de ensino e avaliação que os acompanha desde o início da carreira profissional, em função de que ainda perdura a falta de embasamento teórico, fator que contribui para que os mesmos atuem mais de acordo com suas convicções, crenças e vivências do que pela formação ou pela percepção da importância de se adotar uma nova proposta.

Após o retorno ao meu estado, continuei os estudos muito mais para aprofundamentos, lecionando a disciplina Avaliação Educacional na graduação e na pós-graduação (lato sensu), proferindo palestras sobre a temática, participando de encontros, apresentando trabalhos em Congressos Nacionais e Internacionais e ainda atuando como membro da Comissão de Avaliação de Instituições Superiores.

Vale ressaltar que, após a defesa do mestrado e também das experiências relatadas estou cada vez mais envolvida com a temática, pois novos eixos de discussão surgem agora, muito mais voltados para a “Avaliação Institucional”, por fazer parte da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amapá. Em função de tudo isto, decidi estudar novamente a temática, agora sob a perspectiva do acompanhamento de uma instituição de ensino superior, visando o aprofundamento no Doutorado.

A temática “Avaliação Institucional,” por ser abrangente, envolve aspectos políticos, econômicos, filosóficos, éticos, sociais e culturais.

Entendendo que não teria como abarcar todos os eixos, resolvi centrar a pesquisa para o doutorado no problema da avaliação institucional, tendo como participantes os professores dos cursos de licenciatura e membros da CPA, durante o período de 2008 a 2010.

Diante de muitas dúvidas e discussões existentes a respeito da avaliação e dos Programas de Avaliação definidos pelo Ministério da Educação e suas repercussões nas Instituições de Ensino Superior levanto como questionamento:

Que contribuições uma política de avaliação institucional traz para a Universidade Federal do Amapá nas vozes dos membros da CPA e dos professores das licenciaturas?

Mais especificamente, tenho como objetivo geral:

Analisar como vem ocorrendo o processo de implementação de uma política pública de avaliação institucional na Universidade Federal do Amapá nos cursos de licenciatura sob a ótica dos professores e membros da Comissão Própria de Avaliação.

Como objetivos específicos:

- a) Conhecer como o processo de auto avaliação foi e continua sendo construído e implementado pela universidade.

- b) Compreender como uma política de avaliação e sua implantação é analisada por professores de licenciatura e membros da CPA.
- c) Conhecer como os professores relacionam a vida docente e o desempenho escolar com a avaliação institucional.

Para que o estudo tivesse significado tornou-se necessário saber a opinião de todas as pessoas que participaram diretamente dos processos de avaliação institucional realizados na UNIFAP. Assim foi imprescindível saber como estas pessoas tinham se envolvido e de forma realizaram toda a dinâmica da avaliação no decorrer das três avaliações vivenciadas. Em função disto fiz a escolha dos dois segmentos, ou seja, as pessoas que compõem a CPA e os professores dos cursos de Licenciatura em Geografia, História, Letras e Pedagogia. Estes cursos foram selecionados por serem cursos mais antigos da instituição e por eu ter lecionado nos mesmos.

Para uma melhor compreensão do contexto em que a pesquisa foi realizada apresento em síntese informações sobre o Estado da Amapá e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) que serviu de lócus da pesquisa.

Esta escolha deve-se ao fato de a UNIFAP ser uma instituição nova, de eu ser professora ali e ter vivido parte do processo avaliativo que será estudado e também pelo fato de não existir pesquisa que tenha tratado dessa temática específica nesta instituição, até porque o tema avaliação institucional é recente no contexto das políticas públicas brasileiras, tendo sido discutido especialmente a partir dos anos 1990.

Para a realização da coleta de dados foram utilizados três tipos de instrumentos:

- 1- Documentos- foram consultadas as Leis, Decretos Nacionais sobre a Avaliação e Resoluções internas da UNIFAP e os relatórios produzidos pela Comissão Própria de Avaliação. (CPA).
- 2- Questionários para a caracterização dos participantes.
- 3- Entrevistas com os membros da CPA e com professores os cursos de licenciatura escolhidos.

Para realizar as entrevistas com os membros da CPA foram utilizadas questões abertas em forma de narrativas visando apreender as concepções e experiências vivenciadas

por cada membro e, ao mesmo tempo fornecer um quadro dos avanços / dificuldades encontradas durante o processo.

Para ouvir os professores foi utilizado o grupo focal. Para Patton (apud Flick, 2009) a entrevista do tipo grupo focal é uma técnica qualitativa de coleta de dados altamente eficaz, pois fornece alguns controles de qualidade uma vez que os participantes tendem a controlar ou contrabalançar uns aos outros, o que em geral elimina opiniões falsas e radicais.

A opção por estas técnicas deu-se por entender a viabilidade de obter muitas informações dos participantes em um curto espaço de tempo.

A seguir apresento de forma resumida como ocorreu minha trajetória escolar e vivência profissional no contexto educacional.

Um pouco da minha trajetória.

Iniciei meus estudos frequentando o Jardim da Infância com cinco anos de idade na cidade onde nasci em Mazagão, um dos dezesseis municípios que faz parte do Estado do Amapá. No outro ano fui matriculada neste mesmo município na Escola Dr. Murilo Braga onde cursei da alfabetização até a quarta série do ensino primário. Minha saída de Mazagão deu-se pela necessidade de continuidade dos estudos, assim mudei para a cidade de Macapá, hoje capital do Estado do Amapá para cursar a quinta série primária. No outro ano ingressei no ensino secundário no Instituto de Educação do Território do Amapá (IETA). Nesta instituição cursei o primeiro e o segundo ano ginasial e no terceiro ano fiz opção para cursar o Curso Normal que formava professores para lecionar nas séries iniciais. Assim, neste ano comecei cursar as disciplinas Pedagógicas dentre elas Didática, Psicologia da Educação, e Prática de Ensino. Conclui o curso no ano seguinte.

Convém ressaltar que gostei bastante de minha primeira professora de Didática, da forma como ela lecionava e interagiu com seus alunos e, prometi a mim mesmo que um dia seria professora desta disciplina.

Sendo oriunda de uma família humilde, com o diploma do curso em mãos vislumbrei a possibilidade de lutar pelo ingresso no mercado do trabalho, desejo este que veio se concretizar após aprovação de um concurso público para professores realizado pelo Governo do Território do Amapá através da Divisão de Educação, onde fui classificada em segundo lugar.

Passei a lecionar durante o dia e realizar os estudos no Curso Magistério, no turno da noite. Após a conclusão do curso Pedagógico sonhava cursar uma faculdade, mas, na época não existia curso superior em Macapá e, não tinha condições financeiras para custear meu sustento em outro estado mais próximo onde existia Universidade Pública que é o estado do Pará.

Este desejo de continuar os estudos só se concretizou quando o governo do Território do Amapá celebrou um convênio com a Universidade Federal do Pará através de sua Pró-Reitoria de Extensão objetivando habilitar 500 professores nos cursos de Licenciatura Curta em Letras, Geografia, História, Matemática e Pedagogia, instalando o Núcleo de Educação em Macapá. Assim concorri e fui aprovada para uma vaga do Curso de Licenciatura Curta em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar. Após a conclusão do curso, assumi a função de Supervisora Escolar em escolas públicas da capital do Território do Amapá. Somente na época de 1980 foi proporcionada a complementação dos estudos e após dois anos de curso recebi o título de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar. Após a conclusão do curso me candidatei e fui aprovada a uma vaga de Professor do Ensino de segundo grau do curso Magistério em uma Instituição privada de Ensino, e fui lecionar as disciplinas pedagógicas de Didática e Prática de Ensino.

Meu desejo em aprofundar os estudos continuou e a possibilidade de realizá-lo mais profundamente foi através do primeiro curso de Especialização Lato sensu, onde cursei em uma instituição privada e duas em instituição pública. O primeiro em instituição pública oriundo de um convênio entre o Governo do Estado através da Secretaria de Educação e a Fundação Getúlio Vargas e outro com a Universidade de Brasília. Nesta época atuava na Secretaria de Educação mais precisamente na Divisão de Recursos Humanos para o Magistério, coordenando a parte pedagógica do Projeto “Um Salto para o Futuro” e o Curso de Especialização foi planejado e realizado pelo Ministério da Educação em convênio com a França e as Secretarias Estaduais tendo como público específico os coordenadores e supervisores do projeto acima mencionado, visando o aperfeiçoamento dos mesmos.

Após a conclusão do primeiro curso de Especialização me candidatei e fui aprovada em um processo seletivo simplificado para professores no Núcleo de Educação do Amapá que estava em fase final de seus cursos através do convênio com a Universidade Federal do Pará. Assim lecionei a Disciplina Prática de Ensino nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Geografia. Neste período surgiu a vontade de cursar Mestrado, porém mais uma vez tive que adiar o meu sonho, pois exercia a função de professora do quadro do estado e

nesta época não existia uma política de formação continuada, portanto não poderia me afastar do estado para estudar.

Em março de 1990 foi criada a Fundação Universidade Federal do Amapá e no início de 1991 foi realizado o primeiro processo seletivo para professor substituto, me candidatei e fui aprovada. Passei a lecionar a disciplina Prática de Ensino no curso de Pedagogia e, em 1993 a UNIFAP realizou o seu primeiro concurso público para professores efetivos no qual fui aprovada para as Matérias Didática e Prática de Ensino. Assumi a docência do ensino superior em 1994 e logo depois acumulei as funções de Diretora do Departamento de Ensino por um ano e meio.

Com a ida para a universidade reacendeu a vontade de cursar o Mestrado em Educação, e por questões familiares somente em 1999 ingressei no Mestrado em Educação no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos na área de concentração Metodologia de Ensino ao qual defendi em outubro de 2001. Retornei para o meu estado e lá assumi estudos, comissões, ministrei aulas e palestras todas com ênfase em avaliação educacional, assumi a Coordenação de um Polo Universitário oriundo de um convênio com o governo do Estado para habilitar professores da rede e logo após o término deste convênio assumi a Pró- Reitoria de Ensino de Graduação da recém- criada Universidade do Estado do Amapá por um ano e três meses, função esta deixada para cursar o Doutorado em Educação com o ingresso em 2009 na Universidade Federal de São Carlos.

Concluída esta parte da minha trajetória, a seguir apresento como este relatório de pesquisa foi organizado.

Na primeira parte apresento resumidamente como surgiu o interesse pela temática, fazendo algumas considerações sobre o processo percorrido.

No Capítulo 1 apresento algumas informações sobre o Estado do Amapá e, como iniciou o processo de implantação do Ensino Superior neste Estado para situar o leitor aspectos que nortearam a coleta de dados na Instituição investigada.

O Capítulo 2 trata das políticas públicas implantadas no sistema educacional brasileiro desde os primórdios até os dias atuais no campo da avaliação institucional em nosso país, sendo destaque as políticas de avaliação na década de 1990 com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), finalizando com o processo de avaliação superior realizado na UNIFAP, lócus deste estudo.

No Capítulo 3 apresento a questão de pesquisa, seus objetivos, os caminhos percorridos, o método de investigação que utilizei para coletar os dados. Descrevo

detalhadamente a forma como ocorreu o processo de investigação e as pessoas envolvidas neste estudo.

No Capítulo 4 apresento as vozes dos sujeitos participantes da pesquisa, que colocam seus posicionamentos sobre a política de avaliação desde a sua concepção como documento norteador das ações desenvolvidas nas instituições de ensino superior, como este processo ocorreu na instituição investigada, quais os anseios e dificuldades enfrentadas pela comunidade na realização do processo, quais os avanços e sugestões para os outros processos que serão desenvolvidos, ou seja, uma reflexão da proposta como um todo.

Também neste capítulo apresento uma síntese dos focos que direcionaram a pesquisa entre os cursos investigados objetivando fazer uma análise comparativa sobre a experiência vivenciada por cada docente nos três processos avaliativos vivenciados no seio de cada colegiado da UNIFAP.

No Capítulo 5 apresento as Considerações Finais.

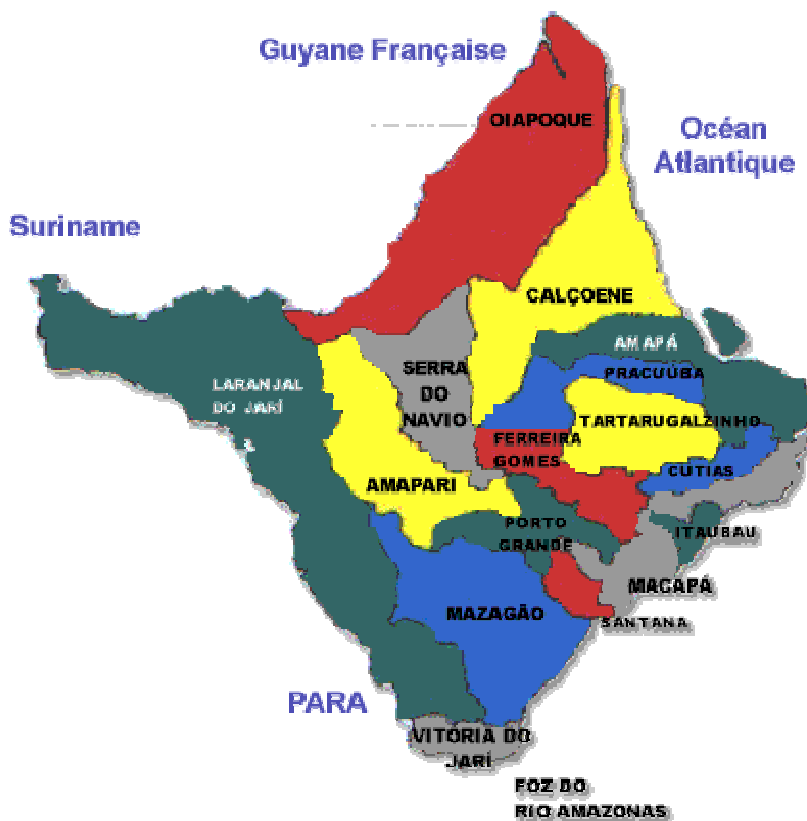
Dado esse panorama geral da pesquisa que será mais explicitado no Capítulo 3, apresento a seguir elementos que me situam no âmbito da pesquisa e também no contexto em que ela foi desenvolvida.

CAPÍTULO 1

O Estado do Amapá e a Universidade Federal do Amapá: conhecendo um pouco do contexto da pesquisa

Esta parte tem como objetivo apresentar informações resumidas sobre o Estado do Amapá no que tange à sua criação, estrutura física, geográfica econômica, suas riquezas, turismo, cultura etc., assim como apresentar o contexto onde se desenvolveu a pesquisa. Para uma melhor compreensão da pesquisa e seus resultados, apresento a instituição investigada denominada de Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), instituição esta que inicia o Ensino Superior no Estado, destacando sua contribuição para o processo Educacional no estado supramencionado.

Figura 1- Mapa do Estado do Amapá.



O Estado do Amapá está localizado no extremo norte do Brasil, e limita-se ao norte com a Guiana Francesa, ao sul com o Estado do Pará, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o Suriname e com o Estado do Pará.

Por suas características geofísicas, sociais, políticas e econômicas, faz parte da vasta região Amazônica ou região Norte do Brasil.

O Estado do Amapá é banhado a leste pelo Oceano Atlântico e o rio Amazonas. O seu litoral, com 242 km de extensão, vai do Cabo Orange ao Cabo Norte, isto é, da foz do rio Oiapoque a foz do rio Amazonas. O Amapá se limita ao Norte e a Noroeste com a Guiana Francesa e Suriname, a Leste e Nordeste com o Oceano Atlântico, a Sul e Sudeste com o Canal do Norte e Braço esquerdo do Rio Amapá, e a Oeste e Sudeste com o Rio Jari.

A palavra “Amapá” é de origem indígena e vem da Nação Nuaruaque, que habitava a Região Norte do Brasil no tempo do seu descobrimento. Amapá é uma espécie de árvore brasileira da família Apocinácea.

Até 1943, o então Território Federal do Amapá pertencia ao Estado do Pará, e era denominado de Araguari, tendo sido desmembrado em 13 de setembro de 1943 através do Decreto Lei Nº. 5812. Já o Estado do Amapá nasceu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que extinguiu o estatuto político administrativo de Território Federal; só em 1990 que foram realizadas as primeiras eleições estaduais e em seguida, promulgada a primeira Constituição do Estado. A capital do Estado do Amapá é Macapá.

Atualmente o Estado é constituído de 16 municípios, com uma área 142.827.897 km e uma população estimada em 669.526 habitantes (censo 2010). Desde a década de 1950, quando ainda era Território, no que tange a atividade econômica, seu desenvolvimento foi impulsionado pela descoberta de jazidas de manganês e por muito tempo teve como atividade principal a exploração dessas jazidas. Na agropecuária, segundo dados do IBGE (2010), destaca-se o cultivo da mandioca e a criação de bubalinos, seguindo-se a produção de laranja e bovinos, banana, aves, arroz e suínos. Segundo Ferreira (2005, p.47), o Amapá é o **único Estado** brasileiro cuja capital é banhada pelo **rio Amazonas**, reconhecido como **maior do Planeta**, tanto em volume de água quanto em extensão.

O Amapá é destacado como o estado mais bem preservado do país, tendo desmatado apenas 2% de sua área. Apresenta uma excepcional diversidade de ecossistemas representados por florestas de terra firme, várzeas, cerrados, igapós e manguezais. Recentemente foi criado o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque. (Parnaque). É considerado o maior parque de floresta tropical do planeta, correspondendo a quase um terço

do território do Amapá, 38.867 km², com a maior altitude de 701m. Além do Parnaque, o Amapá possui outras 12 unidades de conservação que equivalem a 65% de seu território. Estas 12 unidades compõem o chamado corredor da biodiversidade do Amapá que tem como objetivo realizar inventário da fauna e da flora da região (INEP, 2006). A costa do Amapá é influenciada pelo Rio Amazonas, e a zona costeira é formada por lagos residuais abrigando fantástica biodiversidade de fauna e flora fluvio-marinha onde habitam várias espécies de aves e peixes. Nessa região acontece a “pororoca”, fenômeno natural que ocorre no momento do encontro das águas fluviais e oceânicas, formando ondas gigantescas que invadem o continente.

O Estado do Amapá possui vários pontos turísticos, e em Macapá, capital do estado, destaca-se a Fortaleza de São José, principal ponto de visitação e considerada um dos mais imponentes e sólidos monumentos militares do Brasil colonial, tendo sido lançada a primeira pedra em 29 de junho de 1764 em homenagem a São Pedro. Ela foi erguida para assegurar a conquista definitiva da Amazônia pelos portugueses.

Foto 1- Fortaleza de São José.



Fonte: Maksuel Martins- Fotógrafo Profissional.

Foto 2- Vista aérea da Fortaleza de Macapá e orla da cidade.



Fonte: SETUR-Governo do Amapá.

Visando a importância de sua conservação, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, através do Processo n. 423, de 23 de março de 1950, inscreveu em seu Livro de Tombo Histórico, a Fortaleza de São José. O fato de um monumento ser “Tombado” objetiva a preservação de um passado histórico comum a todos, para que, com o passar do tempo, esses testemunhos possam permanecer na Identidade Cultural do povo e receberem a atenção especial do poder público, não podendo mais ser destruídos sob qualquer pretexto.

Recentemente a Fortaleza de São José de Macapá foi definida em concurso nacional como uma das sete Maravilhas do Brasil.

Outro ponto turístico é a Igreja de São José. Ela é a construção mais antiga da cidade, inaugurada em 06 de março de 1761, e sua construção é um exemplo do estilo de arquitetura que os jesuítas trouxeram da Europa, ainda no Século XVI, tendo passado por diversas reformas, mas ainda preservando características originais. No dia 19 de março é realizada a maior festa religiosa em homenagem ao esse santo que é o padroeiro da cidade.

Foto 3 - Igreja de São José.



Fonte: Maksuel Martins- Fotógrafo Profissional.

Um ponto turístico bastante visitado pelos turistas é o monumento do Marco Zero do Equador. Este monumento foi criado para marcar a passagem da linha imaginária do Equador pela cidade, com relógio de sol e terraço para realizar observações do “Equinócio”, fenômeno natural que acontece no momento em que o sol tem sua trajetória alinhada à linha do Equador. Em astronomia, “equinócio” é definido como os dois movimentos em que o Sol, em sua órbita aparente (como vista da Terra), cruza o plano do equador celeste (a linha do equador terrestre projetada na esfera celeste); mais precisamente, é o ponto onde a eclíptica cruza o equador celeste. A palavra “equinócio” vem do Latim *aequus* (igual) e *nox* (noite) e significa “noites iguais”, ocasiões em que o dia e a noite duram o mesmo tempo. Com esta definição, o dia e a noite durante os equinócios têm igualmente 12 horas de duração. Este fenômeno ocorre nos meses de março e setembro e definem as mudanças da estação. No Hemisfério Norte a primavera inicia em março e o outono em setembro. No Hemisfério Sul é o contrário, a primavera inicia em setembro e o outono em março. Entre um ano comum e o ano bissexto seguinte há um aparente atraso devido à intercalação do dia 29 de fevereiro. As

datas em que ocorrem os equinócios não dividem o ano em um número igual de dias. Isto ocorre porque quando a Terra está mais próxima do Sol (periélio) viaja mais velozmente do que quando está mais longe (afélio). (Amapá -SETUR).

Macapá é a única cidade do Brasil cortada pela Linha do Equador, e que permite ao macapaense estar ao mesmo tempo nos dois hemisférios (Norte e Sul).

Hoje, além da Linha Imaginária, o Marco Zero apresenta uma estrutura moderna, preparada para receber turistas. Dispõe entre outras coisas, mostras de artesanato local, espaço físico para confraternização e jantar dançante. Completando o cenário, existe ainda no terraço, um relógio do sol, que contribui para despertar ainda mais o fascínio dos visitantes por este magnífico lugar.

Foto 4- Monumento do Marco Zero



Fonte: SETUR- Governo do Amapá.

Foto 5- Equinócio da Primavera no Marco Zero do Equador



Fonte: SETUR- Governo do Amapá.

O Estado do Amapá tem sua cultura preservada constituída por festas religiosas e danças. Dentre eles pode-se citar o Batuque de São Joaquim de Curiaú, A Festa de São Tiago de Mazagão Velho e como dança folclórica temos o Marabaixo.

A Festa de São Joaquim é comemorada na vila de Curiaú, situada a 8 km de Macapá no período de 11 a 18 de agosto, em ritmo de batuque, essa essência da poesia Afrobrasileira que vem dos antigos escravos, cuja tradição é continuada pelos seus descendentes. Segundo o pesquisador Estácio Vidal Picanço (1981) a origem dos festejos ocorreu em função de que alguns escravos, não suportando a escravidão nas fazendas do Nordeste, tiveram que fugir de lá e chegaram a Macapá, e aqui foram recrutados para trabalhar na construção da Fortaleza de São José de Macapá em meados do Século XVIII. O trabalho na Fortaleza também era insuportável e, com muitos outros companheiros, fugiram pelos campos de Macapá e chegaram à beira de um belo lago e lá estabeleceram o quilombo. Desse mocambo, todos os cristãos escolheram como devotos para reverenciar São Joaquim, Pai de Nossa Senhora.

Hoje a Vila de Curiaú é considerada um Sítio Histórico e Ecológico, cuja população é constituída de negros remanescentes de escravos. (Perfil Amapá).

No dia 25 de julho os habitantes da histórica Mazagão Velho comemoram a Festa de São Tiago. Situada a 36 km da sede do município (Mazagão Novo), às margens do rio Mutuacá, foi fundada em 1770 com objetivo de abrigar 163 famílias de colonos portugueses vindos da costa africana em decorrência dos conflitos político-religiosos entre portugueses e muçulmanos que ainda por lá perduravam. Essas famílias e seus escravos chegaram no local por volta de 1771. A partir de 1777, em reverência a São Tiago, reviveram as batalhas que cristãos e muçulmanos travaram no Continente Negro.

O evento fundamenta-se na lenda que conta o aparecimento de São Tiago como o anônimo soldado que lutou heroicamente contra os mouros. A lenda enfoca vários personagens e passagens interessantes. Desde a conquista das terras africanas, os lusitanos, fervorosos católicos, tentaram obrigar os muçulmanos a se tornarem cristãos e aceitarem a fé em Cristo e o batismo de sua religião. Esse fato provocou a reação dos seguidores de Maomé que declararam guerra aos cristãos, estes liderados na época pelos capitães Atalaia, Jorge e Tiago. Durante dias ocorreram batalhas acirradas com grande vantagem para os lusitanos que se aquartelaram, resistindo aos constantes ataques dos mouros. Estes, chefiados pelo Rei Caldeira, vendo que não venceriam seus antagonistas, imaginaram e armaram uma cilada. Esta cilada consistia em pedir o fim da guerra e entregar aos capitães cristãos maravilhosos presentes em forma de iguarias. Os cristãos receberam os presentes com grande surpresa e imediatamente desconfiaram que pudessem estar envenenados. Assim jogaram uma parte da comida na granja dos mouros, onde ficavam os animais, e guardaram a outra objetivando uma contra-ofensiva. Sem nada saber da desconfiança dos cristãos os mouros precipitadamente confiaram na vitória da cilada que armaram e, à noite, deram um baile de máscaras, estendendo o convite aos cristãos que quisessem passar para o seu lado, sem que pudessem ser reconhecidos pelos seus superiores.

Foto 6- Retrato da Festa São Tiago. Cavaleiro com o traje típico.



Fonte: Nazaré Guimarães-julho de 2011.

Os cristãos compareceram mascarados à festa levando a parte da comida que haviam recebido como presente dos mouros e a distribuíram aos seus inimigos, que dançavam, bebiam e comiam. Quando amanheceu o dia algumas autoridades mouras que costumeiramente visitavam a granja se depararam com os animais mortos e chegaram a ver restos da comida oferecida por eles aos cristãos. Imediatamente correram para despertar os soldados, ainda ressacados da festa, e constataram algo pavoroso, muitos jaziam mortos por haverem comido o presente dos cristãos e entre eles estava o Rei Caldeira, seu Chefe supremo. O filho do Rei Caldeira, denominado Menino Caldeirinha, assumiu o trono. Na manhã do outro dia os cristãos aproveitaram o desespero e a desorganização de seus inimigos para atacá-los. Porém, antes do ataque eles se confessaram e prepararam-se espiritualmente fazendo um juramento. Daí, movidos pela fé, iniciou-se uma luta sem precedentes, só amenizada por volta de meio-dia, quando os mouros, aproveitando o descanso dos cristãos, mandaram um vigia denominado de Bobo Velho para tentar persuadir seus conterrâneos que haviam se convertido ao Cristianismo a retornarem para seu lado. Além disso, o Bobo Velho poderia espionar o estado em que se encontrava a força dos seus inimigos. Os cristãos

perceberam que o Bobo Velho era mais uma trama dos mouros, mas mesmo assim deixaram-no se aproximar do acampamento. Quando ele chegou perto, apedrejaram-no jogando qualquer objeto que encontravam a seu alcance, enquanto o Bobo Velho desesperado corria assustado.

No final da tarde, antes de iniciar a batalha, os cristãos mandaram o Atalaia espionar os mouros. Ele arrebatou a bandeira do acampamento mouro, mas foi descoberto pelos inimigos que o feriram. Mesmo ferido de morte o Atalaia conseguiu chegar próximo de seu acampamento e lá atirou a bandeira a seus companheiros dando gritos de alerta. Em represália, os mouros decapitaram-no, espetaram sua cabeça em vara e colocaram-na junto ao muro do acampamento cristão para que estes ficassem com medo. Ainda com planos para vencer os cristãos, o rei Caldeirinha mandou que seus soldados fizessem uma passeata ao redor do acampamento a fim de raptar as crianças cristãs, que curiosas, foram facilmente apanhadas. Depois do êxito do plano elas foram vendidas e o dinheiro arrecadado serviu para comprar armas e munição. Quando os cristãos souberam do roubo de suas crianças iniciaram uma batalha carregada de grande heroísmo e fé. O Rei Caldeirinha ainda propôs a troca do corpo do Atalaia (que haviam levado para o acampamento) pela bandeira moura em poder dos cristãos. Estes acertaram a troca, mas na hora receberam o corpo e não entregaram a bandeira. A batalha recomeçou com essa atitude e, ao entardecer, os cristãos pediram a Deus que prolongasse o dia de que pudessem vencer tão desesperada luta. Assim, parecia que o dia estava se prolongando e os cristãos foram vencendo as batalhas que se sucediam até que o jovem Rei Caldeirinha foi aprisionado, enquanto os seus soldados fugiam. Mortos muitos fiéis mouros, os cristãos rejubilaram-se pela vitória agradecendo a Deus e, em passeata, levaram o rei mouro vencido. À noite, depois de tudo, organizaram um baile chamado “*Vomunê*”, que vem simbolizar a vitória alcançada por eles. (Amapá - SETUR).

Atualmente a Festa de São Tiago faz parte do calendário cultural e religioso do Estado do Amapá, onde a comunidade de Mazagão Velho neste período recebe turistas de todo o Brasil e até do exterior e o evento é retratado por pessoas que participam como figurantes dos personagens revivendo todo o contexto da história.

Foto 7- Baile de Máscara na Festa de São Tiago.



Fonte: Nazaré Guimarães-Julho de 2011.

A festa do Marabaixo é em homenagem ao Divino Espírito Santo e foi criada pelos escravos negros que foram trazidos para Macapá no século XVIII para construir a Fortaleza de São José. A tradição do Marabaixo foi passada pelos escravos aos seus descendentes que vivem na Vila do Curiaú, a 8 km de Macapá, e também aos municípios de Mazagão e Macapá.

A dança do Marabaixo é praticada com maior intensidade em Macapá, no antigo bairro do Laguinho, hoje denominado Julião Ramos, em homenagem ao grande líder negro. O Marabaixo é um ritual de origem africana que se realiza na dependência das comemorações da Semana Santa, a partir do Domingo de Páscoa, e dura meses. O ponto alto da festa acontece no começo de novembro, com o Encontro dos Tambores, em Macapá, que normalmente acontece no Centro de Cultura Negra, localizado no mesmo bairro citado anteriormente. Durante quatro dias as pessoas cantam e dançam o Marabaixo. Para garantir a energia dos dançarinos, é servida uma bebida chamada gengibirra, que é feita de gengibre ralado, cachaça e açúcar.

A Festa do Marabaixo homenageia a Santíssima Trindade e o Divino Espírito Santo através de missas e ladainhas, tendo também seu lado profano, caracterizado por danças e músicas, esta normalmente improvisada, carregada de tristeza ou alegria, traduzindo-se saborosamente os sentimentos e o dia-a-dia da comunidade.

Atualmente a festa do Marabaixo faz parte do calendário cultural do Estado do Amapá, objetivando preservar as tradições da cultura amapaense, e tem o apoio do governo do estado e empresariado local.

Foto 8- A dança do Marabaixo.



Fonte: SETUR- Governo do Amapá

O Estado do Amapá possui algumas Lendas. Dentre elas destacam-se A Lenda da Pedra do Guindaste o Fenômeno a Lenda da Pororoça.

A Pedra do Guindaste localiza-se dentro do Rio Amazonas, ao lado da Fortaleza, onde se encontra uma imagem de São José, Santo Padroeiro de Macapá abençoando, a cidade. Segundo as lendas e alguns moradores da Rua da Praia e Igarapé das Mulheres é original do lugar. Outros, afirmam existir a possibilidade de ter sido posta no lugar pelo fato que toda a área é formada de barranco. Outra hipótese é de que a pedra tenha vindo do rio Pedreira em barcos, junto com algum carregamento de pedras, para a construção da Fortaleza. (Perfil do Amapá).

Foto 9- Pedra do Guindaste.



Fonte: Maksuel Martins- fotógrafo profissional-2011.

O Fenômeno da Pororoca, que ocorre na região Amazônica, é formado pela elevação súbita das águas junto à foz, provocada pelo encontro das marés ou das correntes contrárias, como se estas encontrassem um obstáculo que impedisse seu percurso natural. Quando ultrapassa esse obstáculo, as águas correm rio adentro com uma velocidade de 10 a 15 milhas por hora, subindo a uma altura de 3 a 6 metros. No Estado do Amapá, ela ocorre na Ilha do Bailique, na “Boca” do Rio Araguari, no canal do Inferno da Ilha de Maracá, em diversas partes insulares e com maior intensidade nos meses de janeiro a maio. Existem várias explicações da causa da Pororoca, porém a principal consiste na mudança das fases da lua, principalmente nos equinócios, com maior propensão da massa líquida dos oceanos, força que na Amazônia é percebida há mais de mil quilômetros. O barulho ensurdecedor ouve-se com até duas horas de antecedência à vinda da “cabeceira” da Pororoca. Quando ela passa, formam-se ondas menores, os “banzeiros”, que violentamente morrem nas praias. O fenômeno atrai muitos turistas que gostam e praticam o surfe. Hoje o surf na Pororoca é considerado uma atração internacional do Brasil no rio Araguari, por contar com a participação de surfistas do Brasil e do exterior neste fenômeno amapaense. (Perfil do Amapá).

Foto 10- Fenômeno da Pororoca.



Fonte: Blog do Edu ambiental.

Educação Superior Pública no Estado do Amapá: A UNIFAP em foco

Foto 11- UNIFAP.



Fonte: www.unifap.br

Nos últimos vinte anos o Estado do Amapá passou por mudanças no campo político econômico e social. As mudanças ocorridas no campo político influenciaram diretamente a adoção de políticas públicas em todos os setores. No âmbito educacional, desde o ex-Território, as políticas públicas eram todas definidas pelo governo federal e o setor educacional foi privilegiado no que tange à construção, manutenção de escolas e contratação de professores e técnicos para exercer a docência no ensino fundamental e médio. A concretização do Ensino Superior no Território do Amapá ocorreu somente no início da década de 1970, quando a Secretaria de Educação, necessitando qualificar o quadro de professores que atuavam nas escolas e ainda atender uma antiga aspiração desses professores em obterem qualificação, celebrou um Convênio com a Universidade Federal do Pará, através de sua Pró-Reitoria de Extensão, objetivando habilitar 500 professores nos cursos de Licenciatura Curta¹ em Letras, Geografia, História, Matemática e Pedagogia, instalando-se assim o Núcleo de Educação de Macapá (NEM/UFPA). Iniciou suas atividades acadêmicas em escolas da rede pública com o objetivo de oferecer estudos em nível de graduação a estes professores do ensino fundamental público que tinham sido aprovados em processo seletivo específico. Segundo Ferreira (2005, p. 162) a instalação do NEM ocorreu em janeiro de 1971, no antigo Ginásio de Macapá, hoje Escola Integrada de Macapá, depois foi transferido para o já extinto Instituto de Educação do Território do Amapá. Outros locais em que esteve instalado foram as atuais Escolas Tiradentes, Emílio Médice e Barão do Rio Branco.

De acordo com o os termos do convênio GTFA/UFPA, os cursos que foram ofertados nesta fase inicial do NEM foram os seguintes:

- 1) Licenciatura Polivalente de 1º Grau em: Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais (em cinco etapas letivas);
- 2) Licenciatura Monovalente de 1º Grau em Artes Práticas nos setores:

Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar (em três etapas letivas);

- 3) Pedagogia para o 1º Grau, com habilitação em: Administração Escolar e Supervisão Escolar (em duas etapas letivas);

¹ Criada pela Lei Nº. 5692/71 (artigo30) como formação mínima para o exercício do magistério no ensino de 1º. Grau, de 1ª a 8ª. Série. Foi extinta em consequência do que dispõe o artigo 62 da Lei 9394/96 (Ver Parecer CNE/CES n.630/97 e Parecer CNE/CES n.2, de 19/05/99).

- 4) Formação de Professores de 1º Grau, nível de 2º Grau para o exercício de 1ª a 4ª série e de 1ª a 6ª série (quatro etapas letivas).

Somente no início da década 1980 as atividades passaram a ser desenvolvidas onde se encontra atualmente a UNIFAP, na Rodovia Juscelino Kubitschek, km 2.

A UNIFAP contava na época, com 04 blocos para sala de aula e 01 para administração, sendo implantados os cinco primeiros cursos, todos com habilitação para o magistério.

Na época de 1980, foi proporcionada a complementação dos estudos para todos os cursos ofertados anteriormente a exceção do curso monovalente e, com a finalização de dois anos de estudos, os concluintes colaram grau e receberam o título de Licenciatura Plena, tendo a Pedagogia as habilitações em Administração Escolar e Supervisão Educacional. Em meados de 1980 foi ofertado outro vestibular para Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitações em Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

É importante destacar que todo este percurso o Núcleo de Educação do Amapá foi Coordenado pela competente Professora Maria Alves de Sá, que também exerceu a função de docente.

A Fundação Universidade Federal do Amapá, hoje Universidade Federal do Amapá, (UNIFAP), foi criada pelo Decreto N°. 98.997, de 02 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União N°. 43, de 05 de março de 1990, nos termos da Lei N°. 7530, de 29 de agosto de 1986, que autorizava o Poder Executivo a instituí-la.

Conforme Ferreira (2005, p.163) a partir desta data a Coordenadora do NEM foi nomeada pelo Ministro da Educação como a primeira Reitora *Pró-Tempore*, passando a acumular os cargos, fato que se configurou com a existência do NEM com a UNIFAP, o que perdurou até 1992.

Em 1991 a UNIFAP começou funcionar após a realização de exames vestibulares para os nove Cursos de Graduação inicialmente concebidos: Bacharelado em Direito, Secretariado Executivo, Enfermagem, e as Licenciaturas em Pedagogia, Geografia, História, Matemática, Letras e Educação Artística.

A instalação da UNIFAP na cidade de Macapá foi motivo de alegria para a população local, pois a comunidade pôde a partir de sua instalação vislumbrar a possibilidade de ingresso no ensino superior para todos que desejavam especialmente os jovens que tinham concluído o ensino médio.

Foto 12- Visão aérea da UNIFAP.



Fonte: www.unifap.br

Durante estes vinte e dois anos de existência a UNIFAP teve cinco Reitores *Pró-tempore*.

Somente em 2002 o Governo Federal reconheceu o direito de a UNIFAP promover eleição direta para reitor tendo sido eleito o Professor João Brazão da Silva Neto pelo período de quatro anos. O mesmo candidatou-se a reeleição, mas perdeu a vaga para o atual reitor Prof. Dr. José Carlos Tavares que se encontra em seu segundo mandato consecutivo. (2006 até a presente data).

A UNIFAP na busca de ampliar o número de Cursos no Campus denominado de “Campus Marco Zero”², cria e implanta em 1998 o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais e em 1999 o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas. Permanecendo o incessante desejo de oferecer mais cursos para atender a demanda educacional em 2003 é criado e implantado o curso de Licenciatura Plena em Física, em 2004 o Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e em 2005 a Licenciatura Plena em Física. A partir de 2008 foram criados e implantados os cursos de Bacharelado em Ciências Ambientais, Bacharelado em Ciências Farmacêuticas, Licenciatura Plena em Educação Escolar Indígena, Licenciatura em Educação do Campo e Bacharelado em Medicina, e em 2010 foram implantados os cursos de Bacharelado em Jornalismo e Relações Internacionais, totalizando vinte e dois cursos sendo 10 de Bacharelado e 12 de Licenciatura.

Atualmente a UNIFAP conta com cinco campi sendo um em Macapá com 5283 alunos matriculados, (Campus Marco Zero do Equador) um no município de Santana com 236 alunos matriculados, (Campus Município Santana) um no município de Oiapoque com 157 alunos matriculados (Campus Universitário Norte), um campus em Laranjal do Jari com 109 alunos matriculados (Campus Universitário Sul) e um Campus de Mazagão com 58 alunos matriculados totalizando 5843 alunos. (UNIFAP-Pesquisador Institucional. 2010).

Além disso, a UNIFAP oferta cursos de graduação na modalidade Educação à Distância através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2001 a UNIFAP deu início as atividades de ensino a distância por meio de programas desenvolvidos em colaboração com as instituições do Governo Federal, com a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) e a Universidade Virtual Pública do Brasil (Unirede) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) com os seguintes cursos:

- 1- Curso de extensão “TV Escola e os Desafios de Hoje” (2002;2003;2004;2005).
- 2- Licenciatura em Matemática na condição de Polo da UFPA (2006-2011).
- 3- Curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental (2006)- ofertado pelas instituições: UNIFAP/UFPA/MMA/Banco Mundial /BASA.
- 4- Mídias na Educação 1ª, 2ª e 3ª Oferta Ciclo Básico; 1ª, 2ª e 3ª Oferta do Ciclo Intermediário; 1ª Oferta do Ciclo Avançado- Especialização.
- 5- 1ª Oferta do Curso Escola de Gestores- Especialização.

² É denominado Campus Marco Zero em homenagem ao Monumento do Marco Zero do Equador que fica próximo da Instituição.

Atualmente a UNIFAP oferta os cursos de Graduação de Licenciatura em Matemática e Educação Física na modalidade a distância.

A UNIFAP tem como demanda e preocupação social uma ação que esteja voltada para a melhoria das condições de vida das populações do Estado. No período compreendido entre os anos de 1991 a 2009, a instituição desenvolveu parcerias institucionais com a Secretaria Estadual e Secretarias Municipais de Educação do Estado do Amapá e também com a Secretaria do Município de Afuá pertencente ao Estado do Pará para garantir a formação continuada aos professores que atuam nas redes públicas de ensino, em diferentes habilitações. No contexto destas ações se inserem o Programa Especial de Complementação Pedagógica para professores da Rede Estadual de Ensino para atuação no ensino médio profissionalizante e o Curso de Especialização em Saúde da Família em convênio com o Ministério da Saúde e Secretária de Saúde.

Em continuidade ao processo de formação via convênio com a Secretaria de Educação e Ministério da Educação está sendo realizado o curso de licenciatura para os professores que atuam na rede de ensino público denominado Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Além dos cursos de graduação a UNIFAP tem sete cursos de pós-graduação, sendo cinco de Mestrado e dois de Doutorado. Já promoveu três Cursos de Mestrado via MINTER concluídos no ano de 2001 sendo dois em convênio com a UNICAMP em Linguística e História Social e um em Convênio com a UNB em Desenvolvimento Sustentável concluído em 2003, e ainda um Curso de Doutorado em convênio com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA concluído em 2009.

Atualmente está realizando um Curso de Mestrado em Rede denominado Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) em convênio com o Ministério da Educação iniciado em 2011. Também esta realizando um Curso de Doutorado em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia via DINTER iniciado em 2010 e está em fase de defesa a primeira turma do curso de Doutorado em Biodiversidade realizado em convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/AP) e com o Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá. (IEPA).

A UNIFAP através da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC) desenvolve vários projetos de extensão universitária nos municípios de Macapá Santana, Serra do Navio e Porto Grande em diversas áreas do conhecimento. No ano de 2011 foram apresentados 27 projetos de extensão em várias áreas temáticas e institucionalizou 19

eventos, junto ao Departamento de Extensão visando a participação da sociedade acadêmica em geral. Estes projetos têm como objetivo promover uma troca de saberes entre a Universidade e a sociedade, uma vez que busca nessa sociedade os problemas eminentes e as soluções que a população emprega diante deles e ao retornar para à Universidade deve promover sua retroalimentação para novos conhecimentos e pesquisa da realidade social.

Dentre estes projetos tem destaque ao Projeto Pró-Estudante que é dividido em: Pró-Estudante Assessoria Estudantil, Pró-Estudante Esporte e Lazer, Pró-Estudante Cinegrafia, Pró-Estudante Cultura, Pró-Estudante Inclusão Digital, Pró-Estudante Látex e Pró-Estudante Idiomas.

Também são realizados os Programas da Saúde de pessoas com diabetes Mellitus, a Universidade da Terceira Idade (UMAP), o UNIFAP Pré-Vestibular (UPV), o Restaurante Universitário (RU) e os auxílios aos estudantes: fotocópia, alimentação, moradia e transporte.

Conforme o relatório de 2011 a PROEAC já atendeu um público de 10.675 pessoas, envolveu 97 docentes, 98 alunos bolsistas, 128 alunos não bolsistas e 12 técnicos. (Ver tabela 1, no Anexo 2).

Conhecidos os contextos da pesquisa, no próximo capítulo apresento algumas políticas educacionais que convergem para a auto avaliação das universidades brasileiras.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DAS REFORMAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar de forma resumida as mudanças ocorridas nas políticas públicas no campo da avaliação mais precisamente no que tange à avaliação do ensino superior desde a década de 1930 até os dias atuais.

2.1 Políticas Públicas, o redirecionamento do papel do Estado e as Reformas Educativas

Para o desempenho de suas funções, o Estado estabelece, implementa e avalia políticas públicas.

As mudanças ocorridas no campo político influenciou diretamente a adoção de políticas públicas em todos os setores. No âmbito da educação as Políticas Públicas no Brasil têm passado por constantes discussões e revisões considerando-se as formas pelas quais tem sido apresentado, com o propósito de adequar o sistema educacional ao processo produtivo. (CATANI, 2002, p.35).

Outros autores tanto nacionais como internacionais também discutem a questão da relação educacional com o setor produtivo³ e sua compreensão sobre a temática começando por conceituação de políticas públicas, neste estudo serão priorizados os conceitos de Belloni, (2000) e Espinosa (2009). Para Espinosa (2009, p.3) políticas públicas é um conjunto de opções coletivas interdependentes que se associam a decisões que adotam os governos e seus representantes e que são formuladas em diversas áreas, tais como: defesa saúde educação, bem estar, previdência social, entre outros. Já Belloni et.al. (2000, p.44) sintetizam afirmando que política pública é a ação intencional do Estado junto à sociedade. Por este estudo tratar-se de uma questão educacional, serão considerados argumentos de Espinosa, que afirma que uma política educacional inclui explicita ou implicitamente pelo menos os elementos: 1) justificção para considerar o problema a ser abordado; 2) um propósito a ser alcançado pelo sistema educacional; 3) uma teoria de educação e 4) um conjunto de hipóteses que explique como este propósito será alcançado.

³ Exemplo: Dourado, Coraggio.

Nos últimos anos a literatura referente ao ensino superior, sobretudo aquela que analisa a política educacional do setor tem apontado como características fundamentais das políticas públicas a adoção de medidas neoliberais e o alinhamento às diretrizes dos organismos internacionais. (Dourado, 2002; Saviani, 1997, 1998; Pinto, 2002; Gentili, 1995, 2001; Dias, 2003). Essas características incluem a redefinição dos parâmetros de financiamento da educação (Pinto, 2002; Oliveira, 2001a;) massificação e privatização do ensino superior (Trindade, 2002; Dourado; Oliveira; Catani, 2003), diversidade e diferenciação de cursos e instituições de ensino superior (Catani, Oliveira, 2002; Cunha, 2002; Silva Jr, Sguissardi, 2001) e implantação de sistemas externos de avaliação das instituições (Dias Sobrinho, 2003).

Segundo Sousa (2008, p.81), a centralidade assumida pela avaliação na política educacional, tanto em âmbito internacional quanto nacional, aumentou o interesse do Estado pela avaliação, configurando o que passou a ser denominado de **Estado Avaliador** cujas funções se alinham ao controle, à fiscalização e à intervenção.

Para Afonso (2000, p.49) essa expressão Estado avaliador quer significar em sentido amplo, que o Estado vem adotando um **ethos** competitivo passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos.

Segundo Real (2008, p.20) esse foco do Estado em práticas avaliativas tem possibilitado traduzir as ações educacionais implementadas em um modelo de “Estado Avaliador” que, em sua essência, contrapõe-se a um modelo de “Estado provedor” e financiador da educação. A autora afirma que a busca pela qualidade na educação, intentada nos últimos anos, foi à base sob a qual foi engendrada a política de avaliação no país, sendo que a qualidade foi considerada, ao mesmo tempo, como objeto e motivação da sistemática de avaliação adotada, em um período em que esta se tornou uma das questões centrais no campo do ensino superior (REAL, 2008, p.87).

Conforme Dias Sobrinho (2000, p.60) concepções de qualidade podem ser apreendidas, pois emergem de contextos concretos ao serem materializados em documentos e ações, a partir dos consensos resultantes das correlações de força. O autor explicita que a noção de qualidade é uma construção social, variável conforme os interesses dos grupos organizados dentro e fora da universidade. A discussão sobre a qualidade educacional perpassa a avaliação, uma vez que esta se constitui em um dos mecanismos de sua viabilização. Para avaliar a qualidade é necessário definir critérios e indicadores capazes de

estabelecer graus de comparação, pois se considera qualidade um conceito comparativo, na medida em que explicita a adoção de valores específicos em detrimento dos outros residindo nessa questão um dos fatores de sua complexidade. (DIAS SOBRINHO, 2005, p.53).

2.2 A trajetória da avaliação nas políticas educacionais brasileiras – uma breve retrospectiva para situar a problemática investigada

Falar sobre o tema avaliação é algo complexo e torna-se mais desafiante, quando a compreensão das questões relativas à temática exige que se procurem novos olhares que revelem também a compreensão da relação com a sociedade, os limites da prática avaliativa e as possibilidades que dela possam emergir como um mecanismo de transformação de uma dada realidade. Para uma melhor compreensão farei um rápido resgate das políticas de avaliação desenvolvidas no Brasil.

Embora não seja o objeto deste estudo discutir as políticas de avaliação da aprendizagem, torna-se difícil fugir da temática, visto estes estudos terem sido iniciados neste foco, portanto farei um breve relato, para centrar na questão avaliação institucional.

Os estudos relativos à avaliação começaram a se desenvolver de modo sistematizado no início do século XX, com Robert Thorndike, cujo objetivo principal foi elaborar testes e medidas educacionais capazes de aferir mudanças no comportamento humano. Essa concepção de avaliação prosperou nos Estados Unidos nas duas primeiras décadas do século XX, resultando no desenvolvimento de testes padronizados para medir habilidades e aptidões dos alunos.

Conforme o pesquisador Dias Sobrinho (2003, p.18), a expressão “avaliação educacional” apareceu pela primeira vez com Ralph Tyler em 1943. O autor afirma que nesta época o papel essencial da avaliação era averiguar até que ponto os objetivos educacionais traçados estavam sendo alcançados pelo currículo e pelas práticas pedagógicas.

Somente a partir dos anos 1960 começam surgir no Brasil indícios de discutir uma avaliação voltada para o ensino superior em termos de avaliação institucional. No período de junho a setembro de 1965, Rudolph Atcon, a convite da Diretoria do Ensino Superior (DES), do Ministério da Educação e Cultura, realizou um estudo para reformulação da estrutura das universidades brasileiras. Esta assessoria deu origem ao documento “Rumo à

Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira” que foi publicado pelo MEC em 1996, conhecido como “Plano Atcon” (ZANDAVALLI, 2009, p.388).

É importante destacar que o Brasil de 1964 a 1985 foi dirigido pelo governo militar. A política educacional do regime militar brasileiro submetia a educação à produção, tornando-se universal a noção que a educação promoveria rapidamente o desenvolvimento do país. Dias Sobrinho (2003, p.68) destaca que o governo, para obter uma maior eficiência, exerceu severo controle ideológico sobre as instituições educacionais, intervindo rigidamente nas universidades, tanto na esfera administrativa quanto na docência e na pesquisa. Neste cenário ocorreu a reforma universitária de 1968.

As mudanças na estrutura social, nos aspectos geopolíticos e econômicos, na organização do trabalho e nos papéis dos Estados nacionais a partir de meados de 1970, produziram entre outras consequências, o deslocamento da educação superior para o centro dos debates e da formulação de políticas para o desenvolvimento econômico e social. (PEIXOTO, 2009, p.11).

Para Dias Sobrinho (2003, p.23), a avaliação passa a ser nos anos 1970 e seguintes, além de uma área de muitas práticas, um importante objeto de estudos, pois uma vasta produção teórica começa a se consolidar em revistas específicas e livros. Algumas universidades criam cursos de formação em avaliação e organizações profissionais se constituem. Proliferam seminários e congressos na área. A avaliação ganha importância e visibilidade para além das salas de aula e das instituições educacionais, surgindo a necessidade de avaliar as próprias avaliações o que se denomina de meta-avaliação. Em outras palavras, a própria avaliação se transforma em objeto por parte da comunidade a ela dedicada.

Em 1977, foi implantado no Brasil pelo Ministério da Educação, via Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um sistema de avaliação da Pós-Graduação.

Ao redor do mundo, com as agendas liberais impulsionadas pelo Banco Mundial no final dos anos 1980, a avaliação institucional na educação vai se configurando como mensuração de desempenho organizacional. Essa concepção influencia na elaboração de políticas educacionais definidas na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontiem, em 1990.

Com o processo de globalização crescente, firma-se a necessidade de reformas institucionais no sistema de ensino e a adoção de práticas de gestão afinadas com os pressupostos de paradigmas centrados na eficácia e eficiência. Assim, a avaliação

institucional configura-se como um instrumento para medir a produtividade na gestão educacional. (TRINDADE, 2007, p. 389).

Silva (2008, p.43) informa que a partir desta década, a avaliação assume centralidade no contexto educacional de muitos países e vários estudiosos que realizam pesquisas nas áreas da política, gestão e educação passam a usar a expressão Estado Avaliador, na condição de crítica às concepções e usos da avaliação no campo educacional. Dentre deles destaca-se em Portugal Almerindo Janela Afonso e no Brasil José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff, que desenvolvem projetos e pesquisas sobre a avaliação institucional.

A avaliação como estratégia de governo se fortalece, sobretudo em virtude da adesão do governo brasileiro ao neoliberalismo, desde 1990, e ganha legalidade nos textos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e no conjunto de documentos legais (resoluções e decretos) que se seguem. Em 1991 o governo implanta o Sistema Nacional de Avaliação e cria diversos programas de avaliação para todos os níveis de ensino. Com isto, no Brasil as políticas e reformas educacionais passam a ser desencadeadas pelo MEC, principalmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Na educação básica criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1995; Atualmente, além do exame de amostragem (SAEB), foi criada a Prova Brasil em 2005, para avaliar o desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática em cada unidade escolar, e em 2007 o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), para monitorar o andamento das políticas públicas para a análise combinada do desempenho dos alunos nos exames Prova Brasil e SAEB e das taxas de aprovação de cada escola.

Para avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Médio em 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em se tratando de Ensino Superior foram criadas diversas políticas de avaliações: em 1983 o Programa de Avaliação de Reforma Universitária (PARU), em 1986 o Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (GERES), e 1993 o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), em 1995 foi criado o Exame Nacional de Curso (ENC), em 2004 foi instituído através da Lei 10.861, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) que implantou o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) para substituir o ENC. Todas estas políticas serão detalhadas posteriormente.

2.3 A redefinição do papel do Estado e as políticas públicas de avaliação

Nos anos 1990, destaca-se a atuação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial como impulsionadores externos das reformas educacionais. Segundo Coelho, (2008.p.235) foi criado um grande projeto de educação mundial, denominado Plano Decenal de Educação para Todos com financiamento pelas agencias UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD e Banco Mundial) tendo como principal eixo a ideia da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (NEBAS), lançado para a década que se iniciava, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien na Tailândia em março de 1990.

A partir daí as funções do Estado e da sociedade civil são redefinidas especialmente no âmbito educacional. Documentos de políticas, de âmbito nacional ou regional⁴, estabelecem esse reajuste de papéis e pregam a conjugação de esforços e energias para a sustentação da ação implementada pelo poder público, a emergência de um consenso em torno de “valores positivos”, como a competitividade e o utilitarismo e da necessidade de conferir um novo papel à cidadania.

As políticas educacionais implantadas ao longo da década de 1990, no Brasil e na maior parte de outros países da América Latina, traduzidas em diferentes reformas em todos os níveis de ensino, trouxeram a marca da regulação e do controle, numa perspectiva de ajuste às medidas econômicas impostas pelos organismos internacionais aos países em desenvolvimento, buscando contribuir para a consecução da reforma do Estado. Vale ressaltar que, as políticas educacionais não são determinadas pelas mudanças no papel do estado, mas são partes constitutivas dessas mudanças dando visibilidade e materialidade às mesmas e ao próprio estado.

Assim, as políticas públicas educacionais surgem no cenário da globalização como uma forma de regulação social e de ajuste estrutural, enquanto mecanismo formal (Estado) e informal (sociedade civil) que estruturam o conjunto de setores da vida social, política e econômica, na dimensão pública e privada e que, no caso específico do Brasil, apontam para uma concepção produtivista e mercantilista, procurando desenvolver

⁴ Dentre os documentos de política, podem ser citados: Brasil/MEC, Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003); Brasil/MEC, Planejamento Político-estratégico, (1995-1998); Brasil/MEC/INEP, proposta para o documento: Roteiro e metas para orientar o debate sobre o Plano Nacional de Educação, (1993); Amapá/SEED, Plano Decenal de Educação para Todos, (1993-2003).

habilidades e competências definidas pelo mercado, o que possibilitaria a empregabilidade (FRIGOTTO, 2001, p. 64).

Segundo Freitas (2004, p. 148) a educação na década de 1990 passou a ser entendida como serviço e não mais como um direito, pois a escola e a universidade deixaram de ser percebidas como instituição e passaram a ser entendidas como organização.

O autor ainda afirma que nestes parâmetros o conceito de avaliação que emergiu privilegiou a avaliação externa em todos os níveis de ensino, sob a lógica da competitividade entre as organizações ou entre os professores, em que a qualidade era o produto da própria competição e não uma construção coletiva, a partir de indicadores legitimados socialmente.

Na gestão pública da educação brasileira, registra-se a primeira iniciativa de organização de uma sistemática de avaliação do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional no final de 1990. Essa sistemática é denominada pelo MEC, a partir de 1991 de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Define-se por SAEB um sistema de monitoramento contínuo, capaz de subsidiar as políticas educacionais, tendo como finalidade reverter o quadro de baixa qualidade e produtividade do ensino, caracterizado essencialmente, pelos índices de repetência e evasão escolar.

O SAEB toma como um dos indicadores de avaliação de desempenho, provas de uma amostra dos alunos do ensino fundamental e médio, de todas as Unidades Federadas. Souza (2002), afirma que segundo o Relatório Nacional do Sistema de Avaliação do Ensino Básico de 1990 pretendia-se, com o estudo do rendimento dos alunos, “detectar primeiramente os problemas de ensino-aprendizagem existentes e, em segundo lugar, determinar que condições de gestão, de competência docente, de alternativas curriculares, etc. são obtidos os melhores resultados e que áreas exigem uma intervenção para melhorar as condições de ensino.” Em 1991 ocorreu à primeira aplicação do SAEB, continuando até os nossos dias e vem sendo realizados a cada dois anos, assim, o sistema se aperfeiçoou e foi implantada uma nova versão do Saeb intitulada de Prova Brasil.

O governo federal, dando continuidade às políticas de gestão e de avaliação educacional, implanta o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998, através da Medida Provisória nº 1018/95. Atualmente, este exame é um dos maiores realizados no país e tem como objetivo avaliar as competências e o rendimento dos alunos, ao término do Ensino Médio. De 1998 a 2008 o exame foi realizado em todo o Brasil distribuído por estados e

municípios. Em sua concepção original este exame não era obrigatório, hoje é um dos exames mais concorridos no país visto o Ministério da Educação ter definido junto às universidades uma cota de vagas para o acesso ao ensino superior proveniente da nota obtida no referido exame.

O MEC preocupado com a questão das políticas de avaliação nessa modalidade de ensino vem introduzindo mudanças gradativas no âmbito educacional e algumas universidades públicas e privadas já estão adotando alternativas de acesso ao ensino superior com o percentual de pontuação da nota do ENEM. Em 2009, institui formalmente essas mudanças através da Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009, e muitas das universidades públicas federais estão adotando a pontuação do ENEM para garantir o acesso ao Ensino Superior. Segundo o INEP em 2012, 90% das universidades Federais aderiram o ENEM como ingresso ao ensino superior.

2.4 Políticas de Avaliação para o Ensino Superior

Segundo Maués (2009, p.1) as últimas décadas têm sido pródigas no que diz respeito às mudanças estruturais em todos os campos do conhecimento, especialmente às concernentes à educação. Em razão da globalização, os Estados nacionais se reestruturam, fazendo a transição de modo de governança, passando de uma administração burocrática para a gestão empresarial. Essa mudança foi justificada como forma de agilizar os serviços prestados pelo Estado, que estava, segundo a ótica dos reformadores, pesado, burocratizado, o que o tornava pouco ágil e eficiente.

“A autora afirma que a reforma do Estado foi uma tendência mundial, e no Brasil não poderia ser diferente. Essa onda de modernização veio permitir maiores transações internacionais e facilidades para expandir os mercados, o que necessitava de alterações nas leis nacionais. É com base nessa lógica que a educação vai se estruturar, em todos os níveis, e o ensino superior sofre impactos mais fortes, uma vez que tem que se adequar ao modelo da globalização” (Maués, 2009, p.1).

Ela reforça que uma das grandes características da reforma é a modificação da administração, deixando (pelo menos nos discursos) de ser burocrática e centralizadora, para ser gerencialista e descentralizada. Na prática isto quer dizer que o estado deixa de executar uma série de serviços que lhe eram pertinentes, passando para outros níveis a incumbência de

ação, ficando com a responsabilidade de estabelecer as metas a serem atingidas e criando mecanismos de controle dos resultados obtidos. Essas mudanças fazem nascer o Estado regulador (Afonso, 2000, p. 49) ou o Estado avaliador (Broadfoot, 2000, p.52) nomes dentre outros, que são atribuídos ao Estado, em razão do novo papel que passa a desempenhar a partir dos anos de 1990. (MAUÉS, 2009, p.3).

O conceito do Estado Avaliador, expressa o modelo de gestão pública orientada para os resultados. Nesse modelo, o foco do controle passa dos processos para os resultados, substitui-se o controle formal pelo controle de resultados, por meio de avaliações finalísticas de resultados.

Neste contexto, justificou-se, a centralidade da avaliação da educação superior a incorporação do discurso do poder segundo o qual a avaliação tem de induzir modificações nas instituições de ensino com a finalidade de provocar mais competitividade. (RIBEIRO, 2012, p.304).

Essas novas concepções e conceitos oriundos das reformas que o país vivencia, já mencionados anteriormente, propiciam as novas formas de avaliação que são definidas pelo MEC, para atender as metas definidas pelos organismos internacionais que financiam a Educação Brasileira. Assim são realizadas reformas em todos os níveis de ensino e no ensino superior especialmente no que tange a avaliação.

A avaliação da educação superior ganhou importância central em todos os países que, no contexto de reforma dos Estados, com a finalidade de alcançar maior competitividade internacional, empreenderam políticas de transformação desse nível educativo. Entendida como elo importante das reformas, a avaliação da educação superior transbordou os limites propriamente educativos e se situou nos planos mais amplos de economia e política. (DIAS SOBRINHO, 2004, p, 708).

Conforme Dias Sobrinho (2004, p.705), avaliação e educação superior devem ser entendidas como fenômenos sociais e históricos. Ele explicita que os efeitos da educação superior, também têm impactos em toda a sociedade e complementa, a avaliação instrumentaliza as reformas educacionais, produzindo mudanças nos currículos, na gestão, nas estruturas de poder, nas configurações gerais do sistema educativo, nas concepções e prioridades da pesquisa, nas noções de responsabilidade social, enfim, com as transformações desejadas não somente para a educação superior propriamente dita, mas para a sociedade que se quer consolidar ou construir. (DIAS SOBRINHO, 2004, p.706),

O processo de avaliação da educação superior é uma prática desenvolvida em quase todas as universidades do mundo e é muito forte nos países como a França, os Estados Unidos e o Reino Unido. No Brasil segundo Santos Filho (2002, p.155), desde os anos 1930, com o estabelecimento do “Estatuto das Universidades Brasileiras”, passando pela Lei da Reforma Universitária de 1968, com suas subsequentes e detalhadas normatizações que vigoraram até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Estado vem regulando de forma minuciosa, centralizadora e burocrática, a estrutura e o funcionamento das instituições do ensino superior.

Por outro lado, implementou um consistente programa de “modernização” criando especialmente as novas estruturas institucionais e implantando a pesquisa e a formação de pesquisadores, através de sistema nacional de pós- graduação.

Sobre a questão, DIAS SOBRINHO (2003, p.68) afirma:

A reforma universitária de 1968, dando consequência à ideologia do “capital humano”, ainda que restringindo drasticamente as liberdades políticas, segundo a ideologia da segurança nacional, procurou dotar as universidades públicas de melhor infra-estrutura de pesquisa e ampliar a base de pesquisadores com o propósito de modernizar o país por meio de desenvolvimento tecnológico.

Neste período o governo militar (1964-1985) autorizou a abertura do ensino superior às iniciativas privadas em decorrência da escassez de recursos e da priorização da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, impõe seu poder intervindo diretamente nas universidades públicas no controle da gestão, reprimindo as manifestações públicas e banindo os intelectuais através de prisões e exílio. Como forma de controle, com o discurso de modernização, de dar mais eficiência as universidades, vai instalando gradualmente nos anos subsequentes, o regime de dedicação exclusiva e cria um sistema de pós-graduação. Ao mesmo tempo são criadas novas universidades federais⁵, priorizando-se a ampliação e melhora dos edifícios, bibliotecas e laboratórios e a implementação de medidas para a formação de pesquisadores, de acordo com o conceito de que a educação deve estar em função do mercado do trabalho e da produção, mas submetida rigorosamente à Lei de Segurança Nacional (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 69).

Segundo Zandavalli (2009, p.388), à primeira experiência de avaliação do ensino superior foi o Plano Atcon. Este tinha como objetivo realizar um estudo para a reformulação da estrutura das universidades brasileiras. Com este intuito o consultor Rodolph

⁵ 27 universidades só na década de 1960.

Atcon, contratado pelo Ministério da Educação visitou 12⁶ universidades, procurando verificar acontecimentos e processos que coadunassem com a perspectiva de modernização, assentada nos pressupostos norte-americanos de racionalidade, eficiência e eficácia das instituições. Esta assessoria deu origem ao documento intitulado “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, que foi publicado em 1966. Para Fávero (2006, p.31), este plano deve ser entendido à luz do momento político, na qual a educação estava atrelada à segurança nacional.

a) **Integração:** o êxito final (de nossas tarefas) depende de uma focalização sócio-econômica e educacional perante a América Latina. Por esta razão devemos criar imediatamente uma Cepal educacional para coordenar os estudos e os programas de ação como a Cepal econômica que já funciona. Este organismo educacional de alto nível deve estar qualificado e autorizado para: a) desenvolver uma filosofia educacional para o continente; b) organizar e manter estatísticas educacionais dignas de confiança; c) estabelecer programas de ação educacional e para todos os países; d) dar prioridade máxima a todas as questões educacionais e obter meios financeiros para operacionalizar tal política; e) criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas.

b) **Educação Superior:** o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade tem relação direta com o seu desenvolvimento educativo, mas na América Latina espera-se que a educação superior promova o progresso continental. Para tanto, a criação de um serviço de consultoria para as universidades deve ter a máxima prioridade.

c) **A universidade:** a universidade latino-americana deve consolidar sua autonomia e adquirir um grau de maior independência real. O melhor sistema legal para alcançar este grau de liberdade é a transformação da universidade estatal em fundação privada.

d) **Reforma administrativa:** a) centralização da administração universitária, conferindo a uma secretária geral todas as questões administrativas da universidade e criando pessoal administrativo novo, convenientemente adaptado a essa finalidade; b) desvinculação de todo o pessoal universitário de normas, regulamentos e limitações de salário que regem o serviço público; c) realização de contratos pessoais com todos os membros do pessoal administrativo e docente da universidade; d) estabelecimento de arquivo central de pessoal; e) criação de uma carreira universitária; f) eliminação da interferência estudantil na administração.

e) **Reforma fiscal:** a) promoção da independência financeira, ao conseguir que cada universidade disponha de subsídios globais anuais, semelhante ao sistema inglês e sem restrições; b) liberação de qualquer fiscalização estatal indevida; c) revisão de certas políticas e estabelecimento de um número limitado de categorias fixas, tais como salário, material além do controle realmente efetivo; d) colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante o período de dez anos.

⁶ UFPA, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFBA, UFMG, UFSC, UFRJ, UFSM, UFRS e PUCRS. Fávero (1991, p. 10).

Para Zandavalli, (2009, p.4) o Plano Atcon carrega grande importância para a avaliação, pois constitui um dos primeiros processos avaliativos oficiais da estrutura da universidade brasileira, porém no âmbito universitário o consultor e seu relatório não foram recebidos com entusiasmo.

Com esta rejeição ao Plano ATCON por parte da academia, Fávero (2006, p.31), afirma que em fins de 1967, o presidente Costa e Silva estabelece o Decreto nº 62.024, que institui uma Comissão Especial, sob a coordenação do General Meira Matos, visando controlar o movimento estudantil que questionava reformas para o ensino superior. O documento originado desta Comissão foi denominado de Relatório Meira Matos, que tinha as seguintes funções:

- a) Emitir pareceres conclusivos sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis;
- b) Planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no seio estudantil;
- c) Supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado.

Zandavalli (2006, p.25), afirma que o Relatório Meirra Matos era constituído de quatro partes:

- a) A primeira parte denominada “história” registra a criação, instalação, normas de funcionamento, período de realização dos trabalhos da comissão;
- b) A segunda parte apresentava a análise dos “pontos críticos do sistema educacional que interferem direta ou indiretamente nas aspirações da juventude estudantil”;
- c) A terceira parte apresentava as conclusões do trabalho;
- d) A quarta parte era constituída de onze anexos, que tratavam da questão financeira, da estrutura física, da falta de vagas, da autoridade nas universidades, da desmobilização dos estudantes.

O Relatório Meira Matos apresentado em abril de 1968 à comunidade acadêmica, também foi recebido com críticas por vários setores da sociedade.

Com todas essas medidas percebe-se claramente o papel do Estado, de controle no modelo educacional no que tange ao ensino superior, e todas essas ações fortaleceram a necessidade de se criar uma sistemática de avaliação. Assim, na década de 1970 se instala no Brasil a avaliação do Ensino Superior no que diz respeito ao sistema de pós-graduação e pesquisa.

Desde 1977 a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vem avaliando periodicamente os programas de pós-graduação do país, com um processo que avalia a “qualidade” do corpo docente, sua experiência e produção científica do corpo docente, a “qualidade” das teses produzidas ou dos produtos das teses. Esta agência de fomento recentemente modificou seu modelo de avaliação e passou a avaliar os programas quase que exclusivamente a partir de indicadores de desempenho expressos em relatórios dos próprios programas. Regulação, controle e avaliação são práticas que acompanham a universidade em sua trajetória histórica.

Quanto à avaliação realizada pelo Estado Avaliador, até o final dos anos 1980 essa se restringiu às tarefas de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições de educação superior.

Durante os anos 1980, dois programas de avaliação foram implementados no Brasil e tiveram curta duração, pois não alcançaram consenso necessário para se fortalecer: O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e o Grupo de Estudos da Reforma de Educação Superior (GERES). Sobre esta temática Belloni (2000, p.44) afirma:

“O primeiro programa de avaliação implementado de forma sistemática, no Brasil (PARU, 1983, p.6) apontava, entre seus objetivos, o de promover uma reflexão sobre a prática desenvolvida nas universidades, permitindo que outros setores sociais, externos às instituições de ensino superior expressassem suas sugestões, demandas e expectativas quanto às funções sociais e políticas das Instituições de Ensino Superior. O programa optou por abordar duas áreas temáticas a gestão das IES e o processo de produção e disseminação do conhecimento”.

Estes programas e propostas, que antecedem à sanção da Constituição de 1988, compõem a pré-história da avaliação da educação superior: desses, destacam-se o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) em 1983; o relatório da Comissão de Notáveis, em 1985, e a proposta de avaliação no anteprojeto do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES), em 1986.

Sobre estes programas BARREYRO e ROTHEN (2006,p.4) comentam:

A perspectiva que prevalecia é que a avaliação quantitativa e objetivista antecipava as comissões de especialistas para a avaliação de cursos de graduação e a aplicação de testes padronizados aos concluintes que seriam procedimentos utilizados depois de 1996.

Em junho de 1983 surge uma proposta de avaliação da educação superior brasileira na graduação, por iniciativa do Conselho Federal de Educação denominada de Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que será apresentada no item seguinte.

a) O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU)

Segundo o Grupo Gestor⁷ de Pesquisa, o PARU tinha como objetivo conhecer as condições nas quais se realizavam as atividades de produção e disseminação do conhecimento do sistema de educação superior.

O PARU pretendia realizar uma investigação sistemática da realidade, por meio de estudos, pesquisas e debates, tanto da implementação das propostas de reforma universitária realizada em 1968, quanto das particularidades institucionais e regionais. A proposta considerava a participação da comunidade acadêmica imprescindível para a obtenção dos objetivos propostos.

Para isto foram determinadas duas áreas de realização dos estudos: a) A gestão das Instituições de Educação Superior, onde seriam tratados os assuntos: Poder e tomada de decisão, Administração Acadêmica, Administração Financeira e Financiamento e Política de Pessoal; b) O Processo de produção e disseminação do conhecimento: seriam estudados os assuntos: o Ensino e a Pesquisa nas Universidades e a Interação entre as Universidades e a comunidade.

Dias Sobrinho (2003, p.73), afirma que constava no referencial teórico do estudo de base do PARU:

⁷ Denomina-se grupo gestor de pesquisa porque a equipe de trabalho foi constituída por pesquisadores com experiência em análise e acompanhamento de projetos e teve como coordenador o diretor geral da CAPES, Edson Machado de Souza.

Busca-se apreender o *ethos* de cada instituição, principalmente por intermédio de uma análise que, partindo da atual situação da IES, permita chegar à recuperação de sua trajetória, em relação a processos tais como maneira de legitimação das decisões internas, modos específicos de gestão e forma de tomadas de decisão. Tais processos interferem na formulação de políticas concretizadas em diferentes tipos de práticas acadêmicas que, assim, expressam a marca política da instituição.

Nesta visão, a proposta do PARU destacava a diferença entre a norma ideal sancionada e a operacionalização desta realidade. Propunha questionar o conhecimento produzido, levando em conta o contexto sócio-econômico no qual estaria inserida a IES. Assim, pretendia desvendar como estariam sendo concretizados os objetivos de cada IES, bem como sua articulação com o uso de recursos, com as determinações externas e as relações políticas internas (BARREYRO; ROTHEN, 2008, p.4).

Outros assuntos seriam também analisados na pesquisa: a qualidade do ensino, a ênfase dada à formação do cidadão e do profissional; a relação de pesquisa com o ensino, a importância dada à pesquisa básica e aplicada, bem como às necessidades sociais e empresariais; a extensão e a prestação de serviços e a assistência comunitária e sua relação com as atividades de ensino e pesquisa; as atividades administrativas e sua influência no ensino e a pesquisa, os recursos materiais, assim como as representações e aspirações do público acadêmico e não acadêmico e a dimensão política que perpassa por todas essas atividades. (BARREYRO e ROTHEN, 2008, p.5).

A pesquisa constava de duas fases: a primeira, um estudo de base, com o intuito de coletar informações fundamentais sobre as IES, que seria realizado por amostra mediante a aplicação de um instrumento-padrão, e a segunda, estudos específicos ou estudos de casos, que aprofundariam o estado de conhecimento sobre o assunto, experiências relevantes, análises específicas, etc. O estudo de base pretendia coletar dados que permitissem a comparação entre instituições.

Segundo Cunha (2003, p.23) o PARU não chegou a apresentar seus resultados, pois foi desativado um ano depois de seu começo, devido disputas internas do próprio Ministério da Educação, qual competia fazer a avaliação da Reforma Universitária.

Dias Sobrinho (2003, p.73) comenta que, nesta altura a avaliação já era entendida como instrumento imprescindível para o controle da educação superior por parte do Estado brasileiro, e, em 1985, uma **Comissão de Notáveis**⁸ constituída pelo presidente José Sarney, elaborou o documento denominado “Uma nova política para a educação superior”, do

⁸ Esta Comissão foi chamada assim por ser constituída por pessoas de destaque no meio educacional e político.

qual constavam reformulações que se concretizaram no governo Fernando Henrique Cardoso, como: ampliação das políticas que favoreceram a privatização, diversificação e diferenciação institucionais, autonomia como contrapartida da avaliação de resultados e a valorização da ideologia da excelência, da eficiência, da produtividade e da gestão eficaz. Este documento foi ampliado pelo Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (GERES), apresentado a seguir:

b) O Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (GERES)

O Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior foi criado em 1986 como grupo interno do Ministério da Educação, constituído por cinco pessoas que exerciam funções neste Ministério e tinha a função de elaborar uma proposta de Reforma Universitária.

Estes técnicos adotaram como ponto de partida o relatório final da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. O GERES optou por restringir a sua proposta de reformulação da legislação pertinente à Educação Superior às Instituições públicas. Essa opção foi justificada com o argumento de que diversas propostas da Comissão Nacional teriam inúmeras implicações e que elas mereceriam maior discussão⁹. Outro argumento em favor dessa opção, que deve ser ressaltado, é que a GERES compreendia que a estrutura das instituições públicas prevista pela Reforma Universitária de 1968 restringia a autonomia universitária. Nessa linha de justificativa, o objetivo explicitado no documento do GERES seria elaborar uma proposta que aumentasse a eficiência das Instituições Federais. (BARREYRO e ROTHEN, 2008, p.10).

Segundo esses autores o GERES retomou o fio condutor do documento da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior intitulado “Uma nova política para a educação superior brasileira”, a saber, o aumento da autonomia universitária, a avaliação da responsabilidade social mediante processos públicos com critérios estabelecidos pela própria comunidade acadêmica, e a ideia do binômio autonomia /avaliação referendada pela comunidade acadêmica seriam pontos nevrálgicos da argumentação. O controle das Instituições não seria mais burocrático e ritualista e passaria a ser realizado pelos processos de

⁹ Como exemplo das dificuldades, o Geres a proposta da Comissão em acabar o currículo mínimo, a sua adoção poderia passar para os Conselhos Profissionais a decisão de quem seria capaz de exercer as atividades profissionais reguladas por elas, assim, os diplomas universitários não garantiriam a habilitação nas profissões regulamentadas.

avaliação institucional, deixando de verificar o cumprimento da legislação e averiguando o desempenho institucional.

Barreyro e Rothen (2008) indicam que outro princípio caro ao grupo era o modelo implantado pela Reforma Universitária de 1968 no que tange à associação entre ensino e pesquisa que teria sido equivocado pelo fato de que a pesquisa seria um fator estranho à tradição do ensino brasileiro.

Ainda sobre a questão os autores afirmam

O GERES compreendia que o que definiria a universidade não seria nem a pesquisa e nem a universalização dos campos do saber, mas sim, a sua autonomia didática, administrativa e financeira. O GERES propôs que estabelecimentos isolados de excelência poderiam gozar da autonomia, desde que tivessem reconhecido o seu status universitário. (Barreyro e Rothen, 2008, p.10).

Na visão do GERES, no que tange à avaliação, esta teria como função principal controlar a qualidade do desempenho da Educação Superior, especialmente a pública. No caso das instituições privadas, o próprio mercado faria a regulação, pois esse setor depende do sucesso do seu produto para obter os recursos para a sua manutenção e expansão. Nessa lógica, o financiamento da educação superior cumpriria para o setor público, o mesmo papel que o mercado tem em relação ao privado.

O resultado do trabalho do GERES foi apresentado em um relatório de que constava de um texto introdutório, dois anexos e dois anteprojetos de lei.

Barreyro e Rothen (2008) informam o que constava no relatório:

No texto introdutório, expõem-se as conclusões do GERES, sempre fazendo a comparação entre suas ideias e as defendidas pela Comissão. No primeiro anexo, encontra-se uma lista de execução das “medidas pertinentes” recomendadas pela comissão: a inclusão desse anexo transmite a impressão de que o GERES desejaria afirmar que o seu trabalho não contrariava o princípio defendido de uma nova política. No segundo anexo, consta a lista das entidades e pessoas que ofereceram sugestões ao Grupo. O primeiro anteprojeto é de reformulação das Universidades Federais e o segundo de reformulação das funções do Conselho Federal de Educação (2008, p. 09).

O anteprojeto de lei de reformulação das Universidades Federais foi divulgado em outubro de 1986, no contexto de uma greve de funcionários e de ameaça de greve dos professores, pois eles desejavam a autonomia universitária nas universidades. Segundo

CUNHA (2003), o projeto foi criticado pelos professores, funcionários e estudantes, temendo que a “dotação global pudesse levar a desobrigação do governo para com o suprimento dos recursos” e porque “as entidades de professores temiam a perda de força política se tivessem que orientar suas reivindicações para dentro de cada universidade” (26).

Em função deste movimento o presidente da República retirou o anteprojeto do Congresso Nacional, permanecendo, as ideias aí presentes, como orientação da política geral do governo.

No início da década de 1990 o país era governado pelo então Presidente da República Fernando Collor de Melo. Em seu governo a concepção de avaliação da educação superior, articulada às demandas da reforma do Estado, pautava-se em uma ação centralizadora, autoritária e controladora por parte do Estado em relação às instituições de educação superior. (ZAINKO, 2008, p.829).

Conforme Zainko, (2008, p.829), a intenção de incrementar a eficiência e a produtividade das instituições de educação superior preocupou o meio acadêmico.

Para Dias Sobrinho (2003, p.74) a década de 1990 pode ser chamada apropriadamente de a “década da avaliação”, e destes anos para cá, tem ocorrido o processo de avaliação global das instituições, o qual, se pode dizer, vem desafiando às relações estado-universidade-sociedade, tendo em vista suas características intrínsecas e seus efeitos sobre os sistemas de educação superior.

Com o impeachment do Collor em 1992, assumiu o governo o vice-presidente da República Itamar Franco. Atendendo uma demanda da comunidade acadêmica, através da Portaria nº 130, de 14 de julho de 1993, o Secretário da Educação Superior do MEC cria a Comissão Nacional de Avaliação com o objetivo de estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras.

A avaliação do ensino superior no Brasil ganhou maior relevo, especialmente a partir do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. (1995-1998).

Há mais de dez anos Sguissardi e Silva Junior (1999, p.257) afirmavam que a partir daquela década, se assistiria um intenso processo de mudança social, que se acelera nos anos mais recentes e traduz-se em múltiplas reformas, efetivadas mediante acordos políticos complexos e contraditórios, sob o comando do poder executivo.

A Avaliação como estratégia de governo se fortalece sobretudo em virtude da adesão dos governo brasileiro ao neoliberalismo¹⁰, e desde 1990, ganhou plena legalidade nos textos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) e no conjunto de documentos legais, normas e práticas que decorrem dela (Dias Sobrinho, 2003.p.75). Dentre essas políticas o governo implanta mais um programa para avaliar as universidades brasileiras denominado de Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), detalhado no item seguinte.

c) O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)

Conforme Silva (2008, p.57) na década 1990 surgiram experiências pioneiras de avaliação na educação superior, como a da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1993; da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1994; da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1994, mas a primeira foi a Universidade de Brasília em 1986, com o documento denominado “Proposta de Avaliação do Ensino Superior”.

Segundo Silva (2008, p.58) a experiência de Avaliação Institucional da UNICAMP ocorreu entre os anos de 1991 e 1992 definindo-se um modelo que contemplava como unidade de análise o instituto ou a faculdade, sua relação com congêneres da mesma área de conhecimento, á compreensão global da universidade por intermédio de visão/imagem das estruturas intermediárias (áreas) e das unidades constituídos por conjuntos de departamento, de forma ainda, a apreender as relações entre elas. Os postulados que balizaram a construção desse processo foram: totalidade, integração, processo, credibilidade, comparabilidade, institucionalização e permanência.

O trabalho contemplou três momentos: o primeiro foi a realização do diagnóstico e da auto avaliação; o segundo a avaliação externa e o terceiro a reavaliação, que culminou com a publicação em novembro de 1993 do livro “Avaliação Institucional da UNICAMP: processo, discussão e resultados sob a coordenação do Prof. Dr. José Dias Sobrinho. Sobre este trabalho Dias Sobrinho (1993) afirma que:

¹⁰ Conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia.

Além dos resultados objetivos, consolidados em relatórios e pareceres, com o propósito de provocarem mudanças qualitativas na UNICAMP, o processo já produziu alguns efeitos de valor inestimável: elevou o conhecimento da instituição pelos seus próprios agentes, provocou uma reflexão socializada sobre a própria realidade que está sendo construída, rompeu às últimas resistências a implementação da avaliação e implantou um modelo ação que pode servir de inspiração e alento a outras instituições.

A proposta do PARU e da UNICAMP serviram de indicativos para a elaboração da proposta do PAIUB.

Em julho de 1993 foi criada a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras (CONAUB) tendo a participação de vários segmentos da universidade brasileira, como a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), a Associação Brasileira de Escolas Católicas (ABESC), os Fóruns Nacionais de Pró- Reitores de Graduação, Pós- Graduação, Pesquisa, Planejamento, Administração e Extensão. A CONAUB teve como missão a articulação política entre os participantes e foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

No modelo avaliativo do PAIUB, coube ao MEC articular, viabilizar e financiar a avaliação da educação superior, estimulando a adesão voluntária das instituições a esta prática avaliativa. A avaliação é compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a assegurar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente. (ZAINKO, 2008, p.829).

Segundo Ristoff, (2000), os princípios norteadores do PAIUB foram: **globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não punição ou premiação, adesão voluntária, legitimidade e continuidade do processo** (p. 37).

O Programa de Avaliação teve sua instalação em julho de 1993 e vigorou até dezembro de 1994, logo não pode cumprir seus objetivos.

Balzan e Augusto (2007, p. 4) consideram que o PAIUB se configurou como a primeira proposta avaliativa de caráter formativo proveniente do Governo Federal.

Dias Sobrinho (2002, p.52) afirma que a concepção original era de um programa que apresentasse uma intencionalidade educativa, pois sua motivação mais importante é o caráter formativo. Isto quer dizer que o objetivo da avaliação para o PAIUB era tentar avaliar em conjunto as diversas dimensões de ensino, pesquisa, extensão,

administração, relações de trabalho, sentidos e qualidade da produção científica e da formação, interações com a sociedade, enfim tudo aquilo que o setor universitário considera relevante.

O PAIUB concebia a auto avaliação como fase inicial de um processo que completava o ciclo com a avaliação externa. Do ponto de vista ético e político, o PAIUB era um modelo profundamente identificado com os princípios e valores da educação entendida como bem social e público (DIAS SOBRINHO, 2002, p.53).

Dentro de uma perspectiva de desenvolvimento de uma universidade contemporânea, o processo de avaliação deveria atender as exigências básicas: ter um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, atuar como ferramenta para o planejamento da gestão universitária e atender a um processo sistemático de prestação de contas à sociedade. (Brasil, 1994).

Visando atingir os objetivos de promover a permanente melhoria da qualidade do ensino superior, o Programa era dividido em quatro etapas:

- 1- **Diagnóstico:** construído a partir de dados quantitativos sobre o curso em análise;
- 2- **Avaliação interna:** contemplando a auto avaliação, realizada pela comunidade acadêmica do curso;
- 3- **Avaliação externa:** realizada pela comunidade acadêmica de representantes de entidades científicas e profissionais, e empregadores, entre outros;
- 4- **Reavaliação interna:** feita a partir dos resultados avaliativos produzidos, propiciando uma análise com a comunidade do curso.

Para ser implantado o PAIUB recebeu um financiamento da Secretaria de Ensino Superior (SESU), do Ministério da Educação e foi colocado em prática ainda no ano de 1993, através de um edital.

Em 1996, com a introdução do Exame Nacional de Cursos, por meio do Decreto nº 2026/96, ocorreu uma reorganização da avaliação da educação superior, e o financiamento que antes estava destinado, foi retirado, e o PAIUB recebeu uma nova organização, mas não conseguiu manter-se enquanto sistema de avaliação e por ser uma proposta nova para as IES em grande maioria não foi dada a importância devida e sem recursos tornou-se inviável sua continuidade.

Conforme análise de Silva Júnior (2002, p.72) o PAIUB teve curta duração, pois sofreu as implicações de transições governamentais/partidárias, permanecendo, contudo a necessidade de reflexões e ações na busca da estruturação de políticas de avaliação de ensino superior e na avaliação institucional das IES.

Trindade (2007, p.391) afirma que a literatura é unânime em referenciar a experiência do PAIUB como um marco importante no movimento nacional de avaliação institucional nas universidades brasileiras.

Isto porque, o PAIUB foi uma proposta que apresentou metodologia tipicamente democrática e não reguladora e uma ideologia que se preocupou com as instituições de ensino superior, que buscou conferir-lhes a autonomia e que direcionou sua proposta para a sociedade, proposta esta que valorizou o tripé que dá as bases para a universidade, quando priorizou questões a serem avaliadas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

A importância da avaliação como estratégia de monitoramento das reformas empreendidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso aumentou consideravelmente e se tornou realidade com a influência das reformas nos últimos anos, quando foram implantadas novas formas de avaliação que serão detalhadas a seguir.

Em 1995, a UNICAMP realizou o 1º Seminário Brasileiro sobre Avaliação Institucional de Universidades coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino Superior (GEPES), na época sob a coordenação do Prof. Dr. José Dias Sobrinho, referência nacional nesta temática em nosso país.

A seguir serão detalhadas a implantação do Exame Nacional de Curso.

d) O Exame Nacional de Curso

No período do Governo Fernando Henrique Cardoso, segundo Zainko (2008, p.830), o modelo avaliativo do PAIUB não se mostrava adequado enquanto alicerce para subsídios necessários ao MEC para o desempenho de coordenação e controle do sistema de educação superior.

Isto porque a concepção de avaliação definida pelo Banco Mundial estava centrada na medida de eficiência e privilegiava os produtos e os resultados que permitam comparações. Conforme Dalben (2002, p.28) essas avaliações tinham características objetivistas, tecnocráticas, quantitativistas e produtivistas, sempre vinculadas às leis de

mercado. A implantação do Exame Nacional de Cursos (ENC) pelo Estado Avaliador deu-se através da Lei nº 9193/1995, (antes da LDB/96), portanto representou mais uma medida de política de educação superior que veio recolocar o problema da avaliação institucional das universidades na agenda nacional da discussão.

Este exame teve como objetivo alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior e constituiu-se como uma avaliação periódica anual das instituições e cursos de nível superior de graduação. Teve como função avaliar os conhecimentos e competências técnicas adquiridas pelos estudantes em fase de conclusão dos cursos de graduação.

Era um exame obrigatório. O aluno podia recusar-se a responder às questões, mas não podia deixar de comparecer à prova, pois se isto acontecesse não receberia o diploma e, prejudicaria o curso, deixando-o mal posicionado no ranking nacional. Ele foi implantado em 1996, atingindo os cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil, e vigorou até 2003, abrangendo 26 áreas de conhecimento de graduação no país¹¹.

Por tratar-se de um exame que avaliava apenas o aluno, o Provão,¹² como era chamado sofreu sérias críticas na comunidade acadêmica, pois não retratava a realidade educacional.

Paralelamente ao “Provão”, existiu a avaliação das condições que ofereciam os respectivos cursos. Foram feitas visitas *in loco*, orientadas por um manual, para analisar aspectos específicos a serem examinadas. Para realizar a avaliação, o MEC convocava comissões para a realização dessas visitas e relatórios eram elaborados consolidando as observações e análises desenvolvidas sobre a instituição avaliada.

Dourado et.al. (2007, p.13) posicionam-se afirmando que “na prática, a avaliação no Brasil vem ganhando grande destaque como forma de controle e definição de políticas que estimulem a expansão e a competitividade no ensino superior.” É nesse sentido que se coloca a introdução do credenciamento periódico das IES, a consolidação do Provão, a análise das condições de oferta dos cursos de graduação e os censos do ensino superior, que também estão se constituindo em instrumentos fundamentais no processo de ampliação das informações gerenciais e no controle das instituições. (DOURADO, et. al. 2007, p.14).

¹¹ Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

¹² Segundo Polidori (2000) a origem da palavra “Provão” surgiu da União Nacional dos Estudantes (UNE), que utilizou esta expressão na tentativa de desqualificá-lo e o MEC a utilizou positivamente.

Na visão do MEC, estas e outras medidas estão voltadas para estimular a expansão competitiva, modernizar o ensino de graduação e estimular a qualidade.

Dalben (2002, p.32) afirma que a concepção de avaliação adotada atende aos interesses do Banco Mundial, pois está centrada na medida da eficiência e privilegia os produtos e os resultados que permitam comparações.

Neste princípio a avaliação tem por finalidade uma forma de controle político das instituições e dos sistemas, sendo fundamental para fortalecer a função controladora do estado avaliador.

Polidori, et.al.(2006, p.4) ao fazerem uma análise sobre as perspectivas e desafios sobre o sistema de avaliação da educação superior brasileira, afirmam que esta era a realidade do sistema de avaliação de educação superior do país desenvolvida até 2003. Com o objetivo de mudar esta forma de olhar a educação superior, e na proposta de desenvolver um sistema amplo, integrado e que envolvesse as instituições de ensino superior na sua globalidade, foram realizados estudos e discussões na tentativa de se construir um sistema com estas características. Foi então que, em 2004 o MEC instituiu o SINAES. (2006, p. 06).

e) O SINAES e a criação do ENADE

Com o término do governo Fernando Henrique Cardoso e a partir da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, ocorre uma série de mudanças nas políticas de educação superior, dentre as quais constam as políticas de avaliação. O SINAES é implementado pelo governo e encerra uma série de possibilidades se comparado à sistemática adotada pelo governo anterior.

O início do governo Lula foi marcado pelo tom de condução de um processo de revisão das políticas de regulação da educação superior, e a discussão sobre a criação de um novo sistema de avaliação da educação superior teve seu início em abril de 2003, quando foi criada a Comissão Especial de Avaliação (CEA), que, após realizar discussões com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil organizada, produziu o documento intitulado “SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior”. (Brasil, 2004).

O Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que criou a (CONAES) cuja competência é de estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação O SINAES tem como objetivo

assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

O SINAES, implantado através da Lei 10.861/ 04, em seu Artigo 2. estabelece que:

Ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá ser assegurado o caráter público de todos os processos avaliativos, o respeito á identidade e a diversidade, e a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos: corpo docente, discente e técnico- administrativo e também representantes da sociedade civil. (BRASIL, MEC/ CONAES, 2004).

Segundo as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (2006), o SINAES é um sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, constituído por três processos diferenciados: A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O SINAES, em decorrência de sua concepção, está apoiado em princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação e a expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e especialmente do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Esses princípios são:

- a) A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- b) O reconhecimento da diversidade do sistema;
- c) O respeito à identidade, à missão e a história das Instituições;
- d) A globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica;
- e) A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada Instituição e o Sistema de Educação Superior em seu conjunto.

A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) ocorre em dois momentos: A auto avaliação conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliações (CPA) e a Avaliação Externa, realizada por Comissões Externas, designadas pelo INEP, seguindo as diretrizes da CONAES.

Auto avaliação e CPA

O primeiro processo corresponde à “avaliação das instituições”, que tem como principal objetivo verificar como as IES são constituídas, qual a sua capacidade de atendimento à comunidade acadêmica em todos os seus alcances e, neste item, está incluído um dos pontos mais importantes do sistema avaliativo que é a auto avaliação.

De acordo com a CONAES (2004), a avaliação interna, respeitando a diversidade da missão de cada instituição, tem como objetivos principais:

Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional. Privilegiar o conceito de auto avaliação e sua prática educativa de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização. (p.20).

Sobre a auto avaliação o que se pretende em primeira instância é:

O auto-conhecimento, que favorece a construção de uma cultura da avaliação na instituição e permite também que as IES se preparem de uma forma mais aprofundada, para as diversas avaliações externas a que serão submetidas frequentemente, principalmente através do processo de avaliação dos cursos. ((BRASIL,MEC/CONAES, 2004).

A intenção do MEC não é que:

“As Instituições de Ensino Superior se adaptem ao modelo de avaliação externa, mas sim criar uma prática de avaliação e de reflexão imprescindíveis para o bom desenvolvimento de uma instituição de ensino superior.”(MEC/CONAES, 2004).

Segundo o documento norteador denominado Avaliação Interna de Instituições de Ensino Superior, cada Instituição tem liberdade para elaborar sua metodologia de trabalho, os procedimentos e os objetivos de seu processo de auto avaliação, respeitando a sua especificidade e dimensão, porém deve estar apoiadas nas diretrizes estabelecidas pela CONAES. A avaliação interna envolve a análise de dez dimensões:

A missão do Plano de Desenvolvimento Institucional; Perspectiva científica e pedagógica formadora: Políticas, normas e estímulos para o ensino, pesquisa e extensão; Responsabilidade social da IES; Comunicação com a sociedade; Política

de pessoal, carreira, aperfeiçoamento, condições de trabalho; Organização e gestão da instituição; Infra-estrutura física e recursos de apoio; Planejamento e avaliação; Política de atendimento aos estudantes; Sustentabilidade financeira (MEC/CONAES, 2004).

A avaliação interna ou Auto avaliação é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, de acordo com as “Diretrizes para a Avaliação das Instituições da Educação Superior” e pelo **Roteiro de auto avaliação institucional** da CONAES.

Esses documentos estabelecem que os trabalhos de auto avaliação das CPAs devem ser realizados em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação. A fase da preparação se subdivide em: constituição da CPA; planejamento dos trabalhos e sensibilização interna.

Na UNIFAP a CPA utilizou como referencial a Lei 10.861/2004, e o Roteiro de auto avaliação definido pela CONAES para realizar o processo avaliativo.

Conforme estudos de Polidori et. al.(2006, p.08), a proposta sugere a busca de informações, sobre essas dimensões para examiná-las e analisá-las no interior das instituições, com a participação dos seus atores guiados pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). A proposta pretende envolver na auto avaliação a comunidade acadêmica para comprometê-la nas descobertas, de forma participativa, com a finalidade de melhorar ou reforçar aspectos detectados pelas IES que sejam relevantes para os atores institucionais. Esta fase da sensibilização pode ser realizada através de seminários, palestras, reuniões, entre outros.

A CPA procurou seguir as orientações definidas pelo CONAES, no primeiro processo realizou a fase de sensibilização através de folders, panfletos, faixas, reuniões com os coordenadores de curso e culminou com um seminário no anfiteatro da UNIFAP, que teve a participação de professores, técnicos e acadêmicos dos cursos de graduação. Nos outros processos a fase de sensibilização foi acrescentada reuniões nos colegiados de cursos, visando o esclarecimento de dúvidas.

Balzan e Augusto (2007), apoiados na CONAES (2004, p. 26) afirmam que na segunda etapa são desenvolvidas as seguintes atividades:

Implementar os procedimentos de coleta e análise das informações, conforme definidos no Projeto de Avaliação do SINAES, em consonância com as propostas contidas no documento Orientações Gerais; elaborar relatórios parciais relativos às diferentes etapas de auto avaliação e avaliação externa, definidas no projeto de Avaliação SINAES da IES; integrar com os demais instrumentos de avaliação do

SINAES; detalhar a avaliação externa, em sintonia com as orientações da CONAES; elaborar relatórios parciais ou finais da avaliação interna e externa; revisar o Projeto de Avaliação SINAES da IES e replanejar as atividades para a continuidade do processo de avaliação SINAES.(p.11).

A terceira etapa deve ser a de consolidação dos trabalhos, quando são realizados a elaboração do relatório, a divulgação dos resultados e o balanço crítico do processo de auto avaliação.

Sordi (2011, p, 2) ao analisar o trabalho da CPA , afirma que “ esta comissão embora não tenha poder decisório, restaura na cena avaliativa o princípio da legitimidade política para identificar, sistematizar e encaminhar às instâncias colegiadas evidências tanto das potencialidades como as fragilidades encontradas nos projetos pedagógicos institucionais e de cursos para apoiar os processos de tomada de decisão ligados ao aprimoramento da qualidade do ensino”.

Deste modo a implantação das CPAs nas IES na forma como foram concebidas cumprem o papel de fomentadoras do trabalho coletivo envolvendo a comunidade e visando a potencializar ações de aprimoramento no processo avaliativo.

Este processo tem sua articulação com os de regulação por estar definido na lei que os seus resultados estão vinculados ao reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos.

Sobre a questão da regulação na área da educação (Maués, 2009, p. 04).
comenta:

A regulação tem-se baseado prioritariamente na descentralização das ações acompanhadas da avaliação dos resultados e da centralização de decisões relativas ao processo pedagógico como o currículo e as formas de certificação. Dessas duas bases centrais- descentralização /gestão e avaliação- derivam outras formas intermediárias de regulação que estão presentes na educação e que as diferentes políticas estabelecidas procuram dar conta desse novo formato, resultante do sistema ao mercado globalizado.

Ainda sobre a regulação Dourado (2002, p.243) acrescenta: “um aspecto a ser considerado nesse processo de reconfiguração do sistema de avaliação do ensino superior e, o volume de informações que o MEC vem acumulando sobre cada IES, em particular daquelas mantidas por ele”.

Avaliação Externa

O processo de auto avaliação é o primeiro passo que compõe a avaliação interna; na sua sequencia, é realizada uma avaliação externa por professores de outras IES do país, previamente selecionados pelo MEC e capacitados para tal função.

Conforme as Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior, o processo de avaliação externa é composto por duas etapas: a) a visita dos avaliadores à instituição; b) a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Para que ocorra a primeira etapa da avaliação externa, a instituição avaliada deve antecipar o relatório da avaliação da auto avaliação, para que os avaliadores possam apreciar, estes devem manter interlocução com os dirigentes, o corpo docente, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer como são desenvolvidas as atividades da IES.

Segundo a CONAES esta fase tem como objetivo:

“Verificar informações disponibilizadas anteriormente, conhecer a IES, mas, sobretudo, auxiliar na construção de ações que possam beneficiar o desenvolvimento do ensino ofertado por esta IES.” (MEC/CONAES, 2004).

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo base o relatório da auto avaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos¹³. As consultas desenvolvidas pelo MEC¹⁴, a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita.

Conforme as Diretrizes da CONAES “a avaliação das instituições busca identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de atividades, cursos, programas, projetos e setores respeitando a diversidade”.

O último passo refere-se à avaliação dos cursos de graduação. Esta prática já vinha sendo desenvolvida no sistema de avaliação anterior, no entanto, adquiriu novas características, para atender os princípios do SINAES.

¹³ ENADE e avaliação de cursos.

¹⁴ Censo, cadastro, relatórios CAPES.

Avaliação dos Estudantes

O terceiro eixo do SINAES refere-se à avaliação do desempenho dos estudantes. O principal instrumento junto aos alunos é denominado de Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Para que ocorra o processo de avaliação pelo ENADE são necessários alguns critérios a serem seguidos:

- a) A inscrição de todos os alunos que se enquadram nos critérios para a realização do ENADE é de responsabilidade de suas respectivas IES.

- b) O INEP seleciona por amostragem e divulga os alunos selecionados para a realização do Exame. Esses alunos recebem, em sua residência, a data, horário, local das provas e, também, um questionário socioeconômico acompanhado de um gabarito de suas respostas que deve ser entregue na oportunidade da realização do exame. Este questionário é composto de 103 (cento e três) itens de múltipla escolha.

O desempenho individual do aluno é sigiloso, sendo divulgado apenas a ele por meio de documento enviado para a sua residência; em seu histórico escolar é indicado se o aluno foi dispensado oficialmente pelo INEP da realização do ENADE ou a data em que realizou o exame. É importante destacar que se o aluno for selecionado e não comparecer para a realização do ENADE estará em situação irregular perante o MEC devido à obrigatoriedade desse “componente curricular” e, enquanto essa pendência não for regularizada, o aluno não pode se graduar. Isso ocorre porque, de acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em seu Art.5º, inciso V:

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

O ENADE normalmente é direcionado para verificar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, saberes e competências, ao longo da trajetória vivenciada em cada curso, subsidiada nas Diretrizes Curriculares, nas oportunidades de articulação teoria e

prática, e no modo como as competências foram-se construindo, em função das relações partilhadas e dos contextos vivenciados.

É importante destacar que o ENADE é um exame em larga escala, não avalia a ênfase do curso, mas sim os itens que constam das Diretrizes Curriculares Nacionais, comuns a todos os cursos de uma área a partir dos quais os projetos pedagógicos são construídos.

Conforme Polidori et. al.(2006, p. 08), as expectativas da formação na graduação incluem, para além do domínio de conteúdos, o desenvolvimento de posturas e processos que constituem o desenho de um perfil esperado. Coadunados a essas concepções, as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação no país, em sua grande maioria, elegeram o desenvolvimento de competências como meta orientadora na formação acadêmica, ainda que vinculado ao domínio de conhecimentos, saberes e práticas próprias da área profissional.

As autoras reforçam que “a opção avaliativa do ENADE reflete essa tendência, ao privilegiar o desenvolvimento de competências¹⁵ entre os aspectos a serem avaliados, tendo como foco o processo de ensino aprendizagem no qual se configuram” (POLIDORI, et.al.2006, p.08).

Marinho-Araújo (2004, p.87), afirma que “o ENADE considera estratégias e instrumentos avaliativos diversificados, que consigam: a) investigar a forma como os estudantes estão conseguindo estabelecer a relação entre teoria, práticas, realidade e princípios éticos, na busca das competências; b) avaliar de que forma a produção teórica e o saber tácito tomam um novo significado quando mediados por processos socioculturais e relacionais; c) medir a integralização da dimensão reflexiva à ação, expressa nos atos ou no conjunto de atos, de opções, escolhas e compromissos”.

Segundo o documento norteador a Avaliação do desempenho dos estudantes tem como objetivo:

“Acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para o ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e outras áreas do conhecimento” (Brasil, SINAES, 2004, p. 30).

¹⁵ Competência é entendida pela comissão de elaboração como um processo de “ação reflexiva” no qual são mobilizados recursos internos e externos (habilidade, capacidade, esquemas mentais, conhecimentos, saberes, posturas).

Conforme o art. 25 da Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004, o ENADE deverá ser aplicado periodicamente, admitida à utilização de procedimentos amostrais aos estudantes do final do primeiro e do último ano dos cursos de Graduação, que serão selecionados, a cada ano para participar do exame. Desta maneira, pretende-se verificar como o aluno entra na universidade e como ele está saindo da instituição, com a finalidade de perceber o quanto aquela instituição colaborou para a formação daquele estudante. Esta metodologia torna possível avaliar o trabalho que a instituição realiza no processo educacional. Este instrumento avalia os cursos de graduação em ciclos de três anos, ou seja, a cada ano novas áreas são avaliadas. O ENADE é constituído por uma prova e um questionário socioeconômico.

O Questionário Socioeconômico (QSE) tem a função de compor o perfil dos estudantes, integrando informações do seu contexto às suas percepções e vivências. Este questionário é elaborado pelo INEP/MEC e tem como objetivo investigar a percepção dos estudantes, frente a sua trajetória no curso e na IES, por meio de questões objetivas que exploram a função social da profissão e os aspectos fundamentais da formação profissional.

A Prova é constituída de duas partes: a primeira parte, denominada de Formação Geral, é um componente comum às provas das diferentes áreas aplicada a todos os cursos que participam do ENADE, e tem como objetivo investigar competências, habilidades e conhecimentos gerais que os estudantes já tenham desenvolvido no seu repertório, de forma a facilitar a compreensão de temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão e à realidade brasileira mundial. (POLIDORI et. al., 2006, p.09).

A segunda parte, denominada Conhecimento Específico, contempla a especificidade de cada curso, tanto no domínio dos conhecimentos quanto nas habilidades esperadas para o perfil profissional. Essa parte investiga os conteúdos do curso por meio da exploração de níveis diversificados de habilidades e saberes em cada questão. (POLIDORI, et.al., 2006, p.9). Os autores destacam que todas as questões das duas partes da prova são elaboradas em níveis diferenciados de complexidade, permitindo que o estudante do 1º ano responda a várias questões, minimizando o risco de respostas a apenas algumas questões.

Em 07 de novembro de 2004, foi realizada em todo o país a primeira experiência do ENADE, sendo avaliadas treze áreas do conhecimento: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia. (INEP, 2006 a).

Conforme previsto na legislação, a aplicação do ENADE ocorreu com grupos de estudantes dos referidos cursos, selecionados por amostragem os quais se encontravam em momentos distintos de sua graduação; um grupo, considerado “iniciante”, estando no final do primeiro ano; e outro grupo, considerado “concluinte”, no final do último ano do curso. Os dois grupos de estudantes foram submetidos à mesma prova. No ano de 2005, participaram do ENADE os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Sociais, Computação, Engenharia, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química. (INEP, 2006 a).

Já em 2006, os cursos selecionados para participar do ENADE foram: Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Formação de Professores de Educação Básica (Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental, Formação de professor do ensino fundamental e Normal Superior), Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo (INEP, 2006 a).

Conforme documento norteador, o ENADE tem ciclos trienais de avaliação, e o primeiro ciclo foi completado em 2006, fazendo com que, no ano de 2007 participassem do processo uma amostragem representativa de alunos concluintes e ingressantes de cursos que já tinham sido avaliados. O mesmo vem ocorrendo em sequência seguindo a cronologia. Ao analisarem o sistema de avaliação da educação superior no Brasil, Catani, Dourado e Oliveira (2002, p.12) destacam alguns pressupostos para o debate:

- 1) “o sistema de avaliação constituído vem implementando, pouco a pouco, um processo de economização da educação que altera objetivos, valores e processos educativos no campo da educação”;
- 2) “o sistema de avaliação instituído amplia o poder de controle do Estado e altera significativamente a lógica de constituição do campo e o relacionamento entre as instituições de ensino superior”;
- 3) “as políticas de avaliação estão promovendo mudanças significativas na gestão universitária, na produção do trabalho acadêmico e na formação profissional”.

Em síntese, todas essas políticas são implementadas pelo Estado Avaliador e o SINAES, como política de Estado que tem o caráter de regulação e emancipação, é um sistema misto que possui tanto as características de avaliação emancipatória, preservadas pelo documento da Comissão Especial de Avaliação e que são muito similares aos princípios do

PAUIB, possibilitando que as instituições participem do processo avaliativo da instituição, quanto às características da avaliação regulatória, que podem ser percebidas na Lei que o criou, na medida em que há controle no credenciamento e credenciamento dos cursos.

Conforme Ribeiro (2012, p.307), “o SINAES, foi instituído como uma política de avaliação institucional, inédita no país em 2004 e está sustentado em três pilares. A avaliação institucional, a avaliação dos cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes”.

Como toda política pública, desde sua implantação, o SINAES tem sido alvo de críticas por parte de pesquisadores da área de avaliação, dentre eles Dias Sobrinho, 2008; Barreyro, 2008; Polidori, et. al.2009. Muitas destas críticas apontam para “ a perda do foco da proposta original do SINAES que previa a contemplação de três pilares: avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação de desempenho dos estudantes, mas de fato, tem supervalorizado o ENADE”. (BITENCOURT, et.al. 2010, p.148).

Estas críticas se confirmam, pois a partir de 2005, com a troca do ministro da Educação Tasso Genro para Fernando Haddad, ocorreu uma modificação na dinâmica do processo. Em 2008 o governo apresentou a instalação de dois novos indicadores no contexto da avaliação da educação superior brasileira, denominados de Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído através da Portaria Normativa nº 4 de 05 de agosto de 2008, e Índice Geral dos Cursos (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12 de 05 de setembro de 2008 (POLIDORI, et.al. 2009, p.446).

Brito (2008, p.850) também tece críticas, quando afirma que embora o SINAES e o ENADE tenham sido concebidos de forma a evitar ranqueamentos e punições, em setembro de 2008, o próprio Ministério da Educação divulgou um ranking, tendo como justificativa a indicação de níveis, prevista na Lei 10.861/2004 e como principal base os resultados dos indicadores do ENADE do ano anterior.

Estas mudanças preocupam a comunidade acadêmica, (Dias Sobrinho, 2010), pois estes índices contribuem para distorcer os princípios norteadores do SINAES, e assim privilegiar a avaliação do desempenho dos alunos, algo que já vivenciamos no processo de avaliação das instituições de ensino superior e pela história não trouxe resultados positivos para as IES.

f) O processo de avaliação institucional na UNIFAP

A Universidade Federal do Amapá como uma universidade pública, deveria ter iniciado seu processo de avaliação institucional em meados de 1993, quando foi implantado o PAIUB, a primeira experiência de avaliação realizada pelo MEC para avaliar a educação superior, na década em que foi criada a instituição investigada. Foi contratada uma consultoria técnica de outro estado da Federação, constituída por docentes de uma Instituição de Ensino Superior, e foi criada uma Comissão interna, porém os trabalhos não foram concluídos vistos a presidente ter se afastado de suas atribuições laborais para tratamento de saúde fora do estado de seu domicílio logo após a formação da referida comissão. Por isso, grupo de trabalho acabou se dispersando.

Em 14 de abril de 2004 o Ministério da Educação implantou o SINAES, objetivando realizar avaliação em todas as instituições de ensino superior, já detalhado anteriormente. Somente em meados de 2006 com uma nova gestão a instituição iniciou seu processo de avaliação institucional, período em que a UNIFAP já havia perdido todos os prazos de postagem do relatório.

A Pró-Reitora de Graduação convidou professores, técnicos e alunos para compor a primeira Comissão de Avaliação. Após o aceite ocorreu a nomeação dos membros através da Portaria nº 671/2006 e foi criada a primeira CPA da UNIFAP, com o objetivo coordenar e realizar o processo de auto avaliação na instituição. Assim a Comissão iniciou suas atividades em agosto do mesmo ano.

De acordo com o Regimento da CPA, os membros podem ser eleitos ou convidados a participar da Comissão; no caso de não manifestação ou manifestação contrária à participação das entidades a Comissão poderá convidar representantes das categorias a participar. A CPA é constituída por ato formal do Reitor da UNIFAP, o período de mandato dos membros é de 2 anos, sendo permitida uma recondução (Regimento CPA, set, 2006).

Os trabalhos iniciaram a principio sob a coordenação da Pró-Reitora de Graduação, que colocou para os membros a situação em que se encontrava a Instituição perante ao Ministério da Educação, informando que a reitoria da UNIFAP tinha solicitado deste Ministério um prazo para realizar o processo avaliativo. Este prazo foi concedido como limite para a postagem do relatório em dezembro.

Na segunda reunião da Comissão foi realizada pelos membros a eleição para a escolha do Presidente da CPA que teve o mandato de dois anos a partir de 2006 e foi

nomeado pela Portaria nº 960/2006. O presidente foi o Técnico em Assuntos Educacionais Sérgio Kleber de Sá Miranda.

Em função do curto espaço de tempo a comissão iniciou seu processo de estudos com reuniões semanais sobre a documentação que norteiam o processo de avaliação tendo como foco principal as Diretrizes da CONAES, e, concomitante, iniciou a elaboração do Plano de Trabalho.

No mês seguinte a CPA iniciou o processo de sensibilização. A comissão se dividiu em duplas e a processo de sensibilização iniciou a princípio com os coordenadores de curso objetivando mostrar a importância e a necessidade de realizar a auto avaliação. Após esta reunião foi realizado um seminário no Anfiteatro da instituição tendo como público alvo os alunos, professores e técnicos, tendo sido utilizados faixas, banners e folders para a divulgação. Também foram realizadas reuniões com os pró-reitores, divisões e os chefes de unidades, porém poucos professores confirmaram estas informações da CPA.

Em seguida foi iniciada a coleta dos dados e aplicação do questionário, a análise dos dados coletados e a elaboração da primeira versão do relatório. Foram realizados os ajustes e a comissão encaminhou o relatório para a administração, que protocolou o mesmo no Ministério da Educação no prazo estabelecido. Assim, foi realizada a primeira avaliação Institucional da UNIFAP.

Após a conclusão dos trabalhos com a entrega do relatório alguns membros da CPA solicitaram a saída da comissão por diversos motivos, uns por terem assumido compromissos profissionais para exercer cargo comissionado no Governo do Estado do Amapá, outros na própria Instituição; os representantes dos discentes estavam em final do curso, tornando-se necessário constituir uma nova comissão para a continuidade dos trabalhos. Foi constituída uma nova comissão através da Portaria nº 1325/2009, sendo alterada pela Portaria nº 268/2010 tendo como presidente a Técnica em Assuntos Educacionais Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos para o período de dois anos, sendo reconduzida à função através da Portaria nº 1081/2011 que foi alterada pela Portaria nº 216/2012.

Em síntese as avaliações realizadas pela UNIFAP foram:

- 1) 2007- período 2005 a 2006 - Avaliação Institucional.
- 2) 2010- período -2007 a 2009- Avaliação Institucional.
- 3) 2011- referente ao ano de 2010 - Avaliação de Cursos.
- 4) 2012- referente ao ano de 2011- Avaliação Institucional (em processo).

A proposta da CPA é avaliar em anos ímpares a Instituição e, em anos pares os cursos.

A proposta da UNIFAP será melhor conhecida nos capítulos seguintes, pois é o foco desta tese, para a compreensão do processo de investigação.

No próximo capítulo apresento a metodologia desenvolvida no decorrer da pesquisa, o tipo de pesquisa que deu aporte ao estudo, a visão de pesquisadores que a apoiam e os tipos de instrumentos utilizados para a coleta de dados.

CAPÍTULO 3

A PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar como foi realizada a pesquisa e detalhar a metodologia utilizada para a análise da implementação da Política de Avaliação Institucional na UNIFAP, objeto desta pesquisa.

Investigar como uma política pública de avaliação é recebida e implementada numa instituição de ensino superior, constitui algo bastante amplo devido às várias facetas do problema (pedagógica, política e técnica). Para melhor estudar o tema proposto, optei por delimitar o campo de investigação mais precisamente, tendo como foco a Universidade Federal do Amapá, e nesse contexto, conhecer a visão de professores da licenciatura e membros da CPA.

Para este estudo levanto como questionamento: **Que contribuições uma política de avaliação institucional traz para a Universidade Federal do Amapá segundo as vozes dos membros da CPA e dos professores de licenciaturas?**

Como objetivo Geral foi definido:

Analisar como está ocorrendo o processo de implementação de uma política pública de avaliação institucional na Universidade Federal do Amapá nos cursos de licenciatura sob a ótica dos professores e membros da Comissão Própria de Avaliação.

Específicos:

- a) Como o processo de auto avaliação está sendo construído e implementado na universidade.
- b) Como uma política de avaliação é analisada por professores de licenciatura e membros da CPA.
- c) Como os professores relacionam a vida docente e o desempenho escolar com a avaliação institucional.

A escolha dos segmentos se deu pelo fato dos cursos selecionados serem cursos mais antigos da instituição e por eu ter lecionado nos mesmos, e quanto aos membros da CPA, por coordenarem todo o processo de auto avaliação na instituição.

Levando em consideração a complexidade do problema a ser investigado, e a natureza do conhecimento que pretendo construir optei pela abordagem qualitativa.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999), o paradigma qualitativo foi bastante discutido na década de 1980 e, dentre vários autores, eles consideram a definição de Patton a mais apropriada e geral para a caracterização da pesquisa qualitativa.

A principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição “compreensiva ou interpretativa”. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. (PATTON, 1996 apud Alves-Mazzotti; Gewandszajder, 1999, p.131).

Na concepção de LUDKE e ANDRÉ (1995, p.17) a pesquisa qualitativa:

“Se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente, defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que levam em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”.

Trivinos (1995, p.119) ao considerar a relevância da pesquisa qualitativa em educação afirma que os “âmbitos teóricos e práticos da pesquisa qualitativa são cada vez mais largos”. Ele define pesquisa qualitativa como a busca pelo entendimento dos significados dos fenômenos para os sujeitos pesquisados, entendendo as causas dentro de um contexto histórico.

Minayo (1998), destaca que a grande contribuição da pesquisa qualitativa é responder a questões particulares, pois ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1998, p.21-22).

A pesquisa qualitativa caracteriza-se, principalmente examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo, o que exige do pesquisador uma habilidade para observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas e grupos e entre pessoas e instituições. Se a pesquisa qualitativa for bem utilizada, ela possibilita um conhecimento mais aprofundado e subjetivo do problema pesquisado.

Os investigadores qualitativos entendem os seus trabalhos pautados no estudo do comportamento humano e consideram que este é demasiadamente complexo e de caráter essencialmente interpretativo. O objetivo dos investigadores qualitativos é o de melhor compreender o comportamento e experiência humana. Tentam compreender o processo mediante o qual pessoas constroem significados e em que consistem esses mesmos significados. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.70).

Levando em consideração as características da pesquisa qualitativa apontada pelos autores mencionados e os diferentes tipos de pesquisa qualitativa existente, por tratar-se de um estudo envolvendo uma única Instituição e um programa de avaliação específico foi feita a opção pelo estudo de caso.

Merriam (1988) define estudo de caso como um exame de um fenômeno específico tal como: um programa, um evento, uma pessoa, um processo, uma instituição ou um grupo social. André (2008, p.34) destaca que os estudos de caso também são valorizados por jogarem luz sobre o fenômeno estudado, de modo a descobrir novos sentidos, expandir suas experiências ou confirmar o que já se sabia. A autora apresenta como uma das vantagens do estudo de caso o pesquisador não partir de um esquema teórico fechado, que limite suas interpretações e impeça a descoberta de novas relações, mas estar aberto às novas descobertas que acrescentem aspectos novos à problemática.

Yin (2005,) por sua vez caracteriza um estudo de caso como:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (YIN, 2005, p. 32-33).

Para o estudo de caso, o ato de “ouvir” tem diferentes significados e implica receber e considerar informações de várias fontes, por exemplo:

Fazendo observações aguçadas ou percebendo o que pode estar acontecendo, não se limitando a uma modalidade meramente auricular [...]. Ao revisar documentos, o ato de ouvir toma a forma de se preocupar em saber se há alguma mensagem importante nas entrelinhas; quaisquer interferências, naturalmente, precisariam ser corroboradas com outras fontes de informação, mas é possível obter revelações importantes dessa maneira. (YIN, 2005, p.84-85).

Na pesquisa qualitativa e também no estudo de caso, várias técnicas podem ser utilizadas e dentre elas destacam-se as entrevistas não direcionadas e semi-estruturadas, questionários abertos, a observação participante e os grupos focais.

Tendo em vista o problema e a escolha da abordagem, a coleta de dados foi desenvolvida em etapas consecutivas: foi realizada a **análise de documentos, aplicação de um questionário para caracterização dos sujeitos, realização de entrevistas e de grupos focais**. Essas etapas foram partes que em conjunto deram consistência ao desenvolvimento da pesquisa.

Com relação à temporalidade foi analisado todo o período de desenvolvimento do processo da avaliação, que iniciou na UNIFAP em 2006. Essa opção exigiu olhar o que ocorreu com a implantação do SINAES e as mudanças que aconteceram no decorrer do processo, visto terem sido realizadas duas avaliações do processo de implementação do Programa de Avaliação Institucional na UNIFAP e uma avaliação de cursos em 2010.

Participaram da pesquisa 26 professores de 04 cursos de Licenciatura, sendo 10 do curso de Pedagogia, 06 do Letras, 04 de História e 06 de Geografia, e 05 membros da CPA.

Foi elaborada uma Carta Convite e encaminhada aos professores visando convidá-los a participarem das sessões do grupo focal (Apêndice A).

3.1 Procedimentos de coleta de dados:

Os instrumentos de coleta de dados foram escolhidos em função da necessidade de atingir os objetivos propostos, e responder a questão de pesquisa, assumiram o formato de guia que sinalizaram os passos do caminho metodológico.

Para tratar o problema e responder as questões de investigação, busquei elementos e subsídios em várias fontes documentais, foram consultadas entre outros:

a) A legislação atual sobre a avaliação e políticas públicas de avaliação para a educação superior, editadas pelo Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira; Conselho Nacional de Educação: Leis, Decretos, Portarias, Pareceres e Resoluções.

b) Documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Conselho Nacional de Educação (CNE); e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES): boletins, informativos, diretrizes e instrumentos.

c) Documentos produzidos pela UNIFAP e pela CPA: estatuto, projetos, folders, informativos e relatórios.

1-Aplicação do Questionário.

2-Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os membros da CPA, visando apreender as concepções e experiências vivenciadas por cada membro e, ao mesmo tempo fornecer um quadro de avanços / dificuldades encontradas durante o processo. (Apêndice B).

a) Com os professores foram realizados o Grupo focal.

A seguir explicito a pertinência e importância das técnicas usadas para a coleta de dados.

O questionário

É um instrumento contendo questões para respostas escritas pelos informantes sem a presença do pesquisador.

Segundo Gil (2007), a construção de um questionário pressupõe a tradução dos objetivos da pesquisa em questões específicas, cujo conteúdo deve ser relacionado a fatos, crenças, atitudes e comportamentos.

Gil (2007) e Marconi e Lakatos (2007), apresentam as limitações e vantagens do questionário:

- a) Vantagens: atingir um maior número de pessoas, diminuir gastos, maior liberdade das respostas em função do anonimato, flexibilidade no momento da resposta, não expor os pesquisados a influência do entrevistador e mais uniformidade na avaliação.
- b) Limitações: excluir quem não sabe ler e escrever, impedir o auxílio quando algo não é entendido, impedir o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, não oferecer a garantia da devolução, limitar o número de perguntas, permitir resultados críticos em relação à objetividade, possibilitar grande número de perguntas sem respostas, prejudicar o cronograma do projeto em função da devolução tardia.

Quanto a esta pesquisa a aplicação do questionário se fez necessária para a caracterização dos participantes da pesquisa e foi realizada antes de ocorrer à entrevista, tanto com os membros da CPA como com o grupo de professores em seus respectivos colegiados. (Apêndice D).

A Entrevista

Conforme Lakatos (1993, p.195-196), a entrevista tem sido considerada “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional que proporciona ao entrevistador, verbalmente a informação necessária”.

Szymanski et. al. (2004, p.12) afirmam que uma entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, ou seja, dos protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras. Sua intencionalidade necessita que crie uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra, para obter dados relevantes para o seu trabalho. Aquele que é entrevistado, por sua vez, também processa um conjunto de conhecimentos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação e pelas supostas expectativas do entrevistado.

Minayo (1998), apoiada em estudos de Johada (1951), afirma que a entrevista como fonte de informações fornece dados primários e secundários referentes a:

Fatos, ideias, crenças, maneiras de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; conduta ou comportamento presente ou futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos . (108)

O entrevistador deve, portanto, ter a entrevista como um instrumento que orienta uma conversa com a finalidade de estar ciente de que:

Cada questão que se levanta deve fazer parte de um delineamento do objeto, e que todas se encaminhem para lhe dar forma e conteúdo; permita ampliar e aprofundar a comunicação; contribua para emergir a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatos e das relações que compõem o objeto, do ponto de vista dos interlocutores. (Minayo (1998, p.99)

Trivinos (1995), denomina de entrevista “estruturada” e “semi-estruturada”. Fiz a opção de utilizar a nomenclatura denominada por este pesquisador. Assim, a técnica da entrevista utilizada foi do tipo semi-estruturada, pois este tipo de entrevista oferece:

Todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. E dessa maneira permite que o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (146).

Neste trabalho o principal motivo da opção em utilizar a técnica da entrevista foi coletar informações das pessoas que compõem a CPA da UNIFAP sobre: qual a concepção e importância da avaliação, como o grupo se organizou para estudar a temática, como ocorreram os processos, como foi à participação dos professores das licenciaturas, como aconteceu a divulgação dos resultados, quais as dificuldades/avanços, e as propostas para a realização de futuros processos.

Tive a preocupação, para o desenvolvimento das entrevistas, de pautar-me nas orientações dos pesquisadores da temática. Assim, ao iniciar, fiz um resgate dos estudos que venho desenvolvendo desde o período do Mestrado, apresentei os objetivos da pesquisa, solicitei a permissão para gravar a entrevista, assumi o compromisso de manter o anonimato dos investigados, e, de que as informações dadas seriam utilizadas apenas para a produção da tese e seus derivados.

Grupo Focal:

A técnica de grupo focal tem sido empregada desde os anos 1950 em pesquisas mercadológicas; a partir dos anos 1980 começou a se expandir para outras áreas do conhecimento, como as Ciências Sociais. Atualmente essa técnica tem sido empregada na área de Marketing, como também por sociólogos, engenheiros e outros pesquisadores acadêmicos. Barbour (2009) destaca que existe uma confusão no que diz respeito à definição do que se constitui um “grupo focal” (p.20). Para a autora “qualquer discussão de grupo pode ser chamada de um grupo focal, contanto que o pesquisador esteja atento e encorajando as interações do grupo” (p.21). Diante das informações destaco aqui alguns conceitos para a compreensão do termo.

Para Caplan (1990) os grupos focais são pequenos grupos de pessoas reunidas para avaliar conceitos ou identificar problemas, constituindo-se em uma ferramenta comum usada em pesquisas de marketing para determinar as reações dos consumidores a novos produtos, serviços ou mensagens promocionais. No caso em questão a “reação” dos professores de licenciatura frente a uma política de avaliação implantada na instituição, procurando conhecer a visão deles sobre o processo no que tange às dificuldades, possibilidades e limites.

Já Gomes e Barbosa (1999,) dizem que grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade, o que também interessa à pesquisa (p. 6).

Gatti (2005, p.7) conceitua grupo focal como um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal. A mesma autora entende que cada grupo focal não pode ser grande, mas também não pode ser excessivamente pequeno, ficando sua dimensão preferencialmente entre seis a doze pessoas, pois grupos maiores limitam a participação, as oportunidades de trocas de ideias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e também os registros (2005, p.22).

Esses autores entendem que o objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes sobre um problema em discussão. Segundo eles, normalmente, os participantes possuem alguma característica em comum, compartilham das mesmas características demográficas, nível de escolaridade, condição social ou são todos funcionários do mesmo setor. No caso da pesquisa realizada, uma das características em comum entre os professores foi que todos ministravam aulas para alunos do colegiado a que pertenciam, ou seja, para futuros professores embora em diferentes áreas.

O principal objetivo de usar a técnica do grupo focal nessa pesquisa foi captar informações sobre como se concretizou o processo de avaliação institucional na UNIFAP e qual as repercussões desta política para instituição e o curso sob a ótica deles. Naturalmente essas repercussões afetaram os grupos de forma diferente envolvendo percepções e sentimentos a favor ou contra a política em discussão. Entretanto no decorrer dos encontros, a pesquisadora percebeu que não houve manifestações acaloradas nem sentimentos exacerbados sobre o tema em pauta embora os posicionamentos tivessem sido firmes.

Para Patton (apud Flick, 2009) a entrevista em grupo focal é uma técnica qualitativa de coleta de dados altamente eficaz, pois fornece alguns controles de qualidade

sobre essa coleta, uma vez que os participantes tendem a controlar uns aos outros, o que em geral elimina opiniões falsas e radicais. Além disso, é uma técnica rápida e de baixo custo para a avaliação e obtenção de dados qualitativos, fornecendo às instituições uma grande riqueza de informações qualitativas sobre as atividades desenvolvidas, a prestação de serviços, os novos produtos ou outras questões.

Assim como destaca Patton (apud Flick, 2009) o grupo focal proporciona uma riqueza de dados pelo fato de estimular os respondentes a lembrar de acontecimentos, e ainda a capacidade de ir além dos limites das respostas de um único entrevistado.

Uma questão importante destacada por Gatti (2005) é quanto o papel do moderador para o desenvolvimento do grupo focal. A autora orienta que nos primeiros momentos da sessão, ele deve oferecer informações que deixem os participantes à vontade, sabendo o que deles se espera, qual será a rotina da reunião e a duração do encontro (p.29). No caso desta pesquisa a pesquisadora exerceu o papel de moderadora e procurou seguir essas recomendações em todas as sessões realizadas

A pesquisadora tomou a decisão de realizar as sessões de grupo focal por curso por entender que mesmo que todos estivessem atuando em cursos de formação de professores, cada curso tem suas especificidades; considerou ainda a facilidade em reunir os mesmos por colegiado.

Gatti (2005) afirma que os grupos focais podem ser empregados em processos de avaliação, especialmente nas avaliações de impacto, sendo um procedimento mais usual utilizar grupos focais para uma mesma investigação (p.11). Esta afirmação da autora também serviu para a pesquisadora tomar a decisão pela escolha da técnica para sustentar a metodologia da investigação, visto tratar de avaliação institucional.

A opção por esta técnica deu-se por entender a viabilidade de obter muitas informações dos participantes, pois a mesma permite que os sujeitos investigados vivenciem um processo de descontração, e por se adequar ao tipo de pesquisa realizada.

Resumindo, com o grupo focal pretendi coletar informações sobre a realização dos processos de avaliação institucional na UNIFAP no período de 2008 a 2010.

Para organizar os dados estes foram agrupados por focos, fui organizando a partir do que foi revelado nas entrevistas e nas sessões de grupo focal, articulando com o referencial teórico. Este basicamente tem respaldo nas legislações de política pública de avaliação definidas pelo Ministério de Educação no aporte teórico e nas avaliações realizadas na UNIFAP no período de 2008 a 2010.

No Quadro 1 apresento os focos que direcionaram a pesquisa, sub-divididos em aspectos mais específicos que indicaram os dados.

Quadro 1- Categorias em que os dados foram organizados.

FOCOS	ASPECTOS ESPECÍFICOS PAPÉIS:
Avaliação no ensino superior	do Estado da Universidade da CPA do Colegiado de Curso
Auto avaliação na UNIFAP	Planejamento Execução Participação Resultados Provisórios
Análise da política a- na visão da CPA b- na visão dos professores	Reflexos nos: Cursos Universidade Outros

No foco Avaliação no ensino superior foram contempladas as falas coletadas durante as entrevistas com todos os sujeitos da pesquisa, as quais se referem às concepções sobre a Política de Avaliação Institucional, sendo desenvolvido na UNIFAP, o papel desempenhado pelo estado, pela universidade, pela CPA e pelos colegiados de curso.

No foco referente à Auto avaliação na UNIFAP são contempladas as informações referente ao planejamento, divulgação, execução, participação e os resultados obtidos e a utilização dos resultados, tendo destaque a forma como a comissão se organizou para estudar a temática, como foi feita a sensibilização e a divulgação dos resultados, quais os avanços detectados ao realizarem a segunda e a terceira avaliação, quais os desafios a serem ainda enfrentados para as próximas avaliações a serem realizadas.

Também são apresentadas nas vozes dos professores a opinião sobre a política, críticas, repercussões para a prática pedagógica e para o curso e sugestões para os processos vindouros.

Com relação à Análise da política na voz dos sujeitos são contemplados os posicionamentos dos membros da CPA durante a entrevista realizada com os mesmos e as falas dos docentes durante as sessões do grupo focal as quais se referem a: opinião sobre a política pública, os pontos positivos e negativos da política para os cursos e a universidade.

Após a organização dos dados e dos focos anunciados, parti para o processo de análise.

3.2 Etapas do desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada de maio até julho de 2011 e ocorreu em várias etapas consecutivas. O primeiro contato que realizei na instituição foi com a Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Este contato foi facilitado visto já ter sido membro da Comissão representando a categoria docente. Fui bem recebida e atendida em todas as informações que necessitava para iniciar a coleta, dentre elas os contatos telefônicos e e-mails dos membros que compunham a referida comissão. Nesta conversa também fui informada que um membro da comissão entraria de licença maternidade no início de junho, fato este que me fez tomar a decisão de manter logo o contato com ela. Liguei, fui atendida, expus os motivos do contato e a entrevista foi marcada para o mesmo dia, às 16 horas.

A entrevista foi realizada no dia 30 de maio de 2011 na sala onde funciona a coordenação do curso de Educação Física. A pessoa investigada era representante da categoria professores, exercia a docência no curso de Licenciatura em Educação Física há dois anos em regime de dedicação exclusiva; possuía titulação de Mestre, e participara das duas últimas avaliações realizadas, sendo uma avaliação institucional e outro de curso que ocorrera em 2010.

A professora informou ser um membro atuante, já tinha experiência de participar de CPA em outra instituição privada em que atuava. Destacou que um dos motivos do seu interesse e participação na CPA era ajudar na construção de projetos de melhoria da instituição. A entrevista aconteceu de uma forma tranquila. Ela informou com muita propriedade a necessidade de continuar este trabalho, enfatizou a importância do mesmo para o crescimento da instituição, pontuou as dificuldades e os desafios que precisavam ser enfrentados e propôs mudanças para a melhoria do processo. Sentia-se motivada para continuar sua participação na Comissão de Avaliação.

Após ter sido realizada a primeira entrevista, procurei os coordenadores dos cursos de Licenciatura em Geografia, História, Letras e Pedagogia para conversar sobre a intenção de desenvolver a coleta e solicitar que colocassem o pedido na pauta da reunião de colegiado de curso. Na conversa que tive com os coordenadores de cursos solicitei o contato dos professores, com telefones e e-mails e fui prontamente atendida. Nesta fase todos os coordenadores dos cursos foram receptivos, aceitaram o pedido da pesquisadora, informaram a agenda das reuniões do colegiado e, enfatizaram a importância da pesquisa para a instituição, algo que me deixou bastante animada, pois saí das conversas com as agendas fechadas.

As reuniões de colegiado dos cursos ocorreram no mês de maio e foram realizadas seguindo o cronograma previamente definido. Nestas reuniões apresentei a proposta de investigação, solicitei a colaboração de todos e entreguei uma cópia do projeto resumido juntamente com o formulário de caracterização dos possíveis participantes.

Alguns professores fizeram questionamentos sobre a técnica do grupo focal. Esclareci as dúvidas, apresentei o livro de um autor que discute a temática na área educacional e, após os esclarecimentos, estes se colocaram à disposição para participar da pesquisa ficando acertado que a pesquisadora enviaria para o e-mail de cada um a carta convite (apêndice A) e duas possibilidades de data e horários para desenvolver a técnica. As sessões foram marcadas de acordo com o cronograma estabelecido pela pesquisadora e para confirmar a presença dos participantes no grupo focal foi usado o telefone.

Conforme mencionei anteriormente, a função de moderadora foi desenvolvida pela própria pesquisadora. Em todas as sessões do grupo focal com os professores investigados, procurei iniciar a sessão fazendo um resumo da pesquisa que venho desenvolvendo desde o Mestrado e a continuidade no Doutorado, destacando os teóricos que sustentam o estudo, informações sobre a técnica do grupo focal na área da educação e incentivando a participação e a interação de todos nas discussões em torno dos objetivos da pesquisa.

O encontro com o grupo focal de professores do curso de Pedagogia foi realizado em dois dias visto o número de participantes extrapolarem o que os pesquisadores da técnica orientam, pois conforme Gatti (2005) grupos grandes limitam a participação, as oportunidades de troca de ideias e elaborações, o aprofundamento do tema e também os registros (p. 22).

Convém destacar que nestes encontros todos os participantes preencheram o formulário com a caracterização dos sujeitos e também o formulário de autorização para a pesquisadora utilizar as informações dadas por eles.

No dia 06 de junho de 2011, às 9 horas na sala de Reuniões da Pró- Reitoria de Graduação (PROGRAD) ocorreu o primeiro encontro com professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. Compareceram quatro professoras, todas graduadas em Pedagogia sendo três Mestres e uma Especialista; dentre elas estava a professora que ministra a disciplina Avaliação Educacional no curso de Pedagogia. Foi um encontro bastante produtivo, pois todas as professoras demonstraram conhecimento e interesse pela temática e participaram ativamente emitindo suas opiniões com clareza e coerência. Tinha sido marcado outro encontro para neste mesmo dia às 15 horas, porém apenas duas professoras compareceram e, por sugestão das mesmas foi marcado outro encontro para o dia seguinte às 9 horas.

É importante destacar que durante o período em que estava realizando a coleta ocorreram vários concursos para ingresso de docentes na instituição. Como o número de professores doutores da instituição é reduzido, todos os professores que tinham titulação de Mestres e Doutores estavam envolvidos no processo tornando-se difícil reuni-los em função desses compromissos. Destaco que alguns professores enviaram e-mail justificando a ausência, e compareceram na reunião do dia seguinte.

Assim, no dia 07 de junho ocorreu o segundo grupo focal dos professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Compareceram seis professores sendo duas graduadas em Psicologia com titulação de Doutor, uma graduada em Letras com Doutorado, três graduados em Pedagogia sendo uma com titulação de Doutor e duas com titulação de Mestre. Desses professores todos exerciam a docência no ensino superior a mais de 15 anos em regime de dedicação exclusiva; portanto eram considerados professores com experiência. Duas professoras ministravam aulas no curso de Pós-Graduação stricto sensu “Mestrado em Desenvolvimento Regional” e outro professor no curso de Pós-Graduação stricto sensu “Direito Ambiental e Políticas Públicas”.

Também nesse encontro ocorreu a participação de todos. Foi muito proveitoso e esclarecedor, destacando-se o conhecimento sobre o processo, visto os professores do curso de Pedagogia terem uma participação muito presente nos debates das políticas nacionais, no sindicato de professores e na representação no Conselho Universitário da instituição. (CONSU).

Paralelamente às reuniões com os professores foi realizado o contato com os membros da Comissão Própria de Avaliação e agendadas as entrevistas. No dia 08 de junho de 2011 às 9 horas na sala de Reunião da PROGRAD ocorreu a entrevista com a Presidente da CPA, que também exerce a função de chefe da Divisão de Avaliação da instituição.

Utilizei a entrevista semiestruturada o que facilitou investigar fatos e outras situações ocorridas nos seis anos de existência da mencionada comissão, visto a entrevistada ter participado ativamente de todos os processos de avaliação realizados, sendo uma representante da categoria de técnicos. A entrevista ocorreu de uma forma dinâmica, proveitosa, esclarecedora; a pesquisadora pôde constatar na fala da entrevistada que é apaixonada pela temática avaliação, gosta do que faz, é comprometida com a melhoria da instituição.

No dia seguinte, na sala de Reunião do Colegiado de Geografia ocorreu o encontro com os professores desse Curso de Licenciatura. Participaram cinco professores sendo dois com a titulação de Doutor e três de Mestres. Destes professores um desenvolve suas atividades há 15 anos na instituição, um a oito anos, dois a dois anos, e um recém - contratado com oito meses de docência na instituição, todos trabalham em regime de dedicação exclusiva.

A reunião com o grupo foi participativa, todos contribuíram com as informações a partir de suas experiências, pois a temática avaliação institucional havia sido vivenciada por eles, ainda como alunos da graduação e pós- graduação, ou haviam vivenciado o processo em outra instituição de ensino superior. Desses professores, apenas um ministrava aulas no curso de Pós-Graduação stricto sensu “Mestrado em Desenvolvimento Regional”.

Continuando a coleta de dados, no dia 10 de junho de 2011 foi realizada a entrevista com uma Técnica em Assuntos Educacionais que desenvolvia suas atividades laborais na Pró- Reitoria de Graduação, mais precisamente assessorando a Pró Reitoria e sendo responsável por Projetos Educacionais; Era membro da CPA há dois anos, representando a categoria dos técnicos. A entrevista foi realizada na sala de reunião da PROGRAD e levou aproximadamente 40 minutos.

Durante a entrevista a pessoa informou que era Pedagoga e exercia também a docência no ensino fundamental, em turmas de Educação de Jovens e Adultos. Mostrou conhecer o processo de avaliação institucional, pois participava ativamente da CPA. A pesquisadora percebeu que a pessoa esteve bem à vontade para responder aos questionamentos e expressou-se com segurança sobre o que foi questionada.

Às 9 horas do dia 11 de junho em uma das dependências do prédio da Rádio Comunitária foi realizada a entrevista com mais um membro da CPA, representante também da categoria dos técnicos. Este participava da CPA havia seis anos, inclusive já tendo exercido a Presidência da Comissão. A entrevista ocorreu de forma tranquila. O entrevistado respondeu a todas as questões e fez questão de enfatizar sua satisfação em contribuir com a pesquisa, destacando a importância dela para a instituição. No decorrer da entrevista tive um pequeno problema técnico com o gravador, que imediatamente foi substituído. A conversa foi retomada, e este incidente não interferiu na entrevista. O investigado mostrou que conhece o trabalho e “acredita nele”. A entrevista ocorreu em aproximadamente uma hora.

Em continuidade ao processo de coleta de dados no dia 12 de junho às 9h 30 min na sala de reunião da PROGRAD aconteceu o encontro com o grupo focal de professores do Curso de Licenciatura em História. Compareceram apenas três professores. Foram até a sala de reunião dois professores para justificarem a impossibilidade de participar da mesma, visto terem sido convocados para uma reunião de emergência na reitoria; colocaram-se à disposição para contribuírem com a pesquisa em outro momento.

A pesquisadora também recebeu e-mail de outros dois professores que justificaram suas ausências por problemas de saúde. Dos três professores que participaram do encontro um possuía a titulação de Doutor, um de Mestre e o outro possuía Especialização. Todos exerciam suas atividades na instituição em regime de dedicação exclusiva. Dois eram professores experientes, pois ministravam aulas na instituição há mais de 15 anos e vivenciaram todos os processos de avaliação realizados; apenas um era recém-contratado, com seis meses de atuação na instituição. A reunião foi realizada em aproximadamente duas horas e todos contribuíram debatendo as questões e emitindo opiniões sobre a temática investigada.

Neste mesmo dia, às 16 horas na sala onde funciona o Laboratório de Línguas ocorreu o encontro com o grupo focal dos professores do Curso de Licenciatura em Letras. Participaram seis professores, sendo que uma possui a titulação de Doutor, quatro de Mestre, uma estava realizando estudos de doutorado e um era Especialista. Destes professores três exerciam a docência no ensino superior na UNIFAP há mais de 15 anos, dois atuavam há oito anos e uma a seis meses. Os professores demonstraram tranquilidade na discussão, respeitando a fala uns dos outros, sem confrontos; as falas se complementavam. Foram unânimes em enfatizar que o processo de avaliação institucional desenvolvido pela UNIFAP fora bastante “atropelado” e o questionário usado deixara muitas dúvidas. Eles não sabiam

qual tinha sido seu objetivo e o porquê da obrigatoriedade de preenchê-lo, pois fora divulgado para eles via e-mail da coordenação do curso. Enfim, os mesmos não haviam sido afetados pelo processo de sensibilização.

Objetivando dar oportunidade de participação na coleta de dados aos professores que não puderam comparecer nos dias e horários marcados, conforme mencionei anteriormente, e, ainda obter mais informações sobre o processo de avaliação institucional realizado na UNIFAP, decidi marcar outro encontro que foi definido com alguns professores dos cursos de Geografia e História que se colocaram à disposição para participar. Este encontro aconteceu no dia 21 de junho na sala de reuniões da PROGRAD às 9 h30 min. Mesmo tendo sido acertado com os professores e agendado o horário e dia conveniente, compareceram apenas duas professoras, que possuíam titulação de Mestre e exerciam a docência no ensino superior há mais de dez anos em regime de dedicação exclusiva; ministravam aulas nos cursos de Licenciatura em História e Geografia. Uma exercia a função de coordenadora do curso em que atuava. Convém destacar que a docente que atuava no curso de História estava realizando estudos de Doutorado. O encontro foi bastante produtivo, a discussão foi esclarecedora, pois foi realizado um resgate, em detalhes, sobre o processo avaliativo realizado. As professoras mostraram conhecer o processo, mas destacaram a pouca divulgação do mesmo.

Um fator que é importante destacar no que tange à coleta de dados é da pesquisadora conhecer, em sua grande maioria, os participantes da pesquisa vistos já ter desenvolvido suas funções de docente nos colegiados envolvidos, fator este que facilitou a coleta de dados. Por outro lado a pesquisadora viu como desvantagem o fato de ser conhecida correndo o risco de comprometer o trabalho, pois durante a coleta em alguns momentos necessitou redirecionar as questões para não perder o foco da investigação, visto a discussão tender fugir da temática.

Como toda pesquisa existe a possibilidade de ocorrerem dificuldades, uma foi realizar entrevista com os membros da comissão que representa a categoria dos discentes e do representante da sociedade civil organizada. Quanto aos discentes mantive contato via telefone e não fui atendida, procurei a turma que o aluno frequentava e não o encontrei. Lá fui informada por uma aluna que o mesmo tinha sido aprovado em um concurso público para docente das séries iniciais em outro município do estado, e que possivelmente teria trancado o curso naquele semestre. De posse desta informação procurei contato com a outra discente. Também não consegui via telefone, fui procurá-la em sua possível sala de aula. Fui informada

que a mesma estava em processo de colação de grau, e em função dessa dificuldade não consegui realizar a entrevista.

Quanto à representante da sociedade civil organizada consegui contato via telefone. O encontro foi marcado e remarcado, visto que no período da coleta ocorreu uma greve dos professores do município e esta pessoa tinha participação ativa no movimento. Porém, a entrevista não chegou a acontecer. Diante desta situação a pesquisadora deu por encerrada a coleta de dados.

Durante o mês de julho foram realizadas as transcrições das entrevistas e, conforme havia me comprometido, fiz a devolutiva via e-mail a todos os participantes no sentido de validar o que fora dito/transcrito e ainda de oferecer um espaço para que pudessem acrescentar/retirar algo. Esta seria uma oportunidade, para que cada um pudesse refletir sobre o que falara, com plena oportunidade de organização de sua expressão, porém apenas dois sujeitos fizeram à devolutiva. Não recebi novas contribuições e a partir daí iniciei a análise dos dados.

Todo esse percurso possibilitou conhecer melhor a dinâmica da universidade e o posicionamento dos segmentos participantes da pesquisa. Antes de apresentar os dados no Capítulo 4, traço o perfil desses colaboradores.

3.3 O grupo participante da pesquisa

Em primeiro lugar apresento o perfil dos membros da CPA que participaram da pesquisa. O perfil dos professores vem a seguir.

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Amapá é constituída por nove membros, representantes das categorias que compõem a instituição, três professores, quatro técnicos em assuntos educacionais, dois alunos um acadêmico da Licenciatura Plena em História e outro da Licenciatura Plena em Artes Visuais e um representante da sociedade civil organizada que desenvolvia suas funções de técnica em assuntos educacionais na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Macapá. Estes eram membros titulares e existiam cinco suplentes.

Conforme mencionei no Capítulo 2 os membros da CPA: amparados no seu Regimento, podem ser eleitos ou convidados. Em todas as comissões constituídas eles foram convidados para exercer o mandato de dois anos; poderiam ser reconduzidos uma vez.

Participaram da pesquisa dois representantes da categoria docentes e três representantes da categoria técnicos, totalizando cinco membros, destes quatro eram do sexo feminino e um do sexo masculino, em sua maioria estavam na faixa etária de 40 anos.

Quanto à formação dos membros que compunham a CPA e que participaram da pesquisa, três eram graduados em Licenciatura em Pedagogia, destes uma possuía Mestrado; um Licenciado em Letras com Doutorado em Educação e um graduado em Bacharelado em Ciências Sociais.

No período da pesquisa constatamos que havia rotatividade no que concerne à participação dos membros da CPA, visto que esta comissão tinha apenas seis anos de existência e somente dois membros tinham vivenciado o processo desde o início: um membro havia sido o primeiro presidente da comissão e o outro membro era a presidente atual.

Quanto aos professores, visando garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa eles foram assim denominados: professores do Colegiado de Geografia: P.G; do Colegiado de História: P.H; do Colegiado de Letras: P.L; do Colegiado de Pedagogia: P.P, todos numerados sequencialmente.

Na Tabela 1 apresento como foram constituídos os grupos focais nos colegiados dos cursos investigados.

TABELA 1- Número de Professores dos grupos focais segundo os cursos.

GRUPO FOCAL				
Colegiado	Número de Professores do Curso	Número de Professores em exercício	Número de Professores Participantes	Percentual dos participantes
Pedagogia	23	17	10	58.8%
Letras	15	13	06	46,1%
História	13	09	04	44.4%
Geografia	09	09	06	66.6%
TOTAL	60	48	26	54.1%

A Tabela 1 apresenta uma visão geral do número de professores dos colegiados dos cursos que participaram da pesquisa. Ela revela um total de 48 professores atuantes sendo o número de professores participantes do grupo focal foi de 26 atingindo-se um percentual de 54,1%, 17 destes sujeitos eram mulheres e 09 eram homens.

Um fato interessante apresentado na Tabela 1, em relação aos quatro cursos apenas o colegiado de Geografia conta com todos os professores em exercício efetivo.

Vale ressaltar que a UNIFAP por ser uma universidade considerada “nova” com apenas vinte e dois anos de existência vem oportunizando a qualificação do seu quadro docente. Atualmente existem cinco cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e um em nível de Doutorado e ainda, um programa celebrado em convênio recente com a Universidade de Uberlândia, em nível de Doutorado em Educação.

Um dado bastante interessante que a pesquisa revelou foi que a UNIFAP vivencia um momento de professores em processo de qualificação, pois dos 60 professores atuantes nos colegiados pesquisados 12 estão cursando Pós- Graduação em nível de Doutorado.

A seguir apresento na Tabela 2 a faixa etária dos professores que participaram da pesquisa.

TABELA 2- Idade dos Professores participantes.

IDADE	NÚMERO
Até 30 anos	03
Entre 31 e 50 anos	17
Entre 51 e 60 anos	04
Mais de 60 anos	02
TOTAL	26

Os dados apresentados na Tabela 2 indicam, em termos de percentuais, que 11,5% dos professores estão na faixa etária até 30 anos, 65,3% estão entre 31 e 50 anos de idade, 15,3% na faixa de 51 a 60 anos e 7,6% têm mais de 60 anos.

Quanto à experiência no magistério dados estão apresentados na Tabela 3.

TABELA 3- Experiência no Magistério dos professores participantes.

TEMPO DE SERVIÇO(ANOS)	MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	MAGISTÉRIO SUPERIOR/ UNIFAP
1 a 5	03	07
6 a 10	04	04
11 a 17	04	15
18 a 26	10	—
Mais de 26	05	—
TOTAL	26	26

Na tabela 3 observa-se que dos 26 professores que participaram da pesquisa 15 exerciam a docência no ensino superior há mais de onze anos, totalizando um percentual de 58%. Portanto a maioria é considerada professor experiente; apenas 07 são considerados professores iniciantes, pois exercem suas funções num tempo entre um a cinco anos, totalizando 26%. Um dado que merece ser destacado é o fato de nenhum professor ter atingido o tempo de dezoito anos de magistério, isto significa dizer que toda a experiência docente em ensino superior foi adquirida na Instituição pesquisada, pois a universidade do Amapá realizou o seu primeiro concurso público para docentes em 1993, três anos após sua criação.

Outro dado apresentado na tabela 3 que existem 5 professores que possuem mais de 26 anos de exercício no magistério da educação básica. Estes são professores que se aposentaram do cargo de docente da educação básica e iniciaram uma nova carreira como docente no ensino superior.

Quanto à titulação dos 26 docentes participantes da pesquisa, 15 eram Mestres, 08 Doutores, 03 professores possuíam Especialização.

Conhecido o perfil dos participantes, que pode ajudar a compreender seus posicionamentos, no próximo capítulo apresentarei as suas vozes. Será apresentado o que pensam professores e membros da CPA sobre o processo de avaliação institucional desenvolvido na UNIFAP entre 2008 e 2010.

CAPÍTULO 4

A VOZ DA COMUNIDADE ACADÊMICA SOBRE O PROCESSO DE AUTO AVALIAÇÃO DA UNIFAP

Este capítulo tem como objetivo apresentar as vozes dos sujeitos que participaram da pesquisa, dentre eles os profissionais que compõem a CPA e os professores dos colegiados de Geografia, História, Letras e Pedagogia.

Para uma organização mais didática optei por apresentar primeiro as respostas dos membros da CPA e após os resultados das sessões de grupo focal com os professores, em função dos diferentes colegiados de que participam.

As opiniões apresentadas nos quadros- síntese são falas dos professores participantes e membros da CPA que se manifestaram sobre o tema, em alguns momentos os demais não o fizeram.

Os enxertos das falas foram escolhidos para ilustrar /ou reforçar as ideias desses mesmos membros da CPA e professores.

4.1 As vozes dos membros da CPA

O primeiro eixo referendado como organizadores das categorias de análise tem ênfase no que os participantes consideram sobre a política de avaliação institucional, onde é destacada sua importância quando se constatou nas vozes dos sujeitos, as quais são vistas desta forma, sendo apresentada pelos membros da CPA como nos mostra o Quadro 2.

Quadro 2- Importância da avaliação para a CPA.

MEMBROS DA CPA	IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO
M.1	Conhecer formalmente as potencialidades e fragilidades da UNIFAP
M.2	Riqueza do conteúdo trabalhado e o resultado, contribuição à gestão da UNIFAP.
M.3	Ajudar na construção de projetos de melhoria da UNIFAP.
M.5	Contribuir com a CPA e com os projetos que são desenvolvidos

Dos cinco participantes da pesquisa, 50% destacaram a importância da avaliação para contribuir com os projetos da instituição. M.4 respondeu que sua participação na Comissão tinha como objetivo adquirir conhecimentos relacionados à temática. M.1 e M.2 associam a importância com o conhecimento da realidade, como se vê nos excertos a seguir:

É a partir dessa avaliação que nós podemos detectar as nossas fragilidades que ainda são muitas e os nossos pontos positivos e a partir daí nos debruçarmos é a gestão inteira da universidade não especificamente ao reitor, daí a importância dessa avaliação institucional. (M.1).

Faz um mapeamento da real situação da universidade, e eu vejo que o ponto principal é que a avaliação é feita pela própria comunidade acadêmica, por quem vive a universidade no seu dia a dia, então quando você pega professores, técnicos e acadêmicos, tanto da graduação quanto da pós, pega os vivem que sofrem e que somam hoje a universidade. (M.2).

Pode-se considerar que os membros da CPA tinham o compromisso assumido em desenvolver suas atribuições no processo avaliativo, pois eles vislumbravam o processo de avaliação institucional como um eixo norteador de novos encaminhamentos e a adoção de políticas públicas por parte dos gestores da instituição para o seu crescimento.

Questionados sobre seus estudos em avaliação, especialmente na questão avaliação institucional, os membros da CPA destacaram a forma como se organizaram para estudar a temática, visto que todos necessitavam coordenar o processo avaliativo na instituição. As falas de M.1 e M.2 esclarecem sobre esse processo.

Nós seguimos basicamente as orientações do MEC que sugeria que as universidades aplicassem nas suas avaliações as dez dimensões. Procuramos saber como estava a estrutura da universidade, a estrutura dos cursos, o quadro docente, a qualificação; procuramos trabalhar a extensão e a pesquisa; buscamos orientações também em outras universidades que já tinham realizado o processo (M.1)

A comissão se organizou no segundo semestre de 2006, o primeiro momento foi exatamente trabalhar o projeto, então começou o trabalho paralelamente à elaboração do nosso regimento e estudar a legislação pertinente à avaliação (M.2).

Estes dois componentes são os membros que participaram da Comissão desde o início dos trabalhos, ocorridos em 2006. Quanto aos outros três membros que ingressaram na Comissão em sua terceira composição, duas informaram que iniciaram seus estudos procurando se aprofundar na temática a partir de seu ingresso na Comissão, visto já terem vivenciados estudos na graduação e pós-graduação.

O terceiro membro da comissão afirmou:

Essa parte do estudo da temática eu já tinha conhecimento da época em que trabalhava em outra instituição, uma faculdade particular aqui em Macapá: Eu também fazia parte da CPA em 2005, então esse estudo eu tive lá. Quando eu cheguei aqui, eu fui nomeada em 2009, a comissão já tinha feito essa capacitação, então eu cheguei já estava mais ou menos organizada essa parte (M.3).

A pesquisa via internet foi uma das formas encontrada por membros que compõem a CPA de continuar o aprofundamento sobre a temática que foi destacada por M.2:

A gente vai também tem muito na internet, eu já li muitos trabalhos sobre avaliação de várias instituições. Eu nunca vi nada de doutorado, a gente tem no máximo mestrado, especialização, e assim vai pesquisando muitos autores e aí eu comecei também a casar com alguns autores da administração e aí eu fui lendo e fui casando uma coisa com a outra, então é dessa forma que eu vou atualizando as minhas leituras, tudo o que diz respeito a avaliação pra mim já é interessante (M.2).

O aprofundamento teórico dos participantes da CPA é imprescindível para conhecer o processo que coordenam e o desenvolvimento das ações que as funções exercidas pela comissão requer, e o Ministério da Educação, via INEP, preocupado com esta questão também proporciona formas de realizar estes estudos. Este aprofundamento é destacado na fala de M.2:

Eu recebo o clipping do INEP e também o próprio INEP proporciona alguns momentos, eles chamam todos os presidentes de comissão, naquele momento a gente pode tirar dúvidas e interagir com os outros membros de comissões, tudo é conhecimento (M.2).

A UNIFAP tinha perdido todos os prazos que foram definidos pelo Ministério da Educação para a entrega do relatório da primeira avaliação. Portanto a instituição não teve representante nos seminários e treinamentos que o INEP proporcionou tanto em nível regional quanto nacional. Em função disto, e com um prazo exíguo para realizar as atividades, foi determinante que a primeira Comissão definisse como temática prioritária dos estudos a Lei 10.861 de 2004, e ainda os estudos realizados pelo pesquisador José Dias Sobrinho sobre a temática.

A preocupação com a fundamentação teórica é notória na fala de um membro da comissão quando destacou:

Sempre que alguém sugere alguma coisa eu vou atrás, eu vou correndo, é dessa forma que a gente vai. Aos outros membros eu digo, principalmente se vocês conhecerem muito bem a Lei que trata do SINAES, é aquela leitura de cabeceira tem que ter o tempo todo, eu compro livros, se for caso empresto livros de amigos e vou sugerindo também (M.2).

Ainda sobre a fundamentação teórica dos membros que compunham a CPA,

M.2 falou:

Eu lhe digo nós somos até felizes nesse ponto, por exemplo, os três técnicos da comissão são pedagogos então eles tem leitura, e um foi o ex-presidente da CPA então ele também tem essa leitura, a pessoa que representa a sociedade civil é da Secretaria de Educação Municipal, também é da área é pedagoga, quanto aos acadêmicos, um é de história, uma é de educação artística. O SINAES eles conhecem, eles leram. (M.2).

Sobre as mudanças que vinham ocorrendo nos instrumentos de avaliação M.2 reforçou:

Os instrumentos estão mudando, por exemplo, agora mudaram o de avaliação de cursos já está sendo trabalhado o de avaliação institucional no final do ano passado no segundo semestre houve uma mudança também nesses instrumentos, então a gente vai se atualizando vai vendo vai trabalhando vai aprendendo vai crescendo é dessa forma (M.2).

A situação apresentada por M.2 quanto ao aspecto da construção e elaboração dos instrumentos e da busca incessante de material para estudo no grupo de trabalho foi necessária, em virtude das mudanças que estavam ocorrendo no processo de avaliação institucional, conforme mencionei no capítulo 1. O fato dos participantes conhecerem a temática contribuiu significativamente para os estudos e reflexões desenvolvidos pela comissão.

Constatou-se na fala dos membros que compunham a CPA a responsabilidade em conhecer não só a política de Avaliação que foi implantada pelo Ministério da Educação, mas também em conhecer mais sobre a temática, quando estes foram em buscas de novas leituras, novos conhecimentos e ainda a vontade de crescer para desenvolver cada vez mais um trabalho que tenha qualidade.

M.2 destacou como perfil para atuar na CPA a necessidade de gostar e ter interesse pela temática, pois isto favorecerá o envolvimento e o aprofundamento de todos na troca de informações no grupo:

Para atuar na comissão tem que ser alguém que tenha interesse, porque do contrário ela não caminha, por exemplo, hoje, um dos membros é responsável pelos programas e políticas, todos os projetos pedagógicos de cada curso, passa pela mão dela, ela tem que estar atualizada e a gente dentro da PROGRAD o princípio é passar as informações, a gente interage o tempo todo, sai uma nova legislação e quem é da divisão de avaliação já repassa (M.2)

Esta interação do grupo de pessoas que atuavam na CPA ocorreu principalmente pelo fato de 50% dos membros atuavam na Pró-Reitoria de Graduação e existia uma política de estudos no conjunto de atividades, onde o pressuposto era socializar todas as ações que envolviam os técnicos para que pudessem conhecer e participar das discussões, independente das funções porque são responsáveis.

Sobre a importância dos resultados da avaliação para a adoção de novas políticas M.4 destacou:

Eu acho que a importância maior é que os resultados servirão para a gestão planejar e atacar as fragilidades da instituição, ver como está realmente, quais são as potencialidades, onde estão as maiores fragilidades, na tentativa de resolver ou amenizar essas situações, então eu acredito que esse relatório é importantíssimo para os setores pra montar seu planejamento (M.4).

A fala de M.4 retratou o anseio dos membros da CPA em pensar no processo de avaliação institucional não apenas para aquele momento, o compromisso de realizar o processo avaliativo não para cumprir apenas uma “tarefa” que é definida pelo Ministério da Educação, mas para servir de dados visando o planejamento de ações no sentido de crescimento e desenvolvimento da universidade de modo geral. Esse objetivo é preconizado por autores que discutem a temática avaliação, como por exemplo, Luckesi (1995) que diz que ela não deve ser um processo estanque, mas sim um processo contínuo que sirva para planejar, realizar ações e redimensionar novas ações que porventura não tenham sido atendidas ou contempladas no processo. Este anseio é constatado na fala de M.1 quando sobre o plano de gestão da UNIFAP na época:

Eu falo do plano de gestão do atual reitorado, e eu vejo que eles não se comunicam, tem vezes que na CPA poderia ser aproveitado pra esse plano de gestão da reitoria e não são coletados, não é olhado, quanto ao PDI e ao PPI isso já é mais visto porque se a universidade não se apoiar pra caminhar dentro desse planejamento ela não consegue avançar e eu volto a dizer os dados da CPA os relatórios da CPA ele é pouquíssimo utilizado na gestão, essa é a leitura que eu faço infelizmente tem dois eu vejo dois instrumentos separados que não se comunicam, é o relatório da CPA e o relatório de gestão (M.1).

O posicionamento de M.1 sobre a falta de comunicação entre os planos de gestão e os resultados apresentados no relatório da CPA retratou o desejo da comissão de que a reitoria priorize, em seu plano de trabalho anual, o que a comunidade acadêmica defendeu como prioritária para o desenvolvimento da Instituição. Isto seria importante porque a comunidade seria atendida e também se sentiria estimulada a participar de outros processos avaliativos.

Os membros da CPA enfrentaram diversas dificuldades para realizar processo avaliativo. No Tabela 4 apresento o que foi listado por eles.

Tabela 4- Visão dos membros da CPA sobre as dificuldades.

DIFICULDADES	MEMBROS DACPA	TOTAL	PERCENTUAL
Falta de participação da comunidade	M.2- M.3- M4 –M.5	4	57,1%
Falta de compromisso para o uso dos resultados	M.2	1	14,3%
Não conscientização sobre a participação	M.2	1	14,3%
Receber de volta os questionários	M.3	1	14,3%
TOTAL		7	100%

Conforme mostrado na Tabela 4, 57.1% das respostas atribuíram como dificuldade a falta de participação das pessoas que deveriam estar envolvidas na atividade. Ainda foi destacada a falta de conscientização das pessoas em participarem do processo. Isto também influenciou diretamente a dificuldade da Comissão em receber os questionários preenchidos para a realização da tabulação dos resultados. Também foi citada a falta do aproveitamento dos resultados pela gestão da universidade da primeira avaliação institucional realizada para planejar as ações da instituição.

Quando indaguei sobre as dificuldades enfrentadas pela comissão para realizar o processo, fiquei sabendo que questões envolvendo a informática para a tabulação dos dados também foi uma dificuldade. Estes aspectos são retratados quando M.3 diz:

A gente tem algumas dificuldades de entendimento entre o departamento de informática e a comissão nesse sentido, de que eu preciso que faça um corte assim eles não entendem, que eu preciso que separe os dados daqui com os dados dali, a gente não identifica o sujeito mas precisa identificar os cursos, então é anônima no

sentido dos sujeitos mas não é anônima no sentido do curso que o sujeito está inserido, então eu não te caracterizo como a Nazaré, eu te caracterizo como aluna da pedagogia, mas é preciso te caracterizar para separar os dados do teu curso com o meu. Então são coisas que demandam mais trabalho, que algumas barreiras que a gente ainda tem é o diálogo dos setores mais de reitoria, administrativos, que esse diálogo ainda não chegou no ponto ideal, a gente apresenta os relatórios é bem visto pela administração, pelas hierarquias mais altas da universidade, a gente tem o nosso espaço respeitado, a nossa voz ativa, mas isso não garante a aplicação dos nossos resultados (M.3).

M.3 faz uma comparação usando uma ideia do cotidiano para esclarecer mais o seu pensamento:

É como aquela avó que sabe muito todo mundo escuta, mas ninguém faz o que ela diz, então ela dá conselho pra família inteira, todo mundo respeita ouve ela sai do almoço domingo e ninguém faz nada do que ela mandou fazer, então é um pouco assim a gente apresenta tal, a gente recebe os elogios os agradecimentos, mas não necessariamente o que a gente alegou tenha garantia de cumprimento. (M.3).

Retornando uma dificuldade apontada, a participação da comunidade acadêmica é imprescindível para a realização da auto avaliação em uma instituição de ensino superior.

A ansiedade da comissão em ser ouvida no que tange ao relatório para o planejamento da gestão era algo que deixava o grupo um pouco desanimado e receoso do processo avaliativo cair em descrédito. Este resultado gerava uma preocupação na realização de futuras avaliações, pois poderia vir a prejudicar o processo.

M.4 reforçou:

O gestor com o relatório que a gente tem postado que é discutido e analisado cada situação respondida, cada planilha daquela, então eu acho que um gestor com um bom planejamento, com uma boa organização, porque a gente sabe que existe a falta de recurso, existe essa questão financeira que é uma realidade na maioria das instituições públicas, mas eu acho que com o planejamento muita coisa poderia ser amenizada, talvez não resolvida, mas amenizada sim (M.4).

Questionados sobre como ocorreu a participação dos professores nos processos realizados na UNIFAP os membros da CPA responderam e as falas estão no Quadro 3.

Quadro 3- Opiniões sobre a participação dos professores no processo de Avaliação Institucional.

MEMBROS DA CPA	OPINIÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES
M.1	Na primeira avaliação institucional a gente pode considerar uma participação boa, tanto na primeira quanto na segunda.
M.2	Ela ainda é muito tímida. Pedagogia é um curso que a gente percebe uma participação boa, mas nós temos cursos que não tem participação nenhuma.
M.3	Comparando os cursos, a gente fica meio desiludido com a própria licenciatura no sentido de achar que por ser licenciatura eles vão ter essa consciência de participação realmente no processo de avaliação e não é assim. Eu noto que, por exemplo, o curso de direito que não é um curso de licenciatura tem muita participação. Agora dentro da licenciatura a história muito participativa, o curso de geografia é muito participativo.
M.4	Muito pouca. Nesse último relatório teve curso em que não houve uma única participação docente e não foi por falta de mobilização e sensibilização.
M.5	A participação ainda é pequena.

Destaco que os membros da CPA falam dos cursos de um todo e não apenas daqueles elegidos para participar nesse trabalho. As palavras usadas; pequeno, pouca, tímida, boa, dependem de cada curso.

Como está mostrado no quadro acima, 60% dos membros da CPA informaram que a participação dos professores na auto avaliação ainda é pequena. É importante enfatizar que é necessário o envolvimento de todos para que o processo ocorra de uma forma que seus resultados venham demonstrar o que pensam e quais contribuições a serem dadas para a melhoria da instituição e do processo. Mesmo sendo destacado pelos membros da CPA que ocorreu o processo de sensibilização, talvez a comissão necessite encontrar outras alternativas que possam atingir os professores que estão deixando de participar de um processo de grande importância para a instituição e todas as pessoas que dela participam.

M.4, ao reportar-se sobre a participação dos professores afirma:

Fomos até as Coordenações de curso, colocamos no mural informativo, conversamos com os muitos professores, mas não surtiu o efeito esperado a participação maior foi de técnicos (M.4).

Ela acrescenta:

Ainda foram os cursos de licenciatura os cursos que tiveram uma participação mais expressiva. Foram os de história e de pedagogia. Acredito que de bacharelado foi o de secretariado executivo que o professor dispensou a turma e acompanhou até os laboratórios; no entanto teve professor que liberou a turma, mas não acompanhou (M.4).

A expectativa dos membros da CPA quanto à participação dos professores no processo de avaliação institucional é destacada por M.1 quando fala:

A comissão esperava, nós previmos uma participação muito grande, mas pelo quadro que nós detectamos após a tabulação de dados nós vimos que os professores das licenciaturas, eles não no todo, mas em grande parte deles está preocupado com os destinos da universidade. Seria muito bom que todos, tanto faz da licenciatura quanto do bacharelado tivesse essa preocupação, pois só assim, com a grande participação dos professores e por força também dessa transformação nós conseguiríamos mostrar um quadro bem maior em relação as nossas potencialidades e fragilidades (M.1).

Outro membro da comissão destaca:

No primeiro processo foi tímida no geral tanto os técnicos professores acadêmicos, a segunda foi muito boa, nós temos 88 professores que responderam, “ótimo”, essa última que por incrível que pareça a avaliação de cursos foi vergonhosa nós tivemos 36 professores e olhe que eu tive trabalho de mandar e-mail para cada professor, a cada coordenador de curso, a cada diretor de unidade. Mesmo assim, teve coordenador que eu falei pessoalmente, fui, distribui cartazes panfleto tudo, no momento que eu fui no curso o coordenador estava, eu conversei com ele, nem esse coordenador respondeu, então é uma pena, eu vejo assim a avaliação a gente vai avançar bem mais no momento que a gente tiver professor e coordenador de curso efetivamente participando, atuando mesmo chamando seus alunos (M.2).

Percebe-se um desanimo na fala de M.4 quando ela complementa:

Então é o descaso mesmo, vemos assim, às vezes falando com a presidente, temos um trabalho danado para formular as questões para estudar a documentação, as perguntas que a gente monta e manda para as coordenações se manifestarem ver se está tudo OK se é possível melhorar e fica na expectativa, quando não respondem, então fazemos da nossa maneira, então incrível como o empenho é de poucos (M.4).

Mesmo sendo tímida a participação dos professores na auto avaliação existem professores que contribuem significativamente com o processo e que são retratados por M.2:

Tem professor que é ótimo, por exemplo, a professora Katarina¹⁶ ela pega os alunos da turma dela ela leva inteirinha para o laboratório, nós temos um professor do direito, ele leva os alunos para o laboratório, ele dá uma aula sobre avaliação antes dos alunos começarem a preencher os instrumentos, tem outros que tá, tudo bem ele libera o aluno, mas ele não acompanha, e o que acontece, o aluno no caminho ele vai embora pra casa, aconteceu isso na turma, por exemplo, de engenharia elétrica, o professor estava na sala, fomos lá convidamos, voltamos para o laboratório, apareceram dois alunos, os outros foram embora, porque, ele fala, mas ele não coloca para o aluno a importância de avaliar é um curso novo, que vai passar pela avaliação e que os alunos não foram lá (M.2).

M.3 complementa:

Claro que tem muitos professores que aproveitam esse momento, ajudam na construção fazem uma reflexão mandam inclusive questões, a gente manda todos os formulários para os professores e técnicos para eles darem sugestões de melhoria ou de subtração de alguma questão e, por exemplo, professora Cassiana é uma professora que sempre contribui, sempre diz, olha tal pergunta assim, não sei a inclusão a retirada de algum questionamento ou a dúvida sobre algum questionamento é uma pessoa que lê também os relatórios, que entra em contato com a comissão para ter um feedback então mais são poucos, professora Marivalda professor Gustavo, então dá para contar nos dedos (M.3).

Na visão de um membro da CPA existe uma descrença sobre a avaliação e seus resultados que é institucional. Referem-se com institucional a todos que fazem a instituição, não apenas aos gestores. Demonstraram a necessidade de romper com essa resistência em relação à avaliação. Para eles o processo de avaliação necessita ser incorporado aos valores da instituição e as pessoas precisam perceber a avaliação como parte integrante do processo de tomada de decisão. Para os membros da CPA a descrença é motivada porque alunos, técnicos e professores respondem o questionário da avaliação e suas opiniões não são levadas em consideração, desacreditando no que eles dizem, em outras vezes a gestão não se preocupa em planejar suas ações vindouras tendo como base o relatório final produzido pelos membros desta comissão fruto do processo de avaliação institucional desenvolvido na instituição.

Conforme mencionei anteriormente, o que é retratado nas falas dos membros que compõem a CPA, a participação dos professores das licenciaturas no processo de avaliação institucional desenvolvidos na UNIFAP ainda é tímida, isto vem mostrando que a política pública não está sendo vista como um instrumento de reflexão para e sobre a universidade, ou seja, um momento que permite olhar para dentro de si, ficando muito mais como uma política que se traduz num instrumento burocrático que a comissão necessita desenvolver para postar o relatório para o Ministério da Educação, para a instituição não sofrer sanções e punições.

¹⁶ O nome dos professores são todos fictícios.

Questionados sobre a forma como estão sendo divulgados os relatórios para a comunidade acadêmica todos os membros da CPA informaram que após a conclusão dos trabalhos a comissão os encaminha para a Pró-Reitoria de Graduação e esta fica responsável por encaminhá-los ao Reitor que, após as providências protocolares os encaminha ao Ministério da Educação. Concomitantemente são encaminhadas cópias dos mesmos aos setores que estão envolvidos diretamente com a política pública, dentre eles o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), o Departamento de Informática (DINFO), Biblioteca e as Coordenações de Curso. Ainda é postado no site da instituição visando possíveis consultas.

A fala dos membros que compõem a CPA indicou que o processo de divulgação dos resultados da avaliação institucional é disponibilizado à comunidade acadêmica e a sociedade em geral de duas maneiras, uma impressa e outra on-line, sendo esta última de uma forma bem democrática, que não justifica o desconhecimento por parte da comunidade acadêmica das ações desenvolvidas pela comissão supramencionada.

Sobre a divulgação dos resultados os sujeitos foram questionados quanto ao impacto na atuação dos professores, no que diz respeito à mudança curricular e ao redimensionamento de sua prática pedagógica. Apenas um membro informou: **não, não, se ocorreu alguma mudança eu não tenho conhecimento que ela ocorreu em função dos resultados, não é dos questionários aplicados da avaliação, enfim, são normas internas da universidade, mas que sejam fruto dos questionários aplicados eu desconheço (M.1).**

Um fato relevante destacado por um membro da CPA foi a participação da categoria “técnicos”. M.3 destaca: **é claro que os técnicos participam muito mais, os técnicos e os alunos; os professores e a comunidade, representantes da comunidade são os atores que eu vejo que participam menos.**

M.2 acrescenta um dado sobre a mudança ocorrida na participação da comunidade ao longo do tempo e também faz uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão:

Apesar de todo esse esforço naquele primeiro momento nós não tivemos muito sucesso, até por nós não termos ainda essa cultura de avaliação na instituição, hoje nós já estamos concluindo o terceiro processo de avaliação, mas a gente ainda tem muita dificuldade, é difícil porque numa avaliação você se expõe então naquele primeiro momento foi bem difícil da gente conseguir. A participação, digamos assim foi muito tímida da nossa comunidade acadêmica, mas inicialmente nós conseguimos pelo menos naquele momento produzir o relatório e encaminhar pro Ministério da Educação e dessa forma conseguir regularizar a nossa situação (M.2).

Sobre os resultados provisórios M.1 diz:

Quanto aos resultados detectados da aplicação, dos questionários, eu vejo que os avanços são ainda um tanto quanto tímidos na universidade, mas sem sombra de dúvida é muito importante nós nos conhecermos por dentro pra poder cumprir o nosso papel social (M.1).

Ao fazerem um balanço sobre as atividades desenvolvidas nos seis anos de existência da CPA os membros ressaltaram o que ainda pretendiam realizar e suas ideias são apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5- Propostas da CPA.

PROPOSTAS		PROFESSORES	TOTAL	PERCENTUAL
Sensibilizar a gestão para o uso dos resultados.		M.1	1	16,7%
Solicitar disponibilidade de professores para participar da CPA		M.2	1	16,7%
Novas formas de apresentação do relatório	seminários	M.2- M.3-M.4-M.5	4	66,6%
	leituras			
	coletivas			
	diálogo com a comunidade			
TOTAL			6	100%

Conforme está demonstrado no quadro 5, 66,6% dos membros da CPA definiram como propostas a realização de eventos para discutir com a comunidade acadêmica questões envolvendo os resultados da avaliação institucional, seja para aprofundar leituras do relatório, seja para poder dialogar com todos visando novos encaminhamentos e redefinições da instituição no que tange à revisão do Regimento e do Plano de Desenvolvimento Institucional (M.1).

M.2 destacou a necessidade de ao professor ser disponibilizado mais tempo para se dedicar às atividades da CPA visto sua importância no grupo de trabalho:

Nós continuamos sugerindo para a administração disponibilizar o professor pra ter a atividade mais presente na CPA, porque o professor é muito importante na CPA, pois ele tem o convívio direto com os alunos e sente na pele as dificuldades na sala de aula, ele tem vontade de participar mais ativamente, porém a sua carga de trabalho com o ensino, com a pesquisa e com a extensão não lhe dão esse suporte pra que ele venha, ele esteja mais presente na CPA (M.1).

Mesmo enfrentando diversas dificuldades para realizar as ações da CPA na UNIFAP alguns avanços ocorreram e um, de maior destaque, foi a criação da Divisão de Avaliação Institucional no organograma da instituição, mais precisamente junto à Pró-Reitoria de Graduação. M.1 e M.2 falaram sobre isto:

Hoje nós já contamos com a Divisão de Avaliação Institucional, pois na primeira avaliação nós não tínhamos sequer uma sala para ficar. Foi a sugestão que nós deixamos na primeira avaliação institucional: equipamento para trabalhar, disponibilização, sobretudo da carga horária de professores pra atuar na avaliação institucional (M.1)

A Divisão surgiu exatamente dessa necessidade de você firmar essa política de avaliação dentro da instituição (M.2).

A Divisão de Avaliação veio contribuir para a organização do cadastro dos alunos que realizaram o ENADE a partir de 2008, no sentido de assessorar os coordenadores de curso neste trabalho, na avaliação de 2010 proporcionou a organização nas atividades e sistematização dos trabalhos.

A importância de a CPA estar diretamente ligada à PROGRAD foi destacada por M.2:

É muito bom o fato da CPA estar administrativamente ligada à PROGRAD, é um ganho que eu acho assim fundamental já houve questionamento que ela deveria estar no planejamento, eu discordo porque o nosso carro chefe neste momento ainda é o curso de graduação, então o meu foco principal está aqui.

É importante mencionar que a CPA, mesmo estando diretamente ligada à PROGRAD, até novembro de 2012 não estava oficialmente no organograma da instituição, visto ainda não ter sido aprovada a proposta de reestruturação de cargos da universidade no Conselho Universitário (CONSU).

Ao retratar as falas dos membros que compõem a CPA percebi que todos foram unânimes em destacar a importância do trabalho que desenvolviam, procuraram estudar e conhecer a temática “avaliação”, desejavam ser ouvidos pela administração da universidade no que concerne aos resultados do processo avaliativo que vinha sendo desenvolvido na instituição nestes seis anos de existência da Comissão e vislumbravam que estes deveriam servir de parâmetros para que a Instituição planejasse suas ações. Todos realizavam o trabalho que lhes foi atribuído com muita responsabilidade, acreditavam no que faziam ou realizavam, porém em alguns momentos percebi um desânimo, por realizarem um trabalho bastante exaustivo, e segundo eles, sem o retorno que desejariam para o crescimento e melhoria da instituição que representam.

4.2 O Posicionamento dos professores do Colegiado de Geografia

Conforme mencionado anteriormente os dados foram organizados em três focos sendo eles: Avaliação no Ensino Superior; Auto-avaliação na UNIFAP e a Análise da Política na visão dos membros da CPA e dos Professores. Desta forma destacarei a fala dos 6 sujeitos participantes da pesquisa da categoria **docentes**, pertencentes ao Colegiado de Geografia.

Questionados sobre a forma como conheceram a política de avaliação institucional os professores posicionaram-se, como apresentado no Quadro 4: É importante destacar que o professor denominado por P.G-6 não respondeu o questionamento.

Quadro 4- Como os professores do Colegiado de Geografia souberam da avaliação.

PROFESSORES	COMO SOUBERAM DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO
P.G-1	Eu recebi por e-mail e divulguei para os professores da instituição e também ela ficou na página da UNIFAP para quem quisesse ter acesso, essa política de avaliação institucional. Então houve dois tipos de divulgação pela internet, por e-mail e na página da UNIFAP.
P.G-2	Eu participei de todas as avaliações na instituição você tem acesso por e-mail e você preenche aqueles dados. .
P.G-3	Eu participei das avaliações institucionais anteriores e, a gente recebe principalmente pela internet, on-line, as informações que a gente tem. As vezes é na coordenação, olha está tendo isso, a coordenadora manda e-mail pra gente, é esse o tipo de divulgação que a gente recebe e aí a gente faz todo este empenho de responder.
P.G-4	Este ano a gente fez uma avaliação, foi no início deste ano, a gente tinha que fazer uma avaliação; foi on-line no site da UNIFAP.
P.G-5	Eu conheci a política de avaliação institucional da UNIFAP direto no site da página pessoal do servidor.

As informações contidas no quadro 4 revelam que 100% dos professores obtiveram as informações sobre o processo avaliativo na UNIFAP através da internet, via e-mail, ou no site da instituição.

Os professores, ao refletirem sobre a forma de divulgação que foi realizada atribuíram a ela um dos problemas da avaliação institucional, o fato de não terem sido informados antes com mais detalhes. A seguir as opiniões literais de P.G-1 e P.G-5:

Naquele momento que eu recebi essa política de avaliação institucional eu fiquei surpresa porque eu achava que era uma política que ela deveria primeiro ter sido discutida por todos os colegiados, pelo menos por um representante de cada colegiado, na verdade do meu colegiado que é o colegiado de geografia não houve representação, não sei se porque não foi enviado algum professor para ser o representante mas nós não fomos comunicados, acredito eu tenha sido feito dessa forma uma comissão e essa comissão foi quem pensou essa política de avaliação institucional (P.G-1).

Bom na época eu pensei que tinha que responder um questionário a título de dados estatísticos pra universidade não necessariamente que eu tinha que ter trabalhado tanto na universidade quanto no curso tanto é que no curso até hoje a gente não recebeu os resultados (P.G-5).

Conforme mencionei no capítulo anterior dois professores do Colegiado de Geografia estavam exercendo há pouco tempo suas atividades na UNIFAP. Quando questionados sobre a política de avaliação institucional assim se manifestaram:

Eu estou há dois anos na instituição e nunca participei de como pensar sobre essa avaliação tanto da UNIFAP como no próprio colegiado eu não sei como que foram formuladas as questões eu não participei eu não fui convidado acho também que foi antes de eu chegar (P.G-5).

No ano passado o curso de geografia participou da avaliação do MEC, no qual nós participamos e acompanhamos a avaliação dele, recebemos as respostas no CD é a única experiência de avaliação institucional (P.G-4).

Eu cheguei aqui na universidade eu fui efetivado e como que eu vi essa instituição, primeiramente eu cheguei aqui na universidade já havia uma evolução no sentido de que houve uma avaliação do curso uma avaliação negativa para o curso da geografia da UNIFAP ele estava com a nota 2, já havia a preocupação dos meus colegas docentes de que a avaliação era negativa e que havia a possibilidade do encerramento do curso de geografia (P.G-6).

Constata-se na fala dos três docentes informações diferenciadas. Isto se explica porque o ingresso de cada um na universidade ocorreu em momentos diferentes. O professor P.G-5, há dois anos na UNIFAP, participou do processo respondendo ao questionário, enquanto P.G-4 e P.G-6 não tiveram a oportunidade de participar do processo visto terem ingressado na carreira de docente depois do processo de Auto Avaliação ter sido finalizado, tendo acesso apenas ao relatório e aos resultados.

Como se sabe o Processo de Avaliação nas universidades é definido pelo Ministério da Educação através do SINAES. Este é constituído de três formas de avaliação. A avaliação externa, a avaliação interna e a avaliação de cursos através do ENADE.

Os professores mencionaram a avaliação dos alunos via ENADE em alguns momentos, em virtude do curso de Geografia ter recebido uma nota considerada baixa.

Foi interessante P.G-4 e P.G-6 terem mencionado o resultado do processo de avaliação do curso de Geografia que recebeu a nota 2 no ENADE. Sobre isto P.G-1 também demonstrou preocupação e criticou o modelo avaliativo implementado pelo Ministério da Educação e que ainda está sendo realizado nas universidades públicas e privadas no país:

Foi algo bastante frustrante, por exemplo, a avaliação através do ENADE. Nosso curso tirou nota 2 no ENADE, foi uma avaliação assim bastante baixa, entretanto o que se considerou no caso uma prova aplicada para os novos alunos, esses alunos boicotaram o ENADE, alguns só assinaram a prova, o MEC não considerou essa situação do boicote e simplesmente nós acabamos ficando com uma nota bem abaixo do que deveria (P.G-1).

Constata-se na fala dos sujeitos investigados uma preocupação e ao mesmo tempo um descrédito com a forma como vem sendo desenvolvido o processo no que tange à aplicabilidade da avaliação quanto à aplicação do ENADE, pois da forma como o processo vem sendo desenvolvido possibilita apresentar equívocos nos resultados e esses resultados influenciam diretamente na avaliação geral do curso, ficando os professores impossibilitados de realizarem qualquer ação que possa modificar a visão e os resultados que são apresentados resultantes da prova aplicada aos discentes, pois, estes resultados dependem do desempenho e compromisso dos alunos em realiza-la. Isto é perceptível quando P.G-1 afirma:

Olha eu não consigo acreditar que uma prova que é realizada, por exemplo, com um aluno no penúltimo semestre do nosso acadêmico possa avaliar a capacidade desse aluno no curso, eu acredito que outros critérios deveriam ser estabelecidos para esta avaliação, outra avaliar o curso dentro de três critérios fundamentais que é o caso que o nosso curso foi avaliado, a parte física do curso, o pedagógico do curso e o administrativo(P.G-1).

Voltando a avaliação institucional os professores, ao fazerem uma análise do processo que está sendo realizado na UNIFAP teceram algumas críticas no que toca à forma como foram elaborados os questionários e à falta de retorno para a comunidade acadêmica. Esses dados são apresentadas no Quadro 5: Os professores P.G-1, e P.G-6 não se manifestaram.

Quadro 5- Opiniões dos professores de geografia sobre o processo de avaliação.

PROFESSORES	OPINIÕES SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA UNIFAP
P.G-2	Não dá para perceber se o objetivo é apenas ajustes de gestão, formas de melhorar a gestão, pois não há essa diluição com o corpo docente, não há esse momento de parar e avaliar em que aspectos a gente pode estar situado nessa posição, em e que isso possa ampliar o nosso desempenho.
P.G-3	Esta é a grande reflexão que a gente faz nessa perspectiva. Montam todinho o questionário e não tem o respaldo, não tem retorno. Inclusive eu vejo é um desestimulador da participação eu não vou preencher isso aqui que não vai dar em nada, então eu tenho visto com este olhar, a gente está preenchendo isto, há uma cobrança sobre a gente para preencher, mas não tem retorno, quer dizer fica mais essa questão administrativa do que para comunidade saber o que está acontecendo.
P.G-4.	Eu respondi, eu não tenho resposta depois dos resultados.
P.G-5	Porque entendo que aquilo foi simplesmente para compor um pré-requisito que o MEC determina, mas não o esforço real de avaliar como que está a universidade como é que está o curso se isso for pensado a gente teria respostas o MEC teria aqui ou o própria universidade que teria uma comissão um ponto que viesse a trabalhar isso, então diante dos resultados eles veriam ver o que a gente discutiu o que a gente poderia melhorar em determinados itens, então eu vejo que o objetivo da avaliação eu acho que os professores pensaram que era mais para registro.

Um anseio dos professores do colegiado de Geografia que participaram do processo avaliativo na UNIFAP é a necessidade do retorno dos resultados que são apresentados no relatório elaborado pela CPA. Os professores fizeram várias críticas ao processo, por outro lado nem todos participam do mesmo. Por conta disto cada professor emitiu uma opinião diferente. Um focou sua atenção para as cobranças da política definida pelo MEC, outro questionou a forma como é realizado o processo em si, mas o que observei é que a avaliação institucional de alguma forma incomoda a todos, fazendo-os refletir.

Questionados sobre se as ações desenvolvidas pela avaliação institucional tiveram alguma influência na organização curricular e em sua prática pedagógica os professores falaram o que consta no Quadro 6: P.G-6 não se manifestou:

Quadro 6- Influência do processo de auto-avaliação na prática e no currículo.

PROFESSORES	INFLUÊNCIA NAS MUDANÇAS CURRICULARES E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
P.G-1	Não teve influencia. Minha prática mudou, mas foi em função de reflexões que eu mesmo fiz.
P.G-2	Não ocorreu nenhum impacto, nosso currículo mudou para atender as exigências do MEC.
P.G-3	Nosso currículo mudou para atender as exigências do MEC.
P.G-4	Acho que diretamente afetar a minha prática, não.
P.G-5	Não, não teve, eu só comecei a analisar, pensar. Eu acho que é importante esta avaliação institucional fora da disciplina fora da sala de aula para chegar mais próximo da realidade.

Constata-se nas informações que estão apresentadas no Quadro 6 que 100% dos professores disseram que a política de avaliação institucional não interferiu diretamente no fazer pedagógico e na reformulação do currículo. As mudanças no currículo ocorreram após o resultado de uma visita in-loco da Comissão do MEC durante o processo de avaliação do curso, quando ficou definido que o curso de Geografia deveria ser desmembrado em dois cursos, sendo um com formação em Bacharelado e outro com a formação de Licenciatura, e com o ingresso em separado previsto para o ano de 2012. Conforme informações dos professores feitas após a coleta de dados a mudança ocorreu no início em 2012.

Entretanto, nas respostas de P.G-1 e P.G-5 podem-se notar indícios da influência de alguns desses processos avaliativos, pois começaram a refletir /pensar sobre a prática ou sobre a avaliação.

Sobre a mudança na estrutura dos cursos de Geografia P.G-3 se manifesta:

Nós estamos trabalhando hoje com nove professores pra atender a instituição e agora com essa imposição do MEC em dividir a gente está com dois cursos de geografia com nove professores, então a questão dessa politica de avaliação é importantíssima e ela deve ser continuada sim mas a partir desses dados eu acho que é buscar soluções para os problemas no caso de cada curso e um dos nossos problema aqui é recursos humanos e condições de trabalho(P.G-3).

Nesta linha de raciocínio P.G-6 complementa:

A vontade nossa de obter resultados, de trabalhar, é grande, mas falta um aumento em termos de quadro de professores para a instituição, pois há um problema sério na instituição em termos de estrutura física, em termos de trabalho, mão de obra para que esse curso tenha ensino, pesquisa e extensão(P.G-6).

Um ponto levantado pelos professores P.G-2, P.G.3 e P.G-4 do colegiado de Geografia foi a associação da temática avaliação institucional com a avaliação da prática docente. Esta situação é apresentada no Quadro 7:

Quadro 7- Associação entre avaliação institucional e da prática docente.

PROFESORES	ASSOCIAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM A PRÁTICA DOCENTE
P.G-2	Para a gente avançar naquilo que se propõe, na questão do desempenho na sala de aula e nas atividades que desenvolve é esses resultados. Como volto a repetir, a gente não percebe não há como avaliar se melhorou a minha profissão. A avaliação é necessária para que eu possa melhorar minhas aulas de campo; também deveria ser avaliado pelos alunos, também pelo corpo de professores.
P.G-3	Tem que saber como é o meu comportamento em sala de aula, saber como eu vou passar o conteúdo, para que eu pudesse visualizar agora de que maneira eu estou me comportando, se eu estou no caminho certo, mas também qual é a visão do aluno.
P.G-4	Então os alunos também fazem a avaliação. Eu gostaria de saber, por exemplo, o que os alunos pensam de mim, o que tem na parte avaliativa das aulas para eu poder no caso melhorar minha disciplina. Eu preciso ter a parte dos resultados para saber onde eu estou falhando e eu não sei. Eu só respondi as questões, eu não tenho respostas.

Interessante saber que esses professores gostariam de conhecer os resultados da avaliação para melhorar suas aulas. Este deveria sim ser um aspecto a ser considerado pela UNIFAP e também pela CPA nos próximos processos.

Como se pôde constatar, na fala dos professores pertencentes ao Colegiado de Geografia foi mais citado a avaliação feita pelos alunos através do ENADE do que o processo de avaliação interna da UNIFAP. Talvez isto se justifique pelo baixo rendimento apresentado pelos alunos neste tipo de avaliação.

Também se torna necessário reforçar a necessidade destes professores terem acesso às avaliações que os alunos fazem de suas disciplinas, pois é um anseio deles.

4.3 O Posicionamento dos professores do Colegiado de História

O grupo focal realizado com o Colegiado de História teve a participação de quatro professores.

Estes professores, ao serem questionados sobre a forma como conheceram a política de avaliação da instituição se manifestaram, conforme apresentado no Quadro 8:

Quadro 8- Como os professores de História conheceram a política de avaliação.

PROFESSORES	COMO SOUBERAM DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO
P.H-1	Eu conheci, recebendo um documento da COEG ¹⁷ .
P.H-2	Eu recebi essas informações praticamente via computador, via e-mail. Vá lá preencha sua ficha técnica, faça, diga como você percebe esta universidade, foi isto. Realmente foi isto que eu fiz, eu não recebi nenhuma informação do porque, para que serviria essa avaliação.
P.H-3	Eu conheci a política de avaliação institucional numa reunião de colegiado. O nosso coordenador fez a comunicação, posteriormente eu também recebi em e-mail.
P.H-4	Eu conheci na época em que era estudante da pós-graduação.

O conhecimento da política chegou aos participantes do colegiado de História via e-mail, ou pela Coordenação do Curso. Apenas um professor recebeu a informação via documento, o que ocorreu porque na época este exercia a função de coordenador de curso de História e a ele coube a responsabilidade de repassar as informações aos demais componentes do grupo. P.H-4 foi o único que informou ter conhecido a política no período em que fora aluno da pós-graduação; isso se justifica, pois o mesmo é recém- concursado e seu ingresso na instituição havia ocorrido há apenas dez meses.

Um professor, ao reportar-se sobre o processo de divulgação assim se manifestou:

A política de avaliação institucional, eu penso que ela foi mal divulgada na instituição e eu confesso que quando nos chamaram pra participar da avaliação e que cada professor ia lá no computador e fazer, eu não tinha a menor ideia que se tratava dessa política de avaliação institucional (P.H-1).

¹⁷ COEG- Coordenação de Ensino de Graduação.

Na fala do P.H-1 já está sendo retratada uma questão que considero bastante preocupante que é o processo de divulgação interna da política pública, visto este fase ser de suma importância para que o processo avaliativo obtenha sucesso. Isto pode ser um reflexo de muitos atropelos que ocorrem na implantação de uma política pública de abrangência nacional em nível local, política que necessita envolver a comunidade acadêmica em toda a sua diversidade. O professor ao justificar seu posicionamento acrescentou:

Eu achei que nós fomos muito mal orientados, e também essa má orientação e má divulgação. O meu colegiado foi um dos poucos que participou dessa avaliação em relação a professores, até que dos discentes nem tanto, houve uma participação mais efetiva, então a divulgação aqui foi muito fraca, não vi assim aquela vontade de uma participação no caso do curso de história (P.H-1).

Por outro lado este professor apresenta algo que considero positivo, pois afirmou:

Já em todos os outros processos houve uma maior divulgação, inclusive interesse de minha parte e houve uma melhoria na participação dos professores, mas o grande ponto foi a avaliação de alunos, o colegiado que mais teve participação quase que maciça foi o colegiado de história, nós fizemos muito divulgação mostramos a importância dessa avaliação. (P.H-1).

Constata-se na fala desse professor que o primeiro processo de avaliação institucional foi considerado fraco desde a divulgação até a participação da comunidade acadêmica. É também destacada, pelo mesmo professor, uma maior participação dos professores nos processos que ocorreram sequencialmente, o que pode ser um caminho para que haja participação mais efetiva do processo.

Como toda e qualquer política pública a comunidade espera resultados. P.H-1 destaca esta necessidade.

Mas ai não tivemos retorno, esse que é o grande problema, penso eu. É o retorno da avaliação, veio o relatório, um relatório enorme e mostram pouco para nós, como andam os principais questionamentos que são observados durante esse processo de avaliação, qual é o resultado. Esse retorno não tem (P.H-1).

Ele sugere que este retorno seja garantido e o resultado desta avaliação melhor trabalhado:

Precisa haver reuniões setorizadas de colegiado para mostrar a importância dessa avaliação e observar o que é, onde foram os pontos fracos na verdade, e o que é que retorna para nós, nós não sabemos o que é que a gente ganha, olha isso se corrige, nós não sabemos se há correções nesse segmento de avaliação nós sabemos houve isso aquilo, nós não sabemos o que foi detectado nessa avaliação, eu sempre cobrei esse tipo de retorno (P.H-1).

Sabe-se que a participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo é imprescindível. Infelizmente nem sempre é o que ocorre, apesar de estarmos vivendo um processo democrático e sendo isto o que vem pautado como diretrizes para o próprio processo avaliativo. A participação é recomendada no documento norteador definido pelo Ministério da Educação. Sobre a participação da comunidade Unifapeana no que concerne a visão dos professores do colegiado de História. P.H-3 falou:

Eu particularmente, pela forma como eu fui informada acerca da CPA, me considerei alheia ao processo, não participei de nada. Já fui informada que deveria entrar no site, acessar o link e fazer a avaliação. Eu acho que os objetivos de uma CPA eles ficam comprometidos na medida que não contam com a participação de quem está sendo avaliado (P.H-3).

A professora ainda acrescenta sua opinião no que tange ao questionário elaborado:

Quero ressaltar que eu tive uma dificuldade enorme, eu não gostei do questionário, o questionário foi mal elaborado ele não era um questionário claro que facilitasse que você conseguisse responder sem nenhum auxílio, tentei e não consegui, e, uma outra coisa também é que a nossa internet ela não ajuda e isso é uma coisa que precisa ser levado em conta (P.H-3).

A professora ressaltou um problema que até então não tinha sido mencionado, que é a dificuldade de realizar atividades que envolvam o acesso à internet. De fato isto ocorre, pois até o período em que realizei a coleta dos dados não existia banda larga no Estado que facilitasse o acesso dos usuários à rede. Mas a questão maior levantada pela professora foi a dificuldade de entendimento das questões do formulário, fato já mencionado por outros professores.

Apesar de apresentar apenas o fragmento da fala de um sujeito participante do grupo focal do colegiado de História outros professores, ao fazerem uma análise do processo, manifestaram opiniões semelhantes sobre a política e seus reflexos nas instituições:

É preciso definir um objetivo para essa política, que não seja o objetivo apenas de penalizar a instituição ou até mesmo os cursos dessa instituição, porque a forma como essa avaliação é feita ela não propõe criar a equidade entre as instituições ou dentro das instituições ou dentro de uma mesma instituição, ela visa na verdade até criar uma diferenciação entre uma instituição e outra, entre um curso e outro, e isso eu vejo assim como prejudicial (P.H-2).

A afirmação desta professora vem levantar questões sobre a execução da política realizada pela instituição. Como o processo de divulgação da Avaliação Institucional ocorreu comunicação via e-mail cada um teve uma interpretação diferente. Conhecer a política é algo necessário, pois os professores necessitam estar inteirados do que dizem as políticas públicas que são implantadas pelo governo e quais seus objetivos, visto estarem diretamente envolvidos, por serem formadores de opinião na comunidade em que participam e também que possam participar com coerência do processo e ao mesmo tempo não socializar informações equivocadas aos discentes.

O pensamento de que uma política de avaliação privilegia a classificação, o ranqueamento e a punição dos cursos e das instituições ainda está presente no processo de auto avaliação. Embora não seja esta a proposta definida pelo SINAES, pois este programa de avaliação tem como princípio detectar as falhas para propor melhorias, ainda existe o receio de como a comunidade acadêmica e a sociedade de um modo geral receberão os resultados da avaliação. O fragmente da fala de um docente revelou que existe uma cultura da “camuflagem” dos resultados ruins.

Na verdade foi um certo medo de não passar informações que viessem a preocupar o curso, então o professor saiu do primeiro processo que foi em 2006 de certa forma receoso e no de 2008 a única coisa que eu sei era que os professores estavam preparados para não dar informações que viessem prejudicar o curso, que viessem diminuir a nota dada ao curso (P.H-2).

Observa-se que P.H-2 com alguns professores do colegiado de História, confundem a Auto Avaliação Institucional com a Avaliação do curso pelo MEC que faz parte do SINAES.

Ainda sobre o processo de avaliação de curso P.H-3 destacou:

De qualquer forma sempre que se fala na visita de uma comissão do MEC, fica aquele clima de tensão que antecede a visita, não deveria vir uma comissão do MEC apenas para chegar aqui e fazer, e bater o martelo, mas no entanto a coisa, então deveria ter um momento anterior, pra que a gente pudesse vir modificando, a forma como a gente entende que essa avaliação aconteça romper um pouco com o aspecto quantitativo e poder se aproximar mais do qualitativo, para que a avaliação seja de

fato momento do conhecimento e que a finalidade maior que eu vejo que seja(P.H-3).

P.H-3 tocou em um dos aspectos mais significativos no que concerne ao tema avaliação: a falsa dicotomia entre quantidade e qualidade deixando uma questão no ar: como fazer para ultrapassar este fenômeno que tanto aflige os professores? como superar esta ideia de que a “visita do MEC” traz tensão, preocupação e nervosismo para a comunidade acadêmica? porque nestas situações deve-se alterar dados da realidade?

Talvez essa preocupação com a visita do MEC seja superada quando os professores compreenderem o papel da avaliação institucional, quando os envolvidos no processo conhecessem, participassem do trabalho realizado pela CPA, e cada um se reconhecesse como um elemento que vai somar com o mesmo, oferecendo sugestões para os formulários, ou seja, ao processo como um todo sugestões para a avaliação na UNIFAP. Para isto a CPA precisaria estar aberta a receber contribuições de quem desejasse contribuir. Aos poucos parece estar ocorrendo na UNIFAP, como se pode ver no Quadro 9.

Quadro 9- Propostas dos professores do colegiado de História para a avaliação institucional na UNIFAP.

PROFESSORES	PROPOSTAS PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
P.H-1	Que tivesse a participação de cada representante de curso na comissão e fosse mais debatido nos colegiados.
P.H-2	Acho que o processo deve se dar de forma coletiva que envolva todas as instâncias da universidade.
P.H-3	O que eu teria como proposta, primeiro é que nós deveríamos fazer um trabalho continuado.
P.H-4	Que nós deveríamos reunir e fazer a nossa auto avaliação para ela servir de parâmetro para a avaliação institucional.

Como se pode constatar no Quadro 9, cada professor colocou uma proposta diferente, que na verdade podem ser complementadas e assim resumidas: o processo deve envolver todas as instâncias, ser feito de forma coletiva, com pelo menos um representante de cada curso na comissão. Esta proposta vai ao encontro da sugestão de um membro da CPA. Os colegiados levariam ao esboço de uma proposta de avaliação para o curso que serviria de parâmetro para a avaliação da instituição. Conforme sugestão de P.H-3 esse processo seria continuado, ele se tornaria viável ao longo do tempo.

Fica claro nas afirmações dos participantes que o processo de avaliação está despertando a necessidade de se implantar nova dinâmica a partir de uma reflexão sobre o fazer na universidade, e não apenas o atendimento de exigências do MEC.

Seguindo a mesma linha de raciocínio P.H-2 acrescentou:

Seria uma avaliação rica. Essa avaliação precisa ser repensada e criar novos objetivos para fazer essa avaliação, porque quando se solicita o currículo dos professores, quando se investiga o número de alunos, as condições de sala de aula, as condições da biblioteca, você tem aí todo um leque de dados que o MEC poderia muito bem aproveitar para observar qual a condição desta universidade, o que ela está precisando para melhorar, o que é que ela está precisando para chegar a um nível de universidade com condições mais avançada (P.H-2).

Tornou-se necessário esclarecer que os dados são encaminhados pela gestão da universidade ao Ministério da Educação através do Relatório Final.

Diversos questionamentos foram surgindo no decorrer do grupo focal. Um deles foi sobre a aplicabilidade do ENADE:

Pior pra mim é o ENADE, dá muita questão de justiça, porque a divulgação inclusive aqui na universidade, os alunos que não sabiam, então nessas avaliações do ENADE tem muito atraso no correio, muito atraso na entrega. A não atualização do endereço dos acadêmicos. Ai fica aquela expectativa do aluno se vai fazer, ou não. (P.H-1)

P.H-1 tem razão no que tange a atualização cadastral dos alunos. O problema foi minimizado com o funcionamento da Divisão de Avaliação que em parceria com os coordenadores de curso estão realizando o trabalho. Quando esse professor menciona a “questão de justiça”, referia-se ao fato ocorrido em um dos anos anteriores visto alguns acadêmicos não terem sido informados que estavam na listagem para participar da prova em função da greve dos correios ocorrida naquele período, situação que levou os alunos que se sentiram prejudicados a tomar medidas, visando a garantia de seus direitos.

A afirmação dos professores sobre a aplicabilidade do Exame Nacional de Curso vem sendo discutido nos fóruns realizados em instituições de ensino superior e mesmo em encontros organizados pelo Ministério da Educação essa, como também outras formas do processo avaliativo que compõem o Sistema Nacional de Avaliação.

A prova realizada pelos alunos é duramente criticada pelos professores do curso de História, seja do ponto de vista institucional, seja por sua elaboração e execução da mesma, seja pelos resultados que ela representa para o curso. As críticas dos professores ao ENADE são apresentadas no Quadro 10, embora não faça parte direta o tema do problema investigado:

Quadro 10- Críticas ao ENADE feita pelos professores de História.

PROFESSORES	CRITICAS AO ENADE
P.H-1	Estranho que a instituição não possa participar da realização. Por exemplo, no dia da prova os coordenadores não tem acesso aos locais de aplicação da avaliação, então além de ser aleatório o que ocorre, outro grande defeito que eu vejo é o seguinte, o aluno ingressante, eu vou ter uma turma que vai estar ingressando agora em agosto ele já vai participar do ENADE, como é que ele vai ter conteúdo se o ENADE ele é geral, se tivesse entrado no primeiro semestre tudo bem.
P.H-2	O resultado do ENADE não retrata a realidade dos cursos.
P.H-3	Com relação ao ENADE temos a questão do boicote, nós temos um outro problema no curso de história, é o número de alunos que vão abandonando o curso e que quando eles estão no último semestre eles saem no sorteio do ENADE, são alunos que não estão cursando regularmente, então eles não podem vir a ter um desempenho satisfatório, já que nem são alunos que frequentam as aulas, são alunos que estão devendo um monte de disciplinas, e a nossa nota no ENADE eu acredito que ela representa um pouco disso.

Vê-se, no Quadro 10 que metade dos professores não considera o resultado apresentado pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes como representativo da realidade do curso de história. Estas afirmações podem significar que a nota atribuída ao curso não condiz com o trabalho que é realizado por professores e alunos no tripé que sustenta a universidade que são o ensino, a pesquisa e a extensão. Os outros dois professores teceram críticas à prova por problemas que podem ser locais ou da própria proposta do MEC, como o fato de a instituição não informar sobre alunos desistentes, o boicote dos alunos e da não participação de pessoas do curso na aplicação da prova e a realização dela pelos ingressantes.

Em síntese todos os professores investigados teceram críticas a forma como é realizado o processo do exame mencionado.

Questionados sobre a influência que a política de avaliação institucional exerce sobre a prática pedagógica dos professores e sobre o currículo, todos foram unânimes em

afirmar que ela não interfere. Quanto ao currículo, as mudanças estão ocorrendo por orientação do Ministério de Educação, no que concerne às orientações das Diretrizes Curriculares dos cursos, especialmente quanto ao desmembramento do curso em Licenciatura e Bacharelado em História, e o ingresso dos alunos em separado.

Sobre a questão P.H-2 se manifestou:

Eu acho que essa proposta não contribuiu em nada, porque primeiro teria que haver realmente essa reciprocidade entre o MEC e os docentes da universidade de forma que ficasse colocado não de forma numérica, não de forma de dados, mas em forma de saber registrado, o que seria importante pra o meu crescimento acadêmico para o próprio crescimento do curso, isso sim seria fundamental, mas como se dá o processo de avaliação isso não é possível, daí eu dizer que é negativo, que não contribuiu em nada, eu diria assim não houve nenhum progresso no que diz respeito ao crescimento acadêmico dos professores a partir dessa avaliação, porque ela é feita de forma numérica e não na forma de construção de saberes (P.H-2).

Constata-se na fala desse grupo de professores a unanimidade sobre ser necessário “avaliar” e isso ser imprescindível para o crescimento da instituição, pois somente através deste processo as mudanças qualitativas ocorrerão. Entretanto, também são unânimes ao criticar o processo de Avaliação Institucional com o ENADE, o que leva a estranhar o posicionamento a favor.

Eles também destacaram a necessidade da participação de toda a comunidade acadêmica, e o avaliar tornar-se uma prática constante e permanente, sendo garantido o seu real sentido. P.H-2 apresentou claramente isto em sua afirmação:

Acho que esse processo deve se dar de forma coletiva que envolva todas as instâncias da universidade, e essa avaliação ela deve ser um relatório a partir dos saberes dessas várias instâncias da universidade e que seja definido nessa avaliação coletiva as necessidades e a realidade da UNIFAP e como nesse caso avançar a partir dessa realidade da instituição, então o objetivo da avaliação deve ser esse, deve ser o desenvolvimento da universidade nas suas várias instâncias, desde o seu corpo de funcionários, professores e até mesmo o reitor vendo ai qualificação de professores, qualificação de técnicos de gestores, vendo as necessidades também da parte que nós chamamos institucional, parte de prédios, necessidades de sala para pesquisadores, então tudo isso deveria entrar no relatório, daí esse relatório seria na verdade o nosso projeto estatal para o governo e ele deveria pegar no nosso projeto estatal de funcionamento dessa universidade (P.H-2).

4.4 O Posicionamento dos membros do Colegiado de Pedagogia

Dos colegiados pesquisados, o Colegiado de Pedagogia é constituído por um número maior de participantes e este foi um dos motivos que fizeram a pesquisadora realizar as atividades de grupo focal em dois dias, outro foi que o período da coleta coincidiu com a realização de concurso público para docentes na instituição e estes sujeitos estavam envolvidos no processo participando na condição de banca examinadora. Assim, participaram da coleta quatro professores no primeiro dia e seis professores, totalizando dez professores.

Convém informar que alguns professores pertencentes ao Colegiado de Pedagogia ministram aulas nas demais licenciaturas, em disciplinas pedagógicas: Didática, Psicologia da Educação e Legislação de Ensino.

A pesquisadora questionou os sujeitos sobre como tiveram informações sobre a política de avaliação institucional na UNIFAP. O quadro 11 apresenta a fala de sete professores que responderam ao questionamento.

Quadro 11- Conhecimento dos Professores do Colegiado de Pedagogia sobre a Política de Avaliação.

PROFESSORES	COMO TIVERAM INFORMAÇÕES SOBRE A POLITICA DE AVALIAÇÃO
P.P-1	Eu tive conhecimento dessa proposta no seio do colegiado de pedagogia quando nós soubemos que tu estavas participando da comissão que estava instalada para desenvolver os trabalhos e logo depois a Ana Olga que também por própria indicação do colegiado o nome dela veio para contribuir.
P.P-2	Nós chegamos a ter conhecimento dentro do colegiado através da documentação. Eu recordo ainda de uma técnica que esteve conosco colocando alguns pontos para tornar mais esclarecedora essa política que estava chegando na universidade.
P.P-3	Eu fiquei sabendo após a minha entrada já quando fomos chamados para participar do processo de avaliação. Não tive o momento de construção da proposta, mas no momento para participar da avaliação e mobilizar as turmas.
P.P-4	Já tinha conhecimento como se dá uma avaliação, porque trabalhei em outra instituição e efetivamente eu fui querer saber mais através do site da UNIFAP e dei uma olhada no relatório da CPA.
P.P-5	Eu tive informação em 1988, quando naquela ocasião o então pró - reitor de graduação professor Brito chegou fazer até nós informações sobre o PAIUB .
P.P-6	Em 98, época de Fernando Henrique com o PAIUB, mais recentemente 2003, 2004, é que ressurgem um conjunto de políticas já no governo Lula para fazer as avaliações das universidades.
P.P-7	Com o PAIUB que eu vivenciei ainda como aluna da graduação e sempre envolvida em movimento a gente acabava tendo acesso, e depois veio o governo Lula novas formas de avaliação com o SINAES.

As informações apresentadas no Quadro 11 mostraram a fala de sete professores do colegiado de Pedagogia que tiveram informações sobre a política de avaliação institucional em diferentes momentos e situações: destes 42,8% conheceram com o primeiro processo de avaliação no governo F.H.C. denominada de Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), 28,6% quando foi instalada a CPA na UNIFAP em 2006; 14,3% em outra instituição de ensino superior e 14,3% quando ingressaram como docente na UNIFAP durante o terceiro processo avaliativo, mais precisamente na avaliação do curso de graduação. Portanto todos já possuíam conhecimento da política, ainda que pequeno e de uma certa forma estavam envolvidos no processo.

Um professor que participou da administração em outra gestão tentou lembrar-se do processo avaliativo, mais precisamente quando da implantação do Sistema Nacional de Avaliação nas universidades e seus respectivos desdobramentos. Informou que foi formada uma comissão para coordenar os trabalhos, mas não soube dos resultados da mesma, em virtude de ter se afastado de suas funções para estudos de Doutorado, em outro estado da Federação.

Os professores teceram algumas considerações sobre a proposta de avaliação na instituição. Na Tabela 6 são apresentadas respostas sobre a questão.

Tabela 6- Visão dos professores de Pedagogia sobre a proposta de avaliação.

OPINIÃO	PROFESSORES	NÚMERO	PERCENTUAL
O que era?	P.P-1	1	6,5%
Avaliação do desempenho	P.P-8	1	6,5%
O que está por traz?	P.P-8	1	6,5%
Política do MEC/ Governo Lula	P.P-2; P.P-7; P.P-8; P.P-9	4	25%
Responder ao MEC	P.P-2	1	6,5%
Responder a uma política mundial	P.P-3	1	6,5%
Justificar empréstimo	P.P-3; P.P-9	2	12,5%
Algo sobre a universidade	P.P-6	1	6,5%
Política do falso consenso	P.P-7	1	6,5%
Serve para dizer eu cada universidade tem sua CPA	P.P-8	1	6,5%
Não tem retorno	P.P-1; P.P-8	2	12,5%
TOTAL		16	100%

Dos sete professores que opinaram sobre o assunto constata-se que dois voltaram-se para a temática financiamento da educação brasileira. Talvez esta associação tenha ocorrido visto que a partir de 1990 diversos pesquisadores já discutiam a política de avaliação institucional desenvolvida pelas universidades do Brasil sobre este aspecto. Assim esses também associaram ser uma política imposta pelo Ministério da Educação para na tentativa de responder a esses indicativos. P.P-7 que enfatizou a questão do “falso consenso” destacou:

Porque a pior sensação que nós estamos tendo tanto em relação à política do governo Lula como à gestão da UNIFAP atual, é de nós estarmos sendo alijados do processo democrático em plena democracia, que são ditadas as regras pra cumprilas. Na minha concepção não avalia a universidade dentro da perspectiva que nós percebemos de quais são os problemas. Em minha opinião é um falso consenso para dizer que está acontecendo uma democracia no sentido dessa avaliação institucional foi o que mudou da política do FHC pra política do governo Lula, é a mesma política com a diferença que agora tem chamado o falso consenso que é muito mais perigosa (P.P-7).

P.P-7 ao fazer uma comparação entre as políticas implantada no governo F.H.C. e no governo Lula destacou a questão do “falso consenso” no sentido de ter vivenciado esses dois governos quando aluna do curso de graduação e agora na condição de docente de uma instituição de ensino superior e pontuar textualmente a política de um governo que se diz democrático, que implanta uma política de avaliação que em seus princípios é democrático, mas na prática não é possibilitado um debate mais aberto da comunidade acadêmica.

O processo de avaliação institucional realizado na UNIFAP recebeu críticas dos docentes do colegiado de Pedagogia, desde a forma como foi concebida, sua operacionalidade e a apresentação dos resultados. A professora P.P-1 afirmou:

Eu particularmente percebo uma dificuldade na execução, no desenvolvimento dessa tarefa, tanto do ponto de vista da mobilização a partir dos próprios professores quando são chamados a participarem da avaliação quanto no que diz respeito à participação do aluno (P.P-1).

Ela acrescentou:

A gente percebe que desde a estrutura ou a infraestrutura da instituição para executar a auto-avaliação até o conhecimento por parte desses sujeitos centrais da pesquisa ou os informantes principais nesse processo ele não está claramente definido na UNIFAP toda vez a gente tem que explicar para o aluno do que se trata, a gente tem que dizer para o aluno qual é o objetivo desse trabalho, e a cada vez quem vai dizer isso, quem vai gerar essa informação é o professor que naquele momento está na sala com a turma, então o que a gente percebe é que não existe ainda dentro da UNIFAP uma compreensão clara, a que veio essa avaliação, a que ela se destina (P.P-1).

Que pontos eu acho positivos e negativos nessa política definida pelo MEC de avaliação? A política ela é macro, ela alcança a instituição como um todo em seus diferentes segmentos, a auto avaliação no início é o olhar interior de nós para nós mesmos, só que como ela parte do MEC eu vejo muitas contradições na política, porque observa, o aluno de pedagogia vai a auto avaliação, e ele aponta na auto avaliação as dificuldades que a gente tem, por exemplo, na estrutura física na parte laboratorial na parte de espaços, biblioteca para a nossa prática, ele diz que isso está carente, portanto ele tá dizendo para a administração superior que pensa as políticas internas e, por conseguinte para o nosso mantenedor que é o MEC que a UNIFAP precisa ser olhada, pelo menos a Pedagogia precisa ser olhada, precisa ter investimentos sobre o curso, ele diz isso na auto avaliação (P.P-1).

A afirmação da docente sinaliza uma reação contrária à forma como foi idealizada e vem sendo realizada o processo avaliativo na UNIFAP. Outros docentes também

se manifestaram contrários ao tipo de avaliação que é desenvolvida porque parecia, a princípio, imposição do MEC.

O colegiado de pedagogia naquele momento marcou uma posição muito pontual contra eu diria em torno dessa questão, porque da forma como nos chegava era em forma de pacote, era algo que vinha por determinação do MEC e que precisava acontecer. De lá pra cá o processo avaliativo ele vem sendo desenvolvido aqui na UNIFAP (P.P-1).

Seguindo a mesma linha de raciocínio no que tange às críticas P.P-7 falou sobre o formulário de avaliação dos professores:

Mesmo que utilizássemos aquele dito questionário, lá não tem ressaltado, aquela forma de avaliação, mesmo se utilizasse, no sentido agora vamos ver, quais são os nossos problemas, o que nós podemos mudar aqui, o que depende dos professores, o que depende do MEC, o que depende da gestão da universidade, ou seja, dá a impressão que é mais um documento que a gente preenche pra ser punido, mas nunca pra ser beneficiado (P.P-7).

P.P-7, ao fazer uma análise mais pontual da política pública de avaliação faz uma diferenciação entre os governos F.H.C e Lula, destacando a “falsa democracia” no que tange ao controle nas universidades:

O governo Lula criou essas comissões tentando forjar um consenso e uma democracia dentro da universidade, mas se a gente for analisar é só isso, é dizer que agora as universidades têm as suas comissões próprias de avaliação, mas não tinha nenhuma forma de liberdade para as universidades estarem elaborando a sua metodologia de avaliação, eu tive acesso aqui da UNIFAP ao questionário de avaliação através da internet, veio e-mail para gente preencher e tudo mais eu achei horrível aquilo, porque tinha questões ali que eu tinha uma ansiedade muito grande de avaliar e com aquele questionário não estava me sendo permitido avaliar a UNIFAP, ou seja, a avaliação no sentido diagnóstico, e aí tinha momentos que eu preenchia o que era mais próximo, mas que não estava satisfazendo a minha ansiedade, esse foi um problema (P.P-7).

Parece existir um consenso na fala dos professores do Colegiado de Pedagogia no que tange às críticas ao processo de avaliação institucional definida pelo MEC e realizados pelas Instituições de Ensino Superior. No caso da UNIFAP foram levantados problemas pelo grupo de professores do colegiado de Pedagogia. Esses podem ser fatores que contribuíram para a não implantação das ações na universidade a partir dos resultados: o fato de os

resultados diagnosticados pela avaliação serem divulgados pela internet e estes relatórios são densos tornando-se uma leitura cansativa e sem análises.

Como as pessoas estavam constantemente atarefadas em suas atividades cotidianas, o relatório ficou em segundo plano, sendo consultado apenas quando a Comissão de Avaliadores do MEC visitou a instituição para avaliar o curso. Sobre isto P.P-1e P.P-3 dizem:

O que nós temos mesmos são os cadernos de textos com os indicativos, os relatórios com os dados que foram coletados e uma breve análise o documento, que é denso. O que é mais importante que é o retorno, que eu particularmente não vejo, fico me perguntando qual é a finalidade maior da auto avaliação acontecer na instituição (P.P-1).

A gente vê o esforço de fazer avaliação, mas utilizando aquilo que a gente compreende de avaliação a gente pensa que o relatório foi feito para inglês ver, ou seja, o documento apresenta os resultados, mas a gente não vê a resposta em termos de objetivos e metas para que a gente possa criar situações para resolver o que foi constatado na avaliação. Então é uma política nacional que existe de fato a avaliação institucional como as outras políticas de avaliação implementadas a partir dos anos 90 (P.P-3).

De um modo geral os professores teceram críticas a proposta de avaliação, pois muitas dificuldades ocorreram para que o mesmo acontecesse. Dois professores destacaram o esforço que a C.P.A. fez para garantir a realização de todas as ações previstas na agenda de trabalho, que envolvem o planejamento até a postagem e divulgação dos relatórios para a comunidade. P.P-1 diz:

A universidade é uma instituição ainda relativamente pequena, mas ela dentro dos seus muros ela tem muitas frentes de trabalho e tentar projetar uma auto avaliação pra alcançar a todos nas frentes de ensino, pesquisa e extensão e nas representações das três categorias, isto é de um grau de complexidade imenso, portanto eu não poderia em absoluto deixar de mencionar o esforço que eu percebo na comissão de auto avaliação da UNIFAP, dos colegas que integram essa comissão e que se mobilizam na tentativa de fazer com que este momento aconteça. Então isso para mim é positivo (P.P-1).

Seguindo o mesmo raciocínio P.P-3 destacou:

Eu sinalizo também como aspecto positivo é justamente esta tentativa de querer fazer. Apesar de todas as dificuldades nós temos pessoas envolvidas e que têm se empenhado para fazer. Talvez não tenham conseguido fazer da melhor forma, mas estão fazendo (P.P-3).

Dois professores fazem questão de destacar que “avaliar” é necessário e importante em qualquer processo.

Esperamos mais desse processo e certamente ela é boa ela a proposta é válida porque todo processo de avaliação nós sabemos que é necessário para que nós possamos refletir como nós estamos caminhando, então eu penso que esta política de avaliação ela é válida, mas ela precisa ser melhor refletida (P.P-2).

Vamos discutir avaliação, vamos, nós somos favoráveis à avaliação, mas uma avaliação que seja diagnóstica que seja democrática, que ela possibilite a participação que se abra um debate amplo (P.P-7).

Conforme as análises apresentadas pelos sujeitos da pesquisa todas as críticas que foram atribuídas à forma como foi desenvolvido o processo avaliativo não tiveram como objetivo excluir o processo em si, muito menos as pessoas que estão à frente da Comissão responsável por realizar as ações previamente definidas no calendário planejado por ela. Outro ponto destacado como polêmico para os professores do colegiado de Pedagogia diz respeito ao formulário de avaliação no aspecto da prática docente:

Tem uma parte do formulário que levanta questionamentos, ele indaga sobre a prática docente, sobre a forma como os professores conduzem as disciplinas, se isto tem impacto na aprendizagem do aluno, então o que os alunos apontavam para a representante da CPA que estava naquele momento acompanhando a aplicação, eles diziam que eles tinham ali em função do formulário como está desenhado o nosso formulário de auto avaliação ele tem que fazer uma média de opiniões dentro do corpo docente e ai essa média de opiniões que eles apresentam acaba que camufla maqueia os pontos que são positivos na prática docente da professora A e pontos que são negativos na prática docente da professora B (P.P-1)

Ainda sobre a questão do formulário que camufla os resultados a docente acrescenta visando o esclarecimento do termo:

Então como é que a gente vai conseguir parametrizar ou apontar como está o perfil , como se dá o desenho o perfil do professor no exercício da docência nas turmas, se ele não consegue ver o professor, não vai conseguir extrair do resultado desse formulário como ele está, porque ele não avalia pontualmente professor a professor. E ai como que eu posso rever a minha prática considerando aspectos da auto avaliação, se estes aspectos da auto avaliação não trazem elementos, não trazem dados relativos (P.P-1).

Para reforçar o que P.P-1 falou apresentamos uma parte do formulário que retrata a situação acima mencionada, o que se torna um aspecto preocupante que precisa ser revisto, pois a avaliação não focaliza a questão específica da docência, visto não haver possibilidade de o professor fazer uma relação com a sua prática de sala de aula.

Quadro 12- Parte do formulário utilizado pela CPA para a avaliação dos docentes pelos discentes.

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Cumprimento dos horários de aula e carga horária da disciplina						
2. Linguagem fluente e coerente com o nível de ensino						
3. Compatibilidade entre formação acadêmica e docência na educação superior						
4. Domínio da área de conhecimento em que atua						
5. Organização e socialização do programa da disciplina em sala de aula						
6. Utilização de recursos didático-pedagógicos em sala de aula						
7. Metodologia de avaliação compatível ao projeto político-pedagógico do curso						
8. Orientação sobre investigação científica						
9. Estímulo ao trabalho de campo						
10. Estímulo à utilização da biblioteca como fonte de conhecimento						
11. Relacionamento ético com os discentes						
12. Estímulo à participação discente em sala de aula						
13. Relacionamento ético com os demais docentes do curso						
14. Cumprimento do prazo institucional para entrega de diários de classe						
15. Quanto à orientação de T.C.C (domínio da temática, responsabilidade, relação professor/aluno)						

Fonte- CPA-2011.

A parte do questionário que está apresentada no Quadro 12 confirmou os questionamentos levantados pelos docentes. Como se pode constatar o formulário avalia os professores que ministram aulas no semestre em blocos, tornando-se difícil saber de qual professor os alunos estão avaliando. Sobre isto P.P-1 acrescentou sua posição quando sugeriu: **Nesse processo interno o desenho dos formulários para alcançar as especificidades da prática docente de professor a professor, necessita ser revisto.**

P.P-3 destacou a reflexão realizada pelo colegiado de Pedagogia originada dos resultados da avaliação do curso pela comissão de especialistas.

De fato o que reflete é a análise dos nossos alunos sobre a prática docente. Eu acho que algo que aconteceu que foi muito bom para que a gente pudesse refletir sobre o nosso trabalho foi a avaliação que nós tivemos do nosso curso. Ela foi pontual com os nossos alunos para investigar a atuação dos docentes, o currículo dos docentes que foram colocados para avaliação do MEC e nós conseguimos nessa avaliação a nota máxima, 5, em contrapartida a infraestrutura teve a menor nota que foi 3 (P.P-3).

Como um dos eixos da pesquisa foi conhecer se a política de avaliação teve alguma influência no fazer pedagógico dos docentes e também na questão curricular. Todos foram unânimes em que não é essa a política que favorece mudanças no curso ou na prática docente. Metade dos professores disseram que as mudanças, quando ocorreram, foram frutos das reflexões ou das discussões no âmbito do colegiado. (P.P-1, P.P-2, P.P-6, P.P-7 e P.P-10).

Para P.P-3 as mudanças foram para atender as novas Diretrizes Curriculares para o curso.

A organização do currículo do curso, ela é modificada em função das exigências do MEC, mas também das reflexões que são feitas no colegiado sobre o perfil do pedagogo que nós desejamos formar para esta sociedade. Então a gente analisa as práticas pedagógicas, as disciplinas que compõem o nosso currículo do curso e encima disso que a gente tem modificado. A prática pedagógica docente também parte das reflexões do nosso colegiado quando aparecem algumas questões que são necessárias debater a gente chama a discussão no âmbito do colegiado (P.P-3).

P.P-3 também apontou a falta de participação:

Eu também destaco como ponto negativo a não participação mais efetiva de todos nesse processo. Então, porque as pessoas não participam, não legitimam essa avaliação? Porque não participaram dessa construção do debate. Então ninguém se responsabiliza por algo que não ajudou a construir, até porque eu vou concordar com algo que eu não participei não fui consultado eu não tive envolvido, então acaba se retraindo e dizer eu não reconheço eu não participo (P.P-3).

P.P.3 sugeriu uma alternativa objetivando ajustar a política nacional para desenvolver a política local, possibilitando a comunidade acadêmica participar mais ativamente do processo de avaliação institucional da UNIFAP:

Então é necessário que a gente possa participar, apesar de existir uma política maior, mas que quando chegue nessa universidade se abra ao debate a discussão para que a gente possa criar os elementos com a participação dos professores dos colegiados os técnicos os alunos construírem uma avaliação que pudesse dar conta dessa complexidade maior (P.P-3).

P.P-1 destacou que a política de avaliação institucional à de nível MEC está desconectada da política interna:

Os momentos de auto avaliação estão acontecendo, mas eles estão desconectados de uma política interna que se pauta nos resultados dessa avaliação objetivando traçar metas, em busca de alcançá-las, eu penso que tenha um hiato aí entre o resultado e o que de fato a instituição está traçando para o seu desenvolvimento para o seu crescimento. (P.P-1).

Este questão é destacada pelos participantes, pois os professores sentem falta de um retorno mais significativo dos resultados da mesma para a reflexão e tomada de decisão da gestão universitária. Percebe-se que isto ainda ocorre, mesmo que a UNIFAP já tenha vivenciado três processos de avaliação institucional sob a coordenação dos trabalhos da CPA, visto os professores não terem percebido mudanças na dinâmica das ações que justifiquem dizer que foram realizadas em consequência dos seus resultados. Sobre isto alguns professores deram destaque e essas estão apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13- Repercussões da política na UNIFAP.

PROFESSORES	REPERCUSSÕES DA POLÍTICA
P.P-1	A gente percebe que não tem retorno. A gente ainda não chamou a UNIFAP pra um grande seminário de avaliação, pra discutir concepção de avaliação e de que forma nós podemos internamente é reconstruir esse processo fazendo da auto avaliação um elemento, uma ferramenta que esteja a nosso favor do nosso crescimento, então nós estamos de fato desconectados, cumprindo prazos cumprindo elaboração de relatórios.
P.P-3	É uma avaliação que ela constata, porém não há ação efetiva daquela constatação então eu penso que uma avaliação desse tipo ela não contribui de forma efetiva para que a gente possa superar nas nossas fragilidades como a gente percebe em nível nacional as avaliações não conseguem efetivamente intervir nas questões que são problematizadas nos resultados, não é diferente na instituição a gente não percebe este esforço, há o esforço de realizar, porém transformar aquela realidade a gente não vê uma ação mais pontual.
P.P-4	A gente percebeu que é um acontecimento, tem um início, tem uma avaliação, mas a finalidade o objetivo até agora não foi cumprido, porque as fragilidades a gente encontra, a gente sabe, está ali no documento que toda avaliação deixa, mas infelizmente a UNIFAP ainda não tem esse final, um final feliz de toda avaliação deveria ter, atender as fragilidades pedidos que essa avaliação pede.

No Quadro 13 estão retratadas as falas de três participantes do grupo focal, cada um com uma observação sobre a repercussão do processo em nível local. Porém o destaque é a avaliação como um evento que deve dar o retorno no sentido de ser o ponto de partida para atacar as fragilidades apresentadas nos relatórios produzidos pela CPA a cada final de processo.

P.P-1 reafirmou que a resultado da auto avaliação é determinante também em outras ocasiões:

O documento de auto avaliação é determinante para que a instituição receba as comissões de visita dos cursos. Então nós estamos fazendo isso por fazer, proforma, porque impacto interno eu particularmente não estou vendo, Uma colega do colegiado insiste muito na necessidade de nós ampliarmos, chamarmos para o debate

de forma bem ampla essa questão da avaliação, na verdade no Sistema Nacional de Avaliação como um todo nos seus múltiplos aspectos, na avaliação de cursos, na avaliação da instituição externa, na auto avaliação, no Exame Nacional do Desempenho do Estudante no ENADE (P.P-1).

Muitas propostas para os processos futuros foram surgindo na fala dos investigados e percebeu-se que o grupo demonstrou clareza de que avaliar é necessário para o processo educacional. Com base neste pressuposto apontaram possibilidades e limites neste processo de democratização. P.P-1 destacou que devemos priorizar:

Ter momentos de discussões, de estudos, sobre toda essa dinâmica, desde a orientação normativa, como é que chegou o que fundamenta isso, se as nossas práticas se as nossas necessidades se isso acontecesse de forma mais sistemática enquanto debate, discussão eu acredito que nós poderíamos inclusive melhorar a nossa relação, o nosso envolvimento com esse processo (P.P-1).

Sobre as possibilidades da avaliação, na Tabela 7 são apresentadas as sugestões dos professores do colegiado de Pedagogia.

Tabela 7- Propostas dos professores do Colegiado de Pedagogia para o futuro.

SUGESTÕES	PROFESSORES	NÚMERO	PERCENTUAL
Usar a avaliação para melhorar	P.P-1; P.P-3	2	11,1%
Deliberar em prol da política	P.P-2	1	5,6%
Ampliar o debate para toda universidade	P.P-2; P.P-4; P.P-5; P.P-6; P.P-7; P.P-8; P.P-9; P.P-10	8	44,4%
Instituição se auto avaliar	P.P-1	1	5,6%
Pessoas do MEC estarem mais presentes	P.P-2	1	5,6%
Convidar pessoas que entendam de gestão financeira	P.P-3	1	5,6%
Inserir todas as pessoas da comunidade	P.P-2	1	5,6%
Alunos, técnicos e professores tem que opinar onde vai investir	P.P-3	1	5,6%
Dar qualidade aos cursos existentes	P.P-3	1	5,6%
Professores, técnicos e alunos construir a avaliação	P.P-7	1	5,6%
TOTAL		18	100%

Ao analisar a Tabela 7 pode-se constatar que 80% dos professores ao darem suas contribuições em termos de sugestões priorizaram realizar o debate com a comunidade. Isto é relevante, pois eles entenderam que somente desta forma será possível construir um projeto que tenha características próprias onde ocorra um envolvimento de todos e as situações que estão fragilizadas possam servir para a reflexão e melhoria na instituição. Observa-se desta forma que os professores deste colegiado parecem estar dispostos a participar do processo dando suas contribuições visando à melhoria do processo avaliativo. Sobre isto P.P-1, P.P-2 e P.P-2 falaram:

Eu acho que o ideal seria que nós inclusive no exercício da nossa autonomia universitária, nós tivéssemos estabelecido como obrigação da instituição de ensino superior se auto avaliar, é olhar como a sua prática que está sendo executada, tentar corrigir os seus erros, eu me olhar e eu tentar melhorar sobre o que eu estou fazendo (P.P-1).

Deliberar em prol dessa política com a ampliação desse debate, assim como eles vem aqui pra fazer outras avaliações que eles também possam durante esse processo todo estar aqui mais presente pra nós sentirmos de fato que nós fazemos parte desde o início, avaliação é necessária é essencial, mas desde que realmente insere de fato todos os sujeitos nas suas especificidades (P.P-2)

Vamos fazer análise planejar a universidade a partir do que foi apontado na avaliação como fragilidade chamar quem entende do assunto relacionado a finanças, vamos ver o que é que nós temos, vamos chamar o nosso corpo técnico, docente e alunos, de que forma a gente vai melhor investir para potencializar investimentos em novos cursos, mas também dar qualidade aos cursos que já existem (P.P-3).

Muitas questões foram levantadas pelos professores sobre a forma como vem desenvolvida a política de avaliação institucional na UNIFAP, dentre elas sobre as condições do trabalho docente. Ao serem questionados sobre proposta de estudo da temática em pauta uma docente assim se manifestou:

Infelizmente nós temos uma carga muito grande de ensino o que nos impede enquanto professores estar buscando nos articular de maneira mais intensa nessa discussão, nós temos a vontade e a necessidade, porém o tempo realmente não é possível que nós possamos realmente estar chamando (P.P-2).

A situação levantada pela docente infelizmente é uma realidade nas instituições de ensino superior de nosso país. Os professores, por causa de uma demanda grande de

atividades visando a atender a uma política de produtividade necessitam desenvolver tarefas para as três frentes que dão base ao tripé da universidade: ensino pesquisa e extensão. Não estou aqui discordando dessa proposta, visto ter consciência que estas são as funções que o professor do ensino superior necessita assumir. O que questiono é a falta de condições mínimas, dentre elas cito uma sala para que o professor possa reunir seus orientandos, participar de comissões e discussões são também funções que devem ser desempenhadas pelo professor universitário, mas não se pode permitir a precarização do trabalho docente, pois a carga de trabalho em sala de aula é intensa, falta tempo mesmo para estudar, planejar aulas, escrever artigos, publicar, ficando também à desejar as participações em comissões.

Um fator preocupante nas instituições públicas de ensino superior é a da falta de infraestrutura. Mesmo nas universidades consideradas novas, como é o caso da UNIFAP, que possui apenas 22 anos de existência isso já é notório. A falta de investimentos nos cursos existentes contribui para um resultado negativo quando são realizadas as avaliações pelos especialistas do Ministério da Educação. O esforço dos docentes em melhorar suas ações no cotidiano é evidente, mas não basta; cada pessoa envolvida no processo deve assumir sua responsabilidade em oportunizar condições melhores de trabalho, pois se este não é um fator preponderante para alcançar a qualidade do ensino, contribuirá significativamente para a melhoria. A fala de P.P-3 vai nesta direção:

Não tem uma política de melhoria das condições infra estruturais no curso de pedagogia e outros cursos ai que tem tido uma nota baixa, na avaliação do MEC. Enfim então a universidade está ampliando, está criando espaços para novos cursos, cursos que exigem uma infraestrutura muito grande e está deixando abandonado os outros que estão sendo apontados com fragilidades na sua estrutura para atender nossos alunos. (P.P-1).

Ao retratar as falas dos professores que compõem o colegiado de Pedagogia constatei uma preocupação que considero um avanço no processo da avaliação: a necessidade de continuidade do processo avaliativo. Porém os mesmos sugeriram alternativas para que a comunidade acadêmica possa participar mais ativamente. Também é considerado como um avanço a criação da Divisão de Avaliação: Para P.P-1:

Considerar os aspectos da implantação até hoje do movimento que foi feito. É claro que nós vamos perceber avanços do ponto de vista da organização desse grupo de trabalho que a cada momento de auto avaliação ele vai, ele se organiza, se arruma para poder dar conta dessa tarefa, que não é uma tarefa simples, avaliar é criar mecanismos de auto avaliação para que alcance a toda universidade, não é auto avaliação de um pedaço desse corpo desse universo, é a avaliação dele na sua inteireza (P.P-1).

4.5 O Posicionamento dos membros do Colegiado de Letras:

Participaram do grupo focal seis professores do Colegiado de Letras, sendo denominados de P.L. e numerados sucessivamente, visando garantir o anonimato dos mesmos.

Questionados sobre a forma como conheceram a política de avaliação institucional, temos as respostas: por e-mail da coordenação do curso 83.3% e pela COEG, 16.6%.

Convém ressaltar que todos foram informados que deveriam preencher o formulário que estava disponível on-line, sem que fosse esclarecida a importância deste trabalho. Sobre a forma como ocorreu o processo alguns professores exemplificaram:

Como docente eu tive o conhecimento da política de avaliação em primeiro momento em 2006, mas foi assim: me veio uma informação, você tem que fazer avaliação com seus alunos, corra para lá e você faz. Eu não tive à princípio uma informação mais precisa da importância da necessidade do porquê eu estaria ali fazendo essa avaliação (P. L-3).

Tomei conhecimento através de e-mail que a nossa coordenadora passou estabelecendo inclusive um prazo que nós tínhamos de tanto a tanto, tinha de fazer porque era determinação, e eu lembro que eu fiz no último dia estava dando aula nesse dia, tarde e noite, aí eu lembrei que tinha de fazer, deixei meus alunos lá com uma atividade e fui fazer até aqui no laboratório do curso de matemática que eles estavam lá atendendo, aí quando eu li o questionário, tive contato com o questionário lá naquele momento, eu fiquei preocupada porque eu tinha deixado meus alunos na sala e aula. (P.L-5).

O conhecimento sobre a política pelos professores deste colegiado como se pode constatar ocorreu como uma forma de obrigatoriedade sobre o preenchimento do formulário de avaliação. Os professores foram convidados a participarem sem que tenha sido dada a devida importância a que se destinava este ato. Sobre o que pensavam desta proposta temos as respostas Na Tabela 8.

Tabela 8- Visão dos professores do colegiado de Letras sobre a política.

OPINIÃO	PROFESSORES	NÚMERO	PERCENTUAL
Proposta interessante	P.L-1	1	10%
Não foi algo bem colocado	P.L-2	1	10%
Não tinha uma leitura do tema	P.L-3	1	10%
Não tinha consciência importância	P.L-3	1	10%
Cumprir determinação do MEC	P.L-4; P.L-5	2	20, %
Ainda não tinha ouvido falar	P.L-5	1	10%
Primeiras avaliações foram muito fechadas	P.L-2	1	10%
Pensou que fosse direcionado ao curso	P.L-5	1	10%
TOTAL		9	100%

Sobre o início do processo os participantes divergiram, visto terem vivenciado processos diferentes. Na Tabela 09 são apresentadas as informações dos professores do colegiado de Letras sobre isto:

Tabela 9- Informações dos professores de Letras sobre o início do processo de avaliação.

OPINIÃO	PROFESSORES	NÚMERO	PERCENTUAL
Pouca divulgação	P.L.2; P.L5; P.L-6	3	50%
Pouco tempo para a comissão realizar os trabalhos	P.L-1	1	16,6%
A comissão foi ao colegiado fazer a divulgação	P.L-4	1	16,6%
Questões difíceis de responder	P.L-5	1	16,6%
TOTAL		6	99,8%

Conforme mencionado anteriormente os professores divergiram nas informações quanto ao início do processo de avaliação institucional realizado na UNIFAP visto terem vivenciados momentos diferentes, mas 50% deles informou a pouca divulgação.

Destacaram a dificuldade em preencher o formulário no primeiro processo por considerarem questões difíceis de responder. Também foram destacadas pelos professores do colegiado de Letras as mudanças da dinâmica de trabalho da CPA no aspecto sensibilização. Os professores compreenderam a importância da avaliação e demonstraram interessados em participar, algo que já vinha ocorrendo para alguns, como se vê nas falas de três professores.

Quanto a essa última avaliação a gente se mexeu, eu fui lá, como eu falei eu tinha aluno, porque ficou claro que é importante ser avaliado, que seria avaliado o curso, os outros setores da universidade, então isso aí, eu lembro bem, ficou marcante, eu lembro que até eu peguei os alunos nós fomos para o laboratório, então enquanto eles não preencheram eu não deixei eles saírem, ou seja, acompanhei bem de perto para poder oportunizar aos alunos ao preenchimento (P.L-5).

Hoje eu diria que nós entendemos a importância dessa avaliação independente de estar satisfazendo o MEC ou não estar, hoje dizemos que é um passo assim muito importante para que nós possamos conhecer a nossa instituição melhor e possamos buscar qualidade de ensino dentro da academia com isso a gente agregar mais valores da academia com relação a sociedade, até porque nós entendemos que a universidade acima de tudo ela precisa prestar um serviço para a comunidade onde ela está inserida (P.L-2)

Hoje eu comparo essas avaliações, todas sim como necessárias, como diagnósticas porque a gente precisa melhorar sempre há essa necessidade e o que falta é justamente um pouco mais de clareza para todos da importância, para que ela vai servir (P.L-3).

O envolvimento dos professores do curso de Letras na avaliação institucional no sentido de mobilizar os alunos a participarem do processo realizado em 2010, foi destacado por P.L-5.

Esse processo de avaliação agora, a avaliação começou dia primeiro e vai até o dia dez, é na primeira semana de aula se faz uma avaliação, a gente está com uma mobilização muito grande, eu entro até nas redes sociais, facebook, estou colocando, chamando os alunos para participarem (P.L-5).

A partir das experiências vivenciadas pelos professores são apresentadas algumas críticas ao processo de avaliação dos alunos da instituição.

Quanto ao ENADE nós sempre temos essa preocupação de mostrar para o aluno que é uma parte que integraliza a vida acadêmica dele, portanto é necessária sua participação, quando convocado (P.L-1)

A gente tem sérios problemas no ENADE porque o período que ele é realizado e a gente tem dificuldade para encontrar os alunos, nós temos uma série de alunos que já terminaram, ou é remanescente, a gente tem dificuldade para achar e às vezes os alunos não aparecem para fazer a prova e a curso fica penalizado (P.L-5).

O ENADE de certa forma eu acredito que esse instrumento prejudica sim a avaliação de um curso, como no nosso, porque será que eu falo isso, talvez sentindo bem de perto isso, porque nós estamos com uma nota, que não corresponde ao perfil, não corresponde ao desempenho dos nossos acadêmicos, é uma nota muito baixa (P.L-1).

Um professor teceu críticas ao questionário de avaliação respondido pelos visto que:

Mas um que me chamou atenção foi a questão da nota, que alguns pontos era para lançar de zero a dez e tanto eu quanto os alunos eles achavam que não seria uma nota, seria um comentário, e não ficaria restrito a dar uma nota para alguns critérios que estavam lá, e alguns até perguntavam: professor o que é que eu faço, então se está pedindo para dar uma nota lança nota, então tem uns critérios que me chamaram a atenção (P.L-5).

Quanto ao processo de avaliação que foi realizado pelo MEC, especialmente no quesito avaliação externa P.L-2 manifestou-se:

Eu lembro uma época inclusive que além de professor eu era coordenador do curso, eu tive que receber a comissão do MEC. Eu percebi que a comissão veio sem uma leitura preliminar sobre a universidade, eles tentaram fazer uma avaliação da universidade que na época era recém-criada como se fizesse uma avaliação de uma universidade já de grande porte, das federais como a do Rio até mesmo a do Pará que já tinha mais de 50 anos, e tentavam atribuir o mesmo padrão para a UNIFAP, que estava começando (P.L-2).

Torna-se necessário esclarecer que a informação trazida por P.L-2 é referente ao processo de avaliação institucional anterior à implantação do SINAES.

Nesta mesma linha de raciocínio outros dois professores levantaram questionamentos sobre o processo recente de avaliação, sob a vigência do SINAES, na avaliação do curso. Eles afirmaram:

Negativos eu acho essa forma de avaliação do MEC porque não desmerecendo os outros professores que não tenham condições, mas imagine vão analisar língua estrangeira e ai eu posso não ter nenhum professor nesta comissão que seja da língua estrangeira, então como é que eu vou avaliar um curso de língua estrangeira se eu não tenho ninguém de língua estrangeira para avaliar. Da última vez que nós fomos avaliados não tinha, ela era de espanhol, mas não era professora de espanhol, ela falava só e não tinha ninguém da área de língua estrangeira para avaliar o curso (P.L-5).

Desse trabalho da comissão eu vejo que o tempo é muito exíguo para que se exija um trabalho dessa natureza, quer dizer então que eu acredito que as coisas fiquem assim muito superficial. Eu penso que quando se fala em avaliação é uma coisa muito criteriosa e que demanda algum tempo eu acredito que não é em três dias que você tem condições de avaliar o que é realmente o trabalho de um curso, de você olhar a infraestrutura é claro que isso está evidente para você, agora você ter conhecimento da ação do trabalho do professor, das atividades que o professor realiza, como é que se dá este trabalho com o aluno, eu vejo que esse tempo determinado é um aspecto negativo dentro dessa avaliação (P.L-1).

Apesar do documento norteador que sustenta o processo de avaliação proposto pelo SINAES adotar um modelo que contempla, de forma equilibrada, as abordagens quantitativa e qualitativa nas diferentes perspectivas avaliativas, parece isto não tem sido percebido pelos professores. Na fala de P.L1 é retratada esta questão.

Na questão desse formulário eletrônico, numa dessas avaliações nós tivemos um prejuízo porque foram extraviadas posso dizer algumas informações, nós entramos com recurso e esse recurso não foi atendido. Há um descompasso entre o que foi colocado e aquilo que você está constatando. Eu penso que isso tem um peso sim positivo porque eu vejo assim, está além daquilo que você estava ali vendo naqueles flashes rápidos e você está constatando in-loco, você está vendo que aquilo é superior aqueles dados muitos restritos que você tem naquele formulário (P.L-1).

P.L-1 destaca o papel da CPA no contexto da universidade quando diz:

Eu vejo assim para o que a comissão se propôs, foi um trabalho de peso dentro da instituição, porque até então, até onde eu saiba nesse tempo que eu estou aqui na instituição, um trabalho dessa natureza dessa envergadura eu ainda não tinha tido contato. Quer dizer você tem a questão de avaliação em termos mais restrito, mas essa avaliação institucional do alcance tendo a participação que houve, é claro que num primeiro momento foi satisfatório, satisfatório para aquele momento (P.L-1).

P.L- 4 complementa:

Praticamente quando eu assumi o cargo na UNIFAP eu assisti o momento que eles vieram fazer a sensibilização. Eles ressaltaram a importância da avaliação, dos dados, a participação dos alunos, que seria importante a opinião deles. Eu acabei participando também ativamente dessa última (P.L-4).

Quanto aos avanços e as possibilidades para os próximos processos de avaliação institucional na universidade os professores destacaram:

Quanto aos avanços, já tendo passado esses dois processos acredito que a sensibilização ainda está acontecendo. As pessoas ainda estão tomando conhecimento desse tipo de trabalho, mas penso que de uma certa forma esse trabalho surtiu efeito, como já disse um resultado satisfatório, mas é claro que a gente sabe que tem muito a melhorar (P.L-1).

Hoje aqui e na direção da auto avaliação está havendo este movimento conjunto, para que a gente possa se enxergar de uma forma mais concreta. O avaliador institucional vai a todos os cursos mostrar, fizemos uma espécie de calendário para eles, colocaram à disposição na avaliação dos cursos. Tem uma salinha agora para quando a comissão do MEC chegar avalie. A questão do ENADE está sendo coordenada pela divisão de avaliação em parceria com os coordenadores (P.L-3).

Hoje tem uma comissão mais organizada, pois teve agora um encontro dos professores em que tivemos momento que discutimos essa avaliação, e eles estão mais engajados. Então quem sabe essas avaliações que nós estamos fazendo este ano, esses resultados vão chegar para nós de uma forma mais significativa dos que os do passado (P.L-5).

Quanto aos resultados da avaliação ter influenciado a prática pedagógica dos professores e as mudanças realizadas no currículo as visões são diferenciadas.

Particularmente na minha ação pedagógica eu creio que tenha de alguma forma contribuído, quando você pensa na sua ação ela não é isolada de um contexto maior, é porque você pensa eu estou na minha sala de aula, na minha prática como é que eu desenvolvo o meu trabalho mas isso também está relacionado a uma série de fatores que estão de uma certa forma: por exemplo a sua ação pedagógica a sua prática quer dizer você vê dentro de um contexto maior, uma ação educativa. Eu vejo dessa forma, e dessa ação educativa vários elementos, vários fatores estão interferindo (P.L-1).

Influenciou obviamente, no meu caso particular. Nos cobrou, nos exigiu mais para a gente melhorar permanente a nossa prática (P.L-2).

Não percebi em nenhum momento, nenhum tipo de trabalho de ação que foi desenvolvido em função dessa avaliação, nem dentro da estrutura curricular nem dentro do próprio curso nenhum momento da instituição (P.L-5)

Pra mim realmente nada mudou, nada interferiu na minha prática, o que eu tenho hoje eu consegui através das minhas reflexões (P.L-6).

Como se pode constatar nos enxertos das falas de quatro professores do colegiado de Letras, 50% afirmaram que a política influenciou e 50% falaram que não ocorreram influência na prática pedagógica. P.1-4 E Pl.4 não se manifestaram.

Quanto às mudanças no currículo do curso eles pontuam:

Particularmente eu penso com relação à organização curricular do curso, de certa forma sim, surtiu algum efeito, porque eu lembro o grupo de professores sempre atento a própria questão do nosso projeto político pedagógico e sempre tendo a frente a necessidade de adequação de alguns pontos relacionados ao curso. Não vou poder dizer seria até exagerar que foi uma influencia notória, mas foi se conquistando aos poucos e de uma certa forma eu vejo que isto surtiu efeito sim (P.L-1).

Posso afirmar que a nossa matriz curricular hoje ela atende os nossos anseios, a matriz em si, não por conta do resultado da avaliação, mas do esforço do colegiado em discutir em melhorar cada vez mais (P.L-2).

Das necessidades que nós professores começamos a sentir em função de algumas disciplinas que estavam se repetindo em outras, em função de uma carga horária que muitas vezes estava muito além ou muito aquém das necessidades do curso, das necessidades do nosso acadêmico, a nossa prática de ensino que a gente fez toda uma revisão, mas em função das necessidades, dos nossos alunos das angústias das necessidades que eles tinham quando iam para sala de aula e a gente resolveu estender, desdobrar em vários momentos, mas tudo em função das discussões com os colegas, de eventos que a gente participa, de pesquisas realizadas, de relatos dos nossos acadêmicos das necessidades que o curso vai demonstrando para gente ao longo do tempo, foi principalmente a partir disso (P.L-5)

Para mim não influenciou em nada essa avaliação, as mudanças no currículo ocorreram por conta de nossas reflexões no colegiado (P.L-6).

Mais uma vez os professores do Curso de Letras divergiram de suas opiniões sobre a influência da política de avaliação institucional nas mudanças curriculares do curso. P.L-3 e P.L-4 também não se manifestaram.

Para fechar os questionamentos ao grupo de professores do colegiado de Letras solicitei o posicionamento deles sobre a continuidade/ou não da política pública de avaliação institucional e quais sugestões dariam para melhorar o processo na instituição.

Dos seis professores que responderam ao questionamento todos concordaram com a continuidade da política de avaliação institucional e apontaram sugestões para a melhoria do mesmo. O colegiado de Letras parece pensar que esta política é importante para rever o caminho percorrido. Na Tabela 10 são apresentadas as sugestões.

Tabala 10- Sugestões dos professores do colegiado de Letras.

OPINIÃO	PROFESSORES	NÚMERO	PERCENTUAL
Mudança no formulário de avaliação	P.L-1; P.L-4	2	25%
Mais rapidez	P.L-2	1	12,5%
O que fazer depois	P.L-2	1	12,5%
Encontro entre cursos que já foram avaliados	P.L-4	1	12,5%
Realizar seminários	P.L-5	1	12,5%
Publicar trabalhos/artigos sobre os dados	P.L-5	1	12,5%
Repensar a foram de avaliação	P.L-6	1	12,5%
TOTAL		8	100%

Ao analisar a Tabela 10, pode-se constatar que os professores do colegiado de Letras deram várias sugestões, tendo destaque a mudança no formulário de avaliação com 25%. Parece sentirem a necessidade de participarem das fases do processo, quando sugeriram a realização de seminários, e, a socialização das experiências através de publicações de artigos.

O que se vê claramente é o anseio dos sujeitos participantes da pesquisa em construir um processo avaliativo que envolva a participação de toda a comunidade acadêmica que ocorra desde o processo de planejamento até a conclusão dos trabalhos e ainda que estes resultados sirvam para construir uma política de tomada de decisões para a gestão programar suas ações na instituição investigada. Este é o pensamento da maioria de professores que vivem a universidade cotidianamente e entendo que este é o verdadeiro sentido da avaliação existir no âmbito educacional.

4.6 As vozes dos professores

Para apresentar as vozes dos professores tornou-se necessário construir quadros, objetivando uma visualização mais didática e assim facilitar as análises. Estes foram construídos a partir das concepções e focos que direcionaram este estudo em consonância com os resultados apresentados na coleta de dados envolvendo os sujeitos participantes a pesquisa, destacando-se aqui a visão dos professores dos cursos de licenciatura em Geografia, História, Letras e Pedagogia.

Procurei organizar os quadros 14 a 16, sínteses das opiniões dos professores em função dos focos que estão definidos nesse trabalho.

FOCO: AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Quadro 14- Avaliação no ensino superior: literatura e professores.

INSTÂNCIA	PAPEL	COLEGIADOS /PROFESSORES			
		Geografia	História	Pedagogia	Letras
Do MEC	Definir diretrizes para a avaliação institucional.	P.G-2; P.G-5	P.H-3;P.H-4	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-7	P.P-1;P.P-4
	Treinar profissionais para atuar como avaliadores das instituições.	_____	P.H-3	P.P-1;P.P-3;P.P-7;P.P-8	_____
	Promover seminários, debates e reuniões para orientar e avaliar o SINAES.	P.G-3	P.H-3	P.P-1;P.P-3;P.P-4;P.P-5; P.P-7	P.L-1

	Analisar os relatórios de avaliação.	_____	_____	P.P-1;P.P-3;P.P-4;P.P-7	_____
Da UNIFAP	Oferecer condições para a condução do processo.	_____	P.H-3	P.P-1;P.P-3;P.P-7;P.P-8	P.L-1;P.L2
	Divulgar e supervisionar o processo.	P.G-1; P.G-3	P.H-1	P.P-1;P.P-3;P.P-5;P.P-7	P.L1;P.L-4
	Formar e acompanhar comissão.	_____	P.H-3	P.P-1;P.P-7	P.L-1;P.L-3
	Analisar os resultados e encaminhar relatórios ao MEC.	_____	P.H-2	P.P-1;P.P-7	P.L-1;P.L-3
	Elaborar propostas de políticas institucionais, para a redefinição da missão institucional.	P.G-1; 1;P.G-2;P.G-3; P.G-4; P.G-5;P.G-6	P.H-1P; P.H-2;P.H-3; P.H-4	P.P-1; P.P-2; P.P-3; P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4;P.L-5;P.L6
Da CPA	Elaborar o projeto de auto avaliação.	P.G-1	P.H-1;P.H-3	P.P-1;P.P-2;P.P-3; P.P-7;P.P-8	P.L-1;P.L-3;P.L-4
	Coordenar o processo de auto avaliação, divulgar a proposta e estabelecer calendários.	P.G-1,P.G-2;P.G-3;P.G-4;P.L-5; P.G-6	P.H-1;P.H-2;P.H-3;P.H-4	P.P-1;P.P-2;P.P-3; P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L3;P.L-4- P.L-5;P.L-6

	Esclarecer dúvidas sobre o processo.	_____	P.H-1;P.H-2;P.H-3;P.H-4	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4;P.L-5; P.L-6
	Tabular e analisar dados, elaborar e divulgar os relatórios.	P.G-4	P.H-1;P.H-3	P.P-1; P.P-2;P.P-3.P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-3
	Encaminhar relatórios para a gestão da instituição	_____	P.H-1;P.H-3	P.P-1; P.P-2; P.P-3;P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1; P.L-3
	Revisar o Projeto de Avaliação da IES e replanejar as atividades	P.G-1	P.H-1;P.H-2;P.H-3	P.P-1;P.P-3;P.P-6;P.P-7;P.P-8	P.L-1;P.L-3
Do Colegiado	Divulgar para professores e alunos todas as informações sobre o processo.	P.G-1;	P.H-1	P.P-1;P.P-3;P.P-7	P.L-3;P.L-4
	Estimular os alunos a participar da coleta.	P.G-1,	P.H-1	P.L1;P.L3;P.L5;P.L-6;P.L-7;P.L-8	P.L-1;P.L-3;
	Solicitar esclarecimentos de dúvidas à CPA	P.G-1; P.G-4	P.H-1.P.H-3	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-4;P.P-7	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4

	Acompanhar a coleta de dados	P.G-1;P.G-2;P.G-4	P.H-1	P.P-1;P.P-3;P.P-7	P.L-1
	Socializar e analisar os relatórios de avaliação.	_____	_____	P.P-1;P.P-7	_____
Dos Professores	Colaborar com a dinâmica do processo desde a divulgação, execução e socialização das informações.	P.G-1;P.G-2;P.G-4	P.H-1;P.H2;P.H-3;P.H-4	P.P-1;P.P-3;P.P5;P.P-6;P.P-7.P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4;P.L-5
	Estimular os alunos a participarem da coleta de dados.	P.G-1	P.H-1	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-7;P.P-9	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4
	Participar do processo preenchendo o formulário de coleta.	P.G-1;P.G-2;P.G-3;P.G-4;P.G-5;P.G--6	P.H-1;P.H-2;P.H-3P.H-4	P.P-1;P.P2;P.P-3;P.P-4;P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7; P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4;P.L-5;P.L-6
	Esclarecer dúvidas dos alunos.	_____	P.H-1;P.H-2;P.H-3	P.P-1;P.P-3;P.P-9	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L4
	Analisar relatórios e socializar com os alunos.	_____	_____	P.P-1;P.P-3;P.P-7;P.P-8	P.L-3

Da Avaliação Institucional	Avaliar as universidades em todos os aspectos.	P.G-1;P.G-2;P.G-3;P.G-4;P.G-5;P.G-6	P.H-1;P.H-2;P.H-3;P.H-4	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-5;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4;P.L-5;P.L-6
Da Avaliação de Curso	Avaliar os cursos de graduação.	P.G-1;P.G-3	P.H-1;P.H-2	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4
Do ENADE	Avaliar os estudantes de graduação.	P.G-1;P.G-4	P.H-1;P.H-3	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4
TOTAL		6	4	10	6

O tema avaliação envolve múltiplas interpretações. Em se tratando de avaliação no ensino superior estas interpretações se ampliam, pois segundo o pesquisador Dias Sobrinho (2004, p.706), a avaliação superior ultrapassa amplamente os âmbitos mais restritos do objeto a que se dirige. Diante desta afirmação do pesquisador passarei a fazer a análise das categorias que direcionaram a investigação nas instâncias dos órgãos que direcionam as políticas e nas vozes dos professores dos quatro colegiados.

Categoria 1: Concepções sobre a instância do MEC:

O Ministério da Educação através do INEP sob a coordenação da CONAES elaborou as diretrizes que norteiam o processo de avaliação institucional da educação superior no país. Dentre estas diretrizes foram elencados nesta investigação alguns itens, destacados a seguir:

a) Definir diretrizes para a avaliação institucional:

Como se pode observar no quadro 14, 33.3% dos professores do colegiado de Geografia e Letras, História com 50% e Pedagogia com 40%, reconheceram que o Ministério da Educação deve definir as diretrizes para avaliar as instituições de ensino superior do país.

b) Treinar professores para atuar como avaliadores das instituições:

Os professores dos colegiados de Geografia e Letras não se manifestaram, 25% de História, 40% de Pedagogia, destacaram a necessidade do Ministério da Educação possibilitar o treinamento de professores para atuar como avaliadores nas IES do país.

c) Promover seminários, debates e reuniões para orientar o SINAES:

16,6% dos professores dos colegiados de Geografia e Letras, História com 25% e Pedagogia com 50% afirmaram que o MEC necessita promover seminários, debate e reuniões para orientar os processos avaliativos, mesmo porque as mudanças nas formas e índices de avaliar estão ocorrendo e torna-se necessário ocorrer a atualização dos profissionais.

d) Analisar os relatórios de avaliação:

Neste item apenas quatro professores do colegiado de Pedagogia manifestaram a importância do MEC analisar os relatórios de avaliação encaminhados pelas IES, como uma forma de conhecer as instituições em suas potencialidades e fragilidades. Os demais colegiados não se manifestaram.

De um modo geral ao analisar as atribuições do MEC como órgão que define as diretrizes para a avaliação do ensino superior constata-se nas vozes dos professores que estes reconhecem este papel. Embora nem todos os investigados se manifestassem, mas é possível perceber que são conhecedores, que cabe ao Ministério da Educação a coordenação de todo o processo avaliativo.

Categoria 2: Concepções sobre a instância da Universidade:

Toda política pública traz no bojo responsabilidades para quem coordena. No caso a avaliação do ensino superior e nesta investigação a UNIFAP necessitou assumir algumas, que estão destacadas a seguir:

a) Oferecer condições para a condução do processo:

Dos quatro colegiados, apenas o de Geografia não se manifestou sobre este item, enquanto no colegiado de História apenas um professor destacou a necessidade da UNIFAP responsabilizar-se pela condução processo avaliativo, no de Pedagogia quatro professores e no de Letras dois professores, totalizando oito professores.

b) Divulgar e supervisionar o processo:

Nove professores destacaram que a UNIFAP tem a responsabilidade de realizar a divulgação e ao mesmo tempo supervisionar as ações desenvolvidas pela CPA. Destes, dois professores pertencem ao colegiado de Geografia, um de História, quatro de Pedagogia e dois de Letras.

c) Formar e acompanhar as comissões:

Dos quatro colegiados participantes, apenas o de Geografia não se manifestou sobre a UNIFAP formar e acompanhar a comissão para realizar o processo avaliativo, 25% destes professores pertence ao colegiado de História, 20% de Pedagogia e 33,3% de Letras.

d) Analisar os resultados e encaminhar relatórios ao MEC:

Neste item apenas cinco professores que corresponde a 7,7% destacaram que a instituição tem a obrigatoriedade de ler e analisar os relatórios, posteriormente encaminhá-los ao Ministério da Educação. Parece que não é dada a devida importância do documento que finaliza a etapa do processo avaliativo.

e) Elaborar propostas de políticas institucionais para a redefinição da missão institucional:

Quanto a este item, 100% dos professores destacaram a importância dos resultados da avaliação institucional servir de parâmetros para a elaboração de políticas institucionais. Isto fica claro que os professores desejam participar do processo avaliativo e que os resultados possam servir de base para a elaboração de políticas institucionais da IES investigada.

Categoria 3: Concepções sobre a instância da CPA:

Segundo o documento norteador do SINAES, a CPA tem a responsabilidade de coordenar todo o processo avaliativo nas Instituições de Ensino Superior. Na UNIFAP os professores das licenciaturas reconhecem a importância da CPA, e serão retratadas a seguir:

- a) Elaborar o projeto de auto avaliação:

No Colegiado de Geografia um professor destacou a função da CPA em elaborar o projeto de auto avaliação para ser implementado na IES, dois professores de História, cinco professores de Pedagogia e três de Letras, totalizando onze professores que corresponde a 34,6%.

- b) Coordenar o processo de auto avaliação, divulgar a proposta e estabelecer calendários:

Neste item houve unanimidade nas respostas, ou seja, todos os vinte e seis professores responderam que a CPA da UNIFAP deveria coordenar todo o processo avaliativo.

Sobre a questão Sordi, (2011, p.8) destaca que “as CPAs precisam ser vistas como meios favorecedores para o exercício de uma avaliação maiúscula, tanto na perspectiva de sua abrangência como de sua intencionalidade emancipadora”. Acredito que a fala dos professores coaduna com esta orientação da autora.

- c) Esclarecer dúvidas sobre o processo:

Dos quatro colegiados apenas o de Geografia não se manifestou sobre este item, nos demais 100% dos professores afirmaram que todas as dúvidas recorreram a CPA para obter os esclarecimentos.

- d) Tabular e analisar dados, divulgar os relatórios:

Nos colegiados de Geografia e Letras 16,6% responderam que é de responsabilidade da CPA realizar este trabalho, 50% em História, 100% em Pedagogia.

- e) Encaminhar o relatório para a gestão da instituição:

Neste item nenhum professor de Geografia emitiu opinião. No colegiado de História 50% opinaram, no de Pedagogia 100% e 33,3% em Letras.

f) Revisar o projeto de avaliação da IES e replanejar as atividades:

Em todos os colegiados houve manifestação de opiniões. No de Geografia 16.6%, em História 75% em Pedagogia 50% e Letras 33,3%.

Como é possível visualizar no Quadro 14, os professores reconhecem a importância que esta comissão representa para a comunidade acadêmica. Este reconhecimento por parte dos professores ao trabalho que a CPA desenvolve é de suma importância, pois de certa forma contribui para fortalecer e incentivar a comissão a continuar apostando no trabalho que realizam.

Estes professores não só reconhecem a importância desta comissão para a IES como também destacam o crescimento da mesma em termos de organização e envolvimento. Significa dizer, que o trabalho está evoluindo e a tendência é se fortalecer como uma prática, e quem sabe, como uma cultura de avaliação na referida IES.

Sordi afirma que “não se resolve a questão da avaliação apenas com a implantação de uma CPA, mas na certa esta estratégia auxilia a colocar a avaliação novamente como algo a ser examinado pelos atores internos e externos da escola, devolvendo-lhes titularidades sobre o processo e auxiliando-os a desenvolver assertividade para participar do pacto de qualidade negociado” (SORDI, 2011, p.8).

Categoria 4: Concepções sobre a instância do Colegiado:

Na UNIFAP, o colegiado de curso é o órgão que congrega todos os professores que ministram disciplina naquele curso, tornando-se um órgão representativo do conjunto de professores, que deliberam ações que serão realizadas por professores e alunos. A seguir serão listados os itens que serviram de base para a análise.

a) Divulgar para os professores e alunos todas as informações sobre o processo:

Sete professores dos quatro colegiados afirmaram que o colegiado de curso deve ter a responsabilidade de divulgar para os professores as informações que são recebidas da CPA e Coordenadoria de Ensino sobre o processo avaliativo.

b) Estimular os alunos a participar da coleta:

A participação dos discentes no processo de avaliação institucional é de suma importância, pois através deles a instituição pode adquirir um retrato do que pensam da instituição e das sugestões oriundas deste segmento. Dez professores afirmaram que o colegiado de curso necessita estimular a participação dos discentes para participar da coleta, com um percentual de 38,4%.

c) Solicitar esclarecimentos de dúvidas à CPA:

A possibilidade de surgirem dúvidas no processo de avaliação institucional é algo previsível. 50% dos professores dos quatro colegiados investigados entenderam que as pessoas indicadas para dirimir as possíveis dúvidas, são os integrantes da CPA, visto constituir-se de um grupo de pessoas que necessitam estar se atualizando, pois o MEC constantemente está implantando novas diretrizes e legislações sobre o processo de avaliação na educação superior.

d) Acompanhar a coleta de dados:

Por ser um órgão representativo de professores, torna-se necessário o colegiado de curso acompanhar a coleta de dados do processo de auto avaliação. Mesmo sendo conhecedores desta necessidade, somente oito professores que corresponde a 30,7% destacaram esta questão.

e) Socializar e analisar os relatórios de avaliação:

Todo trabalho que envolve a participação da comunidade acadêmica pressupõe que as informações sejam socializadas. Mesmo assim, apenas dois professores do colegiado de Pedagogia manifestaram-se no sentido de que é importante o colegiado fazer a análise dos relatórios, situação que preocupa a pesquisadora, pois o processo avaliativo ocorre em etapas que são: o planejamento, execução, retroalimentação ou feedback. Neste sentido, Dias Sobrinho orienta que o envolvimento da comunidade deve ser:

Tanto nas discussões sobre a concepção, as finalidades e o desenho da avaliação quanto também, no levantamento, da organização das informações e dos dados, das pesquisas e das interpretações que dão continuidade ao processo avaliativo (DIAS SOBRINHO,2003, p.43).

De um modo geral, as vozes dos professores indicam a importância do colegiado de curso participar de todas as etapas do processo avaliativo.

Categoria 5: Concepções sobre a instância dos Professores:

- a) Colaborar com a dinâmica do processo desde a divulgação, execução e socialização das informações:

Os quatro colegiados ressaltaram a que é importante à colaboração dos professores em todas as fases do processo avaliativo. No colegiado de Geografia 50%, em História 100%, em Pedagogia 70% e em Letras 83,3%.

- b) Estimular os alunos a participar da coleta de dados:

Os professores através de suas atividades em sala de aula tornam-se formadores de opiniões. Estimular os alunos a participar do processo avaliativo é uma ação que pode ser desempenhada pelos professores no sentido de garantir operacionalidade do processo. No colegiado de Geografia 16.6%, em História 25%, em Pedagogia 50% e Letras obteve um percentual de 83.3%.

- c) Participar do processo preenchendo o formulário de coleta:

Professores de todos os colegiados foram unânimes ao afirmar que participaram da coleta de dados preenchendo o formulário de avaliação, totalizando um percentual de 100%.

- d) Esclarecer dúvidas dos alunos:

Neste item o colegiado de Geografia não se manifestou. Quanto ao de História 75% compreenderam que é uma das responsabilidades o esclarecimento de dúvidas que os alunos apresentarem. No colegiado de Pedagogia 40%, em Letras 16,6%.

- e) Analisar relatórios e socializar com os alunos:

Os colegiados de Geografia e História não opinaram sobre este item, enquanto a Pedagogia apresentou o índice de 40% em Letras 16.6%.

O que se pode verificar no grupo destes professores é a necessidade de participação, pois ela é imprescindível para a eficácia do processo. Garantir a participação da comunidade em todas as etapas é uma forma de comprometer-se com o processo.

Nesta linha de discussão Polidori et. al. (2007, p.345), em pesquisa realizada, destacam:

A participação dos sujeitos está ocorrendo no final do processo, no momento do preenchimento dos formulários. Assim as demais fases como o envolvimento nas discussões que antecedem a elaboração dos formulários, a sua concepção, a determinação de quais são as finalidades e características do processo de avaliação, a interpretação dos dados obtidos durante o processo e a consequente divulgação, parecem que não estão sendo devidamente valorizadas.

Complementando, Dias Sobrinho (2003, p. 67), evidencia que as fases de levantamento e organização das informações e dados e as interpretações realizadas constituem a continuidade do processo avaliativo considerado tão importante quanto às etapas que compõem a fase inicial, isto significa dizer que a participação dos professores deve ser mantida também neste momento, ou seja, é coerente o desejo dos professores dos colegiados, manifestado durante a coleta de dados.

Categoria 6: Da Avaliação Institucional:

Quanto a este item 100% dos professores dos quatro colegiados compreenderam que a avaliação institucional tem como objetivo avaliar as instituições de ensino superior, porém três cursos apresentaram análises diferenciadas.

Os professores de Geografia destacaram que a política pública de avaliação tem servido para a instituição realizar um ajuste de gestão universitária, no sentido de controlar o trabalho desenvolvido por eles, ou seja, eles associaram a avaliação com os resquícios de um processo histórico que concebeu a avaliação como punição. Este tipo de afirmação nos remete ao início dos estudos sobre a temática avaliação da educação superior, mais precisamente em 1996 quando foi aplicada pela primeira vez a avaliação alunos deste seguimento e se questionava as notas atribuídas pelos resultados do PROVÃO, pois servia para ranquear as instituições e os seus respectivos cursos em nosso país, e até como a ameaça do fechamento de cursos que não atingiam o conceito mínimo estabelecido pelas diretrizes definidas pelo MEC. Assim a avaliação institucional tinha o sentido da crítica negativa que servia para prejudicar o outro.

Os professores de História também associaram a avaliação institucional como algo punitivo. Eles sinalizaram esta questão quando retrataram a forma como vêem a avaliação externa, especialmente quando é feita a cobrança de forma unilateral. O aspecto que é destacado por estes professores é no item infra estrutura, e o exemplo das cobranças são citados é a aquisição do acervo bibliográfico e laboratórios, decisões que não cabem aos professores as melhorias dos mesmos. Neste sentido a avaliação “penaliza” as instituições consideradas menores, como é o caso da instituição investigada, e estes resultados vão influenciar na “nota” que o curso recebe.

Concordo com Lima (2008, p.161), quando afirma que em qualquer nível de avaliação, seja de aprendizagem, institucional ou de sistema os princípios de punição impedem o fortalecimento da avaliação por causa dos temores, da desconfiança da insegurança em relação ao que possa vir acontecer.

Na concepção dos professores de Pedagogia a política de avaliação institucional é um reflexo da política do governo federal no aspecto financiamento da educação pelos organismos internacionais. Eles apresentaram a avaliação institucional como concepção do papel do Estado está atrelado a um pacote de medidas que a universidade necessita cumprir e em resposta apresentar os resultados.

Dourado (2001, p.50) já afirmava que:

A partir dos anos 1990, consolidava-se um processo de reforma do Estado e da gestão. O Brasil intensifica ações políticas e reformas educacionais em sintonia com a orientação de organismos internacionais, surgindo daí várias formas de avaliação institucional em todos os níveis de ensino.

Outro tema destacado pelos professores de Pedagogia que foi intitulado a busca do “falso consenso” na política do governo Lula. Foi tecida a crítica no sentido de enfatizar que com o processo avaliativo atual temos a possibilidade de realizar a auto avaliação nas universidades, porém contraria o princípio de liberdade e autonomia das IES. Ou seja, o MEC possibilita a oportunidade da instituição de auto avaliar, porém isto é apenas um aspecto que constitui um todo do processo.

Os professores de Letras não apresentaram análise.

Categoria 7: Da Avaliação de Curso:

69% dos professores reconheceram a avaliação de curso como necessária. O colegiado de Pedagogia associou que o documento da auto avaliação é importante para que a instituição receba a comissão do MEC para a visita e avaliação dos cursos. O que se pode perceber que este curso se difere dos demais em suas informações, pois tiveram oportunidade de conhecer um pouco mais da dinâmica da política, fazer seus questionamentos e até marcar uma posição perante a instituição sobre a forma como iniciou o processo. A fala de um professor investigado confirma isto. **“O colegiado de pedagogia naquele momento marcou uma posição muito pontual eu diria em torno da questão, porque da forma como nos chegava era em forma de um pacote, era algo que vinha por determinação do MEC e que precisava acontecer”.** (P.P-1).

Ressalta-se que este colegiado ao marcar uma posição, não tinha a intenção de questionar apenas o modelo em si, mas de desejar que estas políticas públicas sejam a princípio levadas aos colegiados, discutidas no grupo, definido o representante do curso e construída com a representação do coletivo.

A cultura da avaliação é rotina no processo ensino aprendizagem, onde professores e alunos avaliam entre si. Auto avaliar a princípio se apresentava como “o novo” e ele deve ser construído com a participação dos envolvidos.

Categoria 8: Do ENADE:

Todos os quatro cursos participantes da pesquisa destacaram o ENADE como um dos fatores que prejudica o desempenho do curso. Isto ocorre, porque o exame é aplicado a um percentual de alunos ingressantes e concluintes, e, nem sempre estes alunos selecionados frequentam regularmente o curso. Outro dado que contribuiu para preocupar os professores, foi o fato do SINAES ter sido criado com uma filosofia de não classificação e ranqueamento, e o próprio Ministério de Educação realizou mudanças nos índices e em 2008 apresentou ranking das instituições, que na opinião da pesquisadora é algo que deve ser repensado pelo INEP, responsável de coordenar esta política pública.

Isto não significa que os professores não reconheçam o ENADE como um elemento importante da política de avaliação, pois 33.3% dos professores de Geografia, 50%

de História, 100% de Pedagogia e 66.6% de Letras afirmaram que deve existir uma forma de avaliar o desempenho dos alunos.

A seguir apresento no quadro 15 algumas características nas vozes dos professores sobre a auto avaliação na UNIFAP.

AUTO AVALIAÇÃO NA UNIFAP: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

Quadro15- Algumas características nas vozes dos professores.

ASPECTO AVALIADO	COLEGIADOS/ PROFESSORES			
	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PEDAGOGIA	LETRAS
PLANEJAMENTO	_____	_____	_____	_____
DIVULGAÇÃO	_____	P.H-1;	P.P.1-P.P-2;P.P-3;P.P-4; P.P-7;	P.L-1;
EXECUÇÃO	_____	P.H-1.P.H-2;P.H-3;	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-4;P.P-7;	_____
PARTICIPAÇÃO	P.G-1;P.G-2;P.G-3;P.G-4;P.G-5;P.G-6	P.H-1;P.H-2;P.H-3;P.H-4	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-4;P.P5;P.P-6;P.P-7;P.P-8; P.P-9-P.P-10	P.L-1.P.L-2;P.L-3;P.L-4;P.L-5;P.L-6
RESULTADOS OBTIDOS	_____	_____	_____	_____
UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS	_____	_____	_____	_____

Categoria 9: Auto avaliação da UNIFAP: algumas características:**a) Planejamento:**

Como se pode constatar no Quadro 15, 100% dos professores não souberam informar como ocorreu o planejamento da auto avaliação na UNIFAP.

b) Divulgação:

Quanto a divulgação do processo de auto avaliação ocorreram informações diferenciadas, visto uns professores lembrarem de processos avaliativos antigos e outros mais recentes.

Os professores do curso de Geografia não informaram sobre a divulgação, um professor de História afirmou que no início foi muito mal divulgada, neste último processo ocorreu uma divulgação mais intensa o que possibilitou o curso participar ativamente do mesmo. Quanto ao curso de Pedagogia cinco professores afirmaram que a divulgação neste último processo foi mais intensa.

Um professor do curso de Letras fez uma análise de avaliações vivenciadas na instituição, assim se manifestou:

No início ocorreu pouca divulgação e uma pequena participação dos professores, eles justificam que a falta de clareza sobre a proposta tenha sido um dos motivos desta pequena participação. Hoje, o colegiado reconhece o trabalho que vem sendo realizado pela comissão, no sentido de organização, na melhoria da divulgação e uma preocupação em participar de reuniões com os colegiados para discutir as diretrizes e os pontos que são avaliados. Esta ação da comissão tem proporcionado suporte teórico ao colegiado que está realizando um trabalho com os alunos no sentido de mostrar que o ENADE é uma parte que integraliza a sua vida acadêmica, e ainda, que utiliza várias formas de divulgação para incentivar os mesmos a participarem do processo no período que ocorre a avaliação destinada a eles (P.L-1).

Dias Sobrinho (2003, p.42) orienta que a avaliação deve ser um processo contínuo, instaurando-se como uma cultura. Acredito que o trabalho da CPA com a participação destes colegiados, a adesão dos alunos e técnicos caminham para a instalação desta cultura da avaliação.

c) Execução:

Quanto a execução da auto avaliação três professores de História e quatro de Pedagogia informaram que tiveram dificuldades para realizar o preenchimento do questionário, pois segundo eles o mesmo tinha questões que eram até certo ponto confusas. Os professores de Geografia e Letras não se manifestaram.

Apenas o colegiado de História destacou a dificuldade para preencher o formulário da auto avaliação, pois até o momento do fechamento da coleta de dados o Estado do Amapá não tinha acesso à internet via banda larga. Apesar de ser o único colegiado a se manifestar sobre esta dificuldade, isto é um dos fatores que pode ter contribuído para reduzir a participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, pois, a pesquisadora em momento de conversa com alguns investigados, eles informaram esta dificuldade.

d) Participação:

Os quatro colegiados investigados informaram que a participação na auto avaliação ocorreu em forma de preenchimento do formulário que foi disponibilizado pela comissão por um período pré-determinado e todos seguiram o calendário definido, portanto os participantes não participaram das fases que antecedem e encerram o processo, tais como o planejamento, e culminância.

e) Resultados obtidos:

No aspecto “resultados obtidos” os quatro colegiados afirmaram que as avaliações não trouxeram retorno para a instituição. Compreende-se que a avaliação institucional não tem como objetivo resolver todos os problemas/ questões que estejam incomodando a comunidade. Ela pode ser um elemento que favoreça a reflexão e a tomada de decisões. Como todo processo avaliativo, envolve o planejamento e execução, gera um resultado, também gera uma expectativa da comunidade que dela participa ter o feedback. Como já manifestei, a falta deste “retorno” para a instituição torna-se preocupante, pois o processo de avaliação o institucional corre o risco de cair em descrédito e colocar em risco todo o trabalho de base que vem sendo construído por todos.

f) Utilização dos resultados:

Até o período da coleta de dados não existiam informações sobre a utilização dos resultados na UNIFAP.

A seguir apresento o quadro 16 que sintetiza a análise dos professores de quatro cursos de licenciatura sobre a política de avaliação, como base nas categorias que direcionaram o estudo.

OUTRAS VOZES DOS PROFESSORES

Quadro 16- Outras vozes dos professores.

OUTRAS CATEGORIAS	COLEGIADOS			
	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	PEDAGOGIA	LETRAS
CRÍTICAS	P.G-1;P.G-2;P.G-3;P.G-4.;P.G-5;P.G-6	P.H-1;P.G-2;P.G-3;P.G-4	P.P-1;P.P-2;P.P-3;P.P-4;P.P5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1, P.L-2; P.L-3;P.L-4;P.L-5;P.L-6
REPERCUSSÃO PARA A PRÁTICA	_____	_____	_____	P.L-1;P.L-2;P.L-3
REPERCUSSÃO NO CURSO	_____	_____	_____	_____
SUGESTÕES	P.G-1;P.G-2;P.G-3;P,G-4;P.G-5;P.G-6	P.H-1, P.H-2;P.H-3;P.H-4	P.P-1.P.P-2;P.P3;P.P-4;P.P-5;P.P-6;P.P-7;P.P-8;P.P-9;P.P-10	P.L-1;P.L-2;P.L-3;P.L-4;P.L-5;P.L-6
TOTAL	6	4	10	6

Categoria10: Outras vozes dos professores

a) Críticas:

Como se pode observar no quadro 16, 100% dos professores teceram críticas ao processo de avaliação institucional. Todos teceram críticas ao ENADE, pois os resultados das avaliações dos alunos prejudicam o curso, e não retratam a realidade dos mesmos. Os professores de Geografia destacaram que a avaliação tem servido para a gestão fazer ajustes, História ressaltaram que ela tem servido para penalizar as instituições menores, como é o caso da UNIFAP e Pedagogia teceram críticas ao modelo de avaliação que serve para apresentar relatórios aos organismos internacionais que financiam a educação brasileira, as críticas dos professores de Letras foram voltadas para os resultados do ENADE.

b) Repercussões para a prática:

Neste item 50% dos professores do curso de Letras afirmaram que a política de avaliação influenciou a prática docente. Os demais informaram que as mudanças ocorreram oriundas de estudos reflexões sobre o fazer pedagógico.

c) Repercussões no Curso:

Como se pode constatar no quadro 16, 100% dos professores afirmaram que a política de avaliação não teve alguma repercussão no curso que lecionam. Os professores dos quatro colegiados afirmaram que as mudanças no currículo ocorreram por necessidade de se adequarem as diretrizes curriculares dos cursos definidas pelo Ministério da Educação, e das discussões e reflexões no seio de cada colegiado.

d) Sugestões:

Constata-se no Quadro 16, que todos os 26 professores contribuíram com sugestões para o processo avaliativo desenvolvido na UNIFAP. Os professores de Geografia sugeriram realizar seminário em forma de audiências públicas, os de História sugeriram realizar reuniões setorializadas, Letras sugeriram realizar estudos para aprofundamento.

Professores do colegiado de Pedagogia destacaram que a auto avaliação oportunizou despertar para a necessidade do curso se auto avaliar, independente da obrigatoriedade do processo visando apresentar os dados para o Ministério da Educação e sugeriram o trabalho coletivo para realizar todas as etapas do processo avaliativo.

A análise destes professores reflete um movimento em torno da temática avaliação institucional. Ao emitirem suas análises, questionamentos, sugestões, demonstraram o reconhecimento e de certa forma um envolvimento com a questão.

Ao me aproximar do fechamento deste trabalho e diante das análises apresentadas considero que a temática investigada de certa forma ainda tímida, desperta curiosidade, preocupação reflexão e necessidade de participação nos colegiados investigados.

A seguir apresento o capítulo 5 que tratará das considerações finais.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordo com Lima (2008, p.193), ao retomar as discussões teóricas e a pesquisa realizada, posso afirmar que o campo da avaliação institucional está em construção, ou seja, já existe uma caminhada percorrida, uma trajetória que vem constituindo-se ao longo da história entre erros e acertos. Esse caminho percorrido pela avaliação precisa ser constantemente avaliado pelos diversos olhares a fim de fortalecer a avaliação institucional participativa, que precisa ser recuperada no processo. Nesta pesquisa, lancei um olhar crítico sobre o processo de avaliação institucional realizado na UNIFAP. Este olhar não foi desenvolvido a crítica pela crítica, mas a crítica que se constrói a qualidade necessária para desencadear espaços universitários à avaliação participativa.

Procurei neste trabalho compreender como se configurou o processo de implementação de uma política pública de avaliação institucional na Universidade Federal do Amapá nos cursos de licenciatura sob a ótica dos professores e membros da CPA.

É importante lembrar que a implantação e o desenvolvimento de um sistema de avaliação das Instituições de Ensino Superior em nosso país constitui-se um processo recente. Grego (2007, p.343) afirma que no início de 2000, as IES somente haviam iniciado o estabelecimento de um processo organizado e sistemático de acompanhamento das avaliações externas exigidas pelo Ministério da Educação através da implantação de uma avaliação interna. Assim estes estudos necessitam ser discutidos visando aperfeiçoar os processos vindouros em todas as instituições que atuam neste segmento de ensino.

Comungo das ideias de Mendes (2011, p.283), ao me aproximar da última etapa deste trabalho em que é necessário o exercício da elaboração de uma síntese das aprendizagens construídas em torno do objeto de conhecimento cuja temática foi intitulada “contribuições de uma política pública de avaliação institucional para a Universidade Federal do Amapá”, tenho a convicção de que as considerações até aqui tecidas não são finais, mas pretendem trazer algumas contribuições a novas pesquisas nesse campo, bem como instigar inquietações para outros estudos, pois o fenômeno ainda tem muito a ser desvelado. Assim, os resultados a que cheguei são conclusivos para este momento de estudo e, ao mesmo tempo, podem constituir um ponto de partida para anunciar novas questões sobre a implementação de políticas públicas em avaliação institucional na educação superior.

Avaliar significa expor-se e ser visto pelo outro como o outro vê. Muitas das vezes este olhar de fora causa medo, insegurança, desconfiança. Neste sentido o outro precisa estar disposto a aceitar as críticas, até mesmo rever “verdades”, conceitos suas concepções e mudar paradigmas.

A investigação realizada apresentou que a UNIFAP vem construindo o processo de auto avaliação enfrentando dificuldades, com erros e acertos, como toda política pública nova; por isso favorece inquietações e traz indefinições por parte de quem dela participa. De qualquer forma a comunidade está sendo afetada.

A análise do processo de implementação da política de avaliação institucional na Universidade Federal do Amapá, verificada na análise documental e na fala dos sujeitos investigados demonstrou a complexidade do processo e com isto o tema se tornou mais desafiante.

Isto porque, segundo Grego (2007, p. 336), por menor que seja uma IES, como é o caso da instituição investigada, ela possui a sua complexidade e a sua diversidade, que devem ser respeitadas, mas acima de tudo, devem ser consideradas e enfrentadas para que seja possível desenvolver um processo avaliativo que realmente envolva a todos e que busque compreender o contexto.

A pesquisa mostrou que os professores dos quatro cursos de Licenciatura e os membros da CPA compreendem que a instituição vem vivenciando um processo gradativo de mudanças no que tange às concepções e direcionamentos da política pública. No Brasil, ao longo de estudos realizados por pesquisadores que discutem a temática, existe a compreensão de que o processo de formação de políticas públicas da educação superior vem sendo desenvolvido a partir de profundas e polarizadas discussões (Dias Sobrinho, 2003, p.39).

Os resquícios de uma política de classificação, ranqueamento e punição dos cursos e da instituição ainda estão presentes na auto avaliação da UNIFAP. Mesmo que o princípio do SINAES seja para detectar falhas e propor melhorias, os professores sentem um clima de tensão ao receber a comissão de avaliadores externos e existe a preocupação com os resultados negativos e as consequências que ele trará para o curso.

O estudo indicou o reconhecimento, por parte dos investigados, da importância do trabalho que é realizado pela CPA. Considero um dado relevante, pois esta comissão se preocupa em realizar o trabalho acreditando que ele é uma ferramenta para o processo democrático, e vem demonstrar que este trabalho é necessário para a construção, elaboração e a implementação de outras políticas que poderão ser acolhidas na instituição.

Qualquer política pública que se deseja institucionalizar exige tempo, organização, planejamento, tomada de decisão por parte de quem deseja implantá-la. Também se torna necessário que a gestão ao incorporá-la como prática, preveja os espaços para discussão das pessoas que estarão envolvidas, para que estas possam participar de todo o processo, que se constituem desde o planejamento, debates, estudos para definição e incorporação até chegar à implantação.

Dias Sobrinho (2005) há muito tempo já ressaltava a necessidade da participação no processo de avaliação institucional. O autor destaca que as posturas e sentidos da participação variam de acordo com o paradigma de avaliação adotado. Ele aponta duas concepções norteadoras de análises, uma identificada com o paradigma experimentalista e quantitativo, que concebe a participação dos indivíduos e instituições basicamente como fornecedores de informações, onde os atores não se colocam como sujeitos dos processos, como agentes de mudanças ou responsáveis pelas propostas de melhorias. A outra concepção, é apoiada no paradigma heurístico e qualitativo; sustenta que os sujeitos dos processos educacionais são agentes ativos, que participam não só fornecendo informações, mas interferindo ativamente na avaliação, ou seja, se comprometendo solidariamente com as ações requeridas por esse processo. (DIAS SOBRINHO, 2005, p.28 e 29).

A participação de que estou falando é um processo que se constrói com a adesão das pessoas, fator fundamental para a legitimidade do processo, porém é necessário ressaltar que isto deve ocorrer de uma forma organizada e sistemática, de acordo com a complexidade e amplitude da questão.

Nesta direção Dias Sobrinho (2003) coloca com muita propriedade a necessidade da participação de toda a comunidade acadêmica:

Quanto mais ampla e dedicada for a participação dos atores universitários, mais significativo poderá ser o processo de auto avaliação em termos educativos. A Auto avaliação é, desta forma, um processo social e coletivo de reflexão, produção de conhecimentos sobre a universidade, compreensão de conjunto, interpretação e trabalho de melhoria. (2003, p.43).

No processo de avaliação institucional essa participação é necessária. Concordo com Lima (2008, p.208), é preciso ultrapassar a participação dos sujeitos como meros fornecedores de informações. A participação deve ser incentivada em todas as etapas do processo avaliativo, na elaboração da proposta, dos instrumentos, na coleta de dados, na discussão e sistematização das informações e nas tomadas de decisões. Levar os resultados da

avaliação institucional para a comunidade acadêmica discutir pode ser uma estratégia que promova o diálogo e ao mesmo tempo ocorrer o incentivo à participação.

Existem várias formas de participar do processo, por exemplo realizar encontros com a comunidade para elencar sugestões, mas para que a participação dos indivíduos seja eficiente é preciso que suas opiniões e discussões sejam registradas de forma a contribuir efetivamente para que o processo seja realizado de forma ampla.

Outro fator que não pode ser esquecido é o universo acadêmico, que compreende um número grande de indivíduos e setores, tornando com isto uma complexidade o processo avaliativo e por outro lado desafiante em conhecer o contexto vivenciado.

Neste sentido, os professores e técnicos apontaram que a participação deve ocorrer em todos os segmentos na universidade, portanto, ressaltou como um avanço do processo de avaliação investigado, a necessidade demonstrada pela comunidade acadêmica na continuidade do processo e o desejo de participar das várias fases que ele comporta.

Assim, é importante destacar que hoje a avaliação encontra-se estabelecida nas licenciaturas da UNIFAP em termos de aceitação e já não se discute se ela deve ou não ser efetuada, mas como deve se processar.

Concordo com Vieira (2008, p.63), que a avaliação institucional na UNIFAP tem sido vista não só como uma atividade de fundamental importância, que visa ao cumprimento dos papéis e responsabilidades de cada instituição, como também deve manter uma vinculação com os modelos e as práticas de planejamento da gestão.

Esta questão, embora de uma forma tímida já esteja sendo contemplada na UNIFAP, pois durante a sessão do grupo focal foi mencionado por um professor do colegiado de Letras: **“hoje eu comparo essas avaliações como necessárias, sim como diagnósticas” (P.L.3).**

Utilizar esta ferramenta para exercitar as mudanças na instituição pode ser um ponto de partida para sua concretização, pois a ansiedade dos professores em ter um retorno significativo para as novas reflexões e tomada de decisões na universidade foi uma constante no seio das análises de todos os sujeitos investigados nos quatro colegiados participantes da pesquisa.

Os professores ao explicitarem este desejo de obterem um retorno estão de certa forma exercitando o estado democrático. Avaliar deve fazer parte de um processo constante e o resultado de cada processo avaliativo deve servir para repensar e replanejar o que por ventura não esteja sendo coerente com o que fora planejado.

Portanto, nenhuma transformação consistente e duradoura pode haver em educação se simplesmente vier impulsionada por dispositivos legais e burocráticos e não contar com a adesão e o comprometimento dos sujeitos concernidos para a solução dos problemas que lhes dizem respeito. (Dias Sobrinho, 2005, p.31).

Parece que os professores estão com a intenção de aderir no próximo processo e comprometidos com as com as avaliações, o que pode, ser atendido pela administração, trazer resultados mais perceptíveis para a universidade.

Somente por meio de um processo participativo e consciente é que a Instituição pode chegar a um diagnóstico das fragilidades e pontos fortes, adotando uma avaliação sistêmica, com vistas a correções de rumos em busca de metas estabelecidas e melhoria na qualidade do ensino superior.

Assim, uma proposta de avaliação não pode encerrar suas atividades com a divulgação dos resultados. Oliveira, et.al. (2006) orientam que uma proposta coerente deve levar à construção de uma cultura avaliativa de caráter permanente e formativo, capaz de oferecer subsídios para tomada de decisões na perspectiva da qualidade (p.8).

Desta forma, concordo com Reis et.al. (2010) quando afirmam que os resultados da auto avaliação, por certo, fornecerão ao gestor universitário subsídios para a promoção da melhoria no desempenho da Instituição e da qualidade do ensino, pois, no caso da UNIFAP talvez possa contar com a participação da comunidade universitária, num processo genuíno de refletir e ajudar a instituição (p. 127).

Com isto, reafirmo a necessidade de uma avaliação institucional participativa como instrumento de reconstrução da emancipação nos espaços universitários. Ao falar de participação como sustentação da avaliação institucional refiro-me à participação propiciada pela prática da avaliação institucional, em que todos têm voz e vez, é a democracia sustentada na participação de todos os envolvidos.

O processo de construção histórica da avaliação da educação superior no Brasil é marcado por avanços e retrocessos. As duas últimas décadas apresentam mudanças na avaliação da educação superior, especialmente no seu formato em relação à sua concepção.

Conforme anunciei, o SINAES foi concebido com a concepção de uma proposta democrática sem o caráter de classificar e ranquear as universidades, mas o próprio MEC realizou mudanças nos índices e em 2008 apresentou o ranking das universidades. Como esta investigação não tinha como objeto de estudo este foco, deixo o convite para

futuras pesquisas, pois é algo que vem preocupando os educadores sobre o futuro do SINAES no contexto das universidades do país.

Ao me aproximar do fechamento deste trabalho, considerei necessário retornar a questão de pesquisa e os objetivos traçados no início deste estudo, objetivando responder e/ou questionar a validade dessa política pública vivenciada no sistema educacional brasileiro, mais especificamente na Universidade Federal do Amapá.

O objetivo deste estudo foi analisar como vem ocorrendo o processo de implementação de uma política pública de avaliação institucional na Universidade Federal do Amapá nos cursos de licenciatura sob a ótica dos professores e membros da Comissão Própria de Avaliação. A pergunta que busquei responder foi: Que contribuições uma política pública de avaliação institucional traz para a Universidade Federal do Amapá segundo as vozes da CPA e dos professores das licenciaturas?

A experiência vivenciada como integrante da primeira avaliação institucional da UNIFAP me possibilita realizar uma reflexão sobre a temática. Ao analisar o percurso, posso afirmar que estamos caminhando, através de erros e acertos. No primeiro processo a Instituição havia perdido os prazos definidos pelo MEC, sofreu penalidades com a perda de recursos, foi necessário realizar todas as fases em aproximadamente quatro meses.

Considero um avanço, a criação da Divisão de Avaliação, muito embora ela necessite de infra-estrutura, mas é um setor administrativo que trata especificamente da temática.

Professores pensam que a avaliação institucional é importante, válida e necessária, que precisa instalar-se como uma prática, independente da obrigatoriedade definida pelo Ministério da Educação.

Os membros da CPA comungam desta ideia, porém existe uma preocupação com o esvaziamento de futuros processos, se não ocorrer um retorno das fragilidades apresentadas em processos anteriores.

A CPA conseguiu a adesão de todos os coordenadores de curso na socialização das informações, e quando necessitam sanar dúvidas sobre o processo recorrem a ela e solicitam reuniões com os colegiados.

A instituição na medida do possível tem proporcionado condições à Chefe da Divisão de Avaliação participar de encontros e reuniões realizados em outras unidades federadas.

Verifiquei que o uso dos resultados da avaliação configurou-se com uma necessidade tanto por parte dos professores como pelos componentes da CPA para o planejamento da gestão. A comunidade acadêmica vem despertando a necessidade de participar do processo não só apenas no momento do preenchimento do formulário de coleta, mas em todas as fases do mesmo. A pesquisa comprovou diversas sugestões dos professores, porém a que mais se destacou foi a necessidade de debate com a comunidade, seja através de audiências públicas, seminários e até com a socialização de publicações em congressos científicos. Isto vem demonstrar que a temática avaliação institucional está presente no cotidiano da comunidade acadêmica e de alguma forma está ocorrendo o envolvimento destes membros que dela participam.

Enfim, a investigação mostrou como vem ocorrendo à implantação da política de avaliação institucional nas vozes dos professores de quatro cursos de licenciatura e membros da CPA, os professores desejam ser avaliados, mas também desejam conhecer, participar, se aprofundar, e receber o retorno das propostas apresentadas, o que me leva a acreditar que os objetivos traçados no início deste trabalho foram alcançados.

O pesquisador Dias Sobrinho (2005) afirma, para que haja permanente motivação, os participantes precisam sentir que a avaliação tem valor, consequências, utilidade não só para a instituição, mas, sobretudo, para todos os membros da comunidade. (p.30), acredito que isto gradativamente está ocorrendo na UNIFAP.

Ao anunciar a conclusão deste trabalho a partir da visão que tive após o estudo realizado, elenco algumas sugestões, por mim consideradas como imprescindíveis para a melhoria da implementação da Política de Avaliação na Universidade Federal do Amapá.

1- Aos Gestores:

a) Possibilitar condições em termos de infra estrutura para garantir espaço e tempo de discussão sobre a avaliação institucional.

1- Tornar como compromisso planejar as ações de gestão utilizando os resultados apresentados no relatório da avaliação institucional.

2- Institucionalizar a Divisão de Avaliação na estrutura organizacional da UNIFAP, e assim garantir pró-labore ao diretor, e também constituir uma equipe de trabalho, visto a mesma estar centrada apenas na figura de um profissional.

2- A Comissão Própria de Avaliação:

- a. Disseminar as informações do SINAES em todas as etapas do processo avaliativo utilizando todas as formas de comunicação possíveis desde folderes, panfletos, faixas, divulgar na Rádio universitária e promover grupos de estudos.
- b. Realizar reuniões com os colegiados de cursos objetivando tirar as dúvidas que por ventura existam e aproveitar este momento para discutir os itens dos formulários de avaliação e desta forma obter as contribuições dos professores.
- c. Promover a socialização dos resultados da avaliação não só por meio de relatórios e da página eletrônica, fazer sínteses dos relatórios, realizar seminários com os técnicos, professores e alunos interessados nos dados.

3- Aos Colegiados de Cursos:

Oportunizar o espaço na agenda do colegiado para que a CPA tenha condições de realizar as reuniões necessárias.

- a. Participar das reuniões e contribuir com as sugestões e encaminhamentos necessários à melhoria do processo avaliativo.
- b. Fortalecer a parceria com os membros da CPA objetivando contribuir com as orientações e encaminhamentos necessários para a avaliação dos alunos.
- c. Exercitar a prática de auto avaliação no curso para construir e encaminhar propostas de melhoria no desenvolvimento das ações do curso.

4- Aos discentes:

Apesar de não ter tido a oportunidade de coletar informações com este segmento ao qual considero de extrema importância para o processo, senti a necessidade de dar sugestões visando garantir número mais significativo da participação.

- a. Participar de todas as fases no processo avaliativo, que envolve o planejamento, a execução, os resultados e a tomada de decisões.
- b. Contribuir com o debate e apresentar sugestões para a melhoria dos formulários de avaliação.

Finalizando, a avaliação é apenas um instrumento que pode fomentar as discussões, mas ela não pode ser considerada a salvação da educação, nem no ensino superior.

Concordo com Dias Sobrinho (2003, p.40) para quem “a avaliação institucional deve ser um amplo e democrático processo de busca de compreensão das dimensões essenciais de uma instituição e de organização das possibilidades de transformação, portanto, deve ser orientada para as finalidades essenciais da instituição priorizando o conhecimento, compreensão, redefinição, valoração e construção das transformações desejadas. Estando voltada para a melhoria do funcionamento institucional e sua responsabilidade social, a avaliação requer uma decisão política de cada instituição no exercício de sua autonomia. Ainda que não imposta de cima para baixo e de fora, moral e eticamente não há como uma instituição educativa deixar de realizar a avaliação, como resposta à exigência ética da melhoria do funcionamento institucional, elevação da efetividade científica e social e aumento da conscientização da comunidade acadêmica. Como a educação comprometida com as necessidades e interesses públicos são de responsabilidade coletiva da comunidade educativa e do Estado, a avaliação nas instituições de ensino superior há de ser **democrática e participativa**”. [grifo do autor].

É o meu desejo.....

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2005.

ALVES- MAZZOTTI, Alda Junqueira; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências sociais e naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira 1999.

AMAPÁ. **Perfil do Amapá: político, histórico, cultural, econômico, didático e turístico**. Ano 1. Macapá: Delta Editora Gráfica, 1977.

_____. Secretaria de Turismo. **Equinócio da primavera**. Ano Internacional das Florestas. Macapá, 2011. Folder.

_____. Secretaria de Turismo. **Turismo religioso**. Festa de São Tiago. 234 anos. Folder. Macapá, 2011.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de. **Etnografia da prática escolar**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

_____. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2008. (Série Pesquisa).

BALZAN, Newton Cesar; AUGUSTO, Rosana. A vez e a voz dos coordenadores das CPAS das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 12, n. 4, p.1-22, dez., 2007.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artemed, 2009.

BARREYRO, Gladys Beatriz e ROTHEN, José Carlos. Por uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. In: **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação da Educação Superior**: Campinas; Sorocaba: v. 13 n. 1, p.1-19, Mar. 2008.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de Sousa; COSTA, Luzia de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases de uma nova proposta de avaliação da Educação Superior.** Agosto de 2003.

BRASIL. **Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições.** Brasília. FUNADESP. ABMES, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação em Educação Superior. Roteiro de Auto avaliação Institucional.** Brasília, DF, 2004.

_____. Lei n. 10861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES e dá outras providências.**

_____. **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior.** Diretrizes e instrumento. Brasília, D.F, 2006.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de Sousa; COSTA, Luzia de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional.** São Paulo: Cortez, 2000.

BITTENCOURT, Hélio Radke; VIALI, Lori; RODRIGUES, Alziro Cesar de Moraes; CASARTELLI, Alam de Oliveira. Mudanças nos pesos do CPA e seu impacto nos resultados de avaliação em universidades federais e privadas. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior.** Campinas, Sorocaba: v, 15, n. 3. p.147-266. nov, 2010.

BRITO, Márcia Regina F. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior,** Campinas, Sorocaba: v.13, n.3, p.841-850, nov.2008.

CATANI, Afrânio Mendes, DOURADO, Luiz Felipe e OLIVEIRA, João Ferreira de. A política de avaliação da educação superior no Brasil. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo. (Org.). **Avaliação democrática para uma universidade cidadã.** Florianópolis: Insular, 2002. p. 99- 118.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João F. de. (Org.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v.16, n. 59, p.230-258, abr./jun, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas: v.24, n.82, p.37-61, Abril /2003.

CUNHA. Maria Isabel. O ensino com pesquisa: a prática do professor universitário. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.97, p.31-46, Maio, 2006b.

DALBEN. A. I. L. de F. Das avaliações exigidas às avaliações necessárias. In: VILLAS BOAS (Org.). **Avaliação Políticas e Práticas**. Campinas: Papyrus, p.13-42, 2002.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução. Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Cláudia Augusto. **Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. (material impresso).

DIAS SOBRINHO, José (Org.). **Avaliação institucional da UNICAMP. Processo, discussão e resultados**. Campinas, SP, UNICAMP, 1994.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF Dilvo José. (Org.) **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. de (Org.). **Avaliação construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: INSULAR, p.13-68, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**: Campinas; Sorocaba; v, 8 n. 2, p.31-47, 2003.

_____. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? In: **Educação e Sociedade**. Campinas. v, 25 n. 88, Especial, p.703-725, Out.2004.

_____. Avaliação como instrumento de formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo I.; ALMEIDA JR., Vicente de Paula (Org.). **Avaliação participativa: perspectivas e debates**. Brasília: INEP, 2005.p.15-38. (Educação Superior em Debate, v.1).

_____. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. In: **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**: Campinas; Sorocaba: v, 15, n.1, p.195-224. Março-2010.

DOURADO, Luiz Fernando; CATANI, Afrânio Mendes (Org.) **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Goiânia: UFG, 1999.

DOURADO, Luiz Fernando. A reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, Luiz Fernando; PARO, Vitor Henrique. (Org.). **Políticas públicas & Educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p.??

DOURADO, Luiz Fernando. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas: v. 23, n.80, p.234-253, Setembro/2002.

_____. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e possibilidades. **Educação e Sociedade**. Campinas: v.28, n.100, p 1-16, Outubro, 2007.

DOURADO, Luiz Fernando; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, José, RISTOFF, Dilvo José (Org). **Avaliação democrática por uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002, p. 98-118.

ESPINOZA, Oscar. Reflexões sobre los conceptos de “política “públicas y política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**.v.17, n.8, p.1-12,Abril/2009.

FÁVERO. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba: n. 28, p.17-36, 2006.

FERREIRA, Norma Iracema de Barros. **Política e educação no Amapá: de Território a estado**. 2005. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade Ciências e Letras da Universidade Paulista- campus de Araraquara, Araraquara- SP.

FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação e as reformas dos anos 1990. Novas formas de exclusão e velhas formas de subordinação. **Educação e Sociedade**, Campinas: v.25, n.86. p. 133-170, Jan/Abri 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série: Pesquisa em Educação. Brasília: Liber Livro, 2005.

GREGO, Sonia Maria Duarte, et al. A construção do processo democrático de Auto avaliação institucional na UNESP. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba: v.12 n. 2, p.257-289. Junho-2007.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 8. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

HADJI, C. **A avaliação, regras do jogo**: das intenções aos instrumentos. Trad. Júlia Lopes Ferreira e José Manoel Claudio. Porto: Portugal, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São PAULO: Atlas, 1995.

_____. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. 2.reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação institucional; o uso dos resultados como estratégia de (re)organização dos espaços de discussão na universidade**. 2008.224 f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo. **Pesquisa em Educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARINHO-ARAÚJO. Claisy Maria. O desenvolvimento de competências no ENADE: a medição da avaliação nos processos de desenvolvimento psicológico e profissional. In: **Avaliação: Revista de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba: v.9, n.4, p.77-97, 2004.

MAUÉS, Olgaíses. Regulação educacional, formação e trabalho docente. **Fundação Carlos Chagas**, n.23, p.1-20, Setembro de 2009).

MENDES, Geisa do Socorro Cavalcante Vaz. **A avaliação institucional: estudo da implementação de uma política para a escola fundamental do município de Campinas**. 2011.295 f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas. Faculdade de Educação as Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 5ª ed. São Paulo- Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO.1998.

OLIVEIRA, João Ferreira; FONSECA, Marília; Cardoso, Nelson. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. In: **Educar**. Curitiba: n.28, jul-dez,2006.

OLIVEIRA, João Ferreira de. et. al. Avaliação institucional: projetos de auto avaliação entre avaliação, gestão e financiamento. In: OLIVEIRA, João Ferreira de & FONSECA, Marília. (Orgs.). **Avaliação Institucional: sinais e práticas**. São Paulo: Xamã, p.37-56, 2008.

PAIVA, Vanilda, WARDE, Mirian Jorge (Org.). **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas. Papirus, 1999.

PAUIB. Documento Básico. **Avaliação das Universidades Brasileiras**: uma proposta Nacional. Comissão Nacional de Avaliação. Brasília, 26/nov/1993.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.14, n.1, p.9-28, março, 2009.

PICANÇO, Estácio Vidal. Informações sobre a história do Amapá (1500-1900). Macapá; **Imprensa Oficial**, 1981.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira; Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.14, n. 2, p.439-452, jul-2009.

POLIDORI, Marlis Morosini; ARAÚJO, Claisy M. e BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Avaliação e políticas em educação**: Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p.1-13, out/dez, 2006.

REAL, Gisele Cristina Martins. **Impactos da avaliação na educação superior no Brasil**. Dourados, M.S. Editora da UFGD, 2008.

REIS, Cisne Zélia Teixeira; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; Ferreira, Marco Aurélio Marques. Auto avaliação de uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.15, n.3. p.109-129,nov.2010.

RIBEIRO, Antonia Elisa. As atuais políticas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.17, n.2. p. 299-316, julho, 2012.

RISTOFF, Dilvo. I. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, J; BALZAN, N.C. (Org). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.p.37-51.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Análise teórico-política do exame nacional de cursos**. In: Educação Superior no Brasil. CAPES 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do estado e da educação superior no Brasil de F.H.C.** São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil. Reformas do estado na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVA, Marta Leandro da: **A avaliação institucional das escolas técnicas do Centro Estadual Tecnológica Paula Souza (1997-2007)**. 2008.281 f. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos- SP.

SORDI, Mara Regina Lemos de. Entendendo as lógicas de avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In: VILLAS BOAS (Org.). **Avaliação políticas e práticas**. Campinas. Papyrus, p.65-81, 2002.

_____. Comissão Própria de avaliação (CPA): similaridades e dessemelhanças no uso da estratégia na educação superior e em escolas do ensino fundamental. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: n.2, vol.16, p.1 a 8. nov, 2011.

SORDI, Mara Regina Lemos de; LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional. Aprendizagens necessárias. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba: n. 2, vol.14, p.313 a 336. Julho, 2004.

SOUSA, Clarilza Prado de. **Descrição de uma trajetória na/da avaliação educacional**. Série ideias. n.º. 30, FDE, 1998, p. 161-174.

SOUSA, José Vieira de. Avaliação institucional, estratégias de marketing e imagens projetadas pelas IES: que relação é esta? In: OLIVEIRA, João Ferreira de & FONSECA, Marília. (Orgs) **Avaliação institucional: sinais e práticas**. Biblioteca ANPAE. São Paulo: Xamã, 2008.

SOUZA, Sandra Maria Záquia L. Possíveis impactos da avaliação externa no currículo escolar. In: ROSA D. E.G. e SOUZA V. C.(Org).Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. XI ENDIPE. Rio de Janeiro: D P & A, 2002.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. **Auto avaliação institucional: princípios e metodologia do grupo focal**. Disponível em:<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01,htm>. Acesso em 06/04/2011.

SZTAJN, Paola; BONOMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Formação docente nos surveys de avaliação educacional. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo: n.118, p.11- 39. Março de 2003.

SZYMANSKI, Heloisa. (Org). ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Série: Pesquisa em Educação. Brasília: Liber Livro, 2004.

TRINDADE, Hélgio. Desafios, institucionalização e imagem pública da CONAES. UNESCO, 2007.160 p.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIFAP. **Estatuto**. Disponível em <http://www.unifap.br>. Acesso em: jun.2009.

_____ **Resolução nº. 025, de 27 de setembro de 2006**. Aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação. Macapá, 2006.

_____ **Regimento da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Amapá**. Macapá, 2006.

_____ **Formulários de Auto avaliação elaborados pela CPA**. Macapá, 2006.

_____ **Formulários de Auto avaliação elaborados pela CPA**. Macapá, 2011.

_____ **Relatório da Pro-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias**. Macapá, 2011.

_____ **Relatórios da Pro- Reitoria de Pós- Graduação**, Macapá, 2011.

_____ **Relatório elaborado pelo Avaliador Institucional.** Macapá, 2011.

_____ **Guia Acadêmico/2010.** Disponível em <http://www..unifap.br>> Acesso em: jun.2010.

VIEIRA, Regina Lúcia Bastos. **Política pública de avaliação da educação superior. O SINAES na universidade pública estadual. O caso da UNEB.** 2008.163 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica de Salvador, Salvador, BA.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Danile Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior.** Campinas, Sorocaba: v, 13, n.3 p.827-831, nov, 2008.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior.** Campinas, Sorocaba: v. 14, n.2, p.385-438, julho, 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARREYRO, Gladys; ROTHEN, José Carlos. “ SINAES” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Educação e Sociedade**. Campinas, v, 27, n.96, out.2006.

BELLONI, Isaura; BELONNI, José Ângelo. Questões e propostas para uma avaliação formativa. In: FREITAS, Luiz Carlos. (Org). **Avaliação de escolas e universidades**. Coleção Avaliação- construindo o campo e a prática. Campinas: Komedi, 2003.

BERTOLIN, Júlio C.G. Avaliação da educação superior brasileira; relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. In: **Avaliação. Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.14, n.2,p.351-383,jul-2009.

BERTOLIN, Júlio C. G. MARCHI, Ana Carolina Bertoletti. Instrumentos para avaliar disciplinas da modalidade semipresencial: uma proposta baseada em sistemas de indicadores. In: **Avaliação. Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.15, n.3 p. 131-146, nov-2010.

COSTA, Eula Maria de Melo Barcellos; RIBEIRO, Célia Maria; VIEIRA, Regina Beatriz Bevilacqua. Avaliação em movimento: do PAIUB ao PGE o caso da Universidade Federal de Goiás. In: **Avaliação. Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.15, n. 3, p. 87-108, nov-2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. (Org). **Avaliação construindo o caminho da crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de. BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. (Biblioteca básica da história da educação brasileira). São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Educação e crise do trabalho**. Perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,2008.

GENTILLI, Pablo. (org). **Universidades na penumbra**. Neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONIAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação Superior Brasileira- Amapá- 1991-2004**. Brasília, 2004.

_____. Modelos institucionais de Educação Superior. In: Educação Superior em debate. Volume 7. Brasília, 2006.

KINCHELOE, Joe; BERRY, Kathleen. **Pesquisa em educação**. Conceituando a bricolagem. Tradução. Roberto Cataldo Costa: Porto Alegre: Artmed, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte; Editora UFMG, 1999, Reimpressão em 2008.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. Estudantes e avaliação. **In: Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.15, n.3, p.9-27, nov-2010.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; GABARRA, Manole Henrique Cintra; COSTA, Caetano da; SOUSA, Yara Teresinha Correia Silva. Reflexões sobre o processo de auto avaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. **In: Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v. 15, n.1. p.177-194,mar-2010.

MABA, Elita Grosch; MARINHO, Sidnei Vieira. A auto avaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: Estudo de caso das faculdades SENAC/SC. In: Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior. Campinas. Sorocaba: v.17,n.2.p.455-480, jul-2012.

PEREZ, José Roberto Rus. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educação e Sociedade**. Campinas: v.31, n.113. p.1179-1193. Out- dez.2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 30 de junho de 2011.

PLANK, David N. **Política Educacional no Brasil**. Caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed, 2001.

POLIDORI, Marlis Morosini; FONSECA, Denise Grosso da; LARROSA, Sara Fernanda Tarter. Avaliação institucional participativa. In: **Avaliação; Revista de Avaliação da Educação Superior**. v. 12, n.2, p.333-348, jun-2007.

PORTO, Jadson. **Percepção do Amapá**. Disponível em: <http://br.geocities.com/jadsonporto/percepcoesdoamapa.html>. Acesso em junho. 2007

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação Brasileira**. 8. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gládis Beatriz. Avaliação da Educação superior no segundo governo Lula: “provão II” ou a reedição das velhas práticas? In: **Educação e Sociedade**. Campinas. v. 32, n.114, jan-març, 2011.

_____. A “RAIES” e a Revista Avaliação e a construção de um marco teórico, político e metodológico. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v.16, n.2, jul-2011.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **Amapá no século XV**- rota de expedições de reconhecimento. Belém: GRAFI Certa, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. In: **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba: v. 14, n.2.p.253-266, julho. 2009.

_____. **História do Amapá**. Da autonomia territorial ao fim do Janarismo. 1943-1970. 2. ed. Belém: GRAFI Norte, 2006.

SIGSSARDI, Waldemar (Org.) **Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da Educação Superior**. Campinas: Autores Associados, 1977.

_____. Reforma universitária no Brasil-1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. In: **Educação e Sociedade**. Campinas. v. 27, n.96.out, 2006.

_____. Regulação estatal versus cultura de auto avaliação institucional. In: **Avaliação. Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, Sorocaba; v.13, n.3.p.857-862. Nov-2008.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian, Jorge; HADDAD, Sergio. (Orgs). **O Banco mundial e as políticas educacionais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Carta convite para os participantes do grupo focal

Macapá

Prezado (a) Professor (a)

É com imensa satisfação que estou lhe convidando para participar de um encontro de professores com o objetivo de discutir o processo de avaliação institucional que foi realizado na UNIFAP desde 2008 até os dias atuais. Como professores universitários sabemos da importância desse processo para a busca da qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão que são executados nos espaços desta Instituição. Sabemos também que para melhorar os resultados desse processo é importante e precisa ser discutido com a comunidade acadêmica buscando o fortalecimento de uma avaliação que tenha as características e a identidade de nossa instituição. Em virtude dessa importância gostaria de contar com você como parceiro (a) nesse projeto.

Sua identidade será preservada e suas opiniões serão utilizadas apenas para a produção da minha tese de Doutorado.

Você pode colaborar participando de um encontro conforme sua disponibilidade que acontecerá nos dias 18, às 09 horas, no dia 22 às 16 horas e no dia 23 de maio às 18 horas na sala B do Curso de Pedagogia da UNIFAP.

Se você estiver impossibilitado de participar, por favor, nos comunique com antecedência.

Email para contato: nazaqui@unifap.br ou nazaquimcp@hotmail.com

Telefone : 8128-0644

Grata pela colaboração

Maria Nazaré do Nascimento Guimarães

Professora da UNIFAP e Doutoranda em Educação pela UFSCar

=APÊNDICE B- Instrumentos usados com Membros da CPA**Questionário****1-PERFIL DO INFORMANTE**

Nome:

Idade:

Sexo:

Último nível de escolaridade: Grau: () ensino fundamental

() ensino médio

() ensino superior

Formação Básica: Curso:

Instituição:

Ano de conclusão:

Atuação:

Instituição de atuação:

Função na CPA:

Tempo de participação na CPA:

Motivo do interesse e participação na CPA:

2- ENTREVISTA

1-A UNIFAP realizou dois processos de avaliação institucional. De que forma a Comissão se organizou para desenvolver estes processos?

2- Qual a importância que você atribui aos processos de avaliação realizados?

3-Sabemos que o processo avaliativo necessita de fundamentação e a Comissão é composta por membros de diversos setores da sociedade. Qual era seu papel/ função nessa Comissão?

4- Como a Comissão se organizou para **estudar** a temática e ao mesmo tempo **planejar** suas ações?

5-- De que forma aconteceu a participação dos professores das licenciaturas ?

6--Em sua opinião os professores compreenderam os reais objetivos da avaliação? Em que sentido?

7-Quais os avanços detectados pela Comissão ao realizarem a segunda avaliação, especialmente em relação à participação dos professores das licenciaturas?

8- Como foi realizada a divulgação dos resultados das avaliações realizadas? Para você o que mudou com a divulgação desses resultados?

9- Após a realização da primeira avaliação a UNIFAP criou em sua estrutura organizacional um Departamento de Avaliação Quais as atribuições deste Departamento? O que melhorou com essa estrutura?

10--Faça uma análise sobre as dificuldades vivenciadas pela Comissão para realizar o processo avaliativo.

11-Sabemos que a avaliação deve ser um processo contínuo e dinâmico. De que maneira a Comissão está se organizando para realizar suas metas futuras?

APÊNDICE C-Questões que serão discutidas com os professores para nortear a discussão utilizando a técnica de Grupo Focal

Prezado (a) Professor (a),

Conforme informação enviada através da Carta Convite sobre a pesquisa que estou realizando objetivando coletar dados para a produção da tese de Doutorado, diante disso senti necessidade de elencar algumas questões que servirão de base para a discussão :

1-Quando e como você conheceu a Política de Avaliação Institucional da UNIFAP? Quem divulgou/apresentou? O que você pensou naquela época sobre essa proposta?

2-Sabemos que o processo avaliativo necessita de fundamentação e os professores desenvolvem diversas atividades na Instituição. Os professores se organizaram para estudar/discutir a temática? Como foi isso?

3-De que forma ocorreu a participação dos professores na implantação da proposta? Em sua análise, os professores compreenderam os objetivos da avaliação? Cite algum deles.

4-As ações desenvolvidas pela avaliação institucional teve alguma influência na organização curricular e em sua prática pedagógica? De que forma isto ocorreu?

5- A UNIFAP realizou dois processos de avaliação institucional. De qual deles você participou? Qual foi o seu papel?

6_Você teve acesso aos resultados das avaliações realizadas? Como foi o acesso? O que você ficou sabendo? O que você pensou sobre os resultados?

7- Quais os avanços que você destacaria após terem sido realizados dois processos avaliativos especialmente no que tange a participação dos professores e a melhoria da formação da formação dos licenciandos ?

8- Para você quais são os pontos positivos e negativos da Política definida pelo MEC?

9-Você pensa que deveria haver continuidade nessa política? Por que ? O que você sugeriria para a elaboração de novas propostas de avaliação no âmbito da UNIFAP?

Macapá , _____

APÊNDICE D- Questionário para a caracterização dos professores participantes**PERFIL DO INFORMANTE**

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Curso (s) de sua formação na graduação: _____

Instituição: _____

Ano: _____

Maior titulação acadêmica:

() Graduação

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

Nome do Curso: _____

Instituição: _____ Ano: _____

Regime de Trabalho: _____

Tempo de Atuação no Magistério: _____

Tempo de serviço na UNIFAP: _____

Colegiado : () Geografia () História () Letras () Pedagogia

Curso de atuação na

Graduação: _____

Curso de atuação na Pós-

Graduação: _____

Membro da CPA: () Sim () Não

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELAÇÃO DE CURSOS A NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO - JANEIRO/2012.

CURSOS
INSTITUCIONAL
Mestrado Direito Ambiental e Políticas Públicas
Mestrado em Desenvolvimento Regional
Mestrado em Ciências da Saúde
Mestrado em Biodiversidade Tropical
Doutorado em Biodiversidade Tropical Fluxo Contínuo
EM PARCERIA
Doutorado em Educação - DINTER/UFU/UNIFAP
PROFMAT – MESTRADO EM REDE - MATEMÁTICA

Tabela 1- Demonstrativo das Atividades de Extensão.

Projeto	Cursos/ Departamento	Área Temática	Público atingido	Docente	Alunos Bolsistas	Graduação não Bolsista	Técnicos
Pró-Estudante Esporte e Lazer	Educação Física	Saúde	720	2	7	0	0
Voleibol Universitário	Educação Física	Saúde	120	5	0	0	0
Educação e Dança	Educação Física	Educação	60	1	0	0	0
Viva ao Atletismo	Educação Física	Saúde	50	1	0	0	0
Curso de Metodologia da Investigação Científica em Educação Física	Educação Física	Educação	50	1	0	0	0
Promoção da Saúde da Comunidade de Pescadores da UHE Coracy Nunes	Enfermagem	Saúde	425	5	0	20	0
Ecologizando a Saúde no Bairro da Universidade	Enfermagem	Multidis- ciplinar	500	10	0	14	0
Curso Livre de Idiomas: Espanho l, Francês, Inglês e Italiano	Letras	Educação	100	6	0	0	0
Amazônia: Cenários e Desafios	Geografia	Multidis- ciplinar	400	7	0	10	1
Conhecendo os Municípios	Geografia	Multidis- ciplinar	1000	1	0	59	0
II Curso de Atualização: Introdução à Biotecnologia molecular	Ciências Biológicas	Educação	30	2	0	0	1

IV Projeto curso de Extensão de Ciências Biológicas: Instruções de sobrevivência na selva	Ciências Biológicas	Meio Ambiente	120	15	0	3	4
Curso de Pedagogia de Projetos em temas ambientais em Serra do Navio 2011	Ciências Biológicas	Meio Ambiente	778	2	0	4	0
Curso de Pedagogia de Projetos em temas ambientais em Porto Grande	Ciências Biológicas	Meio Ambiente	778	3	0	4	0
Dança: História e Linguagens	História	Cultura	25	1	0	0	0
Michel Foucault: 50 anos de História da loucura	História	Multidisciplinar	200	4	0	0	0
Escola vai a Universidade	Artes Visuais	Multidisciplinar	409	2	0	2	0
Secretários Executivos: Agindo e Reconstruindo o Amapá -SEAR	Secretariado Executivo	Multidisciplinar	400	3	0	4	2
Programa Multidisciplinar de Extensão: Escritório Modelo de Secretariado Executivo – PROMEX	Secretariado Executivo	Multidisciplinar	50	7	0	0	2
Pró-Estudante Látex	Matemática	Educação	480	1	2	0	0
Ciclo em Seminários em Tópicos de Matemática	Matemática	Educação	530	4	5	0	0

Prevenção de Intoxicação em crianças menores de 07 anos	Ciências Farmacêuticas	Saúde	850	7	0	0	0
Contação de Histórias Amapaenses	Comunicação Social	Comunicação	400	3	0	0	0
Cine Paraíso – Coletivo Palafita	Comunicação Social	Multidisciplinar	350	1	0	0	0
Diagnóstico e Tratamento Acústico, Termino e Luminoso na Concepção Arquitetônica	Arquitetura e Urbanismo	Tecnologia e Produção	200	1	0	2	0
Pró-Estudante Cultura 2011	Proeac	Cultura	720	1	5	1	1
UNIFAP Pré-Vestibular	Proeac	Educação	930	1	79	0	1
Total			10675	97	98	123	12

Fonte: PROEAC/UNIFAP: Atualizado em julho de 2012.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Conversão da MPv nº 147, de 2003

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do [art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua

contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no caput deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa *In loco*.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do **caput** deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do **caput** deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do **caput** deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;

III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o **caput** deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

- I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
- II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;
- III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a [alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e os [arts 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995](#).

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro

PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004

(Publicação no DOU nº 132, de 12.07.2004, Seção 1, página 12)

Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 14 da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, resolve:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Art. 2º O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) promoverá a avaliação das instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de seus estudantes sob a coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

CAPÍTULO II DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

Art. 3º Compete a CONAES:

- I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes, e seus respectivos prazos;
- II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV - promover a articulação do SINAES com os Sistemas Estaduais de Ensino, visando estabelecer, juntamente com os órgãos de regulação do MEC, ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da Educação Superior;
- V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- VII - realizar reuniões ordinárias mensais;
- VIII - realizar reuniões extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Parágrafo único. Para o desempenho das atribuições descritas no caput e estabelecidas no art. 6º da Lei no 10.861 de 2004, poderá ainda a CONAES:

- I - institucionalizar o processo de avaliação a fim de torná-lo inerente à oferta de ensino superior com qualidade;
- II - oferecer subsídios ao MEC para a formulação de políticas de educação superior de médio e longo prazo;
- III - apoiar as IES para que estas avaliem, periodicamente, o cumprimento de sua missão institucional, a fim de favorecer as ações de melhoramento, considerando os diversos formatos institucionais existentes;

- IV - garantir a integração e coerência dos instrumentos e das práticas de avaliação, para a consolidação do SINAES;
- V - assegurar a continuidade do processo de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de educação superior;
- VI - analisar e aprovar os relatórios de avaliação, consolidados pelo INEP, encaminhando-os aos órgãos competentes do MEC;
- VII - promover seminários, debates e reuniões na área de sua competência, informando periodicamente a sociedade sobre o desenvolvimento da avaliação da educação superior e estimulando a criação de uma cultura de avaliação nos seus diversos âmbitos;
- VIII - promover atividades de meta-avaliação do sistema para exame crítico das experiências de avaliação concluídas;
- IX - estimular a formação de pessoal para as práticas de avaliação da educação superior, estabelecendo diretrizes para a organização e designação de comissões de avaliação.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO

Art. 4o A avaliação de instituições, de cursos e de desempenho de estudantes será executada conforme diretrizes estabelecidas pela CONAES.

Parágrafo único. A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP, o qual instituirá Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas para as diferentes áreas do conhecimento.

Art. 5o Para as avaliações externas in loco, serão designadas pelo INEP:

I - Comissões Externas de Avaliação Institucional;

II - Comissões Externas de Avaliação de Cursos.

Art. 6o O INEP, sob orientação da CONAES, realizará periodicamente programas de capacitação dos avaliadores que irão compor as comissões de avaliação para a avaliação das instituições e para a avaliação dos cursos de graduação.

Art. 7o As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

§ 1o As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior;

§ 2o A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:

I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;

II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Art. 8o As atividades de avaliação serão realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.

SEÇÃO I

DA AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 9o A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de auto-avaliação e de avaliação externa.

Art. 10. A auto-avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Art. 11. O INEP, órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES, disponibilizará, em meio eletrônico, orientações gerais elaboradas a partir de diretrizes estabelecidas pela CONAES, com os requisitos e os procedimentos mínimos para o processo de auto-avaliação, entre os quais incluem-se obrigatoriamente aqueles previstos no Art. 3o da Lei no 10861/2004.

Art. 12. A CONAES, com o apoio técnico do INEP, estabelecerá formas de acompanhamento do processo de auto-avaliação para assegurar a sua realização em prazo compatível com a natureza da instituição, podendo solicitar documentos sobre o desenvolvimento do mesmo e sobre os resultados alcançados.

Art. 13. As avaliações externas in loco das IES serão realizadas por Comissões Externas de Avaliação Institucional designadas pelo INEP, devendo ocorrer após o processo de auto-avaliação.

§ 1o O prazo para a apresentação dos resultados do processo de autoavaliação será de até dois anos, a contar de 1o setembro de 2004.

§ 2o A primeira avaliação externa in loco das IES, no âmbito do SINAES, ocorrerá no prazo máximo de dois anos, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela CONAES.

§ 3o As avaliações externas in loco subsequentes deverão ser realizadas segundo cronograma próprio a ser estabelecido pela CONAES, em sintonia com as demandas do processo de regulação.

§ 4o A avaliação externa in loco das IES será realizada por comissões externas de avaliação institucional, constituídas por membros cadastrados e capacitados pelo INEP.

Art. 14. A avaliação institucional será o referencial básico para o processo de **credenciamento e credenciamento das instituições**, com os prazos de validade estabelecidos pelos órgãos de regulação do Ministério da Educação.

Parágrafo único. No caso de credenciamento ou credenciamento de Universidades, deve-se considerar a produção intelectual institucionalizada nos termos da resolução CES No 2, de 07 de abril de 1998.

Art. 15. As Comissões Externas de Avaliação das Instituições examinarão as seguintes informações e documentos:

I - O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

II - relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação, produzidos pela IES segundo as orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;

III - dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;

IV - dados sobre o desempenho dos estudantes da IES no ENADE, disponíveis no momento da avaliação;

V - relatórios de avaliação dos cursos de graduação da IES produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;

V - dados do Questionário Socioeconômico dos estudantes, coletados na aplicação do ENADE;

VI - relatório da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;

VII - relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de Pós-Graduação da IES, quando houver;

VIII - documentos sobre o credenciamento e o último credenciamento da IES;

IX - outros documentos julgados pertinentes.

Art. 16. O instrumento de avaliação externa permitirá o registro de análises quantitativas e qualitativas por parte dos avaliadores, provendo sustentação aos conceitos atribuídos.

Art. 17. As avaliações de instituições para efeito de ingresso no sistema federal de ensino superior, serão da competência da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), devendo ser realizadas segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES, a partir de propostas apresentadas pela SESu e pela SEMTEC.

SEÇÃO II DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 18. A avaliação dos cursos de graduação será realizada por Comissões Externas de Avaliação de Cursos, designadas pelo INEP, constituídas por especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento, cadastrados e capacitados pelo INEP.

Art. 19. Os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação terão seus conteúdos definidos com o apoio de Comissões Assessoras de Área, designadas pelo INEP.

Art. 20. As Comissões Externas de Avaliação de Cursos terão acesso antecipado aos dados, fornecidos em formulário eletrônico pela IES, e considerarão também os seguintes aspectos:

I - o perfil do corpo docente;

II - as condições das instalações físicas;

III - a organização didático-pedagógica;

IV - o desempenho dos estudantes da IES no ENADE;

V - os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;

VI - os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das Instituições e Cursos; e

VII - outros considerados pertinentes pela CONAES.

Art. 21. A periodicidade das avaliações dos cursos de graduação será definida em função das exigências legais para reconhecimento e renovação de reconhecimento, contemplando as modalidades presencial e a distância.

Art. 22. **As avaliações para fins de autorização de cursos de graduação serão de competência da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), devendo ser realizadas segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES, a partir de propostas apresentadas pela SESu e pela SEMTEC.**

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Art. 23. A avaliação do desempenho dos estudantes, que integra o sistema de avaliação de cursos e instituições, tem por objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

Art. 24. A Avaliação do Desempenho dos Estudantes será realizada pelo INEP, sob a orientação da CONAES, mediante a aplicação do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE.

Parágrafo único. O ENADE será desenvolvido com o apoio técnico das Comissões Assessoras de Área.

Art. 25. O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais aos estudantes do final do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, que serão selecionados, a cada ano, para participarem do exame.

Parágrafo único. Caberá ao INEP definir os critérios e procedimentos técnicos para a aplicação do Exame.

Art. 26. Anualmente o Ministro do Estado da Educação, com base em proposta da CONAES, definirá as áreas e cursos que participarão do ENADE, conforme previsto no Art. 50 da Lei nº 10861/2004.

Art. 27. Será de responsabilidade do Dirigente da instituição de educação superior a inscrição, junto ao INEP, de todos os estudantes habilitados a participarem do ENADE.

Art. 28. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo o registro de participação condição indispensável para a emissão do histórico escolar, independentemente do estudante ter sido selecionado ou não na amostragem.

§ 1º O estudante que não for selecionado no processo de amostragem terá como registro no histórico escolar os seguintes dizeres: "dispensado do ENADE pelo MEC nos termos do art. 50 da Lei nº 10861/2004".

§ 2o O estudante que participou do ENADE terá como registro no histórico escolar a data em que realizou o Exame.

Art. 29. Quando da utilização de procedimentos amostrais, só serão considerados, para fins de avaliação no âmbito do SINAES, os resultados de desempenho no ENADE dos estudantes que fizerem parte do conjunto selecionado na amostragem do INEP.

§1o Os resultados do ENADE serão expressos numa escala de cinco níveis e divulgados aos estudantes que integraram as amostras selecionadas em cada curso, às IES participantes, aos órgãos de regulação e à sociedade em geral, passando a integrar o conjunto das dimensões avaliadas quando da avaliação dos cursos de graduação e dos processos de auto-avaliação.

§ 2o A divulgação dos resultados individuais aos estudantes será feita mediante documento específico, assegurado o sigilo nos termos do § 9o do Art. 6o da Lei no 10.861, de 2004.

Art. 30. O INEP aplicará anualmente aos cursos selecionados a participar do ENADE os seguintes instrumentos:

I - aos alunos, questionário sócio-econômico para compor o perfil dos estudantes do primeiro e do último ano do curso;

II - aos coordenadores, questionário objetivando reunir informações que contribuam para a definição do perfil do curso.

Parágrafo único. Os questionários referidos neste artigo, integrantes do sistema de avaliação, deverão estar articulados com as diretrizes definidas pela CONAES.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS COMUNS DA AVALIAÇÃO

Art. 31. Os processos avaliativos do SINAES, além do previsto no Art. 1o desta Portaria, **subsidiarão o processo de credenciamento** e renovação de credenciamento de instituições, e a **autorização**, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 32. A avaliação externa das instituições e cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos a cada uma e ao conjunto das dimensões avaliadas, numa escala de cinco níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de pontos fortes, os níveis 1 e 2 indicativos de pontos fracos e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável para os processos de **autorização**, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de **credenciamento** e **recredenciamento de instituições**.

Art. 33. O INEP dará conhecimento prévio as IES do resultado dos relatórios de avaliação antes de encaminhá-los a CONAES para parecer conclusivo.

§ 1o A IES terá o prazo de 15 (quinze) dias para encaminhar ao INEP pedido de revisão de conceito devidamente circunstanciado.

§ 2o O processo de revisão de conceito apreciado pelo INEP, qualquer que seja o seu resultado final, fará parte da documentação a ser encaminhada a CONAES, devendo ser considerado em seu parecer conclusivo.

Art. 34. Os pareceres conclusivos da CONAES serão divulgados publicamente para conhecimento das próprias IES avaliadas e da sociedade e encaminhados aos órgãos de regulação do Ministério da Educação.

Art. 35. A CONAES em seus pareceres informará, quando for o caso, sobre a necessidade de celebração do protocolo de compromisso, previsto no art. 10º da Lei no 10.861 de 2004, indicando os aspectos que devem merecer atenção especial das partes.

§ 1o O prazo do protocolo de compromisso será proposto pela CONAES e seu cumprimento será acompanhado por meio de visitas periódicas de avaliadores externos indicados pelo INEP.

§ 2o Os custos de todas as etapas de acompanhamento do protocolo de compromisso serão de responsabilidade das respectivas mantenedoras.

§ 3o O protocolo de compromisso ensejará a instituição de uma comissão de acompanhamento que deverá ser composta, necessariamente, pelo dirigente máximo da IES e pelo coordenador da CPA da instituição, com seus demais membros sendo definidos de acordo com a necessidade que originou a formulação do protocolo, em comum acordo entre o MEC e a IES.

Art. 36. O descumprimento do protocolo de compromisso importará na aplicação das medidas previstas no Art. 10 da lei 10.861 de 2004.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 37. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 38. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Educação.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TARSO GENRO

PORTARIA No- 563, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2006

Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação
de Cursos de Graduação do Sistema
Nacional de Avaliação da Educação Superior
- SINAES

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001, bem como a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Instrumento a que se refere o art. 1º será utilizado na avaliação de todos os cursos de graduação, compreendidos o bacharelado, a licenciatura e os cursos superiores de tecnologia, nas modalidades presencial ou a distância.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA -
INEP
INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO - EXTRATO

Categorias de Avaliação - Pesos

1. Organização didático-pedagógica - 40
 2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo - 35
 3. Instalações físicas - 25
- Total 100

Categorias, Grupos de Indicadores e Indicadores

1. Organização didático-pedagógica
 - 1.1. Administração acadêmica: coordenação do curso

- 1.2. Administração acadêmica: colegiado de curso
- 1.3. Projeto Pedagógico do Curso - PPC: concepção do curso
- 1.4. Projeto Pedagógico do Curso - PPC: currículo
- 1.5. Projeto Pedagógico do Curso - PPC: avaliação
- 1.6. Atividades acadêmicas articuladas à formação: prática profissional e/ou estágio
- 1.7. Atividades acadêmicas articuladas à formação: trabalho de conclusão de curso - TCC
- 1.8. Atividades acadêmicas articuladas à formação: atividades complementares
- 1.9. ENADE

2. Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo

- 2.1. Corpo docente: perfil docente
- 2.2. Corpo docente: atuação nas atividades acadêmicas
- 2.3. Corpo discente: atenção aos discentes
- 2.4. Corpo técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso

3. Instalações físicas - Pesos

- 3.1. Biblioteca: adequação do acervo à proposta do curso - 50
- 3.2. Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários, ambientes e laboratórios para a formação geral e básica - 10
- 3.3. Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários, ambientes e laboratórios para a formação profissionalizante e específica - 20
- 3.4. Instalações especiais e laboratórios específicos: cenários, ambientes e laboratórios para a prática profissional e prestação de serviços à comunidade - 20

Forças/Potencialidades

Fragilidades/Pontos que requerem melhoria

Recomendações

Parecer Analítico Final da Comissão de Avaliação Externa da IES

Avaliação do Instrumento pela Comissão

Avaliação do Instrumento e da Comissão de Avaliação pela IES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, estabeleceu que à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), como órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, compete estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior.¹

Este primeiro documento destina-se, fundamentalmente, aos membros da comunidade acadêmica,² sujeitos do processo e de cuja participação depende, em grande medida, a qualidade da avaliação. Destina-se também à sociedade em geral, a quem as instituições públicas e privadas devem prestar contas de suas atividades no campo da educação, uma vez que estas constituem um direito social e público. Outrossim, constitui-se em parâmetro básico para orientar as atividades dos responsáveis pela execução da avaliação, seja o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em âmbito nacional, sejam as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), responsáveis por sua implementação no âmbito de cada instituição de educação superior.

Este documento sistematiza a concepção, os princípios e as dimensões da avaliação postulados pelo SINAES e define as diretrizes para a sua implementação. Essas diretrizes serão operacionalizadas por meio de documento de *Orientações para a*

¹ Artigo 6º da Lei nº 10.861/2004. Nos termos do artigo 4º da Portaria nº 2.051, que regulamenta a Lei nº 10.861/2004, "a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho de estudantes será executada conforme as diretrizes estabelecidas pela CONAES" e cabe a esta "propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos de avaliação institucionais, de cursos e de desempenho dos estudantes, e seus respectivos prazos" (Artigo 3º, inciso Iº).

² A expressão comunidade acadêmica engloba o corpo docente, discente e técnico-administrativo.

Auto-Avaliação das Instituições, visando facilitar a organização do processo auto-avaliativo, sua comparabilidade e a preparação da etapa de Avaliação Externa.

1 – A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O SINAES foi construído a partir do trabalho da Comissão Especial de Avaliação (CEA), designada por Portaria da SESu em 28 de abril de 2003, “*com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados*”. O relatório final – *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior* – expressa o resultado da experiência de avaliação desenvolvida e acumulada pelas instituições de educação superior, em nosso país, desde meados da década de 80, no contexto de uma ampla reflexão sobre a literatura e a prática avaliativa em âmbito internacional. Desde experiências pioneiras em algumas universidades – da UnB à UNICAMP – até o amplo processo de avaliação institucional desencadeado, na década de 90, pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

As características fundamentais da nova proposta são: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo; a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais. Tais características possibilitam levar em conta a realidade e a missão de cada IES, ressaltando o que há de comum e universal na Educação Superior e as especificidades das áreas do conhecimento.

O novo sistema de avaliação, SINAES, abrange todas as instituições de educação superior em processo permanente: sua finalidade é construtiva e formativa. Amplia o campo da avaliação quanto à temática, ao universo institucional, aos agentes e aos objetivos. Por ser permanente e envolver toda a comunidade, cria e desenvolve a cultura de avaliação nas IES e no sistema de educação superior. Os agentes da comunidade acadêmica de educação superior, ao participarem do processo como sujeitos da avaliação, passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças no patamar de qualidade. Finalmente, o SINAES está ancorado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais.

Por sua característica global, por sua abrangência nacional e seu objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, o SINAES recupera também as finalidades essenciais da avaliação:

(a) ultrapassa a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional;

(b) explicita a responsabilidade social da Educação Superior, especialmente quanto ao avanço da ciência, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;

(c) supera meras verificações e mensurações, destacando os significados das atividades institucionais não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos;

(d) aprofunda a idéia da responsabilidade social no desenvolvimento da IES, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social, e não como instrumento de checagem e cobrança individual; e

(e) valoriza a solidariedade e a cooperação, e não a competitividade e o sucesso individual.

2 – CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DO SINAES

O SINAES, como parte de uma política de Estado responsável pela educação nacional, tem como núcleo a formulação das estratégias e dos instrumentos para a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O sistema de avaliação deve integrar e articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo.

2.1 – Avaliação como instrumento de política educacional

A legislação vigente consolidou a avaliação como um dos instrumentos para sustentação da qualidade do sistema de educação superior. Os processos avaliativos internos e externos são concebidos como subsídios fundamentais para a formulação de diretrizes para as políticas públicas de educação superior e, também, para a gestão das instituições, visando a melhoria da qualidade da formação, da produção de conhecimento e da extensão, de acordo com as definições normativas de cada tipo de instituição e as opções de cada estabelecimento de ensino.

Precisamente sobre avaliação, a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 9º, inciso VI explicitou a responsabilidade da União em *"assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino"*.

Para cumprir tal determinação, o SINAES configura-se como elemento fundamental da proposta de mudanças que se impõem às instituições de educação

superior contemporâneas. No Brasil, em face da significativa participação do setor privado nessa oferta educacional, a avaliação constitui-se em importante instrumento de prestação de contas para a sociedade, para cada um dos usuários e para as próprias instituições. No cumprimento da autorização legal para participar desta atividade (Artigo 209 da Constituição Federal), o processo avaliativo coloca à disposição do Estado, da sociedade e de cada beneficiário elementos relevantes para a formulação e implementação de políticas públicas e para a tomada de decisão.

A avaliação institucional é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão. Neste sentido, contribui para a formulação de caminhos para a transformação da educação superior, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente.

Para tanto, a avaliação institucional deve possibilitar a construção de um projeto – acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da IES. Em consequência, os resultados das avaliações previstas no SINAES, além de subsidiarem as ações internas e a (re)formulação do projeto de desenvolvimento de cada instituição, formarão a base para a implementação de políticas educacionais e de ações correspondentes no que se refere à regulação do sistema de educação superior.

2.2 – Avaliação institucional e efeitos regulatórios

Para melhor caracterizar o processo de avaliação institucional é indispensável distinguir a relação entre avaliação e regulação. Esta compreende o processo documental e a verificação *in loco*, por especialistas selecionados, das condições acadêmicas existentes com vistas ao credenciamento de IES, à autorização e reconhecimento de cursos. Deste modo, o Poder Público garante, à sociedade, a qualidade de uma instituição ou curso. A avaliação institucional, diferentemente, é um processo desenvolvido por membros internos e externos de uma dada comunidade acadêmica, visando promover a qualidade acadêmica das instituições em todos os seus níveis, nos termos da sua missão própria.

O objetivo central do processo avaliativo é promover a realização autônoma do projeto institucional, de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social.

Finalmente, considerando que a avaliação não é um fim em si, mas um dos instrumentos de que dispõe o poder público e a sociedade para dimensionar a qualidade

e a relevância das IES em consonância com sua missão acadêmica e social, cabe distinguir quais as atribuições de avaliação do SINAES, e quais as de regulação do Estado. A avaliação se esgota quando os efeitos regulatórios são assumidos pelo Poder Público, em decorrência dos resultados da avaliação. Daí a importância de destacar três momentos desse processo:

(1) o da regulação, enquanto atributo próprio do Poder Público, que precede ao processo de avaliação nas etapas iniciais da autorização e do credenciamento dos cursos;

(2) o do processo de avaliação que se realiza autonomamente pela instituição, de forma integrada e segundo suas diferentes modalidades; e

(3) o da regulação novamente, uma vez concluída a avaliação (após emissão de Pareceres da CONAES), quando são aplicados os efeitos regulatórios – previstos em lei – decorrentes da avaliação.

2.3 – Avaliação, participação e ética na educação superior

Além de integração e articulação, é também central no SINAES a participação. Esta é uma exigência ética que convoca a todos os membros da comunidade acadêmica de educação superior, das instâncias institucionais, de setores governamentais ou da sociedade, a se envolverem nas ações avaliativas, respeitados os papéis e as competências científicas, profissionais, formais, políticas, administrativas e éticas das distintas categorias.

Nessa perspectiva, a avaliação é um imperativo ético irrecusável não só por razões técnico-administrativas e de adequação às normas legais, mas porque tem com foco a educação enquanto bem público e que, portanto, exige do Poder Público, respeitadas diferentes missões institucionais, a construção e consolidação de instituições e de um sistema de educação superior com alto valor científico e social. Todas as IES, independente de suas características e natureza jurídica, e, idealmente, todos os membros da comunidade educativa – professores, estudantes, técnicos-administrativos, ex-alunos e outros grupos sociais concernidos – estão chamados a se envolverem nos processos avaliativos, juntamente com os representantes do governo, realizando ações coletivamente legitimadas.

3 – PRINCÍPIOS E DIMENSÕES DO SINAES

O SINAES é um sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, composto por três processos diferenciados, a saber:

(1) avaliação das instituições;

- (2) avaliação dos cursos de graduação; e
- (3) avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE)

Como partes de um mesmo sistema de avaliação, cada um destes processos é desenvolvido em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, mas articulados entre si. Eles abordarão dimensões e indicadores específicos com o objetivo de identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e instituições, promovendo a melhoria da sua qualidade e relevância – e, por consequência, a da formação dos estudantes – e, ainda, fornecendo à sociedade informações sobre a educação superior no país.

O SINAES, em decorrência de sua concepção, está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Esses princípios são:

- (a) a responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- (b) o reconhecimento da diversidade do sistema;
- (c) o respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- (d) a globalidade institucional, pela utilização de um conjunto significativo de indicadores, considerados em sua relação orgânica; e
- (e) a continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

A Lei nº 10.861/2004, no seu artigo 3º, estabelece as dimensões que devem ser o foco da avaliação institucional e que garantem, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição:

(1) A missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI) – identifica o projeto e/ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.

(2) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão – explicita as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.

(3) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da instituição enquanto portadora

da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independente da configuração jurídica da IES.

(4) A comunicação com a sociedade – identifica as formas de aproximação efetiva entre IES e sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida da acadêmica, bem como a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

(5) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho – explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho.

(6) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios – avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.

(7) Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação – analisa a infra-estrutura da instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da IES.

(8) Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional – considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais.

(9) Políticas de atendimento aos estudantes – analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas através dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

(10) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior – avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

(11) Outras dimensões – inclui outros itens considerados relevantes para a instituição tendo em vista a compreensão e construção da sua identidade institucional, suas especificidades e sua missão (hospitais, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, inserção regional, entre outros).

4 – DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SINAES

Das considerações acima decorrem algumas diretrizes da CONAES para a avaliação das instituições: comparar o projeto da IES e a sua realidade institucional, ou seja, melhorar a qualidade acadêmica significa, no contexto de cada instituição, diminuir a distância entre ambos; construir uma proposta de auto-avaliação voltada para a globalidade da instituição, buscando dimensionar a relação entre o projeto institucional e sua prática, para reformulá-lo no planejamento e nas ações futuras da instituição; e elaborar uma metodologia que organize as atividades dos diferentes atores envolvidos no processo avaliativo, buscando a construção de um sistema integrado.

Deste modo, ampliando as formas de compreensão sobre a instituição, visa aperfeiçoar os diferentes processos que levam à realização de seu projeto institucional, expresso ou tácito.

Para atingir tal objetivo é importante analisar, no processo avaliativo, os diferentes níveis da instituição:

(a) nível declaratório: analisa os textos que fundamentam o projeto institucional que, em geral, está enunciado sob a forma de princípios coerentes, embora possa haver contradições entre os objetivos e o projeto;

(b) nível normativo: avalia a coerência entre as normas institucionais e a gestão práticas das IES;

(c) nível da organização: avalia se a instituição conta com instâncias que promovam a qualidade compatível com as modalidades de ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica e social; e

(d) nível dos resultados: avalia a eficácia e efetividade acadêmica e social dos processos desenvolvidos: formação de profissionais, produção acadêmica, artística e cultural disseminada no âmbito técnico-científico e social, entre outros.

Nesta perspectiva, o processo de avaliação institucional, em suas dimensões interna e externa, não pode projetar sobre as IES um modelo externo e abstrato de qualidade institucional. Na concepção do SINAES cabe às próprias instituições gerar um modelo institucional nos termos de sua missão e, a partir deste, deve ser avaliada a instituição real.

No seu desenho institucional, o SINAES supõe a articulação de diferentes órgãos coordenadores e executores do processo avaliativo e instâncias internas das Instituições de Educação Superior. A implementação do SINAES será uma responsabilidade compartilhada por todos os agentes envolvidos com educação superior no país, seja no governo, seja nas instituições, seja na sociedade em geral. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, que coordena e sistematiza este processo, foi designada pelo Presidente da República e é vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado da Educação. A CONAES é composta de treze membros: cinco especialistas em avaliação ou gestão universitária; três oriundos de organizações representativas dos segmentos universitários; e cinco representantes do MEC (CAPES, SESu; INEP; SEMTEC; SEED).

As atribuições da CONAES incluem: coordenar o processo de avaliação articulado e coerente em âmbito nacional e, definindo seus respectivos prazos, garantir a integração e coerência dos instrumentos e práticas da avaliação; estabelecer diretrizes para o recrutamento e capacitação de avaliadores; analisar os relatórios de avaliação consolidados pelo INEP e, a partir destes, elaborar pareceres conclusivos, encaminhando-os às instâncias competentes; integrar os instrumentos de avaliação e de informação; promover seminários, debates e reuniões nas áreas de sua competência; estimular a formação de pessoal para as práticas de avaliação da educação superior; assegurar a qualidade e a coerência do SINAES, promovendo o seu aperfeiçoamento permanente; oferecer subsídios ao MEC para a formulação de políticas de educação superior de curto e logo prazo.

O INEP é o órgão responsável pela operacionalização dos processos coordenados pela CONAES, cabendo-lhe implementar as deliberações e proposições no âmbito da avaliação da educação superior, bem como produzir relatórios pertinentes para o parecer conclusivo a ser emitido pela CONAES que os encaminhará aos órgãos competentes.

Cada uma das CPAs é, também, parte integrante do SINAES, estabelecendo um elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema de educação superior do país. Estas comissões, no desempenho de suas atribuições, serão responsáveis pela *“condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”*³. Daí decorre a papel crucial das CPAs na elaboração e desenvolvimento de uma proposta de auto-avaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da instituição.

A CPA deve contar, na sua composição, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada, ficando a critério dos órgãos colegiados superiores da instituição as definições quanto ao seu

³ Art. 11 da Lei nº 10.861/2004.

modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento. Uma vez constituída a CPA, seu funcionamento específico deverá prever estratégias que levem em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências anteriores de avaliação, incluindo a auto-avaliação, avaliações externas, avaliação dos docentes pelos alunos, avaliação da pós-graduação e outros.

A CPA é órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, é recomendável que, no processo de escolha dos seus membros, sejam consultados os agentes participantes do processo. Tal se faz necessário pois, sem o envolvimento da comunidade, a avaliação não cumprirá plenamente o seu ciclo participativo.

4.1 – Avaliação das instituições

Um dos componentes básicos do SINAES, objeto primordial deste documento, é a avaliação das instituições, que se desenvolve em dois momentos principais:

- (a) auto-avaliação, conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação; e
- (b) avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES.

Além dos resultados dos outros componentes do SINAES – Avaliação dos Cursos de Graduação e Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – serão consideradas, no processo de Avaliação das Instituições, informações adicionais oriundas do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior, dos relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação, dos documentos de credenciamento e recredenciamento da IES e outros considerados pertinentes pela CONAES.

4.2 – Auto-avaliação

A avaliação da instituição é o componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo que se desenvolve nas IES, integrando todos os demais componentes da avaliação institucional. No caso das instituições isoladas, a avaliação dos cursos deve conter, em seu roteiro, elementos próprios da avaliação da instituição.

A avaliação da instituição buscará fornecer uma visão global sob uma dupla perspectiva:

- (a) O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da IES, centrado em suas atividades de ensino,

pe. [...] Os diferentes perfis e missões institucionais. Está com [...] na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro.

(b) Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativo e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados.

A auto-avaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro. Tem, como eixo central, dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais:

(1) avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional;

(2) privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Em termos práticos, a construção da informação e sua análise serão feitas, com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica, à luz da missão ou projeto da instituição. Concluída esta, avança-se para a outra fase: o exame da coerência do projeto institucional e sua realização, na qual, a instituição avalia seus níveis de pertinência e qualidade, suas fortalezas e fragilidades, a partir das quais construirá uma agenda futura articulando objetivos, recursos, práticas e resultados.

O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades e potencialidades.

Entende-se a auto-avaliação como um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição. O seu caráter diagnóstico e formativo de auto-conhecimento deve permitir a re-análise das prioridades estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

A prática da auto-avaliação como processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o

aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e auto-consciência institucional.

4.3 – Avaliação externa

Os resultados da auto-avaliação serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas.

As ações de avaliação interna e externa devem ser realizadas de forma combinada e complementar, havendo em ambas plena liberdade de expressão e busca de rigor e de justiça. A instituição deve fazer um grande esforço para motivar a comunidade e para envolver vários setores da comunidade externa a participarem dos processos avaliativos. O exame “de fora para dentro” pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pela dos agentes internos, muitas vezes acostumados, acriticamente, às rotinas e, mesmo, aos interesses corporativos.

A avaliação externa, coerente com a dimensão interna, é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC. Ela exige a organização, a sistematização e o inter-relacionamento do conjunto de informações quantitativas e qualitativas, além de juízos de valor sobre a qualidade das práticas e da produção teórica de toda a instituição. Por isso, a integração da avaliação interna e externa faz parte de um importante processo de discussão e reflexão relativo aos grandes temas de política pedagógica, científica e tecnológica, bem como às tomadas de decisão buscando o fortalecimento ou redirecionamento de ações e de políticas.

O processo de avaliação externa é composto por duas etapas: (1) a visita dos avaliadores à instituição e (2) a elaboração do relatório de avaliação institucional. Na primeira etapa, depois de terem apreciado o relatório de auto-avaliação (antecipadamente disponibilizado), os avaliadores externos deverão manter interlocução com os dirigentes, os corpos docente, discente e técnico-administrativo com o objetivo de conhecer, em maior profundidade, como são desenvolvidas as atividades da IES. A comissão de avaliadores também terá acesso aos documentos e às instalações da instituição, a fim de obter informações adicionais que considerem necessárias para que o processo seja o mais completo possível.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores elabora o relatório de avaliação institucional, tendo por base o relatório de auto-avaliação, os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios CAPES), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita.

Os resultados do processo de avaliação da instituição, envolvendo auto-avaliação e avaliação externa, expressos nesse relatório, serão encaminhados à CONAES para a elaboração de seu parecer conclusivo. Esse parecer, encaminhado para órgãos competentes, será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país. A Lei nº 10.861/2004 prevê, para os resultados considerados insatisfatórios, a celebração de um Protocolo de Compromisso entre o MEC e a respectiva instituição.⁴

5 – ETAPAS DO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

A implementação da avaliação da educação superior na perspectiva de um sistema nacional, como é a proposta do SINAES, pressupõe a definição de etapas coordenadas para o desenvolvimento das atividades. A questão fundamental desta coordenação é possibilitar que sejam respeitados o ritmo e as especificidades de cada uma das instituições e, ao mesmo tempo, consolidar uma dinâmica articulada de gestão do Sistema Nacional de Avaliação para que este possa cumprir sua finalidade de promover a qualidade da educação superior.

A partir das diretrizes do SINAES, as atividades das etapas de desenvolvimento dos processos avaliativos em cada instituição serão desenvolvidas em sintonia com o documento de *Orientações Gerais* que oferecerá às instituições – para além do núcleo de tópicos comuns – possibilidades e caminhos para a construção de processos próprios de auto-avaliação institucional.

A organização do processo de auto-avaliação prevê a ocorrência de três diferentes etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação da avaliação. Ao longo deste processo, que tem ritmos institucionais distintos, a CONAES e o INEP também promoverão uma interação periódica com as instituições que, além de possibilitar comunicação e diálogo, permitam eventuais correções de rumos. Desta forma, pretende-se coordenar, supervisionar e dar apoio ao desenvolvimento da avaliação das instituições.

A seguir, indicamos as etapas consideradas cruciais para o desenvolvimento da auto-avaliação.

⁴ Conforme previsto na Lei nº 10.861/2004, Art. 10: "Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter: (...) II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas; III - a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes".

5.1 – Etapa de preparação

A preparação para a implementação da auto-avaliação compreende algumas ações fundamentais: a constituição da CPA, a sensibilização interna a cada instituição, os seminários regionais de avaliação promovidos pela CONAES e pelo INEP, o envolvimento da comunidade acadêmica e a elaboração da proposta de avaliação. Este conjunto de ações coordenadas internamente visa à utilização dos resultados na busca da qualidade acadêmica e efetividade social da instituição.

Esse processo, para cumprir plenamente seus objetivos, precisa contar com o comprometimento dos dirigentes nas diversas instâncias, com uma equipe de coordenação (CPAs), que estabeleça as formas de efetiva participação da comunidade acadêmica. Como suporte aos atores da auto-avaliação, a IES precisa disponibilizar dados e informações necessários à análise e interpretação das CPAs.

O conhecimento, gerado pelo processo de auto-avaliação e disponibilizado à comunidade institucional, deve ter uma finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas que comprometam a instituição para o futuro. Se a auto-avaliação está focada no presente institucional, suas ações para qualificar academicamente as instituições precisam estar voltadas para ações futuras planejadas para o curto e médio prazo.

A Comissão Própria de Avaliação tem por função coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição. Sua responsabilidade transversal precisa ter visibilidade e suporte operacional das instâncias dirigentes da IES. A ela também cabe sistematizar e disponibilizar informações da instituição solicitadas pelo INEP/MEC, responsável pela execução da avaliação.

Uma vez aprovada pelos colegiados superiores da IES, a CPA funcionará de forma autônoma no âmbito de sua competência legal, fazendo ampla divulgação de sua composição e de sua agenda. Ao final do processo de auto-avaliação, a CPA prestará contas de suas atividades aos órgãos colegiados superiores, apresentando relatórios, pareceres e, eventualmente, recomendações. Fica entendido, portanto, que uma vez concluída a avaliação da instituição em suas etapas interna e externa, compete à instância superior da IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir.

A sensibilização, no processo de auto-avaliação, busca o envolvimento da comunidade acadêmica na elaboração e no desenvolvimento da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. Esta sensibilização

deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.

Elaboração da proposta e planejamento

No documento de *Orientações Gerais*, a CONAES estabelece um cronograma geral de atividades para o desenvolvimento do processo da auto-avaliação no modelo SINAES, compreendendo a avaliação interna e externa integradas. Destaca-se a importância de considerar que este processo tem caráter de construção e ajuste, pelas próprias instituições, de estratégias e metodologia; mas, ao mesmo tempo, cabe a ele gerar as características de comparabilidade entre todas as IES do sistema ao longo da sua implementação.

O Projeto de Avaliação SINAES elaborado em cada IES, a partir das diretrizes contidas no presente documento e no de *Orientações Gerais*, precisa contemplar, necessariamente, entre outras especificidades institucionais, os seguintes aspectos: definição de finalidades e objetivos da avaliação; formas de integração da avaliação interna, avaliação de cursos, avaliação de desempenho de estudantes e avaliação externa; participação da comunidade acadêmica nas instâncias institucionais; usos dos resultados na definição de políticas institucionais; cronograma geral de desenvolvimento das atividades avaliativas, inclusive previsão do início da avaliação externa, dentre outros pontos que considerar relevantes.

Em função da diversidade do sistema de educação superior em nosso país, é conveniente considerar duas situações distintas:

(1) As instituições com experiência institucionalizada de avaliação oferecerão, à comunidade acadêmica e à CONAES, uma análise/reflexão sobre sua experiência de avaliação e um novo projeto de avaliação. Primeiramente, será desenvolvida a análise dos objetivos, metodologia e resultados alcançados, inclusive políticas institucionais implementadas em decorrência da avaliação – tal como proposições para o Plano de Desenvolvimento Institucional. A partir desta análise, a instituição poderá construir o seu Projeto de Avaliação SINAES, com amplo debate na comunidade acadêmica e aprovação dos conselhos superiores.

(2) As instituições que não possuem experiência anterior de avaliação promoverão as atividades de sensibilização, de estudos e debates necessários à elaboração de seu Projeto de Avaliação SINAES, explicitando suas especificidades e sua integração ao sistema, submetendo-o ao debate e à aprovação da comunidade e de seus conselhos superiores.

Para manter um ritmo adequado e conseguir eficiência no processo de avaliação, é preciso realizar o planejamento participativo das ações, registrando-as em um plano de trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos (humanos, materiais e operacionais). No entanto, a metodologia, os procedimentos e os objetivos do processo avaliativo são decididos pela CPA de cada Instituição, segundo a sua especificidade e dimensão.

É importante que o planejamento contemple os prazos para execução das ações principais e as datas de eventos (reuniões, seminários etc.); ele deve contemplar, igualmente, as exigências estabelecidas pelo SINAES quanto à elaboração de relatórios parciais relativos às futuras etapas de avaliação.

5.2 – Etapa de desenvolvimento

Definidas a proposta e o planejamento da avaliação, seu desenvolvimento buscará assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos previstos.

Nesta etapa são desenvolvidas as seguintes atividades:

- (a) Implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações, conforme definida no Projeto de Avaliação SINAES, em consonância com as proposições contidas no documento *Orientações Gerais*.
- (b) Elaboração de relatórios parciais relativos às diferentes etapas de auto-avaliação e avaliação externa, definidas no Projeto de Avaliação SINAES da IES.
- (c) Integração com os demais instrumentos de avaliação do SINAES.
- (d) Detalhamento da avaliação externa, em sintonia com as orientações da CONAES.
- (e) Elaboração de relatórios parciais ou finais da avaliação interna e externa.
- (f) Revisão do Projeto de Avaliação SINAES da IES e replanejamento das atividades para a continuidade do processo de avaliação SINAES.

5.3 – Etapa de consolidação

Ainda que se desenvolva em processo, a avaliação institucional apresenta análises e resultados durante todas as suas etapas, e atinge momentos de consolidação de resultados de caráter mais geral e abrangente. Esta 3ª Etapa deve possibilitar a elaboração de propostas de políticas institucionais e, ainda, de redefinição da atuação ou da missão institucional.

Algumas atividades e produtos são fundamentais para a efetiva consolidação da avaliação:

Relatórios

Os relatórios do processo de avaliação serão textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações.⁵ Os destinatários desses relatórios são os membros da comunidade acadêmica, a CONAES, o MEC e a sociedade. Portanto, considerando a diversidade de leitores, estes documentos devem ter clareza na comunicação das informações e possuir caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos.

Divulgação

A divulgação deve oportunizar a publicização dos resultados com a utilização de diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A avaliação institucional precisa ser um momento crucial de exposição pública da instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. Essa interação deve produzir um dos insumos mais preciosos do processo avaliativo capaz fertilizar, através da auto-consciência valorativa, a capacidade da instituição planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social.

Balanco crítico

O processo de auto-avaliação proporciona o auto-conhecimento, que em si já representa grande valor para a IES e se caracteriza como um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES.

Como finalização de cada fase da avaliação, a reflexão sobre o processo é necessária, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante o processo, permitirá planejar ações futuras.

6 – INTERAÇÃO CONAES/ INEP/ CPAs

⁵ Estes relatórios devem contemplar não só os resultados da auto-avaliação e da avaliação externa, como também os resultados da avaliação de cursos e de desempenho discente.

Neste processo de construção e consolidação do projeto de avaliação de cada IES, a interação da CONAES/INEP com as CPAs será efetivada tendo em vista o acompanhamento e aperfeiçoamento do processo de avaliação. Assim, e respeitando as diferenças institucionais, propõe-se o desenvolvimento dos seguintes momentos de interação:

(1) Até dezembro de 2004

Apresentação dos resultados relativos à etapa de preparação da avaliação da instituição, em acordo com as características da IES, consubstanciados em uma proposta de avaliação institucional, com ênfase na auto-avaliação e na avaliação externa, contando inclusive com o planejamento da sua execução. Não pretende a CONAES interferir na construção das propostas autônomas de cada uma das instituições que seguiram as suas diretrizes e orientações gerais. O objetivo é desenvolver uma interação que permita o acompanhamento do processo, o diálogo com as instâncias coordenadoras e executoras do SINAES.

(2) Até meados de 2005

Corresponde ao desenvolvimento das atividades de auto-avaliação em cada IES. A expectativa da CONAES é receber relatórios parciais relativos às etapas de auto-avaliação, elaborados e em acordo com os cronogramas estabelecidos pelas próprias instituições em seu Projeto de Avaliação SINAES, além de integrados às avaliações de desempenho de estudantes e/ou de cursos, quando for o caso.

As instituições com maior experiência em avaliação institucional poderão, nesta etapa, implementar processos de avaliação externa,⁶ antecipando a conclusão das etapas futuras e contribuindo para a formulação de políticas de educação superior.

(3) Até final de 2005 ou meados de 2006

Apresentação dos resultados relativos à terceira etapa de desenvolvimento do projeto de avaliação de cada instituição, traduzidos em um relatório final que deve incorporar a contribuição de comissões externas de avaliação e ser submetido aos colegiados superiores da instituição.

A CONAES considera que a conclusão dos processos de avaliação, ao final do ano de 2005, possibilitará amplo debate sobre as condições da educação superior no

⁶ Oportunamente a CONAES divulgará um roteiro de orientações gerais para a avaliação externa.

Brasil, iluminando a elaboração de políticas para o setor e cumprindo o objetivo da avaliação institucional.

Brasília, 26 de agosto de 2004

Hélgio Trindade
Presidente da CONAES



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº. 025, de 27 de setembro de 2006.

EMENTA: Aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Amapá (CPA/UNIFAP)

O **Presidente do Conselho Superior** da Universidade Federal do Amapá, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo, promulga **“Ad Referendum”**, conforme o artigo 24, Inciso V do Regimento do CONSU a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Amapá (CPA/UNIFAP), o qual é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Sala das Sessões do Conselho Superior da Universidade Federal do Amapá,
27 de setembro de 2006.

Prof. Dr. José Carlos Tavares Carvalho
Presidente do CONSU/UNIFAP

REGIMENTO

Macapá – AP, SETEMBRO 2006.

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 025/06-CONSU

REGIMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (CPA/UNIFAP)

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regimento contém a estruturação e o funcionamento da **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO** da Universidade Federal do Amapá, instituída pela **Portaria nº. 671/2006**, de 28 de agosto de 2006, atendendo o que preceitua o **artigo 11** da **Lei nº. 10.861**, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e regulamentada pela **Portaria nº. 2.051/2004-MEC**, de 19 de julho de 2004.

§1º. A Comissão Própria de Avaliação atuará com autonomia em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição.

§ 2º. Para fins de suporte administrativo, o Reitor atribuiu a **PROGRAD** a vinculação da Comissão Própria de Avaliação.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º. À Comissão Própria de Avaliação, observada a legislação pertinente, compete:

I – elaborar e executar o processo de avaliação interna da Universidade Federal do Amapá;

II – sistematizar e disponibilizar as informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES);

III – constituir subcomissões ou grupos de trabalho para desenvolvimento do processo de avaliação;

IV – planejar e organizar as atividades da Comissão, sensibilizando a Comunidade Acadêmica e fornecendo assessoramento aos diversos setores da UNIFAP;

V – elaborar relatórios e pareceres, e sugerir providências as instâncias competentes para tomada de decisões;

VI – promover seminários, debates e reuniões, em conjunto com a sociedade para discussão do desenvolvimento da avaliação institucional e estimulando-a no âmbito da UNIFAP;

VII - garantir a qualidade e coerência da auto-avaliação institucional, promovendo o seu permanente aperfeiçoamento;

VIII – a Comissão Própria de Avaliação contará permanentemente com uma Técnica em Assuntos Educacionais - TAE da **PROGRAD** encarregada de assessorar as atividades de forma adequada e eficaz;

IX – acompanhar permanentemente o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI e apresentar sugestões;

X – elaborar relatórios finais de avaliação interna para fornecer subsídios aos avaliadores externos designados pelo INEP e para o Parecer Conclusivo a ser emitido.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. A Comissão Própria de Avaliação - CPA/UNIFAP, será constituída por 9 (nove) membros titulares e 5(cinco) membros suplentes, sendo:

- I – Presidente;
- II – 3(dois) representantes do corpo docente;
- III – 3(três) representantes do corpo técnico-administrativo;
- IV – 2(dois) representantes do corpo discente;
- V – 1(um) representante da sociedade civil organizada.

§ 1º. É vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

§ 2º. Os membros suplentes podem participar de todas as atividades inerentes a CPA, inclusive integrando subcomissões, sendo que, na falta e/ou impedimento de um dos membros titulares. Inclusive completando o mandato em caso de impedimento definitivo dos titulares.

§ 3º. O mandato dos membros será de 02(dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 4º. A composição da Comissão observará os seguintes critérios:

I – O Presidente será escolhido pelos seus pares, dentre os representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos;

II – os representantes do corpo docente e técnico-administrativo serão indicados por suas respectivas categorias;

III – os representantes do corpo discente serão indicados pelos CA'S e DCE, entre alunos regularmente matriculados e freqüentando;

IV - no caso de não manifestação ou manifestação contrária à participação das categorias e entidades a Comissão poderá convidar representantes do corpo docente, técnico-administrativo e discente a participar;

V – o representante da sociedade civil organizada deverá ser convidado formalmente pelo Reitor.

Art. 5º. A Comissão Própria de Avaliação – CPA/UNIFAP terá um secretário escolhido pelo presidente, entre seus membros e nomeado através de Portaria pelo Reitor.

Art. 6º. A CPA contará com uma infra-estrutura própria de apoio para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 7º. A Comissão Própria de Avaliação será constituída por ato formal do Reitor da UNIFAP.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º. A CPA reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de seu presidente, sempre que necessário.

Art. 9º. As reuniões da CPA serão presididas por seu presidente que, além do voto comum, terá, nos casos de empate, o voto de qualidade.

Art. 10º. As deliberações da CPA deverão ser registradas em ata, assinada pelo secretário, que será aprovada na reunião subsequente.

Art. 11º. O comparecimento às reuniões, exceto os membros representantes da sociedade civil organizada é obrigatório e tem precedência sobre qualquer outra atividade.

Art. 12º. O integrante da Comissão que faltar, sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5(cinco) reuniões intercaladas, no período de um ano, será substituído por outro representante do mesmo segmento e órgão.

Art. 13º. O representante do corpo discente que tenha participado de reunião da CPA, em horário coincidente com as atividades acadêmicas, terá direito a recuperação de aulas e trabalhos escolares.

Art. 14º. A Comissão Própria de Avaliação reunir-se-á com a presença da maioria de seus integrantes e deliberará pelo voto da maioria dos presentes.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15º. Os membros da Comissão Própria de Avaliação terão seus mandatos contados a partir da assinatura da **Portaria nº. 671/2006 – UNIFAP**.

Art. 16º. A CPA deverá ter pleno acesso a todas as informações institucionais, exceto as que envolverem sigilo, e todas as informações solicitadas deverão ser fornecidas pelas Unidades Administrativas dentro do prazo estabelecido pela Comissão.

Art. 17º. Este regimento poderá ser modificado no todo ou em parte mediante proposta dos membros da comissão e submetido a aprovação do CONSU.

Art. 18º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Própria de Avaliação.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO:

Presidente:

Eliane Superti

Representantes do Corpo Docente:

Emanuel Leal de Lima

Maria Nazaré do Nascimento Guimarães

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos

Conceição Pereira Duarte
Sérgio Kleber de Sá Miranda

Representantes do Corpo Discente:
Handerson Luiz Ferreira Pinto
Rayssa Amaral Barros

Representante da Sociedade Civil Organizada:
José Amiraldo dos Santos Quaresma

SUPLENTE:

Alexandre Adalberto Pereira
Francisca de Paula de Oliveira
Márcia Valéria Corrêa Batista
Eliana Nunes Araújo
Rosilene Costa Barriga



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação – cpa@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO

Macapá-AP, AGOSTO de 2006.



SUMÁRIO

I. Introdução.....	3
II. Justificativa.....	5
III. Objetivos.....	7
IV. Histórico.....	9
V. Organização da UNIFAP.....	13
VI. Sistemática da Auto-Avaliação.....	15
VII. Cronograma de Execução.....	25
VIII. Referências Bibliográficas.....	26
IX. Comissão.....	27



I. INTRODUÇÃO:

Os caminhos de constituição da CPA na UNIFAP foram tumultuados. A **Universidade** enfrentou grandes dificuldades em fazer nascer o embrião de uma proposta avaliativa. Os motivos perpassam a incompreensão da importância e dimensão do processo por parte dos gestores, resistência de professores e alunos a forma e conteúdo da avaliação proposta pelo SINAES, a falta de cultura avaliativa no meio acadêmico unifapiano e outras inúmeras justificativas que só podem ser compreendidas quando se vive a especificidade do cotidiano desta comunidade acadêmica. Retiradas deste emaranhado de sentimentos, posições políticas e relações interpessoais, tais justificativas perdem significado. Mas, pela força da lei, a **primeira Comissão Própria de Avaliação** surge em 14/10/2005. Para infortúnio de seus trabalhos, sérios problemas de saúde acometeram a presidente e toda a comissão se desarticulou.

Nova comissão foi composta apenas em 01/08/2006 quando os trabalhos efetivamente tomam fôlego e o processo para promover a avaliação institucional se inicia. A proposta de avaliação ora apresentada é fruto do amadurecimento da comunidade acadêmica como um todo quanto à necessidade da avaliação e dos trabalhos da comissão que diante da necessidade de cumprir o prazo previsto por lei, encaminha neste documento a proposta de auto-avaliação da instituição que reflete o grau de integração da nova comissão e o interesse institucional em fazer nascer no seio de nossa comunidade acadêmica a cultura da avaliação.

Os trabalhos têm sido intensos para que em tão pouco tempo seja possível produzir uma proposta consistente e em consonância com nossa realidade. Sabemos que o envio desta proposta não é o ideal, mas nos dispomos a produzir uma avaliação significativa e a assumir o compromisso com a avaliação. Este documento reflete, então, a proposta de **Auto-Avaliação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)**, com relação ao seu percurso técnico, metodológico e político. Foi produzido tendo por base o roteiro para avaliação institucional das IES, a Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004 e a Portaria nº. 2.051, de 09 de junho de 2004. Considera, ainda, documentos de trabalho do INEP, quais sejam; Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004, Diretrizes para a Avaliação das



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação – cpa@unifap.br

Instituições de Educação Superior, além das orientações recebidas nas reuniões de Capacitação dos Gestores Acadêmicos.

A elaboração do projeto esteve a cargo da **Comissão Própria de Avaliação** da UNIFAP, instituída através da **Portaria nº. 671/2006**, com representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica. Conta também com representantes da comunidade externa, este último através da Secretaria Municipal de Educação.

Neste projeto estão declarados os princípios da avaliação, seus instrumentos e ferramentas, a dinâmica para avaliação de cada dimensão e cronograma. A elaboração do projeto apontou elementos que se configuram em objeto de preocupação na condução da avaliação e, por si só, elementos de diagnóstico para prática, viabilidade e efetividade da avaliação na UNIFAP em relação, especialmente, a existência do Plano de Desenvolvimento Institucional como uma matriz importante para avaliação, concomitante com a fragilidade do Projeto Pedagógico Institucional quando relacionado à realidade vivida pela IFES.

Apontou ainda para o fato de que o desenvolvimento da auto-avaliação colocará à comunidade acadêmica grandes desafios e em especial a CPA que no desempenho de suas atividades terá que coordenar uma ação reflexiva e introspectiva que permita conhecer por dentro a Universidade. Além disso, trabalhar com dados e informações que contemplem espelhar a complexidade da rede de relações que constroem o dia a dia desta Universidade.



II – JUSTIFICATIVA:

Vivemos uma realidade na qual se pode contar com poucas certezas, dentre elas a compreensão de que nada será imutável. No sistema educacional, assim como outras dimensões sociais, as constantes transformações levam a repensar os modelos administrativos e de gestão acadêmica utilizados, a criar novas metodologias de integração entre ensino, pesquisa e extensão, pilar básico de sustentação da produção e divulgação do conhecimento e da própria universidade. Diante deste contexto, avaliar torna-se uma atitude imperiosa. Conhecer, refletir e agir sobre os mecanismos jurídicos, administrativos e pedagógicos e seus resultados, minimizando os erros e potencializando os acertos, torna-se cada vez mais emergencial para garantir a sobrevivência das instituições. A autocrítica, redefinição e construção de caminhos para a melhoria na qualidade das condições de ensino e dos processos administrativos envolvem necessariamente toda a comunidade.

Especificamente, o objetivo da avaliação é tornar a instituição capaz de tomar decisões no sentido de construção de um projeto de universidade comprometido com a excelência na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, de seus processos administrativos e burocráticos e no atendimento das demandas da sociedade.

Na construção de uma proposta de avaliação, o contexto nacional e internacional, orientado pela necessidade de mercado que faz ressurgir de maneira imperiosa a necessidade da avaliação, e as experiências adquiridas pela força deste contexto não podem ser desconsiderados. Pelo contrário, os avanços já obtidos na discussão sobre modelos para medir padrões de desempenho acadêmico, especialmente àqueles referidos as competências adquiridas pelos alunos em seu processo de formação e aprendizagem e à infra-estrutura da oferta dos serviços pelas IES devem ser incorporados a uma discussão mais ampla sobre a avaliação e sua pertinência social como mecanismo de aprimoramento das próprias políticas educacionais. As avaliações devem construir parâmetros adequados para decidir quanto o investimento realizado produz efetivamente qualidade e benefício social.

Nesta perspectiva, não se trata de negar ou afirmar a necessidade da avaliação, mas de torná-la uma realidade institucional, de repensar e amplia-la constantemente em sua forma, conteúdo e horizonte e especialmente de discutir o que fazer com os resultados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação – cpa@unifap.br

alcançados e como fazer. É preciso, ainda, tomar claro a diferença entre a avaliação, enquanto um processo, e os dados e resultados que produz, tornando claro que na construção do processo de avaliação todos somos avaliadores e avaliados.

A qualidade dos resultados a serem produzidos pela avaliação está diretamente vinculada ao *ajuizamento* que a comunidade acadêmica construir sobre o processo e a forma como ela aceitar ser vista, uma vez que a realização da avaliação depende da autocrítica e do reconhecimento que a comunidade acadêmica fizer de si mesma. Detectar aspectos a serem melhorados ou superados, consiste em uma apreensão imersa da realidade desta comunidade que envolve aspectos objetivos e subjetivos e relações que só se revelam pela investigação metódica e aceitação por parte do objeto a ser investigado, neste caso, a própria comunidade acadêmica. A sensibilização é, assim, elemento fundamental para a qualidade da avaliação que seremos capazes de promover.

No âmbito desta proposta, avaliar implica, então, em sensibilizar, investigar, descobrir, analisar, discutir e socializar o conhecimento construído. Além disso, os resultados produzidos devem ser capazes de redirecionar ações e decisões da comunidade acadêmica em todos os seus níveis. Neste sentido este projeto se justifica pelo atendimento da lei que institui o SINAES, mas se propõe ir além da mera imposição legal criando espaços abstratos e concretos para fazer nascer uma cultura avaliativa, construir consensos, elaborar significativamente interpretações sobre quem somos e quais nossos anseios e dar subsídios para atitudes e ações de aperfeiçoamento dos diversos segmentos da comunidade acadêmica da UNIFAP.



III - OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Atender a Lei que Institui o SINAES, construindo institucionalmente a cultura avaliativa e o auto conhecimento sobre a UNIFAP, através do levantamento de dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento das condições de ensino, pesquisa e extensão, dos processos administrativos e burocráticos e, ainda, de convivência institucional e de relacionamento com a comunidade em geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Realizar auto-avaliação institucional visando;

- 1- Construir e estimular a adoção de uma postura de autocrítica da comunidade acadêmica.
- 2- Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito do ensino da pesquisa e da extensão entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos.
- 3- Diagnosticar as reais condições proposição e realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão.
- 4- Diagnosticar a inter-relação formal estabelecida no âmbito da missão institucional entre Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico dos Cursos e as relações e compromissos formalmente estabelecidas com a comunidade em geral.
- 5- Diagnosticar o real relacionamento estabelecido em UNIFAP e comunidade.
- 6- Estudar, e espelhar as práticas administrativas e financeiras, seus processos e sua ação sobre o planejamento institucional.
- 7- Responder as demandas das comissões externas de avaliação, no contexto do SINAES.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação – cpa@unifap.br

- 8- Produzir conhecimentos e resultados que permitam apoiar a melhoria qualitativa e quantitativa do conjunto institucional em direção a realização de sua missão, suas metas e objetivos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação – cpa@unifap.br

IV – HISTÓRICO:

No início da década de 70, no então **Território Federal do Amapá**, foram oferecidas cerca de **500** (quinhentas) vagas pela **Universidade Federal do Pará**, através de sua Pró-Reitoria de Extensão, instalando-se assim o **Núcleo de Educação de Macapá – NEM/UFPA**, iniciando suas atividades acadêmicas em escolas da rede pública e somente no início da década de 80 tais atividades passaram a ser desenvolvidas onde hoje se encontra a **UNIFAP**, na Rodovia Juscelino Kubitschek, km 02, contando, à época, com 04 blocos para salas de aula e 01 para a administração, equivalente a 2.100 m² de área construída, sendo implantados os primeiros cursos, todos com habilitação para o magistério (Licenciatura Curta), posteriormente ofertava-se as suas complementações. Na década de 80, foram ofertados os cursos de Licenciatura Plena nas diversas áreas. A concretização do Ensino de 3º grau no Ex-Território foi possível graças a Convênio assinado entre o Governo do Território do Amapá, e a **UFPA**, que passou a fazer extensão universitária, oportunizando atender aspiração dos professores do Ex - Território e, principalmente a vontade da Secretaria de Educação em habilitar e qualificar o seu quadro de pessoal para o exercício do magistério.

A **Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP** foi criada pelo **Decreto n.º. 98.997, de 02 de março de 1990**, publicado no **DOU n.º 43, de 05.03.90**, nos termos da **Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986**, que autorizava o Poder Executivo a instituí-la. Neste mesmo ano teve seu **Estatuto** aprovado pela **Portaria Ministerial n.º. 868/90, de 10.09.90**, de acordo com o **Parecer n.º 649/90 – SESU**, aprovado em **09.08.90** e publicado na **Documenta MRC n.º 35**.

A partir do ano de **1991** passa a exercer de fato suas atividades com a realização de exames vestibulares para **09(nove)** Cursos de Graduação inicialmente concebidos, quais sejam: **Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Pedagogia, Letras, Educação Artística e Enfermagem**, com um quadro de servidores técnicos - administrativos e de docentes contratados por prestação de serviços.

Em 17 de fevereiro de 1993, através da **Lei n.º. 8.626**, foi criado o quadro de pessoal da **UNIFAP**, sendo realizado no mesmo ano **Concurso Público para Técnicos-Administrativos** e somente em 1994 o **Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação – cpa@unifap.br

Atualmente a UNIFAP conta, além dos Cursos de Graduação citados anteriormente, com os Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, implantado em 1998 e Licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas em 1999, Licenciatura em Física, criado em 2003, Arquitetura e Urbanismo, criado em 2004 e Educação Física, criado em 2005, contando, também com a criação de três novos *campi*, perfazendo um total de 4.496 alunos matriculados nos cursos de graduação oferecidos.

A UNIFAP conta hoje com espaço físico definido, com 25(vinte e cinco) blocos construídos, e um quadro de pessoal composto de 368 servidores, sendo 191 professores efetivos e 177 técnicos - administrativos, buscando sempre a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, eixo fundamental de suas atividades.

Não obstante os avanços que a UNIFAP vêm vivenciando no Ensino de Graduação, na Pesquisa e na Extensão ao longo de seus quinze de criação, as tentativas de avaliar-se foram tímidas. E, diante da LDB, que prevê a necessidade de se ter profissionais qualificados em nível de mestrado e doutorado e a saída dos professores para qualificação, a Comissão constituída por força da lei tomou-se fragilizada e provocou a descontinuidade dos trabalhos que de fato atendessem aos anseios do Programa de Avaliação Institucional (PAIUB), criado em 1993.

Relativamente a Pós Graduação esta Instituição Federal de Ensino Superior firmou e firma diversas parcerias para execução de seus projetos, de acordo com o demonstrativo abaixo:

LATO SENSU

1998 Especialização Em Matemática Aplicada UNIFAP/UFP, Especialização em Inovação e Difusão Tecnológica UNIFAP/ABIPT/SEBRAE/UNB, Especialização em Microbiologia e Imunologia, Especialização em Saúde Pública, Especialização em Direito Constitucional (Convênio com a UFPA).

1999 Especialização em Epidemiologia, Especialização em História e Historiografia da Amazônia.

2000 Especialização em Arte-Educação e Instituições Culturais, Especialização em Lingüística Portuguesa.

2001 Especialização em Saúde da Família – PITS/AP-, I Especialização em Enfermagem Obstétrica, Especialização em Educação Especial, Especialização em gestão Fazendária.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação – cpa@unifap.br

2002 Especialização em Saúde da Família – PITS/AP, II Especialização em Formação de Educação Profissional na área de Saúde. Especialização Habilitação Integrada em neurologia.

2003 Especialização em História Social e Cultural da Amazônia, Especialização em equipes em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde. Especialização em Saúde da Família – PITS/AP III

2004 Especialização em Geografia da Amazônia: Sociedade e Meio Ambiente

LATO SENSU EM ANDAMENTO

2005/2006 Especialização em Saúde da Família-PITS-AP, IV Especialização em Enfermagem Obstétrica.

STRICTO SENSU REALIZADOS

1999 Mestrado em História UNIFAP/UNICAMP Mestrado em Linguística Aplicada UNIFAP/UNICAMP.

2001 Mestrado em Desenvolvimento Sustentável UNIFAP/UNB.

STRICTO SENSU EM ANDAMENTO

2006 Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (Institucional) – 1ª Turma – Início maio/2006. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFGA/UNIFAP) 1ª turma – Início – Janeiro/2006.

CURSOS APROVADOS PELA CAPES/2006

Mestrado Em Direito Ambiental E Políticas Públicas (Institucional) Mestrado em Biodiversidade Tropical (Institucional). Edital aberto/agosto-2006. Doutorado em Biodiversidade Tropical (Institucional). Edital aberto/agosto2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CPA- Comissão Própria de Avaliação - cpa@unifap.br

ÁREA FÍSICA CONSTRUÍDA DA UNIFAP ATÉ AGOSTO / 2006

	ATE1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
ALMOXARIFADO CENTRAL		240,00									240,00
DEPSEC		148,00			115,00		48,00				311,00
PROEAC	137,20										137,20
BIBLIOTECA CENTRAL	911,25										911,25
PREFEITURA / DERCA	960,00										960,00
CABINE DE MEDIÇÃO	9,08										9,08
CANTINA / DCE / BANHEIROS	602,00										602,00
BLOCO DOS PROFESSORES	736,00										736,00
PÓRTICO PRINCIPAL	156,60										156,60
GINÁSIO DE ESPORTES	1.887,00										1.887,00
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	174,00	54,00								126,00	354,00
RESERVATÓRIO ELEVADO	28,09										28,09
CISTERNA	77,85										77,85
LAB. PRAT. JUR. - BLOCO "A" (5 SALAS)	418,14										418,14
SALAS DE AULA - BLOCO "B" (4 SALAS)	418,14										418,14
SALAS DE AULA - BLOCO "C" (4 SALAS)	418,14										418,14
SALAS DE AULA - BLOCO "D" (4 SALAS)	418,14										418,14
SALAS DE AULA - BLOCO "E" (3 SALAS)	302,22										302,22
LAB. GEOGRAFIA - BLOCO "E" (1 SALA)	115,92										115,92
SALAS DE AULA - BLOCO "F" (1 SALA)						80,00					80,00
LAB. CIÊN. BIOL. - BLOCO "F" (3 SALAS)						240,00					240,00
CONJ. PÓS-GRAD. - BLOCO "G" - LABORAT.						380,00					380,00
SALAS DE AULA - BLOCO "H" (4 SALAS)	320,00										320,00
CONJ. PÓS-GRAD. - BLOCO "I" - ADMINIST.						533,60					533,60
SALA DE AULA - BLOCO "J" (1 SALA AULA)	80,00										80,00
LAB. INFORM./PEDAGOGIA - BLOCO "J"	160,00										160,00
BANHEIROS - BLOCO "J"	80,00										80,00
CONJ. PÓS-GRAD. - BLOCO "K" - SALA AULA						270,00					270,00
LAB. ENFERMAGEM - BLOCO "L"	240,00										240,00
LAB. EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - BLOCO "M"	377,50										377,50
SALAS DE AULA - BLOCO "N" (4 SALAS)						320,00					320,00
LAB. EXATAS - BLOCO "O"	240,00										240,00
BANHEIROS - BLOCO "O"	80,00										80,00
SALAS DE AULA - BLOCO "P" (4 SALAS)					320,00						320,00
SALAS DE AULA - BLOCO "Q" (4 SALAS)					320,00						320,00
SALAS DE AULA - BLOCO "R" (4 SALAS)					320,00						320,00
SALAS DE AULA - BLOCO "S" (4 SALAS)					320,00						320,00
SALAS DE AULA - BLOCO "T" (4 SALAS)					320,00						320,00
LAB. DE MICROBIOLOGIA		72,00									72,00
LAZER E VIVÊNCIA						576,00					576,00
REITORIA / SUBESTAÇÃO						954,00					954,00
AUDITÓRIO										1.044,00	1.044,00
UNIDADE DE SAÚDE						338,47	307,88				646,35
SISTEMA VÁRIO/CIRCULAÇÃO PEDESTRES						3.534,00					3.534,00
BLOCO TIPO "A" - LABORATÓRIOS CB								320,00			320,00
BLOCO TIPO "A" - LABORATÓRIOS FÍSICA										320,00	320,00
BLOCO TIPO "B" - SALAS DE AULA FÍSICA										320,00	320,00
ESTAC. E URBANIZAÇÃO (SALAS AULA/ADM.)	1.853,58										1.853,58
ESTAC. E URBANIZAÇÃO (QUADRA COBERTA)	1.121,00										1.121,00
PISTA DE ACESSO (REITORIA)	1.760,00										1.760,00
PISTA DE ACESSO (PRINCIPAL)	2.720,00										2.720,00
PASSARELAS COBERTAS	2.217,00		130,00		460,00				30,00	73,60	2.910,60
BLOCO ADMINISTRATIVO - AMAPÁ								320,00			320,00
CAMPUS SANTANA (Bloco salas de aula)							2.651,00				2.651,00
SALAS DE AULA - LAR. JARI (5 SALAS)					400,00						400,00
SALAS DE AULA - OIAPOQUE (4 SALAS)						320,00					320,00
TOTAL GERAL	18.718,85	514,00	130,00		2.575,00	7.546,07	3.328,88	350,00		1.883,60	35.044,40



V - ORGANIZAÇÃO DA UNIFAP:

Conselhos Superiores

CONDIR - Conselho Diretor

CONSUR – Conselho Universitário

Reitoria

Vice-Reitoria

GABIN – Gabinete da Reitoria

AUDINT – Auditoria Interna

EDIT – Editora da Universidade

COPS – Comissão de Processos Seletivos

PROJUR – Procuradoria Jurídica

ASSESP – Assessoria Especial

CIADD - Comissão Institucional de Aval. de

Desempenho Docente

CPL – Comissão de Licitação

CCPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

CIS – Comissão Interna de Supervisão

PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Prefeitura do Campus

DOU – Divisão de Obras e Urbanismo

DSG - Divisão de Serviços Gerais

DEPLAN – Departamento de Planejamento

DCC – Divisão de Contratos e Convênios

DSO – Divisão de Sistema Operacional

DINFO – Departamento de Informática

DEPAG – Departamento de Administração Geral

DIMAT – Divisão de Material

DRH - Departamento de Recursos Humanos

DB – Divisão de Benefícios

DC – Divisão de Cadastros

DRCD – Divisão de Registro e Controle de Deslocamento

DL – Divisão de Legislação

DEFIN – Departamento Financeiro

DEO – Divisão de Execução Orçamentária

DEF – Divisão de Execução Financeira

DICON – Divisão de Contabilidade

PROPESPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

DEPQ – Departamento de pesquisa

DEPG – Departamento de Pós-Graduação



PROEAC - Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias

DEX – Departamento de Extensão
DACE – Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis
DAE – Divisão de Assuntos Estudantis

DAC – Divisão de ações Comunitárias
DCA – Divisão de Cultura e Artes
DEL – Divisão de Esporte e Lazer
DES – Departamento de Saúde

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

COEG – Coordenadoria de Ensino de graduação
DLE - Divisão de Legislação Educacional
DCP – Divisão de Currículos e Programas

DEPSEC – Departamento de Processos Seletivos e Concursos

DC – Divisão de Classificação
DAL – Divisão de Apoio Logístico

DERCA – Departamento de Controle e Registro Acadêmico

DARA – Divisão de Admissão e Registro Acadêmico
DCA – Divisão de Controle Acadêmico
DRD – Divisão de Registros e Diplomas
DA – Divisão de Arquivo

DINT – Departamento de Interiorização

CCN – Coordenador do Campus Norte
CCS – Coordenador do Campus Sul

BIBLIOTECA

DFPA – Divisão de Formação e Processamento de Acervo
DDPE – Divisão de Formação e Programação Especial
DIAU – Divisão de Informação e Auxílio ao Usuário

COORDENAÇÕES DOS CURSOS

ARQUITETURA E URBANISMO
ARTES VISUAIS
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CIÊNCIAS SOCIAIS
DIREITO
ENFERMAGEM
EDUCAÇÃO FÍSICA
FÍSICA
GEOGRAFIA
HISTÓRIA
LETRAS
MATEMÁTICA
PEDAGOGIA
SECRETARIADO EXECUTIVO



VI – SISTEMÁTICA DA AUTO-AVALIAÇÃO:

DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- DIMENSÃO I – *A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.*

Seguimento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Reitoria e Vice-Reitoria
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – **PROAP**
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação – **PROGRAD**
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – **PROPESG**
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – **PROEAC**
Departamento de Pós-Graduação
Coordenadoria do Ensino de Graduação - **COEG**
Departamento de Extensão
Departamento de Pesquisa
Colegiado de Cursos de Graduação

Instrumentos de Investigação:

Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional
Análise do Projeto Pedagógico Institucional
Análise do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e Pós Graduação em seus aspectos

- ⇒ Objetivos
- ⇒ Justificativa
- ⇒ Metas a serem atingidas
- ⇒ Público Alvo
- ⇒ Perfil dos Ingressantes
- Entrevista com o Reitor e Vice-Reitor
- Entrevista com Pró-Reitor de Planejamento e Administração
- Entrevista com Pró-Reitor de Ensino e Graduação
- Entrevista com Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
- Entrevista com o Coordenador de Ensino e Graduação
- Entrevista com o Diretor do Departamento de Extensão
- Entrevista com o Diretor de Departamento de Pesquisa
- Entrevista com o Diretor do Departamento de Pós-Graduação
- Entrevista com os Coordenadores de Curso de Graduação

Dinâmica da Avaliação:

A avaliação deverá iniciar pela análise documental permitindo aos avaliadores construir indicadores da realidade institucionalizada e formalmente organizada. Estes indicadores orientarão a construção dos questionários, e o direcionamento das entrevistas permitirão reconhecer o público alvo dos questionários.



DIMENSÃO A SER AVALIADA

- DIMENSÃO II – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação – **PROGRAD**
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – **PROPESG**
Coordenadoria do Ensino de Graduação - **COEG**
Departamento de Pós-Graduação - **DPG**
Departamento de Pesquisa
Colegiado de Cursos de Graduação

Instrumentos de Investigação:

Análise dos aspectos curriculares programas de estudos e formação acadêmica.
Análise do desempenho do aluno e do professor
Análise do índice de titulação do corpo docente
Análise da produção acadêmica do docente e do discente
Análise da taxa de ocupação e dos alunos de tempo integral
Análise das políticas de Pós-Graduação lato-sensu e strictu-sensu
Análise dos grupos de trabalho, bolsas outorgadas e o estímulo a pesquisa
Análise dos convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas
Análise da participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação
Entrevista com Pró-Reitor de Ensino e Graduação
Entrevista com Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Entrevista com Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
Entrevista com o Coordenador de Ensino e Graduação
Entrevista com o Diretor do Departamento de Pesquisa
Entrevista com o Diretor do Departamento de Pós-Graduação
Entrevista com o Diretor do Departamento de Extensão
Entrevista com os Coordenadores de Curso de Graduação
Questionário de avaliação para as instituições Públicas e Privadas parcerias em acordo de cooperação técnica.

Dinâmica da avaliação:

A avaliação deverá iniciar pela análise documental permitindo aos avaliadores construir indicadores da realidade institucionalizada e formalmente organizada. Estes indicadores orientarão a construção dos questionários, e o direcionamento das entrevistas permitirão reconhecer o público alvo dos questionários.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- **DIMENSÃO III** - *A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.*

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – **PROEAC**

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - **PROAP**

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação - **PROGRAD**

Conselho Universitário

Unidade Básica de Saúde.

Instrumentos de Investigação:

Análise da Política Institucional de abertura de cursos e ampliação de vagas

Análise do Estatuto e Regimento quanto ao papel a ser desempenhado pela **PROEAC**.

Análise dos Projetos de Extensão em seus aspectos:

- ⇒ Objetivos.
- ⇒ Justificativa.
- ⇒ Público Alvo

Análise dos Projetos Comunitários.

- ⇒ Objetivos.
- ⇒ Justificativa.
- ⇒ Público Alvo

Análise do Programa de bolsa trabalho e de bolsa e ou auxílio para alunos carentes

Análise estatística e sócio-econômica dos Relatórios de Bolsa Trabalho para estudantes.

Análise estatística e sócio-econômica dos Relatórios de Bolsa e/ou Auxílio para estudantes carentes.

Análise dos documentos/projetos que oficializam parcerias, convênios, acordos da IFES com instituições públicas ou privadas para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Entrevista com os Pró-Reitores.

Entrevista com Presidente do Conselho

Entrevista com diretora da Unidade Básica de Saúde

Questionário de avaliação para os participantes dos projetos de extensão e projetos comunitários

Questionário as instituições parceiras da Universidade na realização de atividades comunitárias.

Dinâmica da Avaliação:

A avaliação deverá iniciar pela análise documental permitindo aos avaliadores construir indicadores da realidade institucionalizada e formalmente organizada. Estes indicadores orientaram a construção dos questionários, o direcionamento das entrevistas e permitiram reconhecer o público alvo dos questionários.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- DIMENSÃO IV - A Comunicação com a Sociedade - Uma das características que a produção científica apresenta, é a comunicação como elemento indispensável para ser reconhecida como tal. Uma universidade se caracteriza pelo tripé ensino, pesquisa e extensão e tem a responsabilidade da socialização dessa produção com a sociedade, através da comunicação formal e informal, contribuindo para o seu desenvolvimento sócio-econômico, ambiental, cultural, artístico e do patrimônio cultural.

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Assessoria de Comunicação e de Imprensa da Reitoria;
Assessoria Especial da Reitoria;
Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária-**PROEAC**;
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração-**PROAP**;
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação-**PROGRAD**;
Secretaria do Conselho Universitário-**CONSU**;
Unidade Básica de Saúde.

Instrumentos de investigação:

Análise do Estatuto e Regimento da **UNIFAP** no item referente a Assessorias de Comunicação e Imprensa e suas atribuições;

Análise sobre a comunicação interna da **UNIFAP** com as várias pró-reitorias, diretorias, departamentos e colegiados de curso, assim como com as representações dos técnicos, professores e discentes;

Análise sobre a comunicação externa da **UNIFAP**, com o Governo do Estado e suas diversas Secretarias, assim como com as prefeituras e suas secretarias, além de análise sobre a comunicação da **UNIFAP** com a Câmara dos Vereadores, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário e instituições da sociedade civil organizada, como sindicatos, associações e **ONG's**.

Dinâmica da avaliação:

A avaliação deverá iniciar pela análise documental permitindo aos avaliadores, construir indicadores da realidade institucionalizada e formalmente organizada.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- DIMENSÃO V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho - As relações de trabalho existentes na UNIFAP são as mesmas das IFES de todo o Brasil, reguladas pelo Ministério da Educação através de suas secretarias administrativas. Independentemente disso, torna-se necessário uma avaliação interna dessas relações, pois a sua regulação e regularidade dependem da política interna utilizada pelos gestores e pelos órgãos representativos de classe. De acordo com essa relação e condições de trabalho, os serviços oferecidos à comunidade podem sofrer alterações na sua qualidade, prejudicando a sociedade como um todo, daí a importância de sua avaliação.

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Reitoria da UNIFAP;
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários-PROEAC;
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração-PROAP;
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação-PROGRAD;
Secretaria do Conselho Universitário-CONSU;
Unidade Básica de Saúde;
Departamento de Recursos Humanos- DRH;
Sindicato dos Docentes da UNIFAP- SINDUFAP;
Comissão Permanente de Pessoal Docente- CPPD;
Comissão Interna de Supervisão- CIS;

Instrumentos de investigação:

Análise do Estatuto e Regimento da UNIFAP no item referente ao corpo docente e técnico-administrativo;
Análise sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP-PDI, nos itens referentes ao corpo docente e técnico-administrativo;
Análise sobre a estruturação e o funcionamento da Comissão Permanente de Pessoal Docente- CPPD e da Comissão Interna de Supervisão- CIS;
Análise sobre os mecanismos existentes e utilizados na avaliação do corpo docente e técnico-administrativo;
Análise sobre as condições de trabalho do corpo docente e técnico administrativo, segundo os órgãos internos da UNIFAP, assim como aplicação de questionários fechados com os professores e os técnico administrativos sobre as referidas condições.

Dinâmica da avaliação:

A avaliação deverá iniciar pela análise documental permitindo aos avaliadores, construir indicadores da realidade institucionalizada e formalmente organizada.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- **DIMENSÃO VI** – *Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.*

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – **PROGRAD**
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – **PROAP**
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – **PROEAC**
Departamento de Planejamento
Coordenadoria de Ensino de Graduação
Coordenações dos Cursos
Representantes de Turmas

Instrumentos de Investigação:

Análise dos Relatórios de Gestão, dos Planos de Trabalho e sua adequação para o cumprimento dos objetivos e projetos Institucionais.
Análise dos Projetos Institucionais e dos relatórios de execução.
Análise do Regimento e Estatuto quanto à autonomia e competência dos Órgãos colegiados.
Entrevista com os representantes de Turmas que compõe os Colegiados.
Entrevista com os Coordenadores dos Cursos de Graduação.
Entrevista com Pró-Reitor de Ensino de Graduação
Entrevista com Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Entrevista com Diretor do Departamento de Planejamento
Questionário de Avaliação para os Colegiados quanto à descentralização do Planejamento das Ações.

Dinâmica da Avaliação:

A Avaliação deverá iniciar pela análise documental, para que se tenha conhecimento da organização Institucional. Com isso os avaliadores terão instrumentos para orientar a construção dos questionários e subsidiar as entrevistas.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- **DIMENSÃO VII – *Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.***

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Pró - Reitoria de Graduação – **PROGRAD**
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – **PROPESPG**
Pró-Reitoria de Administração – **PROAP**
Biblioteca
A. E. E. A

Instrumentos de Investigação:

Análise da Política de expansão e adequação física que contemple as necessidades de desenvolvimento das práticas pedagógicas da **IES**.
Análise da política Institucional adotada para conservação, atualização e segurança estimulando a utilização racional em função de objetivos comuns.
Análise dos Relatórios de Gestão e Relatórios Anual de Atividades dos Setores, como indicadores no processo de redimensionamento da estrutura existente às necessidades da Comunidade Acadêmica, em consonância com o **PDI**.
Entrevista com Pró – reitores
Entrevista com Diretora da Biblioteca
Entrevista com Prefeito do Campus
Questionário de avaliação do grau de satisfação, necessidade e prioridade dos acadêmicos e docentes.

Dinâmica da Avaliação:

A Avaliação deverá iniciar pela análise documental, para que se tenha conhecimento da organização Institucional. Com isso os avaliadores terão instrumentos para orientar a construção dos questionários e subsidiar as entrevistas.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- **DIMENSÃO VIII** – *Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.*

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – **PROGRAD**
Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – **PROAP**
Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias – **PROEAC**
Departamento de Planejamento
Coordenadoria de Ensino de Graduação
Coordenações dos Cursos
Comissão Própria de Avaliação - **CPA**

Instrumentos de Investigação:

Análise dos Relatórios de Gestão e dos Planos de Trabalho.
Análise do **PDI**, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.
Análise do Regimento e Resoluções quanto a Sistemática de Avaliação Institucional.
Análise dos documentos/projetos que oficializem parcerias, convênios, acordos da **IFES** com Instituições públicas ou privadas para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Análise dos diferentes procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento Institucional, em relação a prática educativa.
Análise dos diferentes aspectos da Avaliação Institucional, incluindo a auto-avaliação.
Entrevista com os Coordenadores dos Cursos de Graduação.
Entrevista com Pró-Reitor de Ensino de Graduação
Entrevista com Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Entrevista com Diretor do Departamento de Planejamento
Questionário de Avaliação para todos os setores da **UNIFAP** quanto a Avaliação Institucional já processada para o fortalecimento da cultura da avaliação.
Análise dos Relatórios da **CPA** para validação dos instrumentos aplicados.

Dinâmica da Avaliação:

A Avaliação deverá iniciar pela análise documental, para que se tenha conhecimento da organização Institucional, com isso os avaliadores terão instrumentos para orientar a construção dos questionários e subsidiar as entrevistas.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- DIMENSÃO IX – Políticas de atendimento aos estudantes e Egressos – analisando os Programas e/ou Projetos da IES para integração dos estudantes à vida acadêmica, os mecanismos de atendimento e garantia de sua permanência e qualidade de vida estudantil.

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – **PROEAC**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - **PROPESPG**

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação - **PROGRAD**

DERCA Departamento de Registro e Controle Acadêmico

DEPSEC – Departamento de Processos Seletivos e Concursos

DINFO – Departamento de Informática

CTINFRA – Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento de Investigação Científica e Artística na UNIFAP

Instrumentos de Investigação:

Análise da Política Institucional de acesso e permanência dos estudantes

Análise estatística e socioeconômica dos Relatórios Anuais sobre perfil dos ingressantes, causas da evasão e tempo médio de conclusão.

Análise dos Projetos da **PROEAC** de concessão de bolsas trabalho e extensão em seus aspectos:

⇒ Objetivos.

⇒ Justificativa.

⇒ Público Alvo

Análise dos Projetos Comunitários de integração e acompanhamento do estudante em dificuldades acadêmicas e pessoais.

⇒ Objetivos.

⇒ Justificativa.

⇒ Público Alvo

Análise de Projetos de Intercâmbio Estudantil

⇒ Objetivos.

⇒ Justificativa.

⇒ Público Alvo

Análise da Política de acompanhamento e formação continuada de egressos

Entrevista com os Pró-Reitores.

Entrevista com os Diretores de Departamentos.

Questionário de avaliação para os participantes dos projetos de extensão e projetos comunitários

Dinâmica da Avaliação:

A avaliação deverá iniciar pela análise documental permitindo aos avaliadores o comparativo dos objetivos propostos e das metas alcançadas.



DIMENSÃO A SER AVALIADA:

- DIMENSÃO X - A sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Segmento da IFES a ser investigado nessa dimensão:

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – **PROEAC**
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - **PROAP**
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação - **PROGRAD**
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - **PROPESPG**

Instrumentos de Investigação:

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
Relatório de Gestão

Análise dos documentos/projetos que oficializam parcerias, convênios, acordos da **IES** com instituições públicas ou privadas para captação e alocação de recursos destinados as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Análise dos Projetos de Expansão e Adequação Física da **IES** em seus aspectos:

- ⇒ Objetivos.
- ⇒ Justificativa.
- ⇒ Público Alvo

Análise da capacidade de gestão e administração do orçamento adequadas ao cumprimento das prioridades da **IES** e de seu compromisso social.

Entrevista com os Pró-Reitores.

Dinâmica da Avaliação:

A avaliação deverá iniciar pela análise documental permitindo aos avaliadores construir indicadores da realidade institucionalizada e formalmente organizada.



VII – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

AÇÕES	MÊS								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Elaboração e Aprovação do Regimento Interno	X								
Sensibilização	X	X							
Elaboração dos Instrumentos de coleta quantitativa e análise documental.		X							
Coleta dos documentos e aplicação dos instrumentos juntos aos diversos setores da IFES		X	X						
Análise das Informações coletadas.			X	X					
Socialização (Apresentação das dificuldades encontradas e sugestões da Comunidade Acadêmica e informações sobre as próximas fases)					X				
Elaboração dos Instrumentos de coleta e análise de dados qualitativos.					X				
Aplicação dos Instrumentos de coleta.						X			
Análise dos dados qualitativos coletados.							X		
Elaboração da Primeira versão do Relatório								X	
Socialização (Realização de Seminários com todas as Unidades para socialização dos resultados e propostas de ações de melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e extensão)									X
Relatório de Auto-Avaliação (Elaboração e Apresentação)									X

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOMENY, Helena (Org.) Avaliação e Determinação de Padrões na Educação Latino-Americana. OPREAL, FGV, Rio de Janeiro, 1997.
- BRASIL, W. et alii. Aspectos da expansão da educação superior na Amazônia. In: Seminário Internacional de Educação Superior na Amazônia (SIESA), Porto Velho, GEPES, 2004.
- BRASIL, W. Pertinência Científica das IFES Universitárias na Amazônia: Pressupostos, Razões e Alternativas. (Tese doutoral). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA-UFGA, Belém, PA, 2003.
- FUJIHARA, A. Universidade e Desenvolvimento Regional: Uma leitura a partir do campus de Rolim de Moura (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2004.
- PENNSA FIRME, T et alii. Avaliação do Programa de Educação na Amazônia. Relatório de Avaliação, [Grupo Colméia] Programa de Educação na Amazônia, Rio de Janeiro, 2002.
- UNESCO, Conferência Mundial da Educação Superior, França, Paris, 1998. Disponível em www.unesco.org/fr



IX - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO:

Presidente:

Eliane Superti

Representantes do Corpo Docente:

Emanuel Leal de Lima

Maria Nazaré do Nascimento Guimarães

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos

Conceição Pereira Duarte

Sérgio Kleber de Sá Miranda

Representantes do Corpo Discente:

Handerson Luiz Ferreira Pinto

Rayssa Amaral Barros

Representante da Sociedade Civil Organizada:

José Amiraldo dos Santos Quaresma

PORTARIA Nº 1.081, DE 29 DE AGOSTO DE 2008

Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação
de Cursos de Graduação do Sistema
Nacional de Avaliação da Educação Superior
- SINAES.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei N. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, bem como a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, conforme consta do processo no 23036.002928/2008-82, resolve:

Art. 1º Aprovar, em extrato, o Instrumento de Avaliação para renovação de reconhecimento de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Instrumento a que se refere o Art. 10 será utilizado na avaliação dos cursos de graduação, nas modalidades presencial ou a distância e será disponibilizado na íntegra, na página eletrônica do MEC, em

www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino/manuais.htm.

Art. 3º Fica revogada a Portaria no 563, de 21 de fevereiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2006, Seção 1, página 6.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA - INEP
INSTRUMENTO PARA A AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - EXTRATO

Dimensões de Avaliação - Pesos

1- Organização didático-pedagógica - 40

2 - Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo - 35

3 - Instalações físicas - 25
TOTAL - 100

Categorias, Grupos de Indicadores e Indicadores

1. Organização didático-pedagógica

- 1.1. Implementação das políticas institucionais constantes no PDI, no âmbito do curso.
- 1.2. Funcionamento de instância(s) coletiva(s) de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e qualificação do curso.
- 1.3. Coerência do PPC e do currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.
- 1.4. Coerência entre o PPC e o modelo de Educação a Distância utilizado (indicador exclusivo para EAD).
- 1.5. Efetividade na utilização dos mecanismos gerais de interação entre professores, alunos, tutores e tecnologias (indicador exclusivo para EAD).
- 1.6. Adequação e atualização das ementas, programas e bibliografias dos componentes curriculares, considerando o perfil do egresso.
- 1.7. Adequação dos recursos materiais específicos do curso (laboratórios e instalações específicas, equipamentos e materiais) com a proposta curricular.
- 1.8. Coerência dos procedimentos de ensino-aprendizagem com a concepção do curso.
- 1.9. Atividades acadêmicas articuladas à formação: a) prática profissional e/ou estágio (NSA*); b) trabalho de conclusão de curso (TCC) (NSA); c) atividades complementares e estratégias de flexibilização curricular.
- 1.10. Ações implementadas em função dos processos de auto-avaliação e de avaliação externa (ENADE e outros).

2. Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo

- 2.1. Formação acadêmica, experiência e dedicação do coordenador à administração e à condução do curso.
- 2.2. Caracterização (tempo de dedicação e de permanência sem interrupção), composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE*).
- 2.3. Titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso.
- 2.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente.
- 2.5. Adequação da formação e experiência profissional do corpo técnico e administrativo.
- 2.6. Adequação, formação e experiência dos docentes em relação à modalidade de EAD (indicador exclusivo para EAD).
- 2.7. Adequação, formação e experiência dos tutores (indicador exclusivo para EAD).
- 2.8. Caracterização (tempo de dedicação e de permanência sem interrupção) do corpo de tutores (indicador exclusivo para EAD)

3. Instalações físicas

- 3.1. Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso.
- 3.2. Tipologia e quantidade de ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso.
- 3.3. Livros - Bibliografia Básica.
- 3.4. Livros - Bibliografia Complementar.
- 3.5. Periódicos, bases de dados específicas, revistas e acervo em multimídia.
- 3.6. Formas de acesso dos alunos de cursos a distância à bibliografia básica, complementar e a periódicos (indicador exclusivo para EAD).
- 3.7. Instalações para equipe de tutores e professores (indicador exclusivo para EAD).

Ação Preliminar à Avaliação

a. Analisar a justificativa/providências para o Conceito Preliminar de Curso - CPC

Considerações sobre a dimensão 1

Considerações sobre a dimensão 2

Considerações sobre a dimensão 3

Considerações sobre as Disposições legais

Considerações finais da comissão de avaliadores

Glossário.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELOS TÉCNICOS - ADMINISTRATIVOS -
2011**

“Refletindo nossos DESAFIOS”

1. PERFIL DO RESPONDENTE.

1. Sexo

Masculino **OPTION**

Feminino

2. Classe funcional.

Apoio (NA) **OPTION**

Intermediário (NI)

Superior (NS)

3. Faixa etária (idade em anos).

Até 24 anos **OPTION**

De 25 a 34 anos

De 35 a 44 anos

De 45 a 54 anos

De 55 a 64 anos

65 ou mais

4. Tempo de serviço público, incluindo a UNIFAP (em anos)

até 2 anos **OPTION**

De 3 a cinco anos

De 6 a 10 anos

De 11 a 15 anos

De 16 a 20 anos

21 ou mais

5. Você encontra-se lotado(a) no (a)

Gabinete da Reitoria/Vice Reitoria **OPTION**

CONSU

Procuradoria Geral

Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias

6. Grau de escolaridade

Fundamental incompleto **OPTION**

Fundamental completo

Médio incompleto

Médio completo

Superior incompleto (cursando)

Superior completo

Especialização

Mestrado

Doutorado

7. Motivo da escolha da UNIFAP como local de trabalho

Possibilidade de realização pessoal **OPTION**

Prestígio social

Identificação com a área de atuação

Possibilidades de melhorias salariais

Plano de Carreira

Outros motivos

8. Qual a sua renda familiar atual (em salários mínimos)

Até 2 **OPTION**

De 2 a 4

De 5 a 7

De 8 a 10

Acima de 10

Prezado (a) Técnico (a)

Este questionário faz parte do Programa de Autoavaliação da UNIFAP e tem por objetivo coletar informações que subsidiarão ações **que visem à melhoria da qualidade acadêmica** e o desenvolvimento institucional pela análise consciente das qualidades, problemas e desafios para o presente e futuro.

Para o preenchimento, atribua pontos para cada item relacionado conforme as seguintes opções de resposta:

9. AUTOAVALIAÇÃO - QUANTO AO SEU CONHECIMENTO SOBRE A UNIFAP

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Estrutura administrativa						
2. Missão, objetivos e finalidades (Plano de Desenvolvimento Institucional)						
3. Normas e regulamentações (Regimento Geral e Resoluções)						
4. Objetivos e metas de sua unidade						
5. Direitos e deveres do servidor						
6. Suas atribuições						
7. Política de capacitação de pessoal						
8. Política de Avaliação de Desempenho e Redimensionamento						

10. QUANTO AO SEU INTERESSE E A SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Sua assiduidade						
2. Sua pontualidade						
3. Seu interesse nas atividades desenvolvidas pelo seu setor						
4. Sua integração com os servidores do seu setor						
5. Sua integração com os demais servidores da UNIFAP						
6. Sua capacidade de comunicação						
7. Sua habilidade para o exercício da função						
8. Seu interesse por capacitação técnica						
9. Valorização (aproveitamento de suas idéias no seu local de trabalho)						

11. Dimensão IV - QUANTO À COMUNICAÇÃO DA UNIFAP COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Qualidade da comunicação visual no campus (murais, cartazes, quadros de avisos, outros)						
2. Qualidade da informação prestada pelos gestores, docentes e servidores aos seus usuários						
3. Acesso a equipamentos de informática e internet						
4. Comunicação e informações sobre eventos internos da UNIFAP						
5. Comunicação e informações sobre eventos externos realizados pela UNIFAP						
6. Protocolo, fluxo e distribuição de documentos						
7. Qualidade das informações sobre os cursos existentes na <i>home page</i> da UNIFAP						

8. Qualidade das informações gerais existentes na <i>home page</i> da UNIFAP						
9. Canais de expressão e reivindicação de melhorias (Ouvidoria)						
10. Imagem externa da UNIFAP						

12. Dimensão V - CONDIÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Serviço ambulatorial						
2. Serviços odontológicos						
3. Atendimento psicológico						
4. Segurança interna						
5. Vale refeição						
6. Vale transporte						
7. Cantina e/ou restaurante						
8. Quantitativo de recursos humanos						
9. Serviços de transporte da UNIFAP						
10. Serviços de telefonia da UNIFAP						
11. Serviço de medicina e segurança no trabalho da UNIFAP						
12. Jornada de trabalho						
13. Plano de Assistência à saúde						
14. Programa Qualidade de vida no trabalho (ações voltadas ao combate do stresse)						

13. QUANTO AO CLIMA ORGANIZACIONAL

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Relacionamento com a Reitoria e Vice-Reitoria						
2. Relacionamento entre o servidor e a chefia imediata						
3. Relacionamento no ambiente de trabalho						
4. Relacionamento técnico/docente						
5. Relacionamento com os alunos						
6. Participação dos servidores nas decisões da instituição						
7. Satisfação pessoal diante das atividades desenvolvidas						
8. Atividades desenvolvidas são compatíveis com sua formação						
9. Ambiente de colaboração e solidariedade entre a equipe						

14. Dimensão VI - QUANTO À GESTÃO DA UNIFAP

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Flexibilidade nas decisões coletivas						
2. Planejamento e avaliação das atividades da unidade de trabalho com a participação dos servidores						
3. Orientações pela chefia sobre os serviços a serem realizados						
4. Política Institucional de estímulo e oportunidade para o crescimento profissional						
5. Aproveitamento das habilidades e conhecimentos do servidor para sua lotação nas unidades da UNIFAP.						
6. Oportuniza a participação em órgão colegiado						
7. Oportuniza a participação em comissões/grupos de trabalho						
8. Integração e/ou articulação entre os serviços desenvolvidos pelos diversos departamentos, <i>campi</i> da instituição						
9. Eficácia na solução de reivindicações apresentadas						

15. Dimensão VII - QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Dimensões do espaço físico						
2. Iluminação						
3. Acústica						
4. Ventilação						
5. Ambiente específico para capacitação						
6. Equipamentos e recursos tecnológicos						
7. Material de consumo e expediente						
8. Condições para higiene pessoal (pias, toalhas, sabonetes, etc.)						
9. Instalações sanitárias						
10. Acessibilidade						
11. Limpeza e conservação						

16. Dimensão VIII - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (Comissão Própria de Avaliação - CPA).

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. O formato oficial de Avaliação Institucional como instrumento norteador de políticas de gestão						
2. Forma de aplicação dos instrumentos (on line)						
3. Dimensões exploradas na Avaliação Institucional						
4. Aplicação dos resultados da Avaliação Institucional						
5. Acesso ao Relatório de Avaliação Institucional (www.unifap.br/cpa)						

17. Dimensão X - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Conhecimento do Orçamento da UNIFAP						
2. Orçamento atende demandas Institucionais						
3. Conhece distribuição do Orçamento						
4. Ações voltadas para captação de recursos financeiros (projetos, convênios, contratos, etc.)						

18. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: VISÃO GLOBAL

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. De forma geral, que nota você atribui a UNIFAP						

19. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES - MÁXIMO 10 LINHAS.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELO DOCENTE - 2011**

“Refletindo nossos DESAFIOS”

Matrícula SIAPE (campo a ser criado)

1. Sexo

Masculino OPTION

Feminino

2. Titulação.

Graduação OPTION

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

3. Categoria Funcional.

Quadro Permanente OPTION

Substituto

Temporário

Visitante

Voluntário

4. Classe na Carreira

Auxiliar OPTION

Assistente

Adjunto

Titular

5. Tempo de docência na Instituição.

Menos de 03 anos OPTION

De 03 a 05 anos

De 06 a 08 anos

De 09 a 11 anos

De 12 a 14 anos

Mais de 15 anos

6. Identificar o Curso para focar as respostas

identifique o Curso (abrir campo c/ os 20 cursos) COMBO

7. Tempo de docência no curso identificado.

Menos de 01 ano OPTION

De 01 a 02 anos

De 03 a 04 anos

De 05 a 06 anos

De 07 a 08 anos

Mais de 08 anos

8. Faixa etária

De 20 a 30 anos OPTION

De 30 a 40 anos

De 40 a 50 anos

De 50 a 55 anos

De 55 a 60 anos

Mais de 60 anos

Prezado (a) professor (a)

Este questionário faz parte do Programa de Autoavaliação da UNIFAP, e tem por objetivo coletar informações que subsidiarão ações que visem à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional pela análise consciente das qualidades, problemas e desafios para o presente e futuro.

Para o preenchimento, atribua pontos para cada item relacionado conforme as seguintes opções de resposta:

1. AUTO-AVALIAÇÃO

Legenda/Notas:	(A) 9 a 10; (B) 7 a 8	(C) 5 a 6; (D) 3 a 4	(E) 1 a 2; (F) 0
INDICADORES	Conhece Totalmente	Conhece parcialmente	Desconhece
1. Conhece o Regimento Geral e Estatuto da UNIFAP			
2. Conhece o Projeto Pedagógico Institucional-PPI			
3. Conhece o Projeto Pedagógico do Curso-PPC			
4. Conhece o orçamento da Universidade			

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0	A	B	C	D	E	F
INDICADORES						
5. Cumpre a carga horária relativa ao regime de trabalho						
6. Motivação para o desenvolvimento do ensino						
7. Motivação para o desenvolvimento da pesquisa						
8. Motivação para o desenvolvimento de extensão						
9. Relacionamento profissional						
10. Participa em eventos promovidos pelo Curso						
11. Participa em eventos promovidos pela Universidade						
12. Elabora e executa projetos de pesquisa						
13. Elabora e executa projetos de extensão						
14. Disponibiliza carga horária para atendimento individualizado de discentes						

2. Dimensão I - A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Legenda/Notas:	(A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6	(D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0
INDICADORES	SIM	NÃO
1. Participação na atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI		
2. Conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI *		

* Se "NÃO" as questões 3 a 9 não são abertas

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0	A	B	C	D	E	F
INDICADORES						
3. A Instituição articula o PDI com o contexto social, econômico e cultural do Estado						
4. A Instituição articula o PDI com as atividades de Ensino						
5. A Instituição articula o PDI com as atividades de Pesquisa						

6. A Instituição articula o PDI com as atividades de Extensão						
7. A Instituição articula o PDI com as atividades Administrativas						
8. A Instituição articula o PDI com as atividades de Ações Comunitárias						
9. A Instituição articula o PDI com as atividades de Apoio aos Estudantes						

3. Dimensão II – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES.

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Oferece condições para o desenvolvimento da pesquisa na UNIFAP						
2. Oferece condições para o desenvolvimento da extensão na UNIFAP						
3. Viabiliza publicações de trabalhos (completos ou resumos) e/ou periódicos científicos						
4. Implementa as diretrizes para os estágios supervisionados, práticas pedagógicas, TCC e Atividades Complementares.						
5. Articula o Projeto Pedagógico do Curso e o perfil do egresso						

4. Dimensão III - A RESPONSABILIDADE SOCIAL, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. O Projeto Político Pedagógico contribui para inclusão social						
2. O Projeto Político Pedagógico Contribui para o desenvolvimento econômico e social						
3. O PDI, PPI ou PPC contribuem para defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural						
4. Desenvolve ações práticas ou teóricas com vistas a esclarecer e propor soluções aos problemas econômicos, políticos e sociais vivenciados pela sociedade.						
5. Quantidade ofertada de eventos científicos e culturais à comunidade interna e externa						
6. Qualidade ofertada nos eventos científicos e culturais à comunidade interna e externa						
7. Promove ações de capacitação com vistas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.						
8. Promove seminários, fóruns e outros que envolvam temas relacionados às diversidades sociais (racismo, pobreza, cultura, homofobia, religião, etc.).						

5. Dimensão IV - A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Comunicação visual no campus (murais, cartazes, quadros de avisos, outros)						
2. Informações prestada pelos integrantes dos cursos (gestores, docentes e servidores) aos seus usuários.						
3. Acesso a equipamentos de informática, internet e intranet						
4. Comunicação e informações sobre eventos internos da UNIFAP						

5. Comunicação e informações sobre eventos externos realizados pela UNIFAP							
6. Protocolo, fluxo e distribuição de documentos							
7. Home page da UNIFAP oferece informações suficientes sobre os cursos.							
8. Canais de expressão e reivindicação de melhorias (rádio, jornal e TV universitária)							
9. Imagem externa da UNIFAP							

6. Dimensão V - AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Plano de Carreira Docente						
2. Atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD						
3. Programa permanente de formação continuada						
4. Ações que visem a melhoria da qualidade de vida no trabalho						
5. Quantidade de recursos de áudio e vídeo						
6. Qualidade de recursos de áudio e vídeo						

7. Dimensão VI - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Oportuna a participação da comunidade interna ou externa no planejamento, execução e na avaliação das atividades de caráter institucional.						
2. Relacionamento com os docentes						
3. Relacionamento com os discentes.						
4. Relacionamento com os técnicos.						
5. Relacionamento com a comunidade externa.						
6. Promoção de cursos de capacitação continuada.						
7. Encaminha em tempo hábil os problemas apresentados						
8. Viabiliza a participação em eventos científicos fora do Estado						
9. Viabiliza a comunicação constante entre as unidades acadêmicas						
10. Estimula a cooperação entre os docentes para desenvolver extensão universitária						
11. Conhecimento da existência da Ouvidoria na UNIFAP						

8. Dimensão VII - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0

INDICADORES	A	B	C	D	E	F
8.1. BIBLIOTECA						
1. Sala para estudos individuais						
2. Sala para estudos em grupo						
3. Quantidade adequada de computadores disponibilizados						
4. Organização e acesso ao acervo						
5. Quantidade do acervo						
6. Qualidade do acervo						
7. Atualização do acervo						
8. Atualização do acervo on line						

9. Dimensão VIII - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (Comissão Própria de Avaliação - CPA).

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. O formato oficial de Avaliação Institucional como instrumento norteador de políticas de gestão						
2. Forma de aplicação dos instrumentos (<i>on line</i>)						
3. Dimensões exploradas na Avaliação Institucional						
4. Aplicação dos resultados da Avaliação Institucional						
5. Acesso ao Relatório de Avaliação Institucional (www.unifap.br/cpa)						

10. Dimensão IX - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Viabiliza a participação dos discentes em atividades de iniciação científica, prática de investigação ou programas de extensão						
2. Viabiliza a participação dos discentes em decisões acadêmicas						
3. Viabiliza a participação de discentes em eventos científicos e culturais fora da Universidade						
4. Oferece cursos na modalidade a Distância (EAD)						
5. Oferta bolsas de auxílio ao estudante						
6. Oferta bolsas de monitoria						
7. Oferta bolsas de iniciação científica						
8. Atendimento médico						
9. Atendimento odontológico						
10. Atendimento psicológico						

11. Dimensão X - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Conhecimento do Orçamento da UNIFAP						
2. Orçamento atende demandas Institucionais						
3. Conhece distribuição do Orçamento						
4. Ações voltadas para captação de recursos financeiros (projetos, convênios, contratos, etc.)						

12. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: VISÃO GLOBAL

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. De forma geral, que nota você atribui a UNIFAP						

13. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES - MÁXIMO 10 LINHAS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELO EGRESSO - 2011

“Refletindo nossos DESAFIOS”

Prezado (a) aluno egresso (a)

Este instrumento faz parte do Programa de Avaliação Institucional da UNIFAP, e tem por objetivo coletar informações **que visem à melhoria da qualidade acadêmica** e o desenvolvimento institucional pela análise consciente das qualidades e desafios para o presente e futuro.

Matrícula ou CPF (campo a ser criado)

Informações Pessoais

1. Estado Civil:

- Solteiro
 Casado
 Separado judicialmente
 Outro

2. Sexo:

- Masculino Feminino

Informações Acadêmicas

3. Qual o curso em que você se Graduou?

Matemática
Letras
Pedagogia
Ciências Sociais
História
Geografia
Ciências Biológicas
Secretariado Executivo
Enfermagem
Direito
Artes
Física
Arquitetura e Urbanismo
Educação Física

4. Há quantos anos você concluiu o curso?

Menos de 5 anos Entre 5 e 10anos Mais de 10 anos

5. Ao concluir o curso de graduação na UNIFAP, com os conhecimentos adquiridos, como você se sentia?

- Seguro para atuar sozinho

- Seguro para atuar supervisionado
 Inseguro

Informações Profissionais

6. Quanto tempo transcorreu entre a sua formatura e seu primeiro emprego?

- Até 6 meses De 6 meses até 1 ano
 De 1 ano até 2 anos Mais de 2 anos
 Ainda não estou empregado

7. Teve dificuldades em acompanhar as transformações e/ou inovações tecnológicas da sua área de formação?

- Sim Não

8. Está trabalhando e exercendo a profissão na qual se graduou?

- Sim Não Estou desempregado

9. Se não, em qual área está atuando?

- Ciências Humanas Ciências Exatas Administração de uma organização
 Outra.
 Nenhuma.

10. Enfrentou dificuldades na contratação e/ou execução da profissão no mercado de trabalho?

- Sim Não

11. Se sim, qual(is) dificuldade(s) encontrou? (Assinalar com "X" mais de uma alternativa, caso julgue necessário)

- Falta de experiência
 Forte concorrência para obter emprego
 Falta de domínio de uma língua estrangeira
 Outra. Qual? _____

12. Qual o grau de satisfação com a atividade profissional?

- Muito satisfeito
 Satisfeito
 Satisfação média
 Insatisfeito e) Se não, por quê? _____

13. Você trabalha:

- Serviço Público
 Empresa
 Autônomo
 Não trabalha

14. Como você se mantém atualizado no seu exercício profissional?

- Livros ou Revistas especializadas
 Cursos à distância
 Encontros/ Congressos
 Cursos de curta duração

- Internet
- Outro.
- Não estou empregado

15. Você fez alguma qualificação adicional?

- Sim Não

16. Se sim, a qualificação foi realizada por iniciativa sua ou por determinação de sua Empresa?

- Iniciativa própria Determinação da empresa Interesse de ambos

17. O tema da qualificação foi abordado em seu curso de graduação?

- Não abordado Abordado superficialmente Pouco abordado
 Muito abordado

18. Tem curso de pós-graduação?

- Sim

- Não

19. Se sim, em que nível?

- Mestrado
 Doutorado

20. Em que Instituição?

- UNIFAP

- Outra Qual _____

21. Por que a opção da pós-graduação? (Assinalar com "X" mais de uma alternativa, caso julgue necessário)

- a) Seguir carreira acadêmica/pesquisa
 b) Aprimorar os conhecimentos
 c) Exigência do mercado de trabalho
 d) Opção financeira imediata _____
 e) Outra. Especificar _____

22. Caso tenha respondido negativamente à questão 18, pretende cursar?

- Sim Não

23. Quais foram ou quais são as dificuldades encontradas no desempenho da profissão, em relação ao currículo cursado: CH total, CH teórica, CH prática, interdisciplinaridade (articulação entre disciplinas, adequação curricular (flexibilização na escolha de disciplinas optativas interessantes)

- Carga horária teórica das disciplinas foi pequena
 Carga horária prática das disciplinas foi pequena
 Pouca articulação entre as disciplinas
 Outra. Qual? _____

24. O currículo cursado foi suficiente para você desempenhar suas funções profissionais?

- Sim Não

25. Do seu ponto de vista, qual (quais) o(s) ponto(s) forte(s) dos cursos ofertados pela UNIFAP?

- Corpo docente
- Recursos acadêmicos e didáticos adequados
- Estrutura física adequada
- Outro. Qual?

26. E o(s) ponto(s) fraco (s)?

- Corpo docente
- Estrutura física inadequada
- Recursos acadêmicos e didáticos inadequados
- Outro. Qual?

27. Na sua opinião, qual(is) a(s) característica(s) mais importante(s) que um profissional que conclui a graduação no momento atual deve possuir?

- Domínio de conhecimentos de forma geral
- Segurança profissional
- Responsabilidade técnica
- Visão e motivação (senso de missão)
- Capacidade empreendedora (inclui criatividade)
- Compromisso social (inclui ética profissional)
- Capacidade de trabalho em equipe

28. Na sua opinião, qual deveria ser a duração do seu curso de graduação?

- 5 anos
- 4,5 anos
- 4anos
- Outro----

29. Em quanto tempo você concluiu seu curso de graduação?

- De 3 a 4anos
- De 4,5 anos até 5 anos
- De 5 até6 anos
- Mais de 6 anos

30. Na sua opinião, o profissional deve possuir uma formação:

- Generalista
- Especializada
- Politécnica
- Outra.

Especificar: _____

31. Na sua opinião, qual o balanço ideal para formação teórica e prática, respectivamente:

- 30-70%
- 50-50%
- 70-30%
- Outra. Qual?

32. Enumerar pela ordem de importância as competências ou habilidades que você entende que o profissional formado em um curso superior deve possuir

- Habilidade conceitual
- Criatividade
- Empreendedorismo
- Conhecimento específico
- Conhecimento generalista
- Visão crítico social

33. Você recomendaria o seu curso ou algum outro para outras pessoas?

- Sim
- Não

34. Tendo respondido de forma afirmativa ou negativa à questão anterior, justifique:

- Pela estrutura da UNIFAP
- Pela cidade
- Por ser gratuita
- Pela qualidade do Curso

35. A imagem da UNIFAP interferiu na sua inserção no mercado de trabalho:

- Positivamente
- Negativamente
- Não interferiu

36. Planejamento e Avaliação, Resultados e Eficácia da Autoavaliação Institucional (Comissão Própria de Avaliação - CPA).

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. O formato oficial de Avaliação Institucional como instrumento norteador de políticas de gestão						
2. Forma de aplicação dos instrumentos (<i>on line</i>)						
3. Dimensões exploradas na Avaliação Institucional						
4. Aplicação dos resultados da Avaliação Institucional						
5. Acesso ao Relatório de Avaliação Institucional (www.unifap.br/cpa)						

37. Avaliação Institucional: Visão Global

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. De forma geral, que nota você atribui a UNIFAP						

38. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES - MÁXIMO 10 LINHAS.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO - 2011**

“Refletindo nossos DESAFIOS”

Prezado (a) aluno (a)

Este questionário faz parte do Programa de Autoavaliação da UNIFAP e tem por objetivo coletar informações que subsidiarão ações **que visem a melhoria da qualidade acadêmica** e o desenvolvimento institucional pela análise consciente das qualidades, problemas e desafios para o presente e futuro.

Para o preenchimento, atribua pontos para cada item relacionado conforme as seguintes opções de resposta:

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
01. Você conhece as linhas de pesquisa do programa?						
02. Você conhece o atual conceito do programa na CAPES?						
03. O programa possui estrutura curricular adequada?						
04. Quanto a promoção de atividades a cargo do programa, como cursos, seminários avançados, intercâmbio de pesquisadores, viagens, etc, que propiciem a qualificação dos alunos.						
05. Quanto a possibilidades efetivas de intercâmbio com outras instituições						
06. Quanto à infra-estrutura de salas de aula, laboratórios e recursos audiovisuais adequados ao número de alunos.						
07. Quanto à existência em seu projeto de dissertação ou tese de recurso material suficiente para o alcance da proposição						
08. Atuação da coordenação do programa na UNIFAP						
09. Oferta de treinamento formal com instruções de utilização do portal CAPES (www.periodicos.capes.gov.br) para busca bibliográfica						
10. Mecanismo para a avaliação da qualidade das disciplinas constantes na estrutura curricular						
11. Atuação do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA)						
12. Quanto à adequação dos critérios de seleção quando do seu ingresso no curso de pós-graduação						
13. Quanto à estrutura organizacional de oferta das disciplinas, prazo para qualificação e defesa.						
14. Quanto ao apoio do Programa na participação de eventos científicos dentro do Estado.						
15. Quanto ao apoio do Programa na participação de eventos científicos fora do Estado.						
16. Quanto à atuação do corpo docente no tocante as orientações de tese e dissertações (domínio da temática, responsabilidade com os prazos, relação professor/aluno)						
17. Quanto ao nível das aulas desenvolvidas pelo corpo docente (adequação ao nível de mestrado, doutorado).						
18. Quanto ao acervo bibliográfico existente na Instituição para o programa.						
19. Quanto ao atendimento do serviço técnico administrativo.						
20. Quanto a participante discente no colegiado do Programa.						
21. Quanto à formação oferecida pelo Programa para atuação científico - profissional.						

22. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (Comissão Própria de Avaliação - CPA).

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. O formato oficial de Avaliação Institucional como instrumento norteador de políticas de gestão						
2. Forma de aplicação dos instrumentos (<i>on line</i>)						
3. Dimensões exploradas na Avaliação Institucional						
4. Aplicação dos resultados da Avaliação Institucional						
5. Acesso ao Relatório de Avaliação Institucional (www.unifap.br/cpa)						

23. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: VISÃO GLOBAL

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. De forma geral, que nota você atribui a UNIFAP						

24. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES - MÁXIMO 10 LINHAS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELO DISCENTE - 2011

“Refletindo nossos DESAFIOS”

1. Matrícula:

2. Sexo

Masculino OPTION

Feminino

3. Identificar o Curso para focar as respostas

Identifique o Curso (abrir campo c/ os 20 cursos) COMBO

4. Faixa etária

De 15 a 20 anos

De 20 a 30 anos OPTION

De 30 a 40 anos

De 40 a 50 anos

De 50 a 60 anos

Prezado (a) aluno (a)

Este questionário faz parte do Programa de Autoavaliação da UNIFAP e tem por objetivo coletar informações que subsidiarão ações **que visem à melhoria da qualidade acadêmica** e o desenvolvimento institucional pela análise consciente das qualidades, problemas e desafios para o presente e futuro.

Para o preenchimento, atribua pontos para cada item relacionado conforme as seguintes opções de resposta:

5. AUTO-AVALIAÇÃO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Minha assiduidade						
2. Participo das aulas e / ou das atividades propostas pelo docente						
3. Sinto-me responsável por meu desempenho intelectual nas disciplinas						
4. Grau de satisfação quanto à sistemática de avaliação adotada pela Instituição						
5. Disponibilidade de tempo necessário à realização do curso						
6. Aproveito a carga horária docente para solicitar atendimento individual						
7. Utilizo o acervo bibliográfico disponibilizado pela Instituição						
8. Relacionamento com os colegas de turma						
9. Relacionamento com os professores do curso						
10. Conhecimento das diretrizes constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional						
11. Conhecimento das diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso						
12. Conhecimento das diretrizes do Regimento Geral da Instituição						
13. Nível de satisfação quanto à formação profissional recebida no curso						

6. Dimensão II - DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS DOCENTES (COMBO com os nomes dos profs. que ministraram disciplinas nos últimos dois semestres no seu curso)

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Cumprimento dos horários de aula e carga horária da disciplina						
2. Linguagem fluente e coerente com o nível de ensino						
3. Compatibilidade entre formação acadêmica e docência na educação superior						
4. Domínio da área de conhecimento em que atua						
5. Organização e socialização do programa da disciplina em sala de aula						
6. Utilização de recursos didático-pedagógicos em sala de aula						
7. Metodologia de avaliação compatível ao projeto político-pedagógico do curso						
8. Orientação sobre investigação científica						
9. Estímulo ao trabalho de campo						
10. Estímulo à utilização da biblioteca como fonte de conhecimento						
11. Relacionamento ético com os discentes						
12. Estímulo à participação discente em sala de aula						
13. Relacionamento ético com os demais docentes do curso						
14. Cumprimento do prazo institucional para entrega de diários de classe						
15. Quanto à orientação de T.C.C (domínio da temática, responsabilidade, relação professor/aluno)						

7. Dimensão III- AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DO CURSO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Contribui para inclusão social, desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural						
2. Compatibilidade entre o Projeto Pedagógico do Curso e o perfil do egresso						
3. Compatibilização dos programas das disciplinas e respectivas cargas horárias						
4. Caráter interdisciplinar do trabalho pedagógico do curso						
5. Articulação dos objetivos das disciplinas com o projeto pedagógico do curso.						
6. Articulação ensino X pesquisa na práxis pedagógica						
7. Os projetos de extensão para subsidiar o ensino e a pesquisa						
8. Atualização das referências bibliográficas nos programas das disciplinas						
9. Procedimentos de avaliação adotados pelos docentes em sala de aula						
10. Sintonia entre o Estágio Supervisionado e as Disciplinas Práticas do Curso						
11. O Trabalho de Conclusão de Curso como iniciação científica						
12. Nível de participação discente nas discussões do Projeto pedagógico do curso						

8. Dimensão VI - AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA UNIFAP E DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. Orienta quanto à proposta pedagógica, matriz curricular e o regimento interno da graduação						
2. Oportuniza participação de acadêmicos em reuniões de colegiado						
3. Promove eventos vinculados ao curso de graduação						
4. Organograma e o fluxograma da Instituição						
5. Encaminha as necessidades discentes						
6. Relacionamento com os outros docentes da graduação						
7. Relacionamento com os discentes						
8. Atendimento Técnico na Coordenação						
9. Agilidade no atendimento e resposta às consultas formuladas à Ouvidoria da UNIFAP						
10. Número suficiente de docentes no curso de graduação						

9. Dimensão VII - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
8.1. BIBLIOTECA						
1. Sala para estudos individuais						
2. Sala para estudos em grupo						
3. Quantidade de computadores disponibilizados						
4. Organização e acesso ao acervo						
5. Quantidade do acervo						
6. Qualidade do acervo						
7. Atualização do acervo						
8. Atualização do acervo <i>on line</i>						

10. Dimensão VIII - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (Comissão Própria de Avaliação - CPA).

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1.O formato oficial de Avaliação Institucional como instrumento norteador de políticas de gestão						
2. Forma de aplicação dos instrumentos (<i>on line</i>)						
3. Dimensões exploradas na Avaliação Institucional						
4. Aplicação dos resultados da Avaliação Institucional						
5. Acesso ao Relatório de Avaliação Institucional (www.unifap.br/cpa)						

11. Dimensão IX - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1.Viabiliza a participação dos discentes em atividades de iniciação científica, prática de investigação ou programas de extensão						
2.Viabiliza a participação dos discentes em decisões acadêmicas						
3.Viabiliza a participação de discentes em eventos científicos e culturais fora da Universidade						
4.Oferece cursos na modalidade a Distância (EAD)						
5.Oferta bolsas de auxílio ao estudante						
6.Oferta bolsas de monitoria						
7.Oferta bolsas de iniciação científica						
8.Atendimento médico						
9. Atendimento odontológico						
10. Atendimento psicológico						

12. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: VISÃO GLOBAL

Legenda/Notas: (A) 9 a 10; (B) 7 a 8; (C) 5 a 6; (D) 3 a 4; (E) 1 a 2; (F) 0						
INDICADORES	A	B	C	D	E	F
1. De forma geral, que nota você atribui a UNIFAP						

13. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES - MÁXIMO 10 LINHAS.